

Nicole Weber Benemann<sup>1</sup>  
Renata Menasche<sup>2</sup>

## *Pitadas sobre tradição e inovação na cozinha contemporânea: por uma antropologia do cozinhar*

### **Introdução**

A alimentação é tema que desperta interesse, afinal somos biologicamente condicionados a comer por necessidade e sobrevivência. Entretanto, não nos alimentamos apenas para manter o corpo nutrido, mas constituímos relações complexas e diversas com os alimentos, atribuindo significados às práticas alimentares (MINTZ, 2001).

Na alimentação, conformamos relação entre o biológico e o cultural em processos associados a escolhas alimentares, uma vez que nem todos os alimentos biologicamente comestíveis são transformados em produtos culturalmente comestíveis (FISCHLER, 1995). Também somos o que comemos na medida em que, no ato alimentar, marcamos diferenças sociais e étnicas que constituem modos de classificar e hierarquizar grupos e pessoas (CONTRERAS; GRACIA, 2004). Assim, na mesma medida em que estabelece marcadores de diferença, a comida constrói identidades. Comida evoca, ainda, emoção, memória, tradição e história. Desse modo, como se come, onde e com quem, quando e o que se come configuram espaços de interação de homens e mulheres com sua cultura. A comida “fala” do grupo e de sua relação com outros grupos, de seus modos de viver e de comer, bem como de valores e significados (WOORTMANN, 2013).

No momento em que a comida pode ser entendida como dimensão que comunica, o cozinhar pode ser tomado como ação representativa do meio de comunicação, colocado em evidência pelos modos de fazer. As

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel) e professora de Gastronomia da UFPel. E-mail: nikawb@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Consumo e Cultura (GEPAC). E-mail: renata.menasche@gmail.com.

maneiras de fazer, de acordo com Certeau *et al.* (2002), são as práticas combinatórias de ações pelas quais usuários e indivíduos se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural, entre as quais, podemos dizer, a própria ação de cozinhar e suas manifestações em uma cozinha.

Dessa forma, não apenas comer, mas também cozinhar, nos conecta a um grupo social e concede sentimento de pertencimento, algo que nos identifica perante os demais. Cozinhar é atividade humana por excelência, que se coloca em um processo de relação com a natureza, de seleção e de combinação de elementos, atravessado e mediado por uma dimensão cultural específica. Representa, ainda, etapa em que o alimento sofre “um processo de transformação qualitativo, realizando a passagem do plano da natureza para o da cultura, mediado via culinária” (WOORTMANN, 2013, p. 14).

É importante ressaltar que, historicamente, a atividade de cozinhar tem sido expressa através de sentimentos ambivalentes. Por vezes foi e ainda é renegada à dimensão ordinariamente cotidiana, doméstica, monótona, repetitiva e provida de pouca imaginação, negligenciada da educação formal e dos campos do saber. Por outras, é considerada um marco de identidade, de diferenciação e de manutenção da tradição e dos elos familiares (GIARD, 2002).

Por sua vez, o termo cozinha pode ser interpretado sob distintas perspectivas, como conjunto de ingredientes, técnicas, crenças, representações e práticas compartilhadas (FISCHLER, 1995); ou como parte de um sistema alimentar que engloba o processo de distribuição, aquisição, preparo e consumo de alimentos (GOODY, 1995); ou ainda abarcando etapas anteriores – como conservação, armazenagem, preparação de ingredientes – e posteriores – como descarte e reciclagem de restos (CONTRERAS; GRACIA, 2004). De todo o modo, podemos considerar que a cozinha é universal, as cozinhas são diversas.

Os saberes e sabores, as técnicas e as práticas culinárias formam modos de ser e estar no mundo, assim como a comensalidade torna o comer ato social compartilhado, a refeição conformando o momento de comunhão entre diferentes ou iguais. As práticas e rituais que se revelam à mesa englobam ainda questões de segurança, hierarquia e poder (SIMMEL, 2004).

A sociabilidade e a comensalidade presentes no contexto de consumo de alimentos apresentam uma série de questões, em especial quando voltamos a atenção para espaços não-domésticos. O restaurante, espaço da refeição fora de casa, constitui um caminho fronteiriço na relação público-privado, não necessariamente configurando a criação de um novo lugar, mas onde esses domínios se encontram para fomentar a existência de formas e significados culturais, uma vez que os mais íntimos aspectos

de servir, compartilhar e consumir comida se realizam, no caso, em espaço comercial. É preciso interpretar as linhas que desenham as fronteiras dessa interação em suas características contextuais, móveis e constantemente renegociadas. Os restaurantes são, assim, habitados diferentemente por clientes, equipe de funcionários do serviço e cozinheiros (ERIKSON, 2009; SAMMELS; SEARLES, 2016; SUTTON; BERISS, 2015).

O hábito de comer em restaurantes ganhou força devido a contingências da vida urbana e moderna, reforçadas por problemas de deslocamento, bem como por intervalos curtos nas jornadas de trabalho, falta de organização e de tempo dedicado à atividade de cozinhar, entre outros. Esse comportamento tornou-se evidente na realidade brasileira a partir do final da década de 1980. Com a modificação dos hábitos alimentares, o restaurante passou a figurar no cotidiano, desempenhando “um papel na disseminação de saberes e sabores, atingindo pessoas de distintas origens, classes, gêneros, idades e etnias” (COLLAÇO, 2012, p. 245).

Ainda que a alimentação fora do lar tenha ganhado grande impulso nas últimas décadas, não é certo o momento ou o motivo da invenção do restaurante. Os registros históricos não apontam com precisão, mas o que se sabe é que, no século XV, uma receita de *restaurant* indicava a preparação de um caldo com capacidades curativas que deveria ser executada por um alquimista ou cozinheiro. Nos séculos seguintes, em especial XVII e XVIII, esse preparo receberia a definição de semimedicinal, com capacidades regenerativas e associadas à saúde das pessoas. Os primeiros restaurantes serviam poucas refeições sólidas e variações dos caldos restauradores, apropriados para aqueles de sistema digestivo sensível. Esses estabelecimentos diferenciavam-se das estalagens, casas de pasto e cantinas por oferecer mesas individuais e pelo ar urbano e de modernidade que ofereciam. Com o passar do tempo, e em especial no século XIX, o restaurante se tornaria uma instituição cultural, principalmente nos contextos europeu e francês (SPANG, 2003). Nesse quadro, em sua origem, a gastronomia conforma-se como a instituição da *haute cuisine*, nascida para atender a apetites da aristocracia, antes e depois da Revolução Francesa. Essa cozinha das elites, intimamente relacionada com a hierarquia social, atendia a um pequeno público rico e socialmente poderoso. Desse modo, por um longo período a *haute cuisine* foi equivalente à cozinha profissional (TRUBECK, 2000). Ainda assim, é importante ter presente que a manifestação da comida como cultura se realiza nas múltiplas esferas da vida social, uma vez que para que exista uma alta cozinha é preciso que haja uma cozinha (modos de fazer e processos culinários) e a comida em si (MINTZ, 2001).

Enquanto manifestação cultural, a *haute cuisine* sofreu modificações e adaptações de acordo com a época e sociedade. Ainda que o surgimento

da alta gastronomia possa ser considerado um advento francês, o movimento da comida elaborada para poucos e dedicada a paladares refinados ganhou proporções e visibilidade regional e global com a instituição dos guias de restaurante e das listagens que classificam os melhores cozinheiros do mundo. A alta cozinha é, ainda hoje, direcionada a atender ao paladar dos mais abastados e pautada pelo número de estrelas atingido no guia *Michelin* e pela posição no *ranking* publicado pela revista *Restaurant*. O prestígio das três estrelas ou ainda a presença entre os dez primeiros colocados na lista publicada anualmente significa pertencer a uma elite da cozinha contemporânea, uma vitrine de cozinheiros criativos que passam a constituir, além de experiências gustativas, discursos sobre práticas culinárias realizadas por meio da expressão de uma cozinha. Entretanto, o universo culinário e gastronômico contemporâneo não está restrito apenas ao alcance da elite, e o entendimento atual do que abrange a gastronomia é bastante mais amplo e diverso.

Em estudo sobre pirataria na moda, Débora Leitão e Rosana Machado (2006) apontam direções construtivas para o entendimento dos fluxos de circularidade de consumo entre as camadas sociais, evidenciando movimentos de baixo para cima e de cima para baixo, em uma apropriação de bens de consumo e de seu caráter intercambiável.

É interessante notar que movimentos semelhantes podem ser observados também na gastronomia. Como aponta Gachet (1998, p. 40-41), a prática do cozimento da batata com casca para a execução do purê teria migrado da alta cozinha para os bistrôs, em um fluxo de influências que configuram um movimento de cima para baixo. Na mesma perspectiva de interação, observamos equipamentos de alta tecnologia em cozinhas profissionais não premiadas, o que assinala tendência à difusão do acesso ao conhecimento culinário. Sob outro ponto de análise, encontramos receitas de família, preparos cotidianos e sabores reconhecíveis utilizados em cardápios de restaurantes renomados, o que pode ser interpretado como um movimento de baixo para cima. Para Gimenes e Moraes (2012, p. 12),

A dinâmica que envolve a alimentação é mais do que nunca marcada pelo jogo de interação, influência e convivência entre inovações e tradições, criando um cenário e em que várias temporalidades se fundem e se materializam em sabores, texturas e práticas.

É a partir desses processos complexos de interação entre diretrizes culinárias que cozinheiros renomados e anônimos passam a ser compreendidos como atores nas relações de manutenção, negociação e reconfiguração da tradição. Do mesmo modo que presenciamos alterações

que incidem sobre os modos de fazer, notamos a coexistência de métodos, ingredientes e saberes tradicionais. Essas tensões estão interligadas no processo culinário, perpassado por momentos como os de escolha de ingredientes, técnicas, equipamentos e apresentação estética dos preparos culinários, realizados cotidianamente por cozinheiros em distintos contextos – tais como aqueles dos dois restaurantes que servem à reflexão neste artigo –, atualmente compreendidos pela gastronomia.

Nesse panorama, estudar cozinha profissional em espaços como restaurantes implica conduzir o olhar a um recorte dentre muitos possíveis, que incluem questões associadas a espaço, gênero, normas e práticas, familiar e exótico, experiências sensoriais, hierarquias e tantas outras relacionadas à alimentação. Em boa medida, as pesquisas desenvolvidas têm incidido mais nos ingredientes do que na técnica, ou seja, estudamos mais aquilo que preparamos ao invés do que como preparamos (WILSON, 2014), ou ainda, estudamos mais como se come ao invés do que como se cozinha. Daí a emergência de uma antropologia do cozinhar e a escolha, nesta pesquisa, por privilegiar não o que se passa no salão do restaurante, mas em sua cozinha.

Este trabalho busca lançar luz sobre as implicações que o discurso e a prática da cozinha profissional geram na relação com a tradição e com a cultura a que pertencem, bem como sobre possíveis impactos e influências em processos de ressignificação ou manutenção de tradições, costumes e maneiras de fazer no âmbito culinário. Nesta proposta, observar questões emergentes relacionadas à tradição e inovação significa também dar protagonismo aos agentes da culinária, valorizar o trabalho e as pessoas que cotidianamente idealizam, desenvolvem e aprimoram o que comemos.

Para ampliar e conduzir esta reflexão, propomos direcionar o olhar ao trabalho de um cozinheiro, Massimo Bottura – através da análise de episódio da série documental *Chefs Table*, lançada em 2015, que conta atualmente com três temporadas em exibição, além de uma edição especial sobre *chefs* franceses, disponibilizada pelo canal de serviços *Netflix* –, e a dados obtidos a partir da pesquisa etnográfica conduzida, em 2016, pela primeira autora deste artigo (BENEMANN, 2017), que, atuando juntamente com as equipes de cozinheiros em suas tarefas diárias, participou das atividades das cozinhas de dois restaurantes da cidade de Pelotas, dentre os quais o *Madre Mia*, apresentado neste artigo.

As reflexões construídas a partir dos registros da pesquisa a campo conformaram a pertinência – em especial no que se refere às interfaces entre tradição e inovação – da aproximação entre contextos tão distintos como o de uma cozinha conceituada internacionalmente e o de uma cozinha profissional localizada em uma cidade de porte médio do sul do

Brasil, evidenciando a comunicação existente, também na gastronomia, entre global e local.

### ***Osteria Francescana: a cozinha de um dos melhores chefs do mundo***

Em *Chefs Table*, um preparo culinário comum pode ser reapresentado, reinventado, desconstruído e reconstruído no universo da cozinha profissional contemporânea. A inovação respeita a tradição e a tradição não teme a inovação no enredo dos episódios do documentário.

Como ponto de partida para a análise, é importante esclarecer que as produções documentais têm a capacidade de carregar em si uma relação polifônica, em que documentado, diretor, público consumidor e, neste caso, a observação a partir da academia, estão conectados. Em uma série documental, como é o caso de *Chefs Table*, acompanhamos atores sociais em situações de seu cotidiano, imersos no contexto em que estão inseridos, com seus valores, representações, cultura, histórias de vida.

Massimo Bottura nasceu na Itália em uma família grande, sendo o quarto de cinco irmãos, tendo sido influenciado diretamente pela cozinha de sua avó. Profissionalmente, desenvolveu trabalhos nos Estados Unidos, na França e abriu restaurantes na Itália, especialmente em Módena, na região da Emília Romana, onde hoje é proprietário da *Osteria Francescana*, escolhido o melhor restaurante do mundo de acordo com a lista divulgada pela revista inglesa *Restaurant* publicada em 2016, segundo lugar em 2017, tendo obtido três estrelas pelo conceituado *Guia Michelin*.

Ainda, é importante apresentar brevemente a região onde está localizado este restaurante. Módena é uma cidade pequena que fica a poucos quilômetros a noroeste de Bolonha, no vale do rio Pó, em uma região fortemente agrícola e reconhecida pela produção do autêntico queijo parmesão (*Parmigiano Reggiano*), por uma ótima charcutaria (presuntos e embutidos), intensas e saborosas cerejas negras, envelhecidos acetos balsâmicos e bons vinhos. Ademais, devemos considerar que a cozinha italiana é uma das mais tradicionais da Europa, sua origem remontando há mais de 25 séculos, evidência de tradição, memória e identidade marcantes.

No documentário *Chefs Table*, Bottura deixa clara sua conexão com o lugar em que cresceu e relação com os ingredientes e modos de preparo das receitas, tendo declarado várias vezes que em seu sangue há vinagre balsâmico e que seus músculos são de parmesão. A cozinha que Bottura desenvolve está fortemente associada à identidade italiana e à ideia de território, utilizando ingredientes tradicionais do norte da Itália, apresentados de modo pouco convencional. Na descrição do restaurante,

em seu *website* oficial,<sup>3</sup> o trabalho é definido como “doze mesas no coração de Módena que contam a história da tradição em evolução”. Nessa pequena frase em que Bottura resume seu trabalho está evidente a preocupação com as dimensões de tradição e inovação, uma vez que a tradição está colocada em uma perspectiva dinâmica, estando submetida à ação do cozinheiro, da criatividade, do tempo, da história, das técnicas culinárias e das mudanças e transformações da sociedade contemporânea.

Ao utilizar pratos típicos modeneses no cardápio do restaurante, Bottura reúne a qualidade do novo, do atual, do contemporâneo, ao tempo em que conecta a experiência do comensal a uma referência do sabor da infância, da história italiana e da imaginação. Bottura apresenta a tradição de uma maneira não convencional, coloca sua assinatura no processo de quebra paradigmática com o que é comumente compreendido como verdadeira cozinha italiana. A desconstrução visual dos preparos está atrelada a uma estética e experiência gastronômica revolucionárias, por vezes artística, enquanto as técnicas e ingredientes continuam orientados para a história e tradição italianas. Esse aspecto encontra correspondência em uma das tendências da alimentação contemporânea, de gastronomização, em que “o alimento e a bebida deixam de ser pensados como nutriente, como combustível, e passam a ser pensados como comida, como prazer, gosto, cultura e tradição” (BARBOSA, 2009, p. 49).

Atualmente a *Osteria Francescana* oferece um cardápio de tipo *à la carte* e dois cardápios de tipo degustação. Por retratar a conjunção das ideias de tradição e inovação, chama atenção, em especial, o menu degustação nomeado “Tradição em Evolução”. Nessa modalidade, podemos encontrar massas frescas recheadas e servidas em caldo, molhos clássicos como o *bolonhese* e preparos emblemáticos como lasanha e risoto. A questão que se coloca é que o trabalho apresentado não se aproxima do convencional servido em restaurantes regionais, as *trattorias*. *Otortellini* servido no caldo ganha uma nova versão: seis pequenas unidades colocadas em fila, teatralmente apresentadas, acompanhadas por um caldo em estado gelatinoso. Para Bottura, a provocação está em fazer com que os comensais possam, com respeito e atenção, usufruir delicadamente de cada unidade e que, além disso, enfrentem, voluntária ou involuntariamente, a tradição familiar modenese, que apresenta como porção legítima a que contém dez unidades de massa recheada por concha de caldo servido. Nesse sentido, o trabalho do *chef* promove um momento de educação estética e gustativa, uma proposta de experiência alimentar para além do ato biológico, fugindo do modo mecânico cotidiano, podendo ser entendida conforme o papel contemporâneo da

---

<sup>3</sup> Ver: [http://www.osteriafrancescana.it/menu\\_francescana.html](http://www.osteriafrancescana.it/menu_francescana.html).

gastronomia e apontamentos sugeridos por Barbosa (2009, p. 45-46), ao definir que

A gastronomização da alimentação refere-se à estetização, à ritualização, à valorização do sabor e do prazer conferidas ao ato de comer e cozinhar. (...) a passagem de um ato cotidiano, automático e muitas vezes apressado, para um ato de prazer, de lazer, de sociabilidade e de comensalidade.

Podemos ainda agregar a essa imagem da gastronomização da alimentação o serviço oferecido pelo *chef* italiano, que apresenta apenas a parte crocante da lasanha e não sua versão completa, tradicional, composta por camadas intercaladas de massa e molhos. A ideia inicial desse preparo consiste em tornar possível a apresentação de uma reconstrução da lasanha, uma nova versão sem massa fresca, em que a parte crocante, tostada e saborosa, que habitualmente está na borda da travessa, possa ser servida individualmente a cada comensal. De certa forma, a intenção é permitir que o comensal seja capaz de degustar apenas o que Bottura julga ser a melhor parte da lasanha e que essa experiência de partilha extravase os sentidos gustativos e seja capaz de comunicar uma memória pessoal familiar entre cozinheiro e comensais da *Osteria Francescana*.

A primeira impressão de muitos italianos ao trabalho da *Osteria Francescana* é de completa transgressão da tradição e inadequação ao modo clássico e familiar de apresentar os preparos culinários. Muitas dessas sensações e desconforto podem ser interpretados como resultantes do potencial agregador da comida. A comida é expressão marcante da cultura italiana e, no que concerne ao modo de apresentar os alimentos, Bottura trabalha no limite do reconhecimento da tradição. Isso significa que talvez quase todos os italianos reconheçam a lasanha no prato criado pelo *chef*, mas não necessariamente aceitem de bom grado uma versão em que é apresentada apenas sua parte mais crocante.

A ideia central do trabalho de Bottura está, contudo, no diálogo entre tradição e inovação, permitindo que a comida comunique memória, alma e emoção através da experiência gastronômica, mas que também fale de algo além do modo tradicional de servir e comer na Itália.

A expressão culinária contemporânea permite que o alimento seja desconstruído, destilado, reapresentado, modificado e reconstruído em muitas dimensões técnicas, através da interpretação do *chef* de cozinha. A *Osteria Francescana* apresenta ao comensal uma nova versão da tradição, que guarda sabores de um tempo carregado de referências culturais e tem a intenção vívida de integrar o velho e o novo por meio do ingrediente e da técnica culinária. Até certo ponto, a cozinha que Bottura concebe pretende evidenciar, polemizar e reverenciar a cultura gastronômica

italiana, problematizando inclusive a questão de autoria e expandindo os limites da cozinha tradicional.

No contexto de resistência às intervenções em preparos tradicionais, é necessário considerar que a culinária tradicional italiana tem sua fundação nas cozinhas domésticas, com forte tradição familiar, altamente prestigiada. Nesse sentido, a cozinha e a culinária, de acordo com Canesqui e Garcia (2005, p. 11),

(...) guardam histórias, tradições, tecnologias, procedimentos e ingredientes submersos em sistemas socioeconômicos, ecológicos e culturais complexos, cujas marcas territoriais, regionais ou de classe lhes conferem especificidade, além de alimentarem identidades sociais ou nacionais.

A identidade italiana está fortemente conectada à alimentação e à ideia de legitimidade e autenticidade. Os italianos são conhecidos por respeitar de modo quase formal a cozinha regional, tradicional e familiar. Uma cozinha regional tal como a italiana deriva de usos, costumes e valores compartilhados por povos de uma determinada região que servem como distintivos em relação a outros povos e regiões. Nesses ambientes, os ingredientes mais consumidos e preparos mais comuns transformam-se no emblema identitário, marco de referência para um grupo de pessoas.

A própria tradição pode ser entendida como parte constituinte de um sistema culinário. Para Mahias (1991, *apud* GONÇALVES, 2002: 4-5), esse sistema teria como características o caráter estruturado e a interdependência de seus elementos constitutivos, a saber: “a) processos de obtenção de alimentos (caça, pesca, coleta, agricultura, criação, troca ou comércio); b) seleção de alimentos (sólidos e líquidos, doces e salgados etc.); c) processos de preparação (cozimento, fritura, temperos etc.); d) saberes culinários; e) modos de apresentar e servir os alimentos (marcados pela formalidade ou pela informalidade); f) técnicas corporais necessárias ao consumo de alimentos (maneiras à mesa); g) ‘refeições’: isto é, situações sociais (quotidianas e rituais) em que se preparam, exibem e consomem determinados alimentos; h) hierarquia das ‘refeições’; i) quem oferece e quem recebe uma ‘refeição’ (quotidiana ou ritual); j) classificação de comidas principais, complementares e sobremesas; k) equipamentos culinários e como são representados (espaços, mesas, cadeiras, esteiras, talheres, panelas, pratos etc.); l) as classificações do ‘paladar’; m) modos de se dispor dos restos alimentares etc.”.

O que Bottura propõe atravessa todo o sistema culinário, provocando tensões entre o velho e o novo. Por isso o trabalho da *Osteria Francescana* foi tão criticado e por vezes incompreendido. Trabalhar no limite e na tensão da criação e da reprodução do saber-fazer culinário é lidar com

uma fronteira movediça no que se refere a novos paradigmas de construção da alimentação contemporânea.

Na mesma medida em que a *Osteria Francescana* apresenta o novo, reverencia o tradicional, o que pode ser observado pela participação e contribuição de Lidia Cristoni, uma senhora modenese que, no documentário, é mostrada ensinando os jovens cozinheiros da equipe do restaurante de Bottura a preparar massa fresca de acordo com a tradição do norte da Itália. Nas aulas, são preparadas massas recheadas, que demandam conhecimento específico de dobras da massa, um saber-fazer compartilhado, vivido e comunicado pela experiência. Nesse sentido, a comida pode ser meio de salvaguardar traços identitários e regionais e também “[...] pode falar de identidades perdidas, tradições e práticas que permanecem ao passo que sua memória foi obscurecida” (WOORTMANN, 2013, p. 12). Além disso, cozinhar exige uma memória múltipla, que perpassa a aprendizagem com gestos e consistências, com a atenção aos tempos e movimentos do passo-a-passo do fazer culinário, transmitidos através da experiência vivenciada pelo indivíduo e pelo grupo a que pertence.

O parmesão é uma marca regional nortenha de extrema importância, e a qualidade dos queijos *parmegiano reggiano* é mundialmente reconhecida. Em 2012, houve na região um terremoto que comprometeu 360 mil quilos desse queijo, deixando as famílias produtoras em situação crítica. Nessas condições, Bottura difundiu uma receita de risoto que incluía o queijo como ingrediente básico. Essa iniciativa possibilitou que toda a produção fosse escoada e consumida, que a receita ganhasse visibilidade mundial e que as famílias produtoras não tivessem sua atividade comprometida. Foi assim que Bottura batizou a iniciativa de “receita com função social”. No cardápio de degustação de seu restaurante, o queijo parmesão é apresentado em uma versão de cinco texturas. Esse preparo culinário demonstra um respeito pela integralidade do ingrediente, utilizando da casca ao miolo, extraindo o máximo de proveito de todas as partes do produto. As cinco texturas são apresentadas em um único prato, mas trabalhadas individualmente através de técnicas culinárias distintas, permitindo a degustação de formas e texturas completamente diferentes na busca de um conjunto técnico e sensorialmente intrigante. Tal como evidenciado na receita do *chef*, para Barbosa (2016, p. 111).

Cada prato, cada refeição deve corresponder a uma sinfonia dos sentidos: o tato por meio do contraste de diferentes texturas; a visão por meio das cores, do *design* dos alimentos e da montagem dos pratos e a audição por meio dos sons da cozinha. Tudo isso tem o objetivo de fazer o comer uma experiência que transcenda o cotidiano, mobilize as emoções e provoque o cérebro.

De certa forma, o trabalho gastronômico do *chef* Bottura torna visível a cultura culinária italiana, seus ingredientes, história, limites e tradições. Os ares contemporâneos da reinvenção do modo de compreender a comida, do modo de comer e dos modos de cozinhar coabitam o espaço da tradição familiar agregadora de identidades e sentimentos. Nesse sentido, parece ser possível, com esse tipo de iniciativa, acercarmo-nos da cultura alimentar de um povo e suas transformações, mediadas pela culinária.

### O caso do *buffet* pelotense: fusão latina

A princípio, cabe relatar que a região de Pelotas, no Rio Grande do Sul, é reconhecida pela tradição doceira em sua vertente de influência portuguesa, na mesma medida em que a culinária regional gaúcha tem no churrasco a identidade materializada. Esses poderiam ser considerados pratos *totem*, uma vez que portadores de grande valor simbólico, apresentando-se como marcadores de identidade, afirmando tradição e ancestralidade, bem como traços de especificidade e diferença na relação com outras cozinhas e preparos (CONTRERAS, 2007). Nesse cenário histórico e gastronômico, o *Madre Mia* busca a execução de múltiplas influências e tradições culinárias. De acordo com o próprio restaurante, a “fusão latina” ocorre na interação dos espaços do bar, restaurante, galeria de arte e espaço cultural, assim como o conceito está apresentado na comida servida e preparada. Para o *Madre Mia*: “Nossa cozinha é uma fusão: de conceitos, ingredientes, técnicas e sabores. Cozinha de fusão é o estilo de culinária que mescla ingredientes de um local com técnicas e conceitos de outro, gerando novas versões de clássicas receitas. Valorizamos a produção local e artesanal, evitando ingredientes industrializados e gerando uma conexão mais forte entre cozinheiros, produtores e clientes”.<sup>4</sup>

O restaurante está localizado na região central da cidade, não distante de alguns prédios históricos. O serviço de almoço funciona de segunda a domingo, a partir das 11h30. A fachada é minimalista, pintada em tom ocre. Uma grande porta de madeira e uma pequena placa anunciam a presença do restaurante. O ambiente interno é tomado por trabalhos de artistas locais e as paredes são decoradas com grafismos e papéis de parede. As mesas não são cobertas por toalhas e é um papel customizado que identifica os lugares dos assentos e dos pratos à mesa. O salão acomoda mais de 100 pessoas, considerando o salão principal, a área externa e uma pequena sala que fica aos fundos do restaurante. A proposta do *Madre Mia* engloba um espaço de arte, música, eventos, inserção na rua e experiências gastronômicas.

---

<sup>4</sup> Ver: <http://www.madremia.la/madremia>.

Ao meio-dia o *Madre Mia* serve almoço no estilo *buffet*, que abrange uma variedade de preparos e ingredientes, muitos de inspiração latino-americana. No turno da noite o serviço é feito à *la carte*, sendo ofertada uma variedade de comidas para acompanhar as bebidas, em especial o chope, como hambúrgueres, batatas fritas, petiscos e sobremesas. O serviço da noite trabalha com um cardápio fixo que sofre alterações sazonais. O cardápio do almoço apresenta alguns preparos preestabelecidos, oferecidos diariamente, como tortilhas de farinha de milho ou trigo, creme de abacate condimentado com cebola, tomate e coentro, além da torta vegetariana recheada com legumes, saladas frescas, feijão preto ou carioca cozido e arroz branco. Os demais elementos do *menu* são variáveis, atendendo ao conceito central de comida latina, podendo incluir carnes assadas lentamente ou grelhadas acompanhadas por molho espesso, massas frescas e recheadas, purês de tubérculos e outros preparos culinários.

Se no caso da *Osteria Francescana* focamos as continuidades e rupturas observáveis nos pratos elaborados pelo *chef* para trazer elementos à análise, no caso do *Madre Mia* o olhar será conduzido às técnicas e equipamentos, agregando à discussão sobre tradição e inovação outros aspectos.

No espaço da cozinha do restaurante, encontramos equipamentos de última geração, tais como uma embaladora a vácuo e um termocirculador,<sup>5</sup> assim como outros que poderíamos classificar como vinculados a um saber técnico tradicional, como um defumador e um espaço para fogo de chão, com espetos e grelhas para produzir assados na brasa. A existência desses elementos anuncia a maneira com que técnicas e equipamentos de gerações tecnológicas e especialidades diversas coexistem em um espaço e corroboram para a ampliação do campo técnico de práticas e possibilidades culinárias.

Os avanços tecnológicos, principalmente desencadeados a partir de 1970, interferiram no aspecto estético e na funcionalidade dos itens de cozinha. Em especial, os fornos sofreram alterações significativas. Fornos elétricos, com capacidade de produção maior, funções de cozimento a vapor, circulação de ar na parte interna da cabine de cozimento e painéis com controle digital, termômetros e termostatos embutidos passaram a ocupar o lugar dos tradicionais fornos a gás. A modernização da aparelhagem da cozinha varia de acordo com a capacidade de investimento e com a visão da gerência do restaurante. Muitas vezes há o

---

<sup>5</sup> O termocirculador é equipamento utilizado na técnica de *sous-vide*, ou seja, é uma máquina que mantém o banho-maria em movimento e em temperatura constante. Para a execução do *sous-vide*, os alimentos embalados a vácuo são submersos por horas nesse banho de água quente, a fim de obter texturas macias e a menor perda de nutrientes e peso final dos ingredientes.

interesse na renovação dos equipamentos, mas existe uma limitação de investimento financeiro que interfere diretamente sobre essa tomada de decisão.

Além disso, equipamentos modernos exigem do cozinheiro adaptações dos processos culinários, habilidades a serem desenvolvidas e conhecimentos específicos agregados ao cotidiano. Apesar de cumprir funções equivalentes, a passagem de fornos tradicionais, como os a gás, para fornos “ultratecnológicos” solicitam dos cozinheiros verdadeira transformação em termos de aptidão técnica. Fornos combinados, que apresentam funções de cocção mistas, que mesclam calor seco e úmido, podem ser úteis em preparos diversos, como no caso de legumes assados. No calor misto, o forno combinado inclui vapor durante o processo de cocção, fazendo com que os vegetais assem sem ressecar, o que assegura textura final mais tenra, interessante para preparos como purês e legumes finalizados na manteiga ou azeite. Carnes preparadas em calor misto também apresentam textura mais macia, já que a umidade é mantida no interior do assado.

O defumador, que no caso do restaurante consiste em um tonel de metal pequeno e rudimentar, de quatro pés e tampa, é utilizado para assar tomates, bananas, cebolas e outros ingredientes, que são infundidos pelo aroma e sabor da fumaça. Os tomates são usados em molhos rústicos, não homogêneos, contendo grandes pedaços que ficam visíveis ao olhar e ao paladar. O molho de tomate defumado acompanha carnes, hambúrgueres e massas. As bananas defumadas são transformadas em purê, para sobremesas. As cebolas ganham novas versões em molhos e acompanhamentos.

É interessante dizer que a defumação é um processo reconhecido para a conservação de alimentos e concede sabor especial de acordo com a fumaça produzida a partir da madeira escolhida, tradicionalmente utilizada para carnes e embutidos. Entretanto, no restaurante observado a técnica tradicional é utilizada como etapa da construção do sabor de outros pratos.

Por sua vez, o espaço de assados fica na área externa, em uma zona rodeada por mesas e cadeiras, em contato direto com os clientes. Em eventos, ou aos sábados - chamados de *sábados raros* - são assadas sobre o calor da brasa grandes peças de carne, como costelas bovinas e pernis de cordeiro, que farão parte do recheio de sanduíches em várias versões, como *entre panes*<sup>6</sup> e *burritos*. Também nesse caso a técnica de assar através

---

<sup>6</sup> *Entre panes* são preparos apresentados “entre pães”; essa nomenclatura é utilizada pelo restaurante na descrição contida no cardápio para apresentar hambúrgueres e outros sanduíches. Já *burrito* é um preparo mexicano que consiste em uma tortilha enrolada e recheada.

do calor da chama é etapa intermediária do processo, quase cênica, uma vez que realizada diante dos comensais.

Assim, técnicas culinárias tradicionais são ressignificadas em novas versões de preparos. Um defumador, que fora concebido para acomodar carnes, passar a receber frutas e vegetais constitui mudança digna de nota. Tal tipo de movimento ressalta os modos pelos quais cozinheiros interagem com a criatividade, com a inventividade, com suas habilidades e com as receitas culinárias. Quase no limite da transgressão, os equipamentos são colocados à disposição da técnica que, por sua vez, está no domínio de decisão do cozinheiro, sendo reapresentados em suas possibilidades de manuseio, em busca do melhor sabor possível.

No caso das novas tecnologias, as presenças da embaladora a vácuo e do termocirculador não passam despercebidas. Esses são equipamentos que refletem significativo investimento financeiro e novas possibilidades de usos técnicos. Exatamente por isso, exigem da equipe de cozinha domínio específico sobre procedimentos e modos de fazer, a fim de encontrar caminhos para produzir experiências comestíveis. A modernização e a mudança tecnológica de equipamentos e utensílios estão no escopo de interesse dos estudos dos procedimentos culinários, uma vez que “alteramos a textura, o sabor, o teor nutritivo e as associações culturais dos ingredientes pelo simples uso de utensílios e técnicas em seu preparo” (WILSON, 2014, p. 16).

No restaurante *Madre Mia*, em certas ocasiões o peito de frango é submetido ao processo *sous-vide*. Inicialmente os pedaços de peito de frango desossado são acomodados em sacos plásticos, temperados com ervas e especiarias para então passar pela embaladora a vácuo, que extrai todo o ar da embalagem. Em seguida, os sacos são colocados, por duas horas, em baixa temperatura (65 °C), no termocirculador. Ao sair do equipamento, a carne é frita em imersão na gordura vegetal. Por último, os pedaços são fatiados e levados à apresentação, no *buffet*.

Desse modo, o produto apresentado aos comensais nada mais é do que frango frito. À cozinha são enviados elogios sobre a carne, tenra e gostosa, mas os clientes não imaginam todo o processo a que o frango fora submetido. É interessante notar que o preparo é modificado na intenção de aprimorar características sensoriais do alimento, mas sem que haja modificação em sua apresentação, que pudessem gerar problemas no reconhecimento do produto.

A busca do cozinheiro é pelo melhor sabor, não uma jornada que se justifique pela mera transformação tecnológica. Até porque consumir algo perpassado por técnicas não tão conhecidas poderia despertar a desconfiança do cliente, confrontando sua definição de fronteira do comestível, ou o receio de comer algo “tecnologicamente modificado”.

Cabe lembrar o paradoxo do onívoro, como proposto por Fischler (1995, p. 62-63),

Por um lado, por ser dependente da variedade, o onívoro se encontra impulsionado à diversificação, à inovação, à exploração, à mudança, que podem ser vitais para ele. Mas por outro lado, e simultaneamente, está obrigado à prudência, à desconfiança, ao “conservadorismo”; é, de fato, um perigo potencial. O paradoxo do onívoro se situa na tensão, na oscilação entre esses dois polos, o da neofobia (prudência, temor diante do desconhecido, resistência à inovação) e o da neofilia (tendência à exploração, necessidade de mudança, de novidade, de variedade).

Ao passo que receios podem acompanhar o experimentar uma nova comida, cozinheiros aventuram-se por jornadas cada vez mais complexas. Questões que envolvem rupturas e continuidades entre tradição e inovação são relacionadas a processos históricos e sociais. A manutenção de práticas e substituição de ingredientes configuram processos de negociação que surgem a partir de aproximação cultural. A própria tradição é, assim, tomada como artefato sujeito à ação da cultura, tal como proposto por Flandrin e Montanari (1998, p. 868):

É porque as tradições (...) não aparecem já completamente formadas na origem, mas são criadas, modeladas, definidas progressivamente pela passagem do tempo e os contatos entre culturas que, segundo os momentos, se cruzam ou se enfrentam, se sobrepõem ou se misturam. (...) Cada “tradição” é filha da história – e a história nunca é imóvel.

Podemos tomar como exemplo a inclusão de alimentos nas dietas europeias a partir dos séculos XV e XVI, fomentada pelas grandes navegações, provocando processo de adaptação do uso de outros ingredientes nas dietas alimentares. O caso do milho, nativo das Américas, representou inclusão de ingrediente com manutenção de modos de fazer, na medida em que substituiu outros cereais no preparo de papas e sopas, dando origem à polenta (CONTRERAS; GRACIA, 2004; MENASCHE, 2009). A história da origem da polenta e a trajetória de itens não usuais – como tomates e bananas – submetidos à defumação na cozinha do *Madre Mia* apresentam contextos culturais e históricos distintos, mas anunciam manutenção da técnica e ajuste na escolha de ingredientes.

Enquanto expressão cultural, a cozinha é espaço de manifestação de saberes específicos, adaptados ao tempo ao qual pertencem. Nesse sentido, a inclusão de novas tecnologias em procedimentos técnicos acaba

por incorporar novo saber-fazer não comunicado a quem come, mas capaz de produzir resultado de qualidade superior em comparação a modos de fazer tradicionais, como no caso do frango frito. O compromisso com a tradição, nesse caso, está em produzir um preparo reconhecível e familiar, ao passo que a ruptura se dá na intervenção dos modos de fazer.

No trabalho do *Madre Mia*, notamos a coexistência de equipamentos tradicionais com novos usos e equipamentos na produção de sabores conhecidos, em processos de aprimoramento de etapas do fazer culinário. Nesse sentido, ao estabelecer diálogo entre tradição e inovação, podemos apontar a mediação entre saberes novos e sabores já vividos e a coexistência de tecnologias e equipamentos de diversos tipos e gerações. Ainda assim é importante considerar que tanto o processo de mediação quanto o de coexistência entre tradição e inovação são guiados por escolhas dos cozinheiros.

### **Considerações finais**

Comer e cozinhar tornam evidentes a cultura a que pertencemos. A história da gastronomia remonta a uma comida servida às elites e restrita aos mais abastados, constituindo o que até hoje reconhecemos e conhecemos por meio dos guias gastronômicos como alta cozinha. Com a democratização da alimentação fora do lar e da popularização dos restaurantes, passamos a acompanhar uma série de circunstâncias da vida social acontecendo em ambientes semi-públicos. Outras questões relacionadas aos fluxos de consumo e seus processos de atribuição de significado também se tornaram pertinentes aos discursos de alimentação, em especial no que se refere à gastronomia. Neste artigo, o intuito foi conduzir o olhar para questões relativas à tradição e inovação, para isso buscando elementos na alta cozinha e na cozinha profissional a partir de suas aproximações.

No caso da *Osteria Francescana*, o apreço pela tradição da comida produzida reside no uso contínuo de ingredientes regionais. As técnicas por vezes são mantidas, por vezes modificadas, e a apresentação visual rompe com a ideia de tradição e se apresenta como manifestação de uma assinatura pessoal, tornando o preparo culinário visualmente irreconhecível diante de seu correlato tradicional. Ainda assim, há a aproximação entre tradição e inovação, em especial nos movimentos de tensão e união entre ingredientes clássicos, ensinamentos familiares, técnicas de conservação e preparo antigas reapresentadas em novas versões.

Por sua vez, o restaurante pelotense *Madre Mia* utiliza equipamentos e processos culinários inovadores na construção de sabores e texturas. Em seu fazer culinário, pretende apresentar o sabor reconhecível por seus

comensais em uma execução técnica não tradicional, como no preparo de peito de frango no *sous-vide*. Em outros processos, faz uso de equipamentos tradicionais no desenvolvimento de sabores novos, colocando o saber-fazer tradicional em relação com a intervenção criativa, como nos usos diversos do defumador.

Se por um lado a *Osteria Francescana* reproduz técnicas culinárias tradicionais em estéticas contemporâneas, o restaurante *Madre Mia* intervém em modos de fazer tradicionais, mantendo o resultado da estética original reconhecida por seu grupo de consumidores. Durante a transformação culinária, cozinheiros de origens e trajetórias distintas interferem em dimensões da tradição e inovação apresentando novas possibilidades de compreender contextos culinários por meio de canais de interação que acomodam fluxos de baixo para cima, no caso da adesão de receitas e apresentações tradicionais, e de cima para baixo, no uso de novas tecnologias e intervenções criativas em preparos tradicionais.

Cozinhar configura um domínio em que tradição e inovação têm importâncias equivalentes, estando entrelaçadas pelos elos da história, da cultura e do tempo. Os caminhos entre uma e outra proporcionam experiências significativas, em que podemos analisar permanências, transformações, processos de reinvenção, negociação, manutenção e possíveis rupturas ou fraturas. Todos esses reverberam modos de compreender a comida, do comer e do cozinhar, coexistindo na contemporaneidade.

## Referências bibliográficas

- BARBOSA, Livia. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Janine K. *Juventude, consumo e educação 2*. Porto Alegre: ESPM, 2009, p. 15-64.
- BARBOSA, Livia. Ética e estética na alimentação contemporânea. In: CRUZ, Fabiana T.; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio. *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016, p. 95-123.
- BENEMANN, Nicole W. *Histórias de cozinha: uma etnografia gastronômica*. 2017. 96p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Manda Diez. Uma introdução à reflexão sobre a abordagem sociocultural da alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez. *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 9-19.

- CERTEAU, Michel de et al. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 5.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- COLLAÇO, Janine. Restaurantes: classificações e diálogos entre lógicas no cenário da capital paulista. In: MENASCHE, Renata et al. (Org.). *Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012. p. 245-260.
- CONTRERAS, Jesús. Alimentación y religión. *Humanitas Humanidades Médicas*, n. 16, p. 1-22, 2007.
- CONTRERAS, Jesús H.; GRACIA ARNAIZ, Mabel. Alimentación, “cocina” y identidad cultural. In: CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentación y cultura: perspectivas antropológicas*. Barcelona: Ariel, 2004. p. 215-229.
- ERIKSON, Carla. *The hungry cowboy: service and community*. Jackson: University Press of Mississippi, 2009.
- FISCHLER, Claude. *El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama, 1995.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- GACHET, Nathalie. Présentation et préparation des mets dans la restauration classée française: changements, innovations et résistances. Dynamique des pratiques alimentaires. *Techniques & culture*. Paris, 1998, p. 31-45.
- GIARD, Luce. Cozinhar. In: CERTEAU, Michel de (Org.). *A invenção do cotidiano, morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GIMENES, Maria H. S. G.; MORAIS, Luciana P. Os lugares da tradição e da inovação na culinária regional. In: *I Seminário sobre Manifestações Culturais Tradicionais*. São Cristóvão: UFSE. 2012.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. A fome e o paladar: uma perspectiva antropológica. In: *Alimentação e Cultura, Série Encontro e Estudos 4*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2002.
- GOODY, Jack. *Cocina, cuisine y classe: estudio de sociologia comparada*. Barcelona: Gedisa, 1995.
- LEITÃO, Débora; MACHADO, Rosana. O luxo do povo e o povo do luxo: consumo e valor em diferentes esferas sociais no Brasil. In: LEITÃO, Débora; LIMA, Diana; MACHADO, Rosana. *Antropologia e Consumo: diálogos entre Brasil e Argentina*. Porto Alegre: AGE, 2006. p. 23-46.
- MADRE MIA. Site oficial do restaurante Madre Mia. Disponível em: <<http://www.madremia.la/madremia>>. Acesso: 17 jul. de 2017.
- MASSIMO BOTTURA. Direção: David Gelb. In: *CHEF’S TABLE*, 2015. Estados Unidos: Netflix Produtora. 1 Temporada. 6 Ep., Ep.1. 52min.

- MENASCHE, Renata. Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa. *Ruris*, Campinas, v. 3, n. 2, fev./ago. 2009, p. 195-218.
- MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, out. 2001, p. 31-42.
- OSTERIA FRANCESCANA. Site oficial do restaurante Osteria Francescana. Disponível em: <[http://www.osteriafrancescana.it/menu\\_francescana.html](http://www.osteriafrancescana.it/menu_francescana.html)>. Acesso: 17 fev. de 2016.
- SAMMELS, Clare; SEARLES, Edmund. Restaurants, fields, markets, and feasts: food and culture in semi-public spaces. *Food and Foodways*, v. 24, n. 3-4, set. 2016, p. 129-135.
- SPANG, Rebecca. *A invenção do restaurante*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.
- SUTTON, David; BERISS, David. Starter: Restaurants, ideal post modern institutions. In: *The restaurants book: ethnographies of what we eat*. Oxford: Berg, 2007, p. 1-17.
- TRUBECK, Amy B. *Haute Cuisine: how French invented the culinary profession*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2000.
- WILSON, Bee. *Pense no garfo: uma história da cozinha e de como comemos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- WOORTMANN, Ellen. A comida como linguagem. *Habitus*, Goiânia, v. 11, n. 1, jan./jun. 2013, p. 5-17.

BENEMANN, Nicole Weber e Renata Menasche. Pitadas sobre tradição e inovação na cozinha contemporânea: por uma antropologia do cozinhar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 477-496, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** (*Pitadas sobre tradição e inovação na cozinha contemporânea: por uma antropologia do cozinhar*). A gastronomia e a culinária participam de processo estruturado em práticas culturais e simbólicas, que têm referências na própria dinâmica social. Cozinhar e comer são etapas sinérgicas da relação do homem com a natureza, bem como com sua cultura. Trazendo à análise o trabalho do cozinheiro italiano Massimo Bottura – retratado em série documental produzida por Netflix, intitulada *Chef's Table* – e observando práticas encontradas em uma cozinha

profissional estudada na cidade de Pelotas/RS, este trabalho pretende analisar questões pertinentes a tradição e inovação no cenário gastronômico. Para tanto, recorreremos à análise do documentário, revisão de literatura e pesquisa etnográfica. Este trabalho pretende participar do debate sobre questões referentes a continuidades, rupturas e convivências geradas e modificadas pela ação de cozinheiros profissionais, em iniciativa que se propõe a contribuir para uma antropologia do cozinhar.

**Palavras-chave:** tradição, inovação, comida, restaurante, antropologia da alimentação.

**Abstract:** (*A pinch of tradition and innovation in the contemporary cuisine: towards an anthropology of cooking*). Gastronomy and the kitchen participate in a structured process in cultural and symbolic practices that have references in broader social dynamics. Cooking and eating are synergistic steps in man's relationship with nature, as well as with his culture. Through observation of the work of Chef Massimo Bottura – portrayed in a documentary series produced by Netflix, entitled *Chef's Table* – and of practices found in a professional kitchen studied in the city of Pelotas/RS, this paper analyzes issues pertinent to tradition and innovation in the gastronomic scenario. To achieve the objectives of the discussion, we used documentary analysis, literature review and ethnographic research. This work contributes to the debate on issues related to continuities, ruptures and coexistence generated and modified by the action of professional cooks.

**Keywords:** tradition, innovation, food, restaurant, food anthropology.

Recebido em abril de 2017.

Aceito em junho de 2017.

*Cultura alimentar no contexto do sistema familiar rural contemporâneo na Zona da Mata de Minas Gerais*

**Introdução**

Neste artigo apresento um recorte de pesquisa realizada, em 2015, com famílias rurais dos municípios de Piranga, Presidente Bernardes e Porto Firme, na Zona da Mata Mineira. A pesquisa foi elaborada para tese de doutorado cujo objetivo foi analisar o significado da comida e as relações de comensalidade, atendo-se às mudanças e permanências referentes às práticas alimentares das famílias. Mais especificamente, analisar a articulação entre o tradicional e o moderno, o processo de escolha alimentar e os princípios que a determinam, como hábitos e cultura alimentar, praticidade, custo, a importância da cultura herdada na reprodução do gosto, no processo de significação e ressignificação da comida atrelada às práticas, aos saberes e aos hábitos, tanto no cotidiano quanto nos rituais. Tais famílias estão inseridas em uma das regiões mais antigas de Minas Gerais, uma das primeiras onde teve início a exploração de ouro pelos bandeirantes no Estado, por volta de 1693. Presidente Bernardes e Piranga possuem a maior população rural da Zona da Mata mineira, segundo dados do IBGE de 2010. Piranga, anteriormente conhecida como Guarapiranga, abrigou como distritos os atuais municípios de Porto Firme e Presidente Bernardes (antes chamado de Calambau) e que foram emancipados em 1953.

A pesquisa trouxe importantes contribuições no que se refere aos hábitos e práticas alimentares das famílias, sejam aquelas que permanecem no cotidiano e em ocasiões especiais, mas também as mudanças que estão ocorrendo como reflexo da resposta dessas famílias às transformações que ocorrem no mundo contemporâneo. A

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Segurança Alimentar e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Rural, pesquisadora associada da Rede Naus - Rede Ibero-Americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade. E-mail: romislima2@gmail.com.

metodologia escolhida foi qualitativa, utilizando-se da entrevista semiestruturada com 40 famílias, da observação, de registros fotográficos e do caderno de campo. Entre outras questões, busquei verificar junto às famílias a influência da herança culinária envolvendo a cultura imaterial (eventos relacionados à comida que são tradicionais na família); a representação das práticas alimentares no tempo passado e presente e o papel dos guardiães da tradição da culinária familiar; a relação com a tradição, bem como com os modos de alimentação moderna.

Se a ação de comer é algo tão íntimo ao ser humano, conforme reflete Mintz (2001), analisar os hábitos e as práticas alimentares de pessoas e grupos se torna uma atividade de grande responsabilidade. Trabalhar os dados de forma analítica e crítica, à luz das abordagens teóricas e, portanto, longe do julgamento do senso comum é o papel do pesquisador. A prática empírica é também trabalho analítico e reflexivo, mas é sobretudo – concordando com a ideia de Peirano (1995, p. 57), “trabalho artesanal, microscópico, detalhista e que traduz, como poucas outras, o reconhecimento do aspecto temporal das explicações”.

Para esta pesquisa, as questões em torno dos hábitos, práticas alimentares e sociabilidades das famílias rurais foram fundamentais para a investigação científica pretendida. Assim, foi necessária a compreensão por parte dos interlocutores da importância de sua participação. Coube a eles, após o entendimento da pesquisa, abrir a sua intimidade alimentar cotidiana. Fui convidada pelos entrevistados – mulheres, na maior parte – a “adentrar e puxar assento” na cozinha. Também me convidaram para conhecer o quintal, colher verdura na horta e, inclusive, a participar das refeições, fosse almoço, fosse “merenda” ou mesmo apanhar frutas diretamente do pé durante conversas ocorridas no pomar. Assim, por seis meses, percorri regiões rurais de desses municípios fazendo descobertas, aprendendo, apreendendo, dialogando, analisando, questionando e refletindo sobre os sentidos da comida e do comer no espaço rural contemporâneo das famílias pesquisadas. Neste sentido, é importante clarear a concepção de rural que orienta este trabalho. Refere-se a um rural que não é estático e nem preso ao passado, tampouco homogêneo. Consciente de que o Brasil é formado por muitos rurais e que a divisão entre rural e urbano vai se tornando cada vez mais difícil de ser percebida na contemporaneidade. Adotamos, neste sentido, sobretudo as compreensões da categoria de rural de Carneiro (1998, 2005 e 2012) e de Wanderley (2000 e 2010).

## **O suporte teórico**

As análises da pesquisa empírica foram construídas à luz das abordagens teóricas da antropologia e sociologia da alimentação e da história da alimentação. Toda a bagagem teórica foi muito importante

para a trajetória da pesquisa, mas sobretudo, aquelas leituras que tornaram mais claras as correlações entre alimentação/comida e cultura permitindo absorver que a natureza da alimentação pouco faz sentido quando apreendida isoladamente, ou seja, fora do seu contexto sociocultural. Neste sentido, vejamos como alguns estudos refletem sobre isso.

Crotty (1993, apud DELORMIER *et al.*, 2009) defende que a prática alimentar abrange duas acepções. Aquela posterior à ingestão do alimento e que está relacionada ao universo da biologia (fisiologia e bioquímica) e aquela anterior à ingestão. Este último está relacionado às questões culturais e sociais, ou seja, à natureza social do comer. Segundo a autora, no campo da disciplina da nutrição dá-se pouco valor a este último aspecto, até mesmo devido aos seus objetivos técnico-científicos. Ambos os autores defendem que não considerar os aspectos sociais e culturais no campo de interesse representa, de certa forma, uma limitação a qualquer disciplina. Consideram que o processo de escolha alimentar, na maior parte das vezes, não se dá primeiramente pela opção nutricional, mas sim pelas influências do convívio social cotidiano, presentes nas relações familiares, no local de trabalho, na escola e em outros espaços de convivência que permitem trocas e participam na construção das práticas alimentares.

A atribuição de *status* simbólico dado ao alimento e ao ato de comer é definida, segundo alguns autores, pela diferença semântica entre “comida” e “alimento”. DaMatta (1987), ao estudar a comida brasileira, defende que toda substância nutritiva é um alimento, mas nem todo alimento é comida. Alimento, aponta o autor, é universal e geral, é o que o indivíduo ingere para se manter vivo, já a comida ajuda a situar uma identidade e definir um grupo, uma classe, uma pessoa. “Temos o alimento e temos a comida. Comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se” (DAMATTA, 2001, p. 56). Em uma aproximação a DaMatta (1987), Woortmann (1985) considera “comida” como o oposto de mantimento, embora derive dele. Pois comida é a transformação do mantimento através da culinária.

Neste sentido, comer proporciona uma relação de intimidade entre seres humanos, pois há o investimento psicossocial no processo de escolha dos alimentos. A própria ingestão alimentar demonstra a intimidade existente entre a comida e o corpo considerando que trata daquilo, que segundo Mintz (2001, p. 31), “é colocado para dentro do corpo”. O autor defende que “nenhum outro comportamento não automático se liga de modo tão íntimo à nossa sobrevivência”. Comida é, assim, o alimento transformado pelas representações sociais e culturais. É o que sugere também Montanari (2008). Para este autor, diferentemente das outras espécies

animais, o homem aproveita os alimentos que encontra na natureza, mas isso não o impede de querer também criar a própria comida usando esses alimentos básicos encontrados, mas transformando-os pelo uso do fogo e das práticas tecnológicas que se desenvolvem nas cozinhas. “Os valores de base do sistema alimentar se definem como resultado e representação de processos culturais que preveem a domesticação, a transformação e a reinterpretação da natureza” (p. 15). O consumo dos alimentos também é tratado como cultura pelo autor, uma vez que o homem escolhe o que comer baseado em critérios de ordem econômica, nutricional, preferências, mas também em simbologias atribuídas ao alimento, portanto, comida. Por essas razões “a comida se apresenta como elemento decisivo da identidade humana e um dos mais eficazes instrumentos para comunicá-la” (p. 16).

### **Sobre o perfil das famílias**

Na região pesquisada predomina a agricultura de base familiar. As famílias pesquisadas possuem em média 3,6 pessoas, sendo a maior parte composta por casais de aposentados morando sozinhos. Porém, em algumas delas, filhos que moram nas proximidades se responsabilizam pelas atividades produtivas do sítio dos pais. A produção agrícola é basicamente para autoconsumo, com comercialização do excedente. O cultivo de milho objetiva a produção de fubá, que possui importância fundamental para a alimentação das famílias e dos animais. O fubá é utilizado na preparação do angu - alimento consumido sempre no almoço e no jantar e na elaboração da broa, uma das principais quitandas elaborada diariamente.

As atividades centrais para a geração de renda correspondem aos processos de produção de leite, carvão, café, feijão e cachaça. As famílias desenvolvem duas ou três atividades ao mesmo tempo: leite e carvão; café e feijão consorciados e carvão; leite e café. A produção para autoconsumo se baseia em milho, feijão e outras leguminosas, hortaliças, frutas, frangos e porcos caipiras. Nas famílias em que a aposentadoria é a única fonte de renda, a produção agrícola se destina apenas para o autoconsumo. Nas famílias em que a renda é obtida da atividade agrícola e de outra fonte, a maior parte desta última é gerada pelo trabalho das mulheres envolvidas nas atividades de serventes e merendeiras nas escolas rurais e urbana, ou como diaristas em casas próximas e há, ainda, as que produzem quitandas e salgados para vender no entorno ou na cidade próxima.

### **Atividades cotidianas de trabalho nos sítios**

A maior parte de meus interlocutores foi composta por mulheres. Mesmo quando os homens estavam presentes elas eram as mais ativas no

diálogo. Assim, muitas das informações sobre o trabalho do cotidiano estão vinculada à realidade vivenciada por elas, cujas atividades são muito diversificadas. Envolvem os cuidados da casa, do quintal, da horta, a alimentação da família, atividade leiteira, de roçado e carvoaria e, em alguns casos, trabalho externo ao sítio que lhes garantem renda. Observei pelos depoimentos que o trabalho com a horta não é visto como uma atividade agrícola porque ela é percebida como extensão do quintal e da cozinha e, portanto, está ligada aos elementos da casa e ao trabalho que envolve o ambiente doméstico – incluindo a preparação da comida. O trabalho do entorno próximo à casa, como galinheiro, chiqueiro e horta, é considerado pelos entrevistados e entrevistadas como sendo de responsabilidade feminina. Trabalhar na roça significa o serviço de capina, de roçar o milho, o feijão, colher café etc., considerado pela família como de responsabilidade masculina.

As famílias formadas por aposentados, que representam a maioria nesta pesquisa, têm uma realidade cotidiana de trabalho menos ativa. Ao falarem de seu dia a dia os homens disseram quase não executar mais atividades agrícolas como a capina e o roçado. Fazem uma ou outra atividade, que consideram uma ajuda à esposa que é o cuidado do serviço do entorno da casa, que envolve cuidar das galinhas e alimentar os porcos. Fazem isso “para não ficar parado de tudo”, conforme justificou Nélio<sup>2</sup> (70 anos, morador de São Domingos em Porto Firme). Diferentemente dos homens, as atividades das mulheres aposentadas envolvem mais atividades, incluindo a de cozinhar e cuidar da casa.

### **Cultura e práticas alimentares no sistema familiar rural: relações com a comida, permanências e mudanças**

A alimentação do cotidiano das famílias entrevistadas está composta do que classificam como comida forte e comida fraca. A primeira é aquela que dá “sustança<sup>3</sup>”, ajuda a segurar a fome por mais tempo; a segunda são os alimentos leves como frutas, saladas e mesmo o óleo vegetal. Para eles isso tem a ver com a lógica de trabalho, ou seja, o objetivo é não precisar interromper as atividades com frequência para se alimentar. A percepção sobre “comida forte” das famílias se assemelha àquela discutida por Brandão (1981) em sua pesquisa com agricultores em Goiânia. O autor considera que a relação forte/fraco que atribuíam à

---

<sup>2</sup> Os nomes dos entrevistados citados no artigo são pseudônimos, para garantir a não identificação dos entrevistados.

<sup>3</sup>Alimento ou refeição forte, que dá força e vigor. Não sustenta a fome. Mata a fome e sustenta o corpo por períodos mais longos de esforço. Sustenta o corpo para viver, trabalhar, manter a saúde, sustenta a disposição para a vida. Sustenta o corpo sem fome ou com fome administrável por mais tempo que as comidas leves.

comida estava diretamente ligada à capacidade desse alimento em garantir ao agricultor maior tempo de trabalho sem sentir fome. Para meus interlocutores comida forte é principalmente aquela feita com gordura de porco caipira. Essa observação é feita em contraposição ao óleo vegetal, como expressa o depoimento de um dos homens que entrevistei.

Aqui, se fizer a comida com óleo, a barriga começa a roncar rapidinho... o óleo é fraco... não sustenta... a gordura de porco é forte... no serviço que a gente mexe assim que é pesado, tem de comer comida que sustenta (Carlos, 49 anos, morador de Posses, Porto Firme, MG, 2015).

Zaluar (1979) observou a importância da classificação da comida em estudo com comunidade de baixa renda na área urbana. Descreve que o grupo classifica alimentos que consideram como “comidas” porque conferem saciedade (carne, gordura de porco, arroz, feijão e macarrão) e alimentos que apenas “enganam a fome” (saladas, frutas, verduras, peixe etc.), servindo para o grupo apenas como complemento.

No grupo que pesquisei, objetivando o consumo da gordura, mais da metade das famílias cria suínos, geralmente engordado um animal de cada vez. Há um ditado que diz que “do porco só não se aproveita o grito”, pois é possível usar também o intestino para envolver as massas de linguiças e chouriços; o pé, o rabo, a orelha e o focinho para feijoada; a pele para fazer torresmo. Não é difícil entender por que a criação dos suínos caipiras demonstrou ser tão importante no grupo pesquisado. A alimentação dos porcos pode ser produzida nos próprios sítios, como o fubá, a cana-de-açúcar, a silagem de mandioca e até abóboras e batatas-doces cozidas misturadas ao fubá.

Segundo os agricultores que “engordam o capado”,<sup>4</sup> o animal é abatido sempre que a gordura acaba, mas mata-se também em véspera de festas como Natal e Ano Novo e, ainda, em casamentos e demais festividades. Em 2012, na festa de bodas de ouro dos sogros de Lola, moradores da comunidade de Xopotó, em Presidente Bernardes, parte da criação existente no sítio foi abatida. Segundo Lola: “matamos dois capados de 17 arrobas e mais de 15 galinhas caipiras... ah e muita linguiça também... mas a carne de boi, nós compramos”. Da mesma forma, Eliana (69 anos, moradora de Itapeva, em Presidente Bernardes) informou que para a sua festa de bodas de ouro com Saturnino, ocorrida em junho de 2014 no quintal da casa, a família matou dois porcos e aproximadamente 10 frangos caipiras.

---

<sup>4</sup> Termo que escutei com frequência durante a pesquisa. Trata-se do porco castrado destinado à engorda.

No cotidiano das famílias, engordar um porco no quintal tem a função tanto de obter a gordura (*banha*) como a carne que na maioria das casas é conservada na gordura e conhecido como “porco ne lata”. O que mais ocorre é a carne acabar antes da gordura. Se em tempos passados usar a gordura para conservar as carnes era uma necessidade, já que não havia geladeira, atualmente esse hábito permanece por razões culturais e também pelo sabor diferenciado, como apontado no depoimento de Laércio, 68 anos:

Mesmo tendo geladeira, a gente ainda conserva a carne na gordura de porco... tempera a carne hoje, amanhã a gente cozinha e frita um pouco, quando ela está coradinha a gente põe na gordura e ela pode ficar até 3, 4 meses na gordura, não estraga não. Uma parte a gente até põe na geladeira e congela, mas não é gostoso igual não. Muda muito... com o frango é a mesma coisa. Se a gente arruma ele para comer logo depois que mata o sabor é um, se congela, quando vai comer depois, é outro gosto. Não fica bom (Laércio, morador de Itapeva, em Presidente Bernardes, MG, 2015).

O sabor conferido à comida foi constantemente relacionado com a gordura de porco. Os interlocutores deixaram transparecer em suas falas que a apreciação do sabor da comida refogada na gordura tem suas raízes no gosto herdado de gerações passadas. Cresceram comendo dessa forma. Todos afirmaram preferir o sabor da comida preparada na gordura à que é feita no óleo, principalmente a verdura, o feijão e o arroz, como declara Afonso (79 anos, morador de Ribeirão, em Presidente Bernardes): “Para mim, a verdura tem que ser feita na gordura...a couve na gordura tem outro sabor” e Gilberto (75 anos, morador de Manja, em Piranga): “A comida feita na gordura de porco é mais saborosa, a gente já acostumou com o sabor, a couve feita no óleo, fica lisa, na gordura ela fica suculenta...”

Garcia (2013) discute práticas alimentares afirmando que a herança do gosto por certo tipo de comida e pela forma de preparação é responsável, na maioria das vezes, pela resistência em adotar práticas novas e experimentar comidas diferentes e aceitar novos sabores e texturas a esse paladar tradicional. Uma das razões para a couve permanecer como verdura predileta do cotidiano não é apenas por ser a hortaliça mais resistente da horta, mas principalmente pela sua preparação combinada com a gordura de porco. Essa forma de preparação compreende aquele “sistema culinário” tratado por Poulain (2013) e Fischler (1979 e 1995) que envolvem regras determinantes (crenças, valores, símbolos, representações e hábitos) na escolha, preparo e consumo de alguns

alimentos. O que Sahlins (2003) chama de “razões culturais” que envolvem o hábito alimentar.

Friero (1982) e Zemella (1951) destacam a importância histórica da criação dos suínos no quintal das casas com objetivo de mitigar o problema da fome surgida durante a fase da mineração em Minas Gerais. Surgiu daí o hábito, principalmente entre os escravos, de consumir a carne, a gordura e o uso de outras partes do animal adicionadas ao feijão. O feijão, segundo os dois autores, foi tão importante quanto o milho, a mandioca, a couve, a gordura, o toucinho e o arroz para a manutenção das atividades mineradoras.

No cotidiano alimentar das famílias é hábito cozinhar o feijão com toucinho, que é também considerado como alimento “forte”. O feijão é item diário nas refeições e seu consumo e cultivo tem laços de herança cultural e histórica assim como o porco caipira.

Para além da gordura, da carne de porco e do feijão outros alimentos são considerados “fortes” e consumidos com muita frequência. São eles o arroz, a batata-doce, a mandioca, o angu e as farinhas de milho e de mandioca. O arroz, consumido diariamente, não é mais produzido pelas famílias pela dificuldade que seu cultivo tem representado nos últimos anos, segundo os depoimentos de alguns dos interlocutores:

Nós colhíamos muito arroz, não precisava comprar... mas já tem uns cinco anos que a gente parou de mexer com arroz, porque fica muito caro produzir do que comprar e tem os passarinhos que atacam a plantação de arroz, um passarinho preto, que a gente chama de chupin. A gente não pode fazer nada contra eles, porque é proibido, mas quando chega a hora da colheita não tem mais quase nada nos cachinhos de arroz... (Lucio, 46 anos, morador de Bom Jesus do Bacalhau, em Piranga, MG, 2015).

Foi destacado por eles a diferença no sabor e no aspecto do arroz industrializado em comparação ao que cultivavam. Destacaram que o aspecto era mais grosseiro e amarelado e que o sabor era diferente, além de ser mais macio e poroso, o que fazia com que o tempero impregnasse melhor. Por outro lado, disseram que o industrializado leva menos tempo para ser cozido. Apesar de preferirem o arroz tradicional, adquiri-lo no mercado atualmente é mais interessante do que cultivá-lo, levando-se em consideração o custo-benefício. Mais uma vez aparecem aqui aspectos que pesam na escolha alimentar, semelhante ao que acontece com a escolha do óleo vegetal e da gordura de porco. Mafalda (57 anos, moradora de Ribeirão, em Presidente Bernardes) expõe em seu depoimento os aspectos que considera positivos do arroz atual industrializado:

Tem bastante diferença. O arroz que a gente colhia, ele nunca ficava clarinho, sempre tinham uns grãos amarelos no meio... porém, ele era um arroz mais gostoso. Ele era mais macio e pegava mais o tempero. Esses comprados, não dá liga, então o arroz de hoje não é igual ao que a gente fazia antes. Mas ele também não ficava soltinho na panela como o arroz que a gente refoga hoje. Antigamente para ele ficar soltinho a gente tinha que espremer um limão. Hoje ficou mais fácil pra gente fazer...

Os demais alimentos considerados “fortes” como a mandioca, a batata-doce e o milho são produzidos nos sítios e consumidos quase diariamente seja no café da manhã, no almoço e no jantar. A batata-doce é quase sempre frita ou assada na brasa do fogão à lenha. Usa-se consumi-la pela manhã acompanhada de café.<sup>5</sup> O mesmo ocorre em relação à mandioca. Mas para consumo no almoço e jantar, o mais comum é servi-la cozida ou ensopada com carne.

O polvilho, derivado da mandioca, também não é mais produzido pelas famílias; em todas elas esse produto agora é comprado. O polvilho é usado principalmente para fazer brevidade - um tipo de bolo que é elaborado esporadicamente. Observei que em todas as casas há o consumo do biscoito de polvilho assado, que é também comprado no mercado ou em vendas próximas. Raramente se faz o biscoito de polvilho frito. Segundo as mulheres, por espirrar muito durante a fritura e ser bom para comer apenas fresco, ele não é mais habitual como no passado. Tempos em que, segundo as mulheres, sempre havia muita gente para comer e os produtos industrializados eram baratos e caros. Além disso, o acesso aos mercados era mais difícil, tornando necessário produzir praticamente tudo o que era destinado a alimentação das famílias. Porém, pelas condições de acesso ao mercado da cidade que me descreveram, a situação de dificuldade não parece ter mudado tanto. O acesso aos mercados na cidade, na época da pesquisa, ocorria uma vez ao mês quando aproveitavam a ida ao banco. Para o transporte das compras utiliza-se veículo próprio, carona de filhos, de parentes ou de amigos. O acesso de transporte coletivo, como ônibus, é raro e não circula por todas as áreas. Um dos entrevistados disse que vai cavalgando, enquanto sua esposa caminha aproximadamente três quilômetros para chegar ao local onde passa um ônibus que a leva até a cidade de Piranga.

Os depoimentos a seguir, de Anita (71 anos, moradora de Manja, em Piranga) e de Lena (70 anos, moradora de Ribeirão em Presidente Bernardes) também sinalizam, assim como ocorreu com o arroz, que em razão da praticidade alguns modos tradicionais são substituídos ou

---

<sup>5</sup> O café é feito em água adoçada e passado no coador de pano. Não vi o uso de coadores de papel em nenhuma das casas.

passam a ser retomados apenas em momentos específicos, como naqueles que envolvem reunião familiar e um grupo maior de pessoas nas casas. Lena menciona a redução do tamanho das famílias quando comparadas com as famílias dos antepassados.

“Na casa da minha mãe fazia muito polvilho. Naquela época todo mundo fazia muita brevidade... agora ficou tão fácil comprar o polvilho... mas dá muito trabalho fazer o biscoito frito... e o assado não é caro no mercado... quase todo mundo prefere comprar...” (Anita, moradora de Manja, Piranga, MG, 2015).

Outros entrevistados fizeram a observação de que “antes havia muita gente na roça”, “antigamente as famílias eram maiores”. A redução do número de pessoas nas famílias interfere nas práticas alimentares, seja porque há menos pessoas para se alimentar no dia a dia, seja pelo fato de não haver quem ajude na cozinha e na elaboração das quitandas.

### **Comida de todo dia: o trivial**

“Aqui na roça, falando a verdade, o que a gente come mesmo é angu, arroz, feijão e uma verdura”. (Afonso, 79 anos, morador de Ribeirão em Presidente Bernardes, MG, 2015).

O depoimento acima sintetiza o que é a comida cotidiana das famílias, inclusive naquelas que possuem crianças, adolescente e jovens, embora eu tenha conversado com apenas cinco jovens que se encontravam no sítio na ocasião da entrevista. Segundo os meus interlocutores, os pais cultivam nos filhos os seus hábitos alimentares ao manter o mesmo tipo de alimentação para adultos e crianças. Assim, pelo menos em casa dos pais, a comida não varia em função de outras preferências alimentares. Come-se o que se tem à mesa.

Em todas as famílias quatro alimentos estão presentes no almoço de todos os dias da semana: angu, arroz, feijão, ovo ou carne e verdura refogada em gordura de porco. Mesmo havendo variação para a verdura como serralha, almeirão e mostarda, a couve é a mais consumida; assim era também no período da mineração e da ruralização, conforme apontado por Arruda (1990), Frieiro (1982), Magalhães (2004) e Abdala (2007).

Arruda (1990) destaca em Minas Gerais duas fases muito importantes para a sua formação histórica e cultural: a primeira é a do ciclo da mineração que teve início no final do século XVII e segue até o final do século XVIII, período de intensa movimentação urbana; a segunda fase é a chamada “ruralização”, que se inicia ao final do século XVIII justamente com o declínio da mineração, seguindo até o início do século XX. Para a autora, as duas primeiras fases representam formas de sociabilidade

muito peculiares que se expressam nas práticas alimentares desses períodos e que tiveram influência direta na formação dos hábitos alimentares em Minas Gerais. Na fase da ruralização, houve redução da importação de alimentos e ampliação da produção agrícola local. Friero (1982) e Abdala (2007) sinalizam para uma alimentação mais farta nesse período. Magalhães (2004) aponta a abundância na produção de legumes, frutas, hortaliças, tubérculos e grãos, produzidos nos sítios e fazendas próximos a Vila Rica e Mariana. Até mesmo nos pequenos quintais das cidades existiam hortas. Muitos dos alimentos eram itens comuns no cotidiano alimentar da população, como o feijão, a farinha e milho e a couve.

Nos sítios de todas as famílias pesquisadas havia hortas nos quintais, algumas bem cuidadas e com grande variedade de plantas; outras fragilizadas e com poucos cultivos. A estiagem do período foi a grande responsável pelas “hortas fracas”, mas em todas elas havia couve. Em uma delas havia apenas couve, cebolinha, salsa, quiabo e jiló. No geral, as hortaliças e “cheiro verde” mais presentes eram a couve, a serralha, a mostarda, o almeirão, a alface, a cebolinha de folha, a salsa, o manjerição e a hortelã. Uma hortaliça comum na culinária mineira, a taioba, estava presente em poucas hortas em função também da forte estiagem.

Friero (1982), Magalhães (2004) e Arruda (1990) tratam da importância que o cultivo da horta teve para a região mineradora em Minas Gerais numa fase de escassez de alimentos. Ela era cultivada nos quintais de todas as casas para garantir o acesso nas refeições às fontes de legumes, frutas, hortaliças e tubérculos. Passada essa fase, as hortas permaneceram sendo cultivadas. Atualmente não mais por carência alimentar, mas pelo desejo apontado pelos entrevistados em colher a hortaliça fresca pouco antes de preparar a refeição. As razões são, sobretudo, culturais e simbólicas. Percebi que possuir uma horta “bonita” é motivo de orgulho. A fala de Maria (66 anos, moradora de Itapeva, Presidente Bernardes) ao mostrar-me sua horta ajuda a compreender isso: “Minha horta está mirrada, feia... parecendo até horta de gente preguiçosa”. É interessante observar a associação feita por ela sobre sua horta parecer de pessoas preguiçosas; ficou subtendido que, para ela, não poder mostrar a um visitante uma horta bonita e diversificada desqualifica o trabalho da família na manutenção do seu sítio, desconsiderando a principal causa da situação, que era a forte estiagem. Outro motivo para a importância da horta para as famílias pesquisadas é a certeza da qualidade do alimento, pois demonstraram preocupação com o uso de agrotóxico e não sentem segurança na aquisição de alimentos *in natura* que, às vezes, precisam adquirir no mercado.

Os demais vegetais cultivados pelas famílias pesquisadas são: abóbora, moranga, batata-doce, mandioca, inhame, chuchu, jiló, quiabo, berinjela.

Evitam o máximo o uso de agrotóxico nos produtos cultivados no sítio, mas não conseguem deixar de usá-lo no milho para substituir o roçado manual com a enxada e também no feijão armazenado. Vegetais como cenoura, beterraba, batata-baroa, berinjela, couve-flor, brócolis, repolho, cebola-de-cabeça e alho são produzidos por poucas famílias. Mas a cebola e o alho já foram cultivados com frequência na região. No sítio de Maria e Laércio em Itapeva, Presidente Bernardes, as hortaliças estavam muito fragilizadas e havia pouquíssimas plantas: basicamente couve, quiabo e cebolinha, mas ela mostrou, satisfeita, a sua colheita de cebola de cabeça e alho que estava no paiol. Esses dois produtos que não são cultivados por todas as famílias, embora muito consumidos.

Os vegetais produzidos nos sítios são aqueles consumidos nas refeições diárias. No dia a dia raramente algum produto vegetal é comprado no mercado, exceto quando se deseja algum legume “diferente”. O período de estiagem também interfere nisso, devido ao fato de que algumas plantas são menos resistentes à seca prolongada. Durante o período da pesquisa isso ocorria em relação à alface, que não é uma hortaliça consumida com frequência, pois a preferência é pelas verduras que podem ser refogadas. A batata-inglesa também é um produto muito raro na dieta dessas famílias; passa-se meses sem consumi-la, a preferência é pela batata-doce, bem como o inhame e a mandioca.

Outra hortaliça muito comum na culinária mineira, o *ora-pro-nóbis* ou lobrobrô, estava presente em quase todas as hortas, embora seu consumo não seja cotidiano como as demais já citadas. Fui convidada a participar da mesa de refeições “de todo dia” em 15 casas. Como parte das nossas conversas aconteciam geralmente nas cozinhas enquanto o almoço era preparado, pude acompanhar todo o processo. Ofereci-me para ajudar em alguma tarefa da cozinha, mas a única ajuda permitida foi acompanhá-las até a horta para “apanhar” verdura.

Percebi pelos depoimentos que a alimentação do dia a dia das famílias é muito semelhante àquela que era consumida na casa dos pais em tempos passados; inclusive os modos de preparar não sofreram grandes modificações. Em todos os almoços que participei estavam presentes no cardápio o “trivial mineiro”, denominação atribuída por Eduardo Frieiro para “feijão, angu e couve”. O autor – após as pesquisas sobre a alimentação em Minas Gerais da fase mineradora até meados da década de 1950 – sugeriu alguns dos alimentos que considerava possível serem caracterizados como típicos de Minas Gerais. A sugestão se deu em função da peculiaridade de seus preparos. São eles: o tutu de feijão com torresmo ou linguiça, o lombo de porco assado, a couve cortada fina e refogada e o angu sem sal.

Nas refeições das quais participei, além do feijão, do angu e da couve, também era presença comum, o arroz. Assim, eu elegeria como a comida

típica do almoço do conjunto das famílias desta pesquisa, a seguinte composição: arroz, feijão batido no liquidificador, angu, couve refogada e carne (de frango ou porco). O feijão batido é comum em Minas e no interior de São Paulo, mas quase desconhecido nos outros estados como os da região Sul, por exemplo. É comum associar a Minas Gerais o feijão tropeiro e o tutu, mas nas famílias que pesquisei a forma de servi-lo é predominantemente batido, temperado com gordura de porco e alho. Antes de haver o liquidificador o feijão era amassado com o uso de um “socador” manual, depois adicionava-se água, o resultado era um feijão de caldo grosso e, diferentemente do tutu e do tropeiro, não lhe é adicionado farinha.

Embora a carne de porco tenha sido a mais presente, a de frango também foi marcante. A carne de boi eu comi em apenas duas casas na forma moída e cozida. O frango sempre frito ou ensopado, algumas vezes era acompanhado de quiabo. O peixe foi servido em uma casa, pescado no rio que passa na propriedade. A disponibilidade da carne não era farta, mas suficiente para tê-la no prato sem esbanjamento. Mas os outros alimentos eram preparados em grande quantidade. Foi recorrente serem servidos na mesma refeição vários alimentos caracterizados por eles como “forte”: arroz, angu e, ou, moranga e, ou, mandioca e, ou, batata-doce e, ou, farinha e, ou, macarrão.

### **Comida de domingo, de dias festivos e comensalidade**

A comida de domingo varia pouco. O arroz e o feijão são consumidos também nesse dia. Às vezes, o feijão batido é substituído pelo tutu com cebola e pelo feijão tropeiro. A macarronada com frango ou com carne de panela também é um prato presente com frequência aos domingos. Todas as famílias que têm os filhos morando em lugares próximos afirmaram que aos domingos o almoço é dia de encontro familiar; os filhos e netos chegam para o almoço e lá passam o dia juntos. Quando os sogros dos filhos moram perto, é feita uma divisão: almoço em uma casa, café da tarde ou jantar em outra. As filhas e, ou, noras ajudam no preparo do almoço e a lavar a louça. Os casais aposentados que ficam muito sozinhos durante a semana, consideram esses momentos fundamentais, porque “o dia fica mais alegre”.

(...) eu fico só por conta de cozinhar para eles... a mesa, essas duas aí, ficam sempre cheias de coisas em cima... é biscoito, é bolo, é doce... eu gosto de ver os filhos e os netos trançando por aí... eles gostam de ficar na cozinha... na mesa não cabe todo mundo, aí eles colocam umas cadeiras e ficam aqui também... eles gostam de pegar ovos no galinheiro e bater gemada... acostumei eles a comer gemada desde pequenos... e eles só

comem gemada aqui por causa do ovo daqui... (Eliana, 69 anos, moradora de Itapeva, em Presidente Bernardes, MG, 2015).

A “fartura” da comida nas ocasiões de encontro familiar é um grande valor atribuído pelos entrevistados. Fartura de alimentos significa uma boa produtividade de alimentos na roça, mas significa também segurança. Ter “o de comer” todos os dias garantido na mesa é um atributo que lhes é importante nas suas condições de famílias agricultoras. Aqui também se observa presente o valor moral da fartura, sendo compreendido por eles como uma obrigação que cabe à família a de conseguir com o “suor do trabalho” e ter a mesa sempre farta, apesar das dificuldades.

O espaço de comensalidade<sup>6</sup> nessas ocasiões é basicamente a cozinha, lugar preferido da família quando está reunida. Lody (2008) defende que muitos hábitos alimentares só se desenvolvem na medida em que a casa e sua cozinha tornaram-se capazes de permitir a reunião da família e amigos. Talvez por isso as cozinhas das casas que visitei fossem amplas, mesmo que outros cômodos da casa como a sala e quartos fossem pequenos. A presença de mais de uma mesa foi comum: mesa na cozinha com pelo menos seis cadeiras e bancos de madeira recostados a uma das paredes; a outra mesa ficava em uma copa ou em uma área externa, geralmente de meia parede, também próxima à cozinha, onde se encontrava instalado o forno de barro.

A comensalidade, no grupo entrevistado, ocorre também nos eventos maiores. Nesse caso pode-se formar uma rede de cooperação de trabalho para fazer os festejos acontecerem. Duas mulheres contaram, com riqueza de detalhes, sobre as festas de bodas de ouro que ocorreram no quintal das casas. Coincidentemente trata-se de duas famílias de Presidente Bernardes. A festa dos sogros de Lola e Marcos ocorreu no sítio dos sogros, na comunidade de Xopotó, em 2011. A festa de Eliana e Saturnino ocorreu também no sítio, na comunidade de Itapeva, em 2014. Já citei essas duas festas anteriormente ao falar dos animais que foram abatidos para o almoço. Em ambas, algumas características são comuns: uma delas

---

<sup>6</sup> Etimologicamente, comensalidade deriva do latim “*comensale*”. Ação de comer junto, na mesma mesa. Com “junto” e *Mensa*: “mesa”. Implica partilhar do mesmo momento e local das refeições. Para Poulain (2013), a comensalidade estabelece e reforça a sociabilidade. “É pela cozinha e pelas maneiras à mesa que se produzem as aprendizagens sociais mais fundamentais, e que uma sociedade transmite e permite a interiorização de seus valores. A alimentação é uma das formas de se tecer e se manter os vínculos sociais” (POULAIN, 2013, p. 182). Porém, é possível que o comer só também se constitua em uma ação de comensalidade, desde que esse momento esteja carregado de representações afetivas e culturais relacionadas ao comer. Nesta pesquisa, não encontramos casos de pessoas que precisavam comer sozinhas, sempre havia por perto uma companhia. Por isso, a opção em discutir a a comensalidade no seu aspecto de propiciador de sociabilidade.

é que a festa aconteceu no quintal, o que, segundo Eliana, “é costume na região... aqui é muito pouca gente que aluga salão pra fazer festa e mesmo casamento... acontece tudo aqui na roça mesmo”. Os vizinhos dos sítios próximos foram convidados. Filhos e outros parentes que moram fora também estiveram presentes. Nas duas festas a comida servida foi a “comida de roça” tendo como prato principal, a carne.

Eliana contou que as mulheres da vizinhança ajudaram com a organização e também a fazer “a comida de véspera... descascando batata, cozinhando mandioca, matando e depenando os frangos... para o dia da festa os meus filhos contrataram umas cozinheiras”.

Foi realizada uma missa no pátio na frente da sua casa. No quintal foram colocados dois grandes “fogões de cupim” onde foram feitos os seguintes pratos: macarrão com pato, tutu, arroz, frango frito, farinha torrada, mandioca frita e batata-doce. Não foi servida salada. De bebida, foram servidos refrigerante e cerveja. Tais bebidas são consumidas em dias festivos ou, raramente, aos domingos. O usual no consumo é o suco de frutas do pomar de acordo com a época. Como sobremesa foi servido o “bolo de festa bem grande”, nas palavras de Eliana, presente que os filhos encomendaram da cidade.

Foi muito boa a festa, a missa, a ajuda das mulheres... aqui é assim, todo mundo ajuda uns aos outros quando precisa. Teve música e dança, as pessoas podiam dançar se quisessem (Eliana, Itapeva, Piranga, MG, 2015).

### **A comensalidade para além das festas e datas especiais**

A comensalidade que Poulain (2013), Fischler (2011) e Giard (2012) apontam como sendo uma das características mais significantes no que se refere à sociabilidade humana – relacionando-se não apenas à ingestão de alimentos, mas também aos modos do comer, envolvendo hábitos culturais, atos simbólicos, organização social, além do compartilhamento de experiências e valores – ocorre de forma diferenciada nas famílias pesquisadas. Em todas elas, os encontros ocorrem com maior frequência no jantar, indicando o fechamento de um dia de trabalho, ainda que seja na sala com o prato na mão e assistindo à programação da TV, costume citado pela maioria das famílias. Nesses momentos a conversa gira em torno dos assuntos divulgados no programa (em geral o telejornal). Mas ela ocorre sempre no café da manhã, já que quase todos se levantam na mesma hora e tomam o café juntos. O café da manhã também “toma-se ligeiro”, muitas vezes de pé “que é para não dar preguiça”, observou Carlos (morador de Posses, em Porto Firme). No horário de almoço dos dias de semana, as refeições são feitas em tempo curto, e o assunto costuma ser basicamente em torno de trabalho, pelo menos foi o presenciei nas casas onde almocei, o que provavelmente pode ter sido em

função de minha presença; não tocariam em assuntos de maior intimidade familiar na presença de uma visita para o almoço.

A possibilidade de a família estar reunida para o almoço irá depender da disponibilidade de tempo e das atividades de quem está à frente do trabalho no local. Nas famílias onde as mulheres trabalham fora do sítio raramente elas estão presentes para essa refeição, quase sempre só aos finais de semana. As crianças chegam entre 12h00 e 12h30 e é comum almoçarem na escola. Neste caso a comensalidade das crianças e das mulheres ocorre com outro grupo que não o familiar. Não há uma restrição para que a comensalidade se dê apenas no grupo familiar. O próprio conceito definido por Poulain (2013) destaca isso, bem como a discussão de Fladrin e Montanari (1998) sobre o assunto.

Os entrevistados afirmaram que atualmente é mais fácil para as pessoas da família interromperem o trabalho e almoçarem em casa porque o trabalho diminuiu, e isso em função da redução na produção. Situação que foi diferente em tempos passados, quando o trabalho era mais intenso, as atividades eram quase ininterruptas e as refeições aconteciam distante da casa com o uso de marmitas, como explica Neuzeli, moradora de Vinte Alqueires, em Porto Firme:

O almoço... quando o povo trabalhava na roça direto... os trabalhadores comiam de marmita. Eu arrumava uma marmita caprichadinha para meu marido e meus filhos. Mas na casa de meus pais, não levava marmita não... levava era uns panelões grandes de comida... em um punha feijão, em outro punha a sopa de mandioca ou de inhame com uns pedaços de carne e tinha que encaixar aqui no ombro... como uma canga e necessitava de duas e três pessoas para levar. E lá na roça juntava todo mundo pra comer junto... cada um servia o seu coité...<sup>7</sup> (Neuzeli, 63 anos, moradora de Vinte Alqueires, Porto Firme, MG, 2015).

Mais um exemplo de como a sociabilidade durante o momento da alimentação ocorria nas áreas rurais nos tempos passados por mais rápidas que fossem as refeições e mesmo fora do espaço doméstico. Este exemplo, assim como aquele em que as refeições ocorrem na sala diante da televisão ligada falam de momentos de comensalidade onde a presença do objeto “*mesa*” não é necessário.

## **Mescla cultural: práticas de consumo alimentar de ontem e de hoje**

Tem sido comum nos últimos anos, na região pesquisada, a circulação

---

<sup>7</sup> Cuiá feita a partir do fruto da árvore Coité, que depois de colhido maduro, cortado ao meio e retiradas as sementes, é utilizado como utensílio na cozinha e em outras atividades.

de veículos que comercializam frutas, hortaliças e legumes. Os alimentos são vendidos aos moradores locais, mas também para os pequenos comércios rurais (vendas). Denominei esta situação como “a ‘feira’ indo ao campo”. Por razões diversas alguns agricultores estão optando em comprar determinados produtos *in natura* ao invés de cultivá-los. O principal motivo citado foi a estiagem dos últimos anos, aliado ao custo-benefício (praticidade – preço). São vendidos produtos tais como batata inglesa, inhame, batata-doce, moranga, banana, alface, laranja, tomate, maçã, pera, abacaxi e outros. Segundo os interlocutores, os produtos são do CEASA.

Aqui em Presidente, tem caminhão que vem vender fruta e verdura pro povo das roças. Aqui em casa, nós compramos, às vezes, mas é maçã que aqui não dá, mamão também porque aqui não dá mamão bom mais... mas é só... mas eu vejo gente aqui comprando inhame, mandioca do caminhão... ah isso eu não concordo não... (Germana, 58 anos, moradora de Mato Dentro, em Presidente Bernardes, MG, 2015).

Tem muita gente na roça hoje que tá é comprando mesmo...eles acham difícil criar um frango... preferem comprar... aqui, o frango é criado solto... no quintal... dá uns frangos bons, gordinhos... alguns falam assim, gente daqui mesmo... que fica mais caro plantar do que comprar... aí eu falo para eles, que às vezes fica mesmo... só que plantar, a gente gasta devagar e se for para comprar a gente tem que tirar tudo de uma vez só para pagar... aquele montão... além disso tem a saúde... a gente compra tudo hoje com remédio... esses frangos aí de granja... eu sei porque meu cunhado tem uma granja... aquilo ali o pintinho chega com 45 dias ele já é frango pra abate... e isso não é com comida só que consegue não... deve ter algum remédio ali... (Mário, 44 anos, morador de Posses, em Porto Firme, MG, 2015).

Os interlocutores na pesquisa disseram que raramente compram tais alimentos, só mesmo em situações muito específicas, como estiagem longa. Um exemplo é o da alface, que no ano de 2015, ano desta pesquisa, teve produção muito ruim assim como algumas outras hortaliças. Os aposentados que não possuem filhos para ajudá-los na produção ponderaram que não consideram ruim o caminhão levar esses produtos até eles porque muitas vezes a produção de alguns alimentos é muito pequena e gera a necessidade de comprar. Nesse sentido, a ida do caminhão até os sítios é um facilitador do consumo.

O depoimento anterior de Mario demonstra uma preocupação que foi manifestada também por outros entrevistados. Há nas famílias uma

grande preocupação com agrotóxicos. Pelo fato de os alimentos serem provenientes do CEASA, a desconfiança em relação a eles é fator de resistência no consumo, acreditam que os alimentos possuem “muito veneno”. Assim, esses alimentos representam para eles o oposto dos alimentos que produzem nos próprios sítios considerados, por eles, como mais saudáveis do que os comprados por não usarem agrotóxicos nas hortaliças que cultivam. A dilema em consumir ou não tais alimentos se enquadra naquilo que Fischler (1995 e 2011) considera como “angústia alimentar”.

Esse tipo de comercialização também foi identificado por Sacco dos Anjos *et al.* (2010) em sua pesquisa na região rural de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Os consumidores de lá tinham como justificativa a especialização em uma determinada atividade produtiva, como fruticultura e aviário. A falta de tempo para produzir para autoconsumo e o alto custo da produção os fez priorizar a aquisição dos alimentos que consumiam no dia a dia. Alguns dos meus interlocutores também relataram que às vezes comprar alguns produtos é mais barato do que produzi-los, mas há, por outro lado o desejo e a necessidade de produzir pelo menos os alimentos do cotidiano, como feijão, hortaliças, mandioca, batata-doce etc., e ter alguma criação como as galinhas e os porcos caipira.

Apesar de os alimentos cultivados no sítio predominarem na alimentação das famílias, os alimentos industrializados também são consumidos. A lista dos industrializados consta de manteiga, margarina, óleo de soja, sal, arroz, biscoito de polvilho, biscoito de maisena, biscoito de água e sal, farinha de trigo, farinha de milho, farinha de mandioca, leite longa vida, leite de soja, açúcar, macarrão, massa de tomate, polvilho, leite condensado e pó de café (este último, naquelas famílias que não o produz ou quando o produto local acaba). Não houve registro de compra de refrigerantes (usado apenas em ocasiões festivas), alimentos congelados (massas, pães de queijo e carnes etc.), embutidos (salsichas, presunto, mortadela). Nem todos os produtos listados são consumidos por todas as famílias; trata-se de uma lista de produtos consumidos pelo montante delas.

Duas das famílias de Piranga, a de Ana Luísa e Lucas e a de Juliana e Jacinto, são proprietárias de um pequeno comércio nas comunidades de Bacalhau e Tatu, respectivamente, que são vilas muito pequenas e que atendem ao público das áreas rurais do entorno; são as chamadas “vendas”. Em ambos é comercializado parte do que produzem nos sítios. Os alimentos mais vendidos são óleo vegetal, arroz (que passou a ser vendido há cerca de 15 anos, quando se reduziu drasticamente o cultivo nas regiões), farinha de trigo, biscoito de polvilho do tipo “papa-ovo”, macarrão, massa de tomate, ovos (de granja) nos períodos mais frios do ano já que a produção de ovos de galinhas caipiras diminui e a laranja (da

CEASA) a partir dos meses de novembro quando a produção nos pomares diminui.

A escolha de consumo referente aos alimentos industrializados pelas famílias se dá pela praticidade aliada a preço, pela necessidade de consumo (arroz e açúcar, por exemplo, que fazem parte do hábito alimentar das famílias) e, ou pelo fato de a produção ter se tornado inviável. É o caso do arroz, do polvilho, do açúcar, da rapadura, do biscoito de polvilho e da manteiga. Por outro lado, a facilidade de aquisição desses alimentos na atualidade em relação há tempos passados é também um estímulo ao consumo. Tal aspecto fica claro na fala de Joel:

O ritmo na roça tá muito corrido... parece que o pessoal não tem muito prazo mais de ficar cuidando das coisas igual antigamente... acho que o pessoal também era mais pobre, precisava trabalhar mais na roça pra produzir e arrumar renda... hoje consegue comprar mais coisa. Antes só compravam sal... agora é mais fácil comprar de tudo... antes todo mundo plantava arroz e colhia à vontade e ainda sobrava para vender... (Joel, 71 anos, morador de Limeira, em Porto Firme, MG, 2015).

Outro item comprado por todos é o açúcar-cristal que veio a substituir a rapadura, o açúcar mascavo e o melado, que antigamente eram produzidos. Mesmo nas famílias que ainda possuem um pequeno engenho, o açúcar-cristal também é consumido, por exemplo, para adoçar o suco de frutas, fazer bolo, broa e outras quitandas. Segundo os meus interlocutores, o uso do açúcar-cristal industrializado é recente entre eles, datando de cerca de 30 anos.

Meus pais tinham um engenho de cana e faziam rapadura e melado... hoje a gente planta cana só para dar às vacas... (Lucas, 52 anos, morador de Bom Jesus do Bacalhau em Piranga, MG, 2015).

A gente fazia muito melado, açúcar mascavo, rapadura... meus filhos cresceram comendo inhame com melado... era muito gostoso e um alimento forte (Luisa, 57 anos, moradora de Bom Retiro em Porto Firme, MG, 2015).

Marília, 65 anos, moradora de Mestre Campos, em Piranga, explica como a sua avó fazia o que denominava de “açúcar branco” mas que nada tem a ver com o açúcar-cristal industrializado. Recebia esse nome porque era mais claro do que o açúcar mascavo; constituía também em um modo rústico de fabricar o açúcar no sítio, conforme sua descrição:

Ela batia o caldo para rapadura, mas sem chegar no ponto de rapadura... aí colocava essa massa numa mesa de madeira com beiral... por cima da massa ainda quente, ela colocava argila escura e deixava... no dia seguinte, a massa ficava toda quebradiça e bem mais clara do que a mascavo. Tirava os torrões de argila que ficavam bem sequinhos e duro e ficava só o açúcar... (Marília, 65 anos, moradora de Mestre Campos, em Piranga, MG, 2015).

Sobre o que chamei de mescla cultural no subtítulo, ou seja, o consumo concomitante de produtos tradicionais e produzidos pelas próprias famílias e aqueles adquiridos no mercado ou no caminhão o que a pesquisa apontou é que apesar de as famílias considerarem que o sabor do fubá e do açúcar ficou ruim comparando-se ao que conheceram anos atrás, as famílias se mostraram adaptadas ao consumo das formas atuais desses produtos. O arroz permanece nas refeições de todos os dias, mesmo sendo industrialmente produzido. De forma semelhante, o fubá do moinho elétrico continua sendo usado para a fabricação da broa e do angu a serem consumidos cotidianamente. O açúcar-cristal é usado com frequência. Não observei no grupo pesquisado resistência a esses produtos industrializados. Apenas o consumo do óleo vegetal sofreu um pouco de rejeição, embora tenha sido bem-aceito para preparo de frituras pela maioria das famílias.

O arroz não perdeu a importância que tinha por ser industrializado nem o fubá perdeu seu lugar nas refeições e nas quitandas de todos os dias por deixar de ser produzido no moinho d'água; tampouco a manteiga deixou de ser consumida por ser industrializada, e a margarina é usada na elaboração de bolo e quitandas, embora não seja usada para passar no pão. O que percebi foi uma certa resignação diante de uma realidade alimentar em transformação, uma vez que as mudanças em curso não ocasionaram drásticas adaptações alimentares. Na medida do possível continuam a comer o que sempre comeram e a preparar os alimentos da forma que sempre fizeram seus pais. Isso sinaliza que a cultura é dinâmica e está em constante transformação. Em função de eventos diversos, novos elementos vão surgindo, outros vão sendo incorporados. Alguns permanecem na memória e nas histórias das famílias, assim como outros caem no esquecimento.

### **Os equipamentos da cozinha rural: do fogão à lenha à panela elétrica de arroz**

Foi em torno do fogão à lenha que muitas das entrevistas aconteceram enquanto as mulheres preparavam o almoço. O fogão à lenha é o equipamento que eu elegeria como o mais representativo na realidade das

famílias, presente em todas as cozinhas que visitei durante a pesquisa de campo – dos mais tradicionais feitos de argila aos mais modernos revestidos por azulejo. Instrumento transformador do “cru em cozido” e da “natureza em cultura” propiciador de socialização e de comensalidade nos dias de inverno por manter a cozinha aquecida e fazendo com que as pessoas gostem de ficar por perto. Além desses aspectos é também usado para aquecer a água do chuveiro via serpentina.

Aquela copa ali com aquela mesa... eu falo que é pra enfeite, porque quando meus filhos vêm pra cá com os filhos deles, eles juntam tudo é aqui na cozinha. Senta nesse banco aí, nas cadeiras, trazem mais cadeira e ficam aqui... tem um filho meu que gosta de fritar torresmo... aí já viu, né? (Antonina, 74 anos, moradora de Bananeiras, Presidente Bernardes, MG, 2015).

Os fogões revestidos por azulejos representam um aspecto recente e seu deu por certo “modismo” local. Uma família reformou e revestiu o seu fogão, o vizinho viu, aprovou e também reformou o seu e, em pouco tempo, os fogões de várias casas na região seguiram a mesma tendência. Para eles o revestimento em azulejo mantém o fogão mais limpo por fora, porque é de fácil limpeza, embora a opção parece estar mais associada à estética do que à funcionalidade. Em 11 casas, nos diferentes municípios, o fogão estava revestido com esse material. No restante o revestimento era de argila e tinta avermelhada ou amarelada. As famílias possuem alguns equipamentos elétricos nas cozinhas: forno de micro-ondas, forno elétrico, panela elétrica de fazer arroz e *freezer*, mas nem todos faziam parte da realidade de todas as famílias. Já o liquidificador, a batedeira de bolo, o espremedor de frutas e a geladeira, existentes em todas as casas. O forno de micro-ondas, o *freezer* e a batedeira de bolo são usados esporadicamente.

A gente usa o micro-ondas para esquentar uma comida, um leite à noite... às vezes para descongelar uma carne... comprar carne no açougue tá muito caro, assim eu mato um garrote... vem um moço do açougue da cidade e mata para nós... ele conhece as partes, desossa e aí congela as partes separadas... põe nome das carnes em todos os pacotes separados e fica num *freezer* que a gente tem só pra isso (João, 81 anos, morador de Água Limpa, Porto Firme, MG, 2015).

Considere interessante o desprendimento com o qual João, com seus 81 anos falava sobre o uso do micro-ondas. Sabe utilizar o equipamento e, apesar da pouca frequência, não demonstrou resistência em usá-lo quando necessário, mas não foi sempre assim. O equipamento foi presente dado por um dos filhos que moram fora da região e durante

muito tempo o casal não atribuía utilidade a ele até os filhos mostrarem alguns resultados de descongelamento e aquecimento. Wilson (2014) discute sobre a resistência que muitos equipamentos de uso corriqueiro na contemporaneidade tiveram quando do seu surgimento, tendo sido recebido sob protestos de que os métodos antigos eram melhores e mais seguros

Em quatro casas visitadas havia a panela elétrica de fazer arroz. Presentes de filhos ou mesmo adquiridos pelas mulheres inicialmente pela curiosidade associada ao preço relativamente baixo. Este equipamento surgiu no Japão na década de 1960, mudando completamente a rotina de produzir o tipo de arroz nas cozinhas asiáticas. Wilson (2014) destaca que esse tipo de panela é equipamento mais importante nas casas japonesas do que a televisão. Nas famílias que pesquisei e que possuem a panela elétrica, ela nem de longe é mais importante do que outros equipamentos tradicionais como o fogão, mas está ganhando espaço de convivência na cozinha sem maiores conflitos.

## **Conclusões**

Neste estudo apontei algumas características e peculiaridades das práticas alimentares das famílias rurais que entrevistei, consciente de que o tema da alimentação não se conclui; pelo contrário, ele é dinâmico. O estudo indica que as práticas alimentares das famílias entrevistadas apresentam forte vínculo com as formas tradicionais de comer e com a produção local de alimentos. Embora experimentem alguns processos de mudança e não estejam imunes às modernidades alimentares da indústria, isso não significa uma homogeneização alimentar tida como tendência da alimentação contemporânea por algumas discussões recentes. Nesse sentido, demonstraram capacidade e interesse em selecionar o que desse contexto deve ser adotado e o que deve ser rejeitado por elas.

A pesquisa mostrou a existência de uma hegemonia alimentar na realidade cultural do ambiente pesquisado. Isso se dá, por exemplo, no cardápio consumido por todas as famílias no dia a dia, como o angu, o arroz, o feijão, a couve refogada na gordura de porco, a carne de frango e, ou de porco, mas também aos domingos e dias festivos, com a presença da macarronada e do tutu, e, ou, feijão tropeiro. Todas as famílias pesquisadas, abrangendo os três municípios, têm hábitos e práticas alimentares semelhantes, independente da faixa etária dos casais e filhos que formam o grupo familiar. A semelhança também se aplica aos produtos cultivados nos sítios, que representam quase que a totalidade da dieta básica das famílias. Assemelham-se também os alimentos adquiridos do mercado, mesmo aqueles adquiridos através do caminhão de verduras que circula pelas áreas rurais.

As mudanças observadas nas práticas alimentares tais como a adoção de novas tecnologias – entre elas, a substituição do moinho d’água pelo moinho elétrico e a opção de comprar alguns alimentos antes produzidos por eles, como o arroz e o açúcar – não implica um abandono total de uma cultura antiga em prol de uma moderna. As famílias estão convivendo ou se adaptando aos processos de mudanças no mundo contemporâneo e fazendo opções e essas são conectadas à sua cultura alimentar e ao gosto. Por exemplo, o consumo de refrigerante é muito baixo mesmo por crianças e jovens. A compra de alimentos processados, do tipo embutidos, e de alimentos industrializados congelados não ocorre. Por outro lado, no que se refere às quitandas o biscoito de polvilho assado não é mais produzido em casa, mas sim adquirido no mercado em função do seu custo benefício. Mas a tradição do consumo e elaboração das quitandas permanece em todas as famílias. Ela representa, além de uma “merenda” importante no dia a dia, uma importante continuidade tradicional; assim, a broa de milho, o bolo e alguns de tipos de pães são elaborados com frequência. O pão francês, tão consumido nas áreas urbanas, não faz parte do gosto alimentar das famílias e é de consumo muito raro.

No caso do uso do moinho elétrico em lugar do moinho d’água não tem colocado em risco o consumo do fubá na elaboração de comidas tradicionais como o angu e a broa. Esse comportamento se assemelha àquele entendimento apresentado por autores como Giddens (2012), Dória (2014) e Cândido (1982), que acreditam que a convivência possível e mais provável de ocorrer na contemporaneidade se dá por meio da mescla entre fatores de persistência e os de mudanças, que se complementam, mas sem extinguir as construções simbólicas tradicionais. É importante ressaltar que a incorporação das opções de práticas alimentares modernas também não é acrítica. As famílias sabem que a substituição de uma prática por outra implica riscos e perdas e ganhos como no caso da gordura de porco. O que prevalece, neste caso, é a escolha pelo sabor do alimento e pelo significado simbólico atrelado a ele. Tal como reforçado pelos interlocutores, a comida feita com gordura de porco é mais saborosa e é a que dá “sustança”.

Pode-se afirmar também que a adoção pelas tecnologias e práticas alimentares modernas não tem sido radical. Um exemplo disso é a manutenção prioritária do uso do fogão à lenha. O fogão a gás assume um lugar importante no preparo do almoço nas famílias onde as mulheres trabalham fora do sítio, o que aponta para um dos ajustes necessários que as famílias têm precisado fazer para se adaptar às novas realidades vividas. Ainda assim, o fogão à lenha continua sendo utilizado para preparar o jantar e para aquecer a água do chuveiro que representa para

eles também uma economia na energia elétrica, como explicitado no depoimento de Ivone:

Usamos mais o fogão a gás no dia a dia porque eu trabalho na escola do arraial de manhã e quando eu chego, costumo ir ajudar meu marido... aí até acender o fogo, demora muito pra aquecer... então o fogão a gás é mais prático para nós... a gente liga o fogão à lenha mesmo, mais pra esquentar a água do chuveiro porque a gente tem serpentina e economiza na energia elétrica... mas a comida mesmo é no gás. Mas à tarde é mais fácil esquentar a comida no fogão a lenha... ainda mais agora que o frio vai chegando, porque ele esquenta a casa... (Ivone, 38 anos, moradora de Posses, em Porto Firme, MG, 2015).

É importante ressaltar que nessas famílias ocorre uma alteração no papel masculino relativo à culinária, já que os maridos e os filhos passam a aquecer e a preparar alguns itens de sua alimentação. Se antes essa era uma responsabilidade exclusivamente feminina, as mudanças no papel masculino configuram-se, ainda que timidamente, em novas negociações de gênero nessas famílias, sinalizando alterações em um espaço que, historicamente e culturalmente, é de domínio feminino.

A articulação entre o tradicional e o moderno na cultura alimentar das famílias mostrou estar ocorrendo sem impasses ou conflitos significativos. Mesmo que a compra de um alimento *in natura* proveniente da CEASA, vendido pelos caminhões, gere receio da ingestão de agrotóxicos, essa aquisição ocorre ainda que eventualmente e por necessidade específica. Na manutenção dos hábitos alimentares está presente a influência dos guardiães da cultura e da tradição na reprodução do gosto, no processo de significação e ressignificação da comida atrelada às práticas, aos saberes e aos hábitos, tanto no cotidiano quanto nas comidas de dias festivos. A constância das expressões: “aprendemos a comer assim”, “aprendi a cozinhar vendo minha mãe fazer”, “na casa de meus pais, fazia assim”, denotam a valorização dos aprendizados e o interesse na perpetuação dos hábitos.

No que se refere à comensalidade no grupo familiar a pesquisa mostrou que ela está passando por modificações importantes em algumas famílias. Naquelas em que as mulheres trabalham fora do sítio, a comensalidade junto a outras situações, espaços e pessoas. No restante do grupo, a comensalidade se dá entre aqueles que estão em casa, já que nessas famílias não foram citados casos de pessoas que almoçam longe de casa, fazendo o uso de marmita. A comensalidade no horário do jantar tem sofrido modificações nos últimos anos em todas as famílias, mesmo naquelas com pessoas mais velhas, onde a sala de TV tem ganhado mais espaço, havendo então um “deslocamento” da mesa da cozinha para o

sofá da sala. Se em tempos passados o fogo era um fator socializador e propiciador da comensalidade que ocorria em torno da fogueira, da lareira e do fogão à lenha como apontado por Wrangham (2010) e Montanari (2008), na modernidade a televisão pode também assumir essa função tanto no meio urbano quanto no meio rural, pelo menos no que se refere às famílias que entrevistei.

O significado da comida para as famílias tem identificação significativa com as gerações passadas. Marca ainda a ligação com a terra ao serem consumidos prioritariamente o que se produz no local. As comidas tradicionais e elaboradas de modo simples são as que mais agradam ao paladar das famílias e, apesar de ser um cardápio de certa forma monótono, não se torna indesejado e não foi apontado pelas famílias necessidade em experimentar comidas diferentes das que estão habituados. A prioridade do grupo pesquisados pela alimentação baseada em produtos cultivados localmente e em práticas mais tradicionais coincide com o que proposto pelo “Guia Alimentar para a População Brasileira” (2015) publicado pelo Ministério da Saúde, contendo diretrizes de uma alimentação saudável e considerando importante também o aspecto cultural.

As famílias estão conscientes de que as transformações constantes que ocorrem na sociedade atual têm o poder de interferir em suas práticas e hábitos alimentares. Consideram que vai se tornando cada vez mais difícil manter seus hábitos alimentares por fatores de caráter mais externos do que internos e que interferem na sua dinâmica de reprodução social e econômica.

Inseridas no processo que envolve tanto o desejo de manter sua autonomia produtiva e cultura alimentar quanto à necessidade de ceder a algumas mudanças, essas famílias estão aprendendo a se adaptar com as experiências do cotidiano; não se fecham em seus núcleos culturais e nem se posicionam avessos às mudanças; demonstram uma atitude resignada, porém crítica, acatando os itens da modernidade alimentar que lhes agrada e são importantes e rejeitando o que não lhes interessa, respeitando prioritariamente a cultura local no sentido tratado por Helman (1994) no processo de escolha alimentar. Há nessa percepção um sentido de resistência identitária alimentar, semelhante à que Poulain (2013) discute como sendo uma das características das culturas alimentares locais.

## Referências bibliográficas

ABDALA, Mônica Chaves. *Receita de mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do mineiro*. 2.<sup>a</sup> ed. Uberlândia: EDUFU, 2007, 180p.

- ARRUDA, Maria do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999, 379p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981, 181p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2.<sup>a</sup> ed. Brasília, 2014, 156p.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida*. 6.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 1982, 284p.
- CARNEIRO, Maria José. *Ruralidades: novas identidades em construção*. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11, out. 1998, p. 53-75.
- \_\_\_\_\_. Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo. Apresentação. In: MOREIRA, Roberto José; CARNEIRO, Maria José et al. (Orgs). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 7-14.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012, 268p.
- DAMATTA, Roberto. La cultura de la mesa em Brasil. *El Correo UNESCO Alimentación y Cultura*, Paris, v. 15, n. 7, 1987, p. 22-23.
- \_\_\_\_\_. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, 126p.
- DELORMIER, Treena; FROHLICH, Katherine L.; POTVIN, Louise. Food and eating as social practice - understanding eating patterns as social phenomena and implications for public health. *Sociology of Health & Illness*, v. 31, n. 2, 2009, p. 215-228.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *Formação da culinária brasileira*. São Paulo: Três Estrelas, 2014, 279p.
- FISCHLER, Claude. Gastro-nomie et gastro-anomie. In: \_\_\_\_\_. La nourriture. *Pour une anthropologie bioculturelle de l'alimentation*, 1979 (Communications, 31), p. 189-210.
- \_\_\_\_\_. *El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Traducción de Mario Merlino. Barcelona: Anagrama, 1995, 422 p.
- \_\_\_\_\_. A "McDonaldização" dos costumes. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 841-870.
- \_\_\_\_\_. Food, self and identity. *Social Science Information*, v. 27, 1988. p. 275-292.

- \_\_\_\_\_. Commensality, society and culture. *Social Science Information* - 50th Anniversary Issue, v. 50, 2011, p. 528-548.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.). *História da alimentação*. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, 885p.
- FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1982, 227p.
- GARCÍA, L. Jacinto. *Una historia comestible*: homínidos, cocina, cultura y ecología. Gijón: TREA, 2013, 270p.
- GIARD, Luce. "Cozinhar". In: CERTEAU, Michel de et al. (Orgs.). *A invenção do cotidiano II: morar, cozinhar*. 11.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 210-331.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição, e estática na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2012, p. 89-166.
- HELMAN, Cecil G. *Cultura, saúde e doença*. 2.ª ed. Tradução: Eliane Mussmich. Porto Alegre: Artes Medicas, 1994, 333 p.
- LODY, Raul. *Brasil bom de boca: temas da antropologia da alimentação*. São Paulo: SENAC, 2008, 424p.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004, 159p.
- MINTZ, Sidney W. *Comida e antropologia: uma breve revisão*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 47, 2001, p. 31-41.
- MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. Tradução: Letícia Martins de Andrade. São Paulo: SENAC, 2008, 207p.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1995, 180p.
- POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Tradução: Rossana Pacheco da Costa Proença e Carmen Silvia Rial. Florianópolis: UFSC, 2013, 285p.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio et al.. *Mudanças nas práticas de autoconsumo dos produtores familiares: estudo de caso no Sul do Brasil*. Agroalimentaria, v. 16, n. 30, 2010, p. 115-125.
- SAHLINS, Marshall. A preferência de comida e o tabu nos animais domésticos americanos. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, 231p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 15, out. 2000, p. 87-145.

\_\_\_\_\_. A sociologia do mundo rural e as questões da sociedade no Brasil contemporâneo. *Ruris*, v. 4, n. 1, mar. 2010.

WILSON, Bee. *Pense no Garfo!:* uma história da cozinha e de como comemos. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 342p.

WOORTMANN, Klaas. *A comida, a família e a construção de gênero*. Brasília: UnB, 1985. 43 p. (Série Antropologia, 50).

WRANGHAM, Richard. *Pegando fogo:* porque cozinhar nos tornou humanos. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, 226p.

ZALUAR, Alba. As mulheres e a direção do consumo doméstico (estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas). In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et al. (Orgs.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 159-182.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 1951. 276 p.. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1951.

LIMA, Romilda de Souza. Cultura alimentar no contexto do sistema familiar rural contemporâneo na Zona da Mata de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 497-526, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** (*Cultura alimentar no contexto do sistema familiar rural contemporâneo na Zona da Mata de Minas Gerais*). Este artigo analisa e discute transformações e permanências nas práticas alimentares de famílias rurais dos municípios de Piranga, Presidente Bernardes e Porto Firme, na Zona da Mata Mineira. Tais famílias estão inseridas em uma das regiões mais antigas de Minas Gerais, considerada uma das primeiras onde teve início a exploração de ouro pelos bandeirantes nos Estado, por

volta de 1693. Presidente Bernardes e Piranga possuem a maior população rural da Zona da Mata, segundo dados do IBGE de 2010. As práticas alimentares das famílias entrevistadas são compatíveis com o processo cultural e sócio-histórico de formação da região, mantendo algumas tradições nos modos de saber-fazer e na produção dos alimentos, embora estejam vivenciando algumas modificações nessas práticas. As mudanças observadas nas práticas alimentares, tais como a adoção de novas tecnologias, por exemplo, uso de panela elétrica de fazer arroz, batedeira de bolo e moinho elétrico, têm ocorrido de forma ainda tímida e não implica uma substituição total da cultura alimentar por outra. A pesquisa, de cunho qualitativo, indica que as famílias estão convivendo ou se adaptando aos processos de mudanças no mundo contemporâneo sem negar suas raízes históricas. Além disso, a incorporação das práticas alimentares modernas não é acrítica, pois estão conscientes de que as transformações constantes que ocorrem na sociedade têm o poder de interferir em suas práticas e hábitos alimentares. Consideram que vai se tornando cada vez mais difícil manter seus hábitos alimentares por fatores de caráter mais externos do que internos e que interferem na sua dinâmica de reprodução social e econômica.

**Palavras-chave:** práticas alimentares, contemporaneidade, alimentação.

**Abstract:** (*Food culture in the context of the contemporary rural family system in the mata of Minas Gerais area*). This article analyzes and discusses transformations and continuities in the feeding practices of rural families in the municipalities of Piranga, Presidente Bernardes and Porto Firme, in the Zona da Mata Mineira. These families are located in one of the oldest regions of Minas Gerais, considered one of the first places where gold exploration began in the state around 1693. President Bernardes and Piranga have the largest rural population in the Zona da Mata, according to IBGE data from 2010. The food practices of the families interviewed are compatible with the cultural and socio-historical formation process of the region, maintaining traditional know-how and food production, although they are experiencing some changes in these practices. The changes observed in food practices, such as the adoption of new technologies, for example, the use of electric rice cookers, cake mixers and electric mills are occurring in a still timid way and do not imply a total replacement of the food culture by another. Qualitative research indicates that families are coexisting or adapting to the processes of change in the contemporary world without denying their historical roots. Moreover, the incorporation of modern dietary practices is not uncritical because they are aware that the constant transformations that occur in society have the power to interfere with their eating habits and practices. They consider that it is becoming increasingly difficult to maintain their eating habits through

external rather than internal factors and that interfere with their dynamics of social and economic reproduction.

**Keywords:** food practices, contemporaneity, food.

Recebido em abril de 2017.

Aceito em junho de 2017.

Anelise Daniela Schinaider<sup>1</sup>  
Leonardo Xavier da Silva<sup>2</sup>  
Alessandra Daiana Schinaider<sup>3</sup>  
Andreia Maria Liberalesso<sup>4</sup>

## *O estado da arte do consumo vegano na produção científica internacional*

### **Introdução**

Várias pesquisas da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) e discussões da COP21<sup>5</sup> apresentam uma preocupação com o meio ambiente e seu estado atual, e, portanto, subentende-se que a dieta alimentar do ser humano é dos fatores que também contribui para o aquecimento global e para o “famoso” efeito estufa.<sup>6</sup> Segundo estudos, aproximadamente 18% das emissões de dióxido de carbono são provindos da produção da carne, 70% de terras agrícolas do mundo são utilizadas para produção pecuária e 30% dos gases tóxicos são provindos da dieta alimentar de uma família normal média alemã (STEINFELD *et al.*, 2006; CONRAD, 2012). Ainda, conforme Kedouk (2013), o Brasil é o quinto maior emissor de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) no mundo, e quase 52% dos gases estufa são decorrentes do desmatamento.

Para contrapor essas causalidades, a dieta alimentar vegetariana e vegana vêm sendo aceita por muitos adeptos que defendem várias questões e compõem um novo estilo de vida. O movimento vegano ganha destaque no consumo de alimentos sem interferir no ecossistema, acreditando numa filosofia de vida, na ética, no direito dos animais, na preservação do meio ambiente, na qualidade de saúde, entre outras questões. Os veganos (ou *vegans*), como são chamados, têm como propósito não consumir produtos de origem animal, tais como, carne, ovos, leites, gelatinas, mel, couro, seda, lã, ou

---

<sup>1</sup> Mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: aneliseschinaider@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais e professor do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da UFRGS. E-mail: leonardo.xavier@ufrgs.br.

<sup>3</sup> Mestranda em Desenvolvimento Rural pela UFRGS. E-mail: alessandra\_082@hotmail.com.

<sup>4</sup> Mestranda em Agronegócios pela UFRGS. E-mail: andreialiberalesso@inovanutri.com.

<sup>5</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática realizada no ano de 2015, em Paris (França).

<sup>6</sup> Vale ressaltar que a indústria também contribui na emissão de gases tóxicos, causando o efeito estufa. A COP21 busca reduzir essa emissão de gases poluentes no Planeta Terra (COP21, 2015).

produtos que são testados em animais (TRIGUEIRO, 2013; TAFFAREL, 2012). Ou seja, são pessoas que possuem uma dieta alimentar e estilo de vida diferentes dos consumidores convencionais e vegetarianos.

Sendo assim, tem-se como objetivo reunir informações que relatam sobre o consumo vegano na produção científica. Para isso, será aplicado o método PRISMA e realizada uma análise sistemática com indicadores bibliométricos, tais como: evolução temporal; principais áreas de conhecimento e periódicos; principais países; e palavras-chave mais citadas. Além desta introdução, este artigo contempla mais quatro seções. Na segunda seção é realizada uma revisão bibliográfica sobre o consumo vegano. Na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Posteriormente, são apresentados, por meio de figura e quadro, os resultados obtidos; e na última seção são descritas algumas considerações desta pesquisa.

## **O Veganismo: mais que uma dieta alimentar, um estilo de vida**

Em 1824, na Inglaterra, era criada a *Society for the Prevention of Cruelty to Animals* que, em 1840, recebe da Rainha Vitória o *status* de Real, passando a ser chamada de *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals*. Existindo até hoje, essa instituição tem como missão trabalhar pelo bem-estar dos animais e pela existência de leis que os defendam; além disso, é contra pesquisas que testam composição químicas em animais e maus-tratos aos mesmos (TRIGUEIRO, 2013). Por volta de 1944, no mesmo país, foi criada por Donald Watson a primeira entidade vegana – *The Vegan Society* –, a qual lutava contra a exploração e atrocidade com os animais. A partir daí, surge o veganismo, onde Watson salientava que ao adotar a dieta alimentar vegetariana em que não há o consumo de carnes, a mesma também não poderia ingerir nem leite e nem ovos, visto que os animais são confinados para a produção, envolvendo um certo sofrimento. Dessa forma, o vegetarianismo não estava de acordo com que Watson procurava, então eis que surge um novo padrão alimentar: o veganismo (ALMEIDA, 2014; WATSON, 1944).

O veganismo é considerado uma filosofia de vida que pode ser interpretado como uma nova dieta alimentar e um movimento que atende várias causas: o bem-estar animal, a ética, a filosofia de vida, a preservação do meio ambiente, a alimentação saudável, a espiritualidade, o novo estilo de vida. Conforme Judge e Wilson (2015), o indivíduo quando adota o veganismo passa a sofrer alterações positivas na saúde, contribui para o meio ambiente, altera positivamente a cultura da sociedade onde ele convive, tornando-o mais espiritualista, solidário, pacífico e moral. Isto é, o ser humano toma consciência do que faz bem para ele próprio e para o meio ambiente, origem de seu alimento para subsistência.

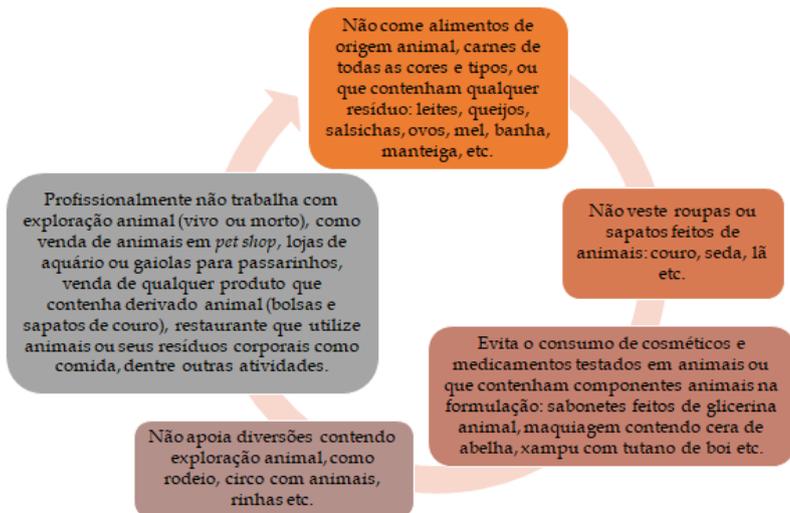
O movimento vegano encontrou nas redes sociais da Internet novos meios de disseminação da informação, onde há o propósito de conectar as pessoas,

de provocar diálogos, de expandir interações tradicionais e de permitir o compartilhamento de opiniões, de experiências, de piadas, que surgem por meio de ações de engajamento, da organização de eventos ou da difusão de ideologias (WILLS, 2016). Freire (2016) realizou um estudo de um grupo da rede social *Facebook* chamado “Ogros Veganos” onde tem como objetivo divulgar receitas sem o consumo de produtos de origem animal. Diante dos resultados, percebe-se o grande índice de engajamento e o fluxo de publicação crescentes. Outro ponto que se destaca são os carnistas, que valorizam os pratos veganos realizados por veganos.

Neste contexto, através dessas redes sociais é possível perceber a luta não somente contra a crueldade com os animais, mas também por uma postura ética, onde os adeptos são levados a reformular suas próprias práticas enquanto sujeitos do meio social, dando destaque à criação de novos estilos de vida e modos de consumo. O veganismo se torna uma expressão de uma projeção reflexiva onde os indivíduos tentam dar um rumo à sociedade, objetivando as condições de vida, ética, social e ambiental que norteiam a relação entre a sociedade e a natureza (TRIGUEIRO, 2013).

Essa expansão do veganismo em redes sociais fez com que *sites* se especializassem para esse tipo de público, trazendo as mais diversas informações relacionadas ao consumidor vegano, tais como: o conceito vegano, receitas, restaurantes, produtos, eventos, textos úteis etc. O *site* “Veganismo.com” destaca cinco características que conceituam um consumidor vegano, conforme Figura 1.

**Figura 1** – Características do consumidor vegano



Fonte: Veganismo.com, 2016.

Na Figura 1, percebe-se que as características descritas acima retratam o consumidor vegano regrado a todas as possíveis hipóteses que utilizam animais ou parte deles. Ou seja, esse tipo de dieta alimentar é fundamentado nas escolhas filosóficas e na consciência em relação à missão que se tem no mundo enquanto ser humano e cidadão. Além disso, Almeida (2014) afirma que é curioso perceber o que é considerado comida, como comer, por que e quando, em que são questões possivelmente definidas culturalmente. Assim, Mintz (2001) afirma que a dieta alimentar é muitas vezes o reflexo de uma sociedade, onde “comida” e “o que comer” estão relacionadas à identidade social e têm papel fundamental no estilo de vida, uma vez que “comer” é vital para a subsistência humana.

## **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa caracteriza-se por uma análise sistemática, que fornece uma apreciação resumida do conteúdo dos artigos, e apresenta indicadores bibliométricos sobre os artigos que foram selecionados pelo método PRISMA, que auxilia na explicação das etapas seguidas. A pesquisa foi realizada pela base de dados internacional de produção científica *Elsevier's Scopus*, sendo uma base multidisciplinar que abrange as áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades (ELSEVIER, 2016). Neste sentido, os procedimentos operacionais seguiram por duas etapas, conforme descritas abaixo:

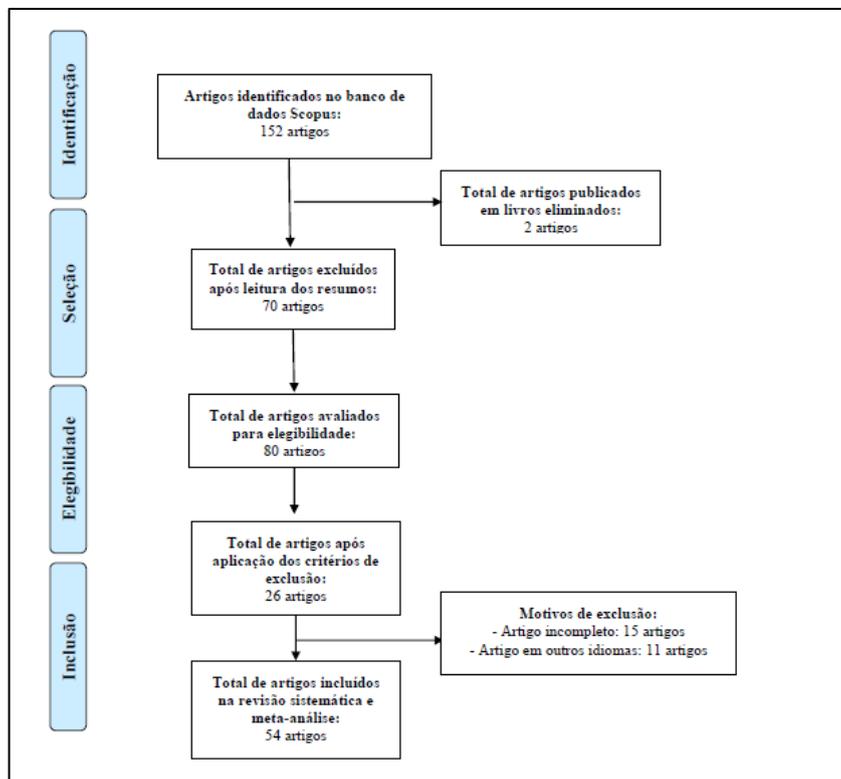
**(I) Primeira etapa:** Houve a definição da base de dados internacional *Elsevier's Scopus*.<sup>7</sup> Em seguida, foram inseridas as palavras de busca *Vegan* e *Consumption*, com objetivo de encontrá-las no título, no resumo e nas palavras-chave selecionando o tipo de documento “artigos”, encontrando 150 resultados. Posteriormente, introduziu-se a metodologia do protocolo PRISMA,<sup>8</sup> conforme a Figura 2.

---

<sup>7</sup> A pesquisa na *Elsevier's Scopus* foi realizada no dia 28 de novembro de 2016.

<sup>8</sup> O *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (PRISMA) possui um fluxograma dividido em quatro fases: Identificação, Seleção, Elegibilidade e Inclusão dos resultados da base de dados estudada (LIBERATI *et al.*, 2009).

**Figura 2** – Fluxograma de identificação e seleção dos artigos para revisão sistemática sobre o Consumo Vegano



**Fonte:** Elaborada pela autora com base no Fluxograma do PRISMA.

A Figura 2 apresenta o fluxograma do PRISMA onde ocorreu as quatro fases para aplicação do método. Na fase da Identificação, foram encontrados 152 artigos, excluindo dois artigos que foram publicados em livros. Na fase da Seleção, foram excluídos 70 artigos, após realizada a leitura do resumo, uma vez que não atendia o propósito da pesquisa. Na fase da Elegibilidade foram excluídos 26 artigos, sendo 15 artigos incompletos ou que não se encontravam disponíveis na *web* e 11 artigos em outros idiomas (português, francês, polonês, alemão).<sup>9</sup> Dessa forma, na fase de Inclusão foram selecionados para revisão sistemática 54 artigos, atendendo o objetivo da pesquisa.

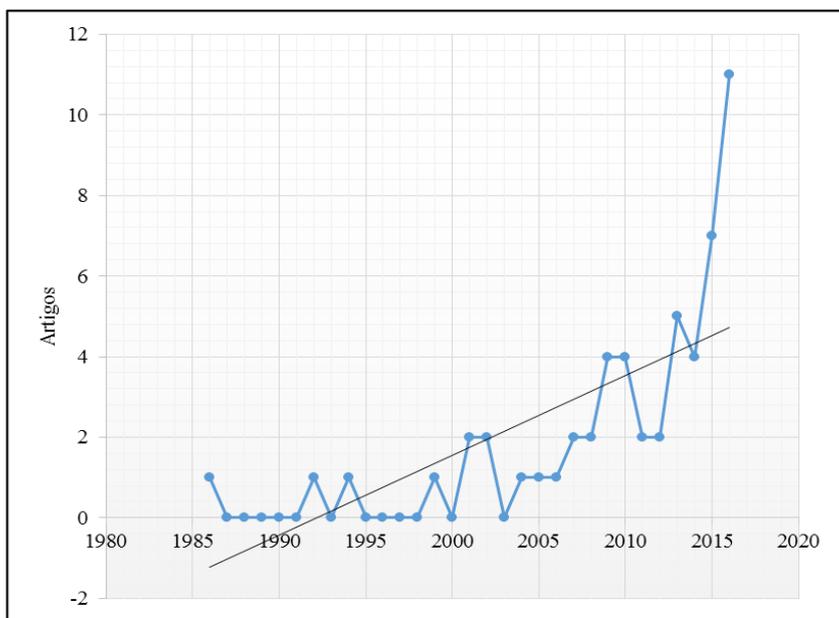
<sup>9</sup> O critério de exclusão destes 11 artigos em outros idiomas foi para utilizar o software Wordle.net, o qual possibilita a geração de nuvem de palavras do mesmo idioma, oportunizando uma padronização e qualificação dos dados coletados.

**(II) Segunda etapa:** Posteriormente, foram definidos os principais indicadores bibliométricos e os principais conteúdos da revisão sistemática: a) principais indicadores bibliométricos: evolução temporal; principais áreas de conhecimento e periódicos; principais países; e palavras-chave mais citadas; b) principais conteúdos da revisão sistemática: principais objetivos da pesquisa; procedimentos metodológicos utilizados; resultados e conclusões.

## Resultados e Discussão

A busca realizada na *Elsevier's Scopus* encontrou 152 artigos, porém por meio da aplicação do método PRISMA, apenas 54 artigos foram incluídos na realização da análise sistemática com indicadores bibliométricos. Inicialmente, na Figura 3, foi realizada uma análise temporal desses 54 artigos, objetivando apresentar a evolução temporal, conforme figura abaixo.

**Figura 3** – Evolução temporal dos artigos de 1986 a 2016



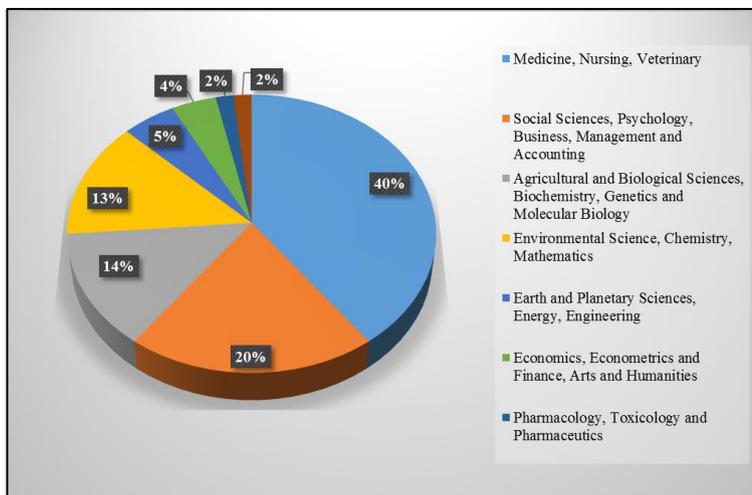
**Fonte:** Elaborada pela autora.

Percebe-se que há uma discussão sobre o tema em 2001, porém é perceptível a evolução a partir de 2009, onde houve um crescimento na produção científica e se ascendendo significativamente em 2015 e 2016, com 7 e 12 artigos publicados, respectivamente. Debater sobre o consumo vegano é algo ainda desconhecido para a maioria das pessoas; além disso, o movimento ganhou força a partir de 2015 e atualmente vem evoluindo

exponencialmente no mercado de consumo, resultando na inovação e criação de produtos, restaurantes diferenciados para este público ou, até mesmo, um espaço social para atender esse novo nicho de mercado.

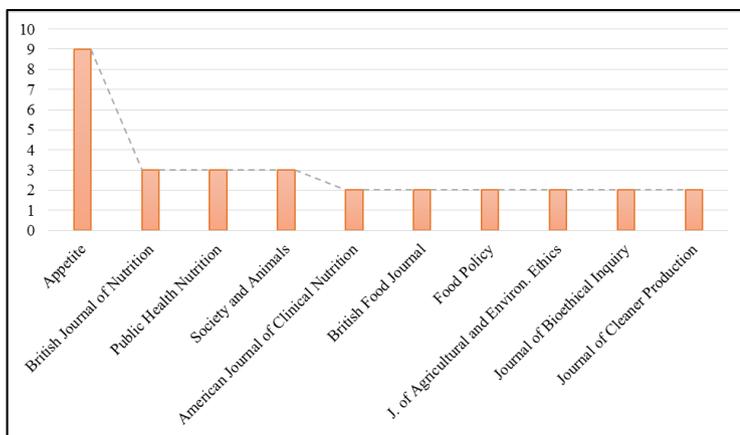
As Figuras 4 e 5 representam as principais áreas e um *ranking* de dez principais periódicos que publicam sobre o consumo vegano, considerando os 54 artigos verificados nesta pesquisa, respectivamente, conforme abaixo.

**Figura 4** – Principais áreas de pesquisa relacionadas ao consumo vegano de 1986 a 2016



Fonte: Elaborada pela autora.

**Figura 5** – Ranking dos principais periódicos de 1986 a 2016



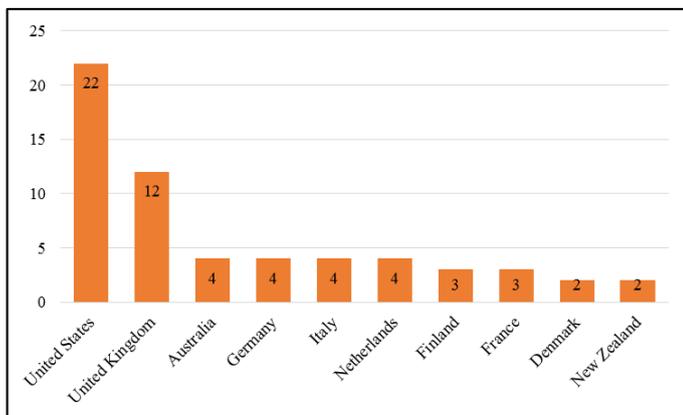
Fonte: Elaborada pela autora.

Nota-se que os estudos sobre o consumo vegano são produzidos em diversas áreas do conhecimento, permitindo tratar de um tema interdisciplinar que busca construir o conhecimento em áreas da medicina, enfermagem, administração, economia, agronomia, biologia, química, farmacologia, psicologia etc., compreendendo os mais vários campos de pesquisa. Dos 54 artigos, 40% deles são publicados na área da saúde, 20% nas áreas sociais e humanas e 14% nas ciências agrárias e biológicas, o que permite verificar que o consumo vegano tem forte influência nas questões relacionadas com a saúde do ser humano, do bem-estar social humanístico e dos animais, da criação de novos produtos e da preservação do meio ambiente, cujas questões são causas abordadas pelo veganismo e embasadas na revisão de literatura.

Considerando as principais áreas de pesquisa, o periódico *Appetite* possui 9 artigos publicados que estão relacionados ao consumo vegano. Este periódico tem um fator de impacto de 3,125 e é específico nas pesquisas que tratam das influências culturais, sociais, psicológicas, sensoriais e fisiológicas em relação à seleção e ingestão de alimentos e bebidas. Os demais periódicos *British Journal of Nutrition*, *Public Health Nutrition Society and Animals* possuem três artigos publicados que vão ao encontro das áreas de pesquisa apresentadas na Figura 4 (áreas da saúde e das ciências agrárias e ambientais).

O consumo vegano possui uma tendência evolutiva na disseminação da produção científica em diversas áreas de pesquisa, promovendo esse conhecimento nos países desenvolvidos ou que ainda estão em desenvolvimento. Dessa forma, outro indicador bibliométrico previsto no objetivo da pesquisa é mensurar um *ranking* dos dez principais países que mais publicam sobre o tema da pesquisa, algo revelado na Figura 6.

**Figura 6** – Principais países que pesquisam sobre o consumo vegano de 1986 a 2016



Fonte: Elaborada pela autora.

Verifica-se que os Estados Unidos são pioneiros em pesquisas sobre o consumo vegano, possuindo 22 artigos publicados na base internacional *Elsevier's Scopus*; em seguida vem Reino Unido com 12 artigos, e Austrália, Alemanha, Itália e Holanda com quatro artigos cada país. Considera-se que esses países já têm uma dieta alimentar vegana e estilo de vida, pois conforme Dyett *et al.* (2013), um estudo realizado com cem veganos dos Estados Unidos revela que a saúde já é uma das motivações em adotar a dieta vegana, uma vez que coincide com exercícios regulares; pouca ingestão de álcool e tabagismo; consumo de legumes, nozes e grãos, proporcionando baixo teor de gordura corporal. Nota-se que são países desenvolvidos que estão na frente colocando em prática uma dieta alimentar e defendendo um novo estilo de vida que traz pontos positivos para a saúde, meio ambiente e para o ser humano.

O último indicador bibliométrico dessa pesquisa tem por objetivo gerar uma nuvem de palavras das principais palavras-chave descritas nos 54 artigos, conforme a Figura 7.

Figura 7 – Principais palavras-chave citadas nos artigos de 1986 a 2016



Fonte: Elaborada pela autora.

Nesta nuvem de palavras foram mensuradas 373 palavras-chave dos 54 artigos avaliados nesta pesquisa. Feita essa observação, verifica-se que as palavras *Diet*, *Vegan*, *Animal*, *Vegetarian*, *Food* e *Meat* tiveram maior presença na Figura 7, demonstrando que são palavras que vão ao encontro do consumo vegano e das principais causas que estão associadas ao veganismo. Além disso, as palavras *Health*, *Lifestyle*, *Sustainable*, *Ethics*, *Consumption* e *Agricultural* são palavras-chave que retratam os aspectos

positivos no ato de se tornar um consumidor vegano. Judge e Wilson (2015) relatam uma variedade de resultados positivos e negativos em relação aos consumidores com a dieta à base de plantas vinculados à saúde, ao meio ambiente, à moralidade na sociedade e à ética nos indivíduos. Posteriormente, foi realizada a análise sistemática dos 54 artigos relacionados ao consumo vegano, conforme relatado nos procedimentos metodológicos e apresentada no Quadro 1.

**Quadro 1** – Revisão Sistemática dos 54 Artigos relacionados ao Consumo Vegano de 1986 a 2016

Anos	Quantidade de artigos	Principais objetivos do artigo	Principais Procedimentos Metodológicos	Resultados e conclusões
1986-1995	Três artigos	Preocupação com os riscos e os benefícios para a saúde no momento que o consumidor adotasse a dieta vegana, tais como: existência do aminoácido "taurina" em dietas veganas e carnistas, infecção por <i>Helicobacter pylori</i> em veganos e carnistas.	Teste T, experimentação com pessoas que possuem dieta vegana e carnista, experimentação ou ensaio clínico randômico com algumas mulheres e crianças.	Nos três artigos, percebe-se que a saúde foi destaque para a dieta vegana, neste caso a substância taurina está ausente na dieta vegana e conclui que as energias (proteínas) na dieta vegana e carnista são as mesmas. Outro artigo salienta que a infecção por <i>Helicobacter pylori</i> acontece em pessoas vivem em regiões sócio demográficas precárias, facilitando a contaminação, variando nas dietas alimentares. E a dieta vegana traz alguns riscos para mulheres e crianças, como anemia, falta de vitamina D, vitamina B12 e cálcio.
1996-2005	Sete artigos	Benefícios da soja, principal proteína de origem vegetal inserida na dieta vegana; e os benefícios de se ter uma dieta vegana (ausência da doença de Parkinson e funcionamento do intestino). Estudo dos fatores, valores, atitudes, práticas e crenças que influenciam no consumo de frutas e vegetais.	Meta-análise sobre as proteínas de soja; avaliaram estudos de caso-controle realizados em camundongos; aplicação de questionários; entrevista com indivíduos carnistas, veganos e redutores de carne. Ainda alguns participantes desses estudos estavam vinculados na <i>European Prospective Investigation Into Cancer and Nutrition (EPIC)</i> .	Percebe-se que o consumo de soja reduz o colesterol total e LDL sérico, regula o ciclo menstrual, diminui o risco de câncer de mama, a osteoporose. Além disso, a dieta vegana em africanos, chineses e japoneses demonstra uma redução de se ter mal de Parkinson e a ingestão de fibra dietética, de líquidos e de produtos de origem vegetal são fatores nutricionais e estilo de vida que ajudam no funcionamento do intestino. Por fim, estilo de vida, saúde e condições sociodemográficas são fatores que influenciam no consumo de frutas e vegetais. Os veganos acreditam numa filosofia de vida, buscam bem-estar e harmonia interior.

<p>2006-2010</p>	<p>13 artigos</p>	<p>Benefícios na saúde em ter uma dieta vegana (ausência de problemas cardiovasculares, colesterol ruim, diabetes do tipo 2). Compreensão dos fatores que influenciam em ter a dieta vegana. A dieta vegana como amiga do meio ambiente, havendo redução de gases tóxicos e defendendo o direito dos animais. Discussão sobre o estilo de vida de um vegano em ter relações sexuais com outros veganos.</p>	<p>Uma análise experimental; estudo transversal; regressão logística aplicada aos dados dos inquéritos nacionais dos EUA; amostras de sangue com indivíduos de Taiwan; estudo qualitativo (entrevista); análise de dados secundários; aplicação de questionário por amostra não-probabilística por quotas; regressão logística multivariada ajustada; revisão de literatura; dentre outros procedimentos metodológicos.</p>	<p>Nota-se que uma dieta vegetariana de baixo teor calórico e de baixa proteína proporciona efeitos benéficos sobre a pressão arterial, protegem contra a obesidade e o risco de diabetes tipo 2. Em relação aos fatores, percebe-se que há três características (variáveis) como predisposição em se tornar vegano: empatia, socialização e resistência. Dessa forma, na infância as crianças sentem muito mais, ou seja, são mais empáticas que os adultos, possivelmente tornando-se no futuro veganas. A dieta vegana reduz pela metade as emissões de gases tóxicos provindos da produção agrícola, embora reduzir as emissões de gases do efeito estufa através do consumo de alimentos exigiria grandes mudanças em toda a população, é importante salientar que a aprendizagem disseminada em relação à sustentabilidade global do abastecimento alimentar impacta nas dietas alimentares. Alguns artigos retratam o direito dos animais, uma vez que eles sofrem com a crueldade e sofrimento; comoditização; danos à saúde e ao meio ambiente. Um artigo ainda retrata as relações sexuais dos veganos e conclui que o homem vegano demonstra uma imagem de perdedor, covarde, fracassado e fanático, sob o ponto de vista dos carnistas.</p>
<p>2011-2013</p>	<p>9 artigos</p>	<p>Retratar o veganismo como o direito dos animais, sendo a criação do Projeto Vegano e o perfil dessas pessoas que defendem o direito dos animais. Investigação dos motivos para se ter uma dieta vegana; análise dos impactos ambientais da dieta alimentar vegana; e implementação da dieta vegana na alimentação das escolas primárias.</p>	<p>Estudo randômico por julgamento; aplicação do ANOVA; e de pacotes estatísticos <i>Minitab</i> 15 e <i>SPSS</i> 15. Análise de quatro dietas alimentares (DA-CH, UGB, Ovo-lacto vegetariano, vegano) nos últimos 20 anos, realizando a LCA; amostra de sangue com participação de 22 indivíduos por 21 dias tomando milk-shake; almoços escolares baseados no consumo real de alimentos em uma escola; ensaio teórico; rastreamento de câncer de próstata nos últimos 2 anos entre 11.162 mil negros e não-negros norte-americanos adventistas do sétimo dia, com idade entre 50-75 anos, com diferentes padrões alimentares e características de estilo de vida; aplicação de questionários para 100 veganos nos Estados Unidos.</p>	<p>Diversos estudos atribuem a saúde como motivo principal da pessoa se tornar vegana, uma vez que coincide com o exercício regular; pouca ingestão de álcool e tabagismo; consumo de legumes, nozes e grãos; baixo teor de gordura. Há a redução do diabetes tipo 2, do excesso de peso, doenças cardiovasculares e metabólicas e do risco de ter câncer de próstata. Também, três perfis foram traçados que defendem o direito dos animais, são eles: vegetariano, sustentável e o “porco no quintal”, visto que sentimentos, pensamento crítico e imaginação têm papéis importantes a desempenhar neste processo. Além disso, no Projeto Vegano foram levantadas duas objeções: a) o projeto compromete a adequação nutricional das dietas humanas; b) alienaria os seres humanos da natureza. Em relação aos motivos de ter uma dieta vegana, vai das preocupações ambientais, de saúde e bem-estar animal. Ainda, as refeições caseiras misturadas resultaram em duas e cinco vezes mais impacto do que almoços vegetarianos e veganos, logo é considerado pensar na dieta alimentar como uma boa base para as questões nutricionais e ambientais na dieta alimentar.</p>

2014-2016	22 artigos	<p>Objetivo de destacar o direito dos animais, a preocupação ambiental (Análise do Ciclo de Vida de alimentos em relação ao efeito estufa) e a saúde (redução do câncer de próstata e funcionamento do intestino) em relação à dieta alimentar vegana; explorar as possibilidades de futuras diretrizes dietéticas integradas que ajudem os consumidores a fazer escolhas dietéticas baseadas em valores ecológicos e nutricionais e as motivações que levam os indivíduos a se tornarem veganos. Exames dos efeitos da ingestão de nutrientes, do peso e do humor na adoção da dieta vegana. Análise dos 4Ns - isto é, a crença de que comer carne é natural, normal, necessário e agradável (<i>nice</i>) - como racionalizações comuns que as pessoas usam para defender sua escolha de comer carne; e, compreensão da ética em consumir carne. Relatar o consumo de alimentos em interferir na interação social com os seres humanos, principalmente na questão de gênero; e o veganismo tratado como uma estratégia de sustentabilidade ambiental e de segurança alimentar.</p>	<p>Aplicação de cenários futuros; críticas ao artigo de Joel Marks; indivíduos participantes no estudo de coorte EPIC-Oxford; experimentação em indivíduos com dietas de dez dias; Análise do Ciclo de Vida, medindo os impactos sobre as emissões de gases de efeito estufa, o uso da terra e a pegada de escassez de água. A Teoria do 4Ns trouxe seis estudos conduzidos no 4Ns com 171 participantes da Universidade de Melbourne, na Austrália. Pesquisa qualitativa com entrevistas face a face com 329 consumidores seguindo uma dieta vegana em sete supermercados veganos na Alemanha; entrevistas com 23 veganos de dois colégios de duas cidades do Sudoeste dos Estados Unidos; e participação de respondentes <i>online</i> para responder itens relacionados à ética do veganismo.</p>	<p>Marks aborda duas teorias no direito dos animais: desirismo (há duas variáveis interesses ou sentimentos e fatos) e amoralismo (há falta de princípios morais e éticos). Uma conclusão que se percebe que a dieta vegana causaria menos gasto na saúde pública e agiria positivamente no meio ambiente, pois as emissões de gases do efeito estufa na dieta carnista são duas vezes mais altas do que na vegana. Além disso, a dieta vegana faz os indivíduos perderem peso, sofrendo alterações de humor positivamente, pois esse estilo de vida requer aprendizagem, reflexão e trabalho de identidade acima de tudo. Quanto aos 4Ns, uma estratégia importante e prevalente é racionalizar que o consumo de carne é natural, normal, necessário e agradável. Em relação aos cenários futuros, cinco foram traçados: alteração na saúde pública, no meio ambiente, na economia e na cultura dominante de Nova Zelândia, pessoas mais solidárias, pacíficas, morais, com julgamento e um pouco infelizes. O veganismo é figurado como uma dieta e estilo de vida que coloca em primeiro uma ética de cuidado, compaixão, bondade e emoção - sobre e para os seres humanos, animais e meio ambiente - compatível com veganismo ético. Dietas vegetarianas e veganas têm melhor desempenho ambiental em comparação com uma dieta dinamarquesa padrão, mas que havia uma diferença mínima entre as duas opções sem carne. A metodologia LCA, embora carregada com julgamentos de valor, continua a ser uma ferramenta confiável para avaliar o desempenho alimentar do meio ambiente, mas é menos adequada para estimar as pressões ambientais que são altamente dependentes das condições locais. A motivação dos consumidores para a adoção de uma dieta vegana revelou três motivos principais: os relacionados a animais (mencionados por 89,7% dos entrevistados), os relacionados ao bem-estar pessoal e/ou à saúde (69,3%), (46,8%). Com implicações interessantes para o setor de alimentos e agrícola.</p>
30 anos	54 artigos	Análise sistemática dos artigos		

**Fonte:** Elaborada pela autora.

\*Os 54 artigos foram classificados num período de dez anos. Ressalta-se que, a partir de 2006, eles foram classificados num período de três em três anos até 2016, possibilitando a análise sistemática mais completa dos artigos.

O Quadro 1 permite analisar ao longo dos anos os principais objetivos do artigo, procedimentos metodológicos, resultados e conclusões relacionados ao consumo vegano. Percebe-se que entre 1986 a 1995 os artigos estavam preocupados com os riscos que uma dieta vegana apresentava para a saúde, tais como: a perda de determinados nutrientes, vitaminas e a desnutrição do indivíduo. Em seguida, de 1996 a 2005 as pesquisas ficaram mais voltadas aos benefícios que a dieta vegana traz para a saúde e os fatores motivacionais que levam o indivíduo a possuir essa dieta. Posteriormente, entre 2006 a 2010, as pesquisas ainda estavam relacionadas à saúde e aos fatores motivacionais, porém a dieta vegana começou a ser tornar uma alternativa para a redução do aquecimento global, visto que uma dieta carnista contribui para os gases do famoso efeito estufa. Entre 2011 e 2013, a dieta vegana foi estudada com um maior aprofundamento em relação aos benefícios para a saúde, a preocupação com o meio ambiente e o direito dos animais. Já em 2014 a 2016, houve um *boom* de pesquisas dispostas a entender melhor o veganismo como um todo: não apenas como uma dieta alimentar, mas sim como um estilo de vida, relatando influências ligadas à saúde, meio ambiente, gênero, politização, direito dos animais, sociodemográficas, filosóficas e religião. Entende-se que o veganismo passou a ser considerado uma estratégia de sustentabilidade ambiental e de segurança alimentar mundial. Quanto aos procedimentos metodológicos, verifica-se no Quadro 1 que existem várias metodologias para se atingir os resultados, sendo tanto qualitativa quanto quantitativa, com aplicação de questionários, experimentos, entrevistas, construção de cenários futuros, estudo transversal, dentre outros.

Em relação aos resultados e conclusões do Quadro 1, nota-se que o consumo vegano possui implicações interessantes para o setor de alimentos e para a produção agrícola, pois há uma ascensão em pesquisas voltadas para a temática. Ao possuir uma dieta vegana, pesquisadores concluíram que há uma redução de se ter câncer de próstata e de mama; colesterol ruim; regula o ciclo menstrual; diminui a obesidade; protege do diabetes tipo 2; reduz a doença mal de Parkinson; e a ingestão de fibra dietética, de líquidos e de produtos de origem vegetal são fatores nutricionais e estilo de vida que ajudam no funcionamento do intestino (GOVINDJI, 1999; MCCARTY, 2001; SANJOAQUIN *et al.*, 2003; TONSTAD, 2009; TANTAMANGO-BARTLEY, 2016).

Além disso, a dieta vegana reduz pela metade as emissões de gases tóxicos provindos da produção agrícola, causaria menos gasto em saúde pública e agiria positivamente no meio ambiente, visto que as emissões de gases do efeito estufa na dieta carnista são duas vezes mais altas do que na da vegana (RISKU-NORJA; KURPPA; HELENIUS, 2009; SCARBOROUGH *et al.*, 2014). Por fim, existem três principais motivos que fazem o

consumidor adotar uma dieta vegana: o direito dos animais (89,7% dos entrevistados), o bem-estar pessoal (69,3%) e a saúde (46,8%) (JANSSEN *et al.*, 2014). Van Dooren *et al.* (2014) complementam que uma dieta mediterrânea (rica em vegetais) tem como foco na saúde com uma pontuação elevada na sustentabilidade. As diretrizes orientadas nas dietas vegetariana e vegana são a opção para a sinergia ideal entre saúde e sustentabilidade, ratificando as motivações que estabelecem a adoção de uma dieta vegana.

## **Considerações finais**

Este artigo buscou realizar uma análise sistemática com alguns indicadores bibliométricos na produção científica relacionada ao consumo vegano. Diante do exposto, nota-se que o consumo vegano tem importância no meio acadêmico, através dos resultados que as pesquisas dos 54 artigos proporcionam e resultam para o contexto social, abrangendo questões de saúde, do meio ambiente, de estilos de vida e de direito dos animais. Aderir à dieta vegana seria uma das possibilidades e estratégias para diminuir o aquecimento global e, assim, propor um meio ambiente menos degradado.

À medida que as informações relacionadas ao veganismo se disseminem pelas redes sociais, mais indivíduos acabam aderindo a essa dieta, que proporciona benefícios para a saúde, para o meio ambiente, para os próprios animais, e para o próprio indivíduo. Conforme a revisão sistemática, em 1986 a dieta vegana era vista como algo maléfico para quem a aderisse; entretanto, com o avançar dos estudos, ela passou a ser amiga do meio ambiente e consumidores começaram a se interessar por ela, criando novos nichos de mercado e grupos sociais que trocam informações relacionadas a esse consumo em redes sociais, tais como, o Facebook.

Logo, mudar os hábitos ou rotinas pode levar um certo tempo, porém as dietas alimentares individuais evoluem frequentemente dentro de um tempo de vida, inclusive quando se inclui encontros com a família, com os amigos, com o pessoal do trabalho etc., que possam influenciar na mudança da dieta alimentar e no estilo de vida. Questões vinculadas à sustentabilidade e direito dos animais também vêm sendo um dos fatores preocupantes para a sociedade em si, uma vez que é preciso pensar no que será deixado como legado para as gerações futuras. Por fim, como pesquisas futuras, é interessante compreender o perfil do consumidor vegano, uma vez que existem pesquisas que apresentam que ele está inserido no mercado e que há variáveis que podem traçar esse perfil claramente.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, L. S. “Nem Peixe”:Práticas e Relações Sociais na Culinária Vegana. Monografia em Sociologia – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- CONRAD, S. J. Are we morally obliged to become vegans? In: POTTHAST, Thomas; MEISCH, Simon. *Climate change and sustainable development: Ethical perspectives on land use and food production*. Germany: Wageningen Academic Publishers, 2012. p. 367-372.
- COP21 PARIS (2015). *Adoção do Acordo Paris*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acordodeparis/>>. Acesso: 27 dez. de 2016.
- DYETT, P.A. et al. *Vegan lifestyle behaviors: an exploration of congruence with health-related beliefs and assessed health indices*. *Appetite*, v. 67, 2013, p. 119-124.
- ELSEVIER, Scopus. Disponível em: <<http://www.americalatina.elsevier.com/sul/pt-br/scopus.php>>. Acesso: 28 nov. de 2016.
- FREIRE, M. Sobre o que ogram os veganos? Uma análise das atividades do grupo Ogrós Veganos no Facebook. *RAZÓN Y PALABRA*, México, n. 94, set./dez., 2016, p. 389-410.
- GOVINDJI, A. The soya bean: so small yet so mighty. *Nutrition & Food Science*, v. 99, n. 3, 1999, p. 144-148.
- JANSSEN, M. et al. Motives of consumers following a vegan diet and their attitudes towards animal agriculture. *Appetite*, v. 105, 2016, p. 643-651.
- JUDGE, Madeline, WILSON, Marc S. Vegetarian Utopias: Visions of dietary patterns in future societies and support for social change. *Futures*, v. 71, ago. 2015, p. 57-69.
- KEDOUK, M. *Prato sujo: como a indústria manipula os alimentos para viciar você*. São Paulo: Abril, 2013.
- LIBERATI, A. et al. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. *Ann Intern Med.*, v. 151, n. 4, 2009, p. 65-94.
- MCCARTY, M. F. Does a vegan diet reduce risk for Parkinson’s disease? *Medical Hypotheses*, v. 57, n. 3, 2001, p. 318-323.
- MINTZ, S. Comida e Antropologia – uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, 2001.
- MUGNAINI, R.; JANNUZZI, P. M.; QUONIAM, L. Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, 2004, p. 123-131.

- RISKU-NORJA, H., KURPPA, S., HELENIUS, J. Dietary choices and greenhouse gas emissions - Assessment of impact of vegetarian and organic options at national scale. *Progress in Industrial Ecology - An International Journal*, v. 6, n. 4, 2009, p. 340-354.
- SANJOAQUIN, M. A. *et al.* Nutrition and lifestyle in relation to bowel movement frequency: a cross-sectional study of 20 630 men and women in EPIC-Oxford. *Public Health Nutrition*, v. 7, n. 1, 2003, p. 77-83.
- SCARBOROUGH, P. *et al.* Dietary greenhouse gas emissions of meat-eaters, fish-eaters, vegetarians and vegans in the UK. *Climatic Change*, v. 2, n. 125, 2014, p. 179-192.
- STEINFELD, H. *et al.* *Livestock's long shadow, environmental issues and options*. Geneva: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2006.
- TAFFAREL, J. A. S. *Desenvolvimento de alimentos veganos tipo "queijo" e tipo "requeijão"*. Monografia do Curso de Engenharia de Alimentos (UFRGS). Porto Alegre: 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72766/000870981.pdf?sequence=1>>. Acesso: 21 set. de 2016.
- TANTAMANGO-BARTLEY, Y. *et al.* Are strict vegetarians protected against prostate cancer? *The American Journal of Clinical Nutrition*, v. 103, 2016, p. 153-160.
- TONSTAD, S. *et al.* Type of Vegetarian Diet, Body Weight, and Prevalence of Type 2 Diabetes. *Diabetes Care*, v. 32, 2009, p. 791-796.
- TRIGUEIRO, A. Consumo, ética e natureza: o veganismo e as interfaces de uma política de vida. *Revista Internacional Interdisciplinar - INTERthesis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun., 2013, p. 237-260.
- VAN DOOREN, C. *et al.* Exploring dietary guidelines based on ecological and nutritional values: A comparison of six dietary patterns. *Food Policy*, v. 44, 2014, p. 36-46.
- VEGANISMO. *O que é veganismo?* Disponível em: <<http://www.veganismo.org.br/2014/01/o-que-e-veganismo.html>>. Acesso: 2 out. de 2016.
- WATSON, D. *Vegan News - Magazine of the non-dairy vegetarians*. Leicester: Ed. by Donald Watson, 1944.
- WILLS, T. Social media as a research method. *Communication Research and Practice*, v. 2, n. 1, 2016, p. 7-19.

SCHINAIDER, Anelise Daniela, Leonardo Xavier da Silva, Alessandra Daiana Schinaider e Andreia Maria Liberalesso. O estado da arte do consumo vegano na produção científica internacional. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 528-544, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** (*O estado da arte do consumo vegano na produção científica internacional*). O consumo vegano atrai cada vez mais adeptos e instiga o meio acadêmico em busca de compreender a produção científica a seu respeito. Embora seja um campo incipiente de pesquisa, o veganismo traz uma preocupação relacionada à saúde, ao meio ambiente, aos direitos dos animais e a um estilo de vida. Neste sentido, tem como objetivo reunir informações que relatam sobre o consumo vegano na produção científica. Para isso será aplicado o método PRISMA e realizada uma análise sistemática com alguns indicadores bibliométricos, tais como: evolução temporal; principais áreas de conhecimento e periódicos; principais países; e palavras-chave mais citadas sobre o consumo vegano. Foi utilizada a base internacional de dados *Elsevier's Scopus*, resultando em 54 artigos. O consumo vegano cresce exponencialmente a partir de 2009, sendo um dos países que mais pesquisam sobre o assunto os Estados Unidos, com 22 artigos. Além disso, ressalta-se que ao longo dos anos foram descobertas novas pesquisas que ratificam a importância dos indivíduos aderirem uma dieta vegana, por questões de saúde, de meio ambiente. Como pesquisa futura, é interessante compreender o perfil do consumidor vegano, uma vez que ele já está inserido neste nicho de mercado.

**Palavras-chave:** análise sistemática, consumo vegano, *Elsevier's Scopus*, indicadores bibliométricos, veganismo.

**Abstract:** (*The state of the art of vegan consumption in international scientific production*). Vegan consumption attracts more and more adepts which stimulates the academic environment in its research on the scientific production related to this trend. Although it is an incipient field of research, veganism is a concern related to health, the environment, animal rights and a lifestyle, all currently central issues. In this sense, it aims to gather information about vegan consumption in scientific production. For this, the PRISMA method was applied and a systematic analysis performed with a number of bibliometric indicators, such as: temporal evolution; main areas of knowledge and periodicals; major countries; and key words on vegan consumption. The international database Elsevier's

Scopus was used, resulting in 54 articles. Scientific research on vegan consumption grows exponentially from 2009, with the United States being one of the countries that most researches the subject, with 22 articles. In addition, over the years new research has ratified the importance of individuals adhering to a vegan diet, due to health and environmental issues. Future research should be directed to understanding the profile of the vegan consumer, since he is already inserted in this niche market.

**Keywords:** bibliometric indicators, Elsevier's Scopus, systematic analysis, vegan consumption, veganism.

Recebido em janeiro de 2017.

Aceito em julho de 2017.

Paulo Eduardo Moruzzi Marques<sup>1</sup>  
Luciane de Gaspari<sup>2</sup>  
Bruna Almeida<sup>3</sup>

*Organização de Controle Social (OCS) e  
engajamento agroecológico das  
famílias do assentamento  
Milton Santos no estado de São Paulo*

### **Introdução**

Este artigo se inscreve no âmbito das elaborações do projeto de pesquisa apoiado pela FAPESP intitulado “Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo: perspectivas de reconstrução das relações urbano e rural em questão”.<sup>4</sup> Concebido como meio de explorar as possibilidades analíticas da sociologia das justificações no campo agroalimentar, este projeto focaliza notadamente os conflitos em torno da implantação do assentamento Milton Santos, na região metropolitana de Campinas.

Este assentamento é fruto de uma estratégia inovadora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), designada Comuna da Terra, visando a instalação de famílias de agricultores sem-terra em regiões providas de importante infraestrutura, nas proximidades dos mercados consumidores e com projetos produtivos de inspiração agroecológica. Neste trabalho, o foco se dirige à implantação de Organizações de Controle Social (OCSs) com vistas à obtenção de reconhecimento orgânico para os produtos alimentares do assentamento em questão. Em termos da sociologia das justificações, esta iniciativa pode ser interpretada como uma prova de veracidade construída pelas famílias assentadas, tornando

---

<sup>1</sup> Professor associado do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: pmarques@usp.br.

<sup>2</sup> Doutora do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da USP. E-mail: luciane.degaspari@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Bolsista de iniciação científica do Programa de Educação Tutorial (PET) Ecologia, graduanda em Ciências Biológicas na ESALQ/USP. E-mail: bruna2almeida@usp.br.

<sup>4</sup> Mais informações em <<http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/87266/criticas-e-justificacoes-em-torno-de-alternativas-agricolas-no-estado-de-sao-paulo-a-reconstrucao-d/>>

averiguável o discurso fundado em perspectiva de justiça ecológica em favor do assentamento.

A propósito, entre 2012 e 2013, ocorre o auge de um conflito envolvendo estas famílias assentadas, ameaçadas por uma sentença de reintegração de posse em favor dos antigos usuários das terras onde se encontra o assentamento. Assim, houve neste período intensa mobilização social, com uma efervescente elaboração de ideias em defesa dos assentados. Em grande medida, esta última veicula o argumento segundo o qual a implantação do assentamento é legítima em razão de sua produção alimentar saudável, destinada à população local mais vulnerável.

Nossa hipótese consiste em considerar que uma perspectiva de justiça ecológica se situa no primeiro plano dos discursos de justificação de diferentes atores em favor do assentamento. Estes argumentos repercutem então em termos de construção de provas do engajamento agroecológico das famílias assentadas.

Para o desenvolvimento do raciocínio, apresentamos inicialmente elementos sintéticos sobre a abordagem sociológica das justificações para, em seguida, desenvolvermos um breve histórico e uma caracterização do assentamento Milton Santos. Enfim, examinamos o teor dos discursos em favor do assentamento, assim como propomos uma interpretação das iniciativas desenvolvidas pelas famílias assentadas, em particular aquela do estabelecimento de Organização de Controle Social.

## **O referencial teórico da sociologia das justificações em poucas palavras**

A sociologia das justificações constitui uma abordagem das mais fecundas e instigantes para a análise de controvérsias públicas, como aquelas em torno do assentamento Milton Santos. O livro-chave desta teoria sociológica (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) lança luzes sobre o processo de construção de discursos em diferentes situações de discórdia, iluminando também elementos que permitam explicar o grau de legitimidade de uma denúncia ou de uma justificação. Para tornar um argumento aceitável, sua construção deve se ancorar em princípios de justiça reconhecidos como legítimos. Assim, a teoria das justificações é concebida para evidenciar elementos estáveis de justiça propondo um repertório de concepções de mundo justo que podem ser mobilizados por atores em situações de conflito.

Uma ordem de justiça constitui assim um quadro coerente de referências cuja legitimidade é variável conforme o contexto sócio-histórico e o tipo de situação de desacordo. Boltanski e Thévenot (1991) identificam seis grupos de princípios de justiça (inspirada, renome, doméstica, cívica, mercantil e industrial), considerando que novos referenciais de ordenamento de um mundo justo podem emergir em

função de valores e crenças susceptíveis de se desenvolverem em nossas sociedades. Com efeito, o debate sobre o impacto das sociedades humanas sobre o meio ambiente, com a propagação de propostas para um desenvolvimento sustentável, leva a pensar que a emergência de uma ordem justa ecológica constitui uma perspectiva pertinente para a análise. Nesta ótica, para os propósitos de nosso trabalho, cinco mundos de justiça podem ser realçados enquanto pontos de apoio normativos de justiça para a construção de argumentos nos confrontos públicos agrários e agroalimentares.

Em primeiro lugar, dois conjuntos de princípios de justiça podem ser destacados pelo seu elevado grau de legitimidade no capitalismo contemporâneo. Trata-se dos mundos justos industriais e mercantis. Foi com a fundamentação nestes princípios de justiça que a modernização da agricultura foi justificada. A atividade agrícola é assim aceitável na medida em que seja eficaz e rentável, o que asseguraria um abastecimento alimentar adequado. Aliás, constitui um ponto central da teoria a ideia segundo a qual uma ordem de justiça legítima deve beneficiar a todos, mesmo considerando uma hierarquia de grandezas em cada um destes mundos justos, o que pode significar grandes desigualdades. Assim, a característica que legitima uma agricultura moderna industrial-mercantil consiste na sua capacidade de oferecer alimentos em abundância a preços muito reduzidos, o que responderia a um interesse geral, mesmo que a riqueza produzida sob lógicas fundadas nas justicas industriais e mercantis se concentre nas mãos de poucos.

Os outros fundamentos de justiça de interesse para nossos propósitos, pois mobilizados frequentemente para a construção da crítica contra a agricultura industrial-mercantil, são aqueles situados nos mundos justos doméstico, cívico e ecológico. O primeiro se refere às lógicas de justiça oriundas do mundo familiar, que podem estar fortemente associadas a uma dependência ao poder patriarcal. Nesta esfera, valores ligados à tradição, à proximidade, ao afetivo, à confiança constituem um leque importante de apoios para a formulação de ideias em favor de agriculturas alternativas, em particular aquelas familiares.

No caso do mundo justo cívico, convém realçar aqui a primazia de valores em torno de uma democracia participativa. Nesta ótica, uma vida social justa se funda na construção coletiva do contrato social. Ou seja, as regras que regem as relações entre os indivíduos devem ser concebidas com ampla participação, atendendo o interesse geral. Aqueles que fomentam tais processos participativos se situariam no topo da hierarquia dos homens justos.

Enfim, o mundo de justiça ecológico (VAN DAM e NIZET, 2012) – em princípio associado à preocupação com as gerações futuras, com a preservação dos recursos, supondo um modo de vida capaz de evitar

desperdícios ou ostentação – pode ser concebido nesta abordagem enquanto fruto de um compromisso entre diferentes ordens de justiça. O amadurecimento deste compromisso leva a uma ordem justa específica, autônoma em relação aos outros mundos de justiça. Como se trata de um processo em curso, é possível apontar para ambiguidades em razão de uma composição entre princípios de justiça por vezes contraditórios.

## **A implantação e a defesa do assentamento**

O assentamento Milton Santos se localiza parte no município de Americana (56 ha) parte naquele de Cosmópolis (48 ha), no estado de São Paulo, integrando a Região Metropolitana de Campinas (RMC). Esta última constitui o segundo polo urbano-industrial paulista, respondendo por 7,8% do PIB estadual (BRAGA, 2011). Em sua área rural, observam-se 2,48% dos domicílios (IBGE, 2013). A modernização agrícola ocorreu de forma precoce e acelerada na região. Atualmente, a produção predominante é a cana-de-açúcar, representando 84% da área com culturas temporárias em 2012 (IBGE, 2013).

Desta forma, o assentamento Milton Santos foi instalado em terras valorizadas, tendo grande potencial de maior valorização. A título de ilustração, as terras da região se valorizaram entre 2011 e 2012 em mais de 20% (AGRIANUAL, 2013). Estas terras estão nas mãos de poucos proprietários, o índice de Gini se situando no nível de forte concentração fundiária (OLIVETTE e CAMARGO, 2009).

Como já mencionado, a implantação do assentamento é fruto notadamente de uma perspectiva de mudança de estratégia por parte do MST. No início dos anos 2000, o movimento considerava a inexistência de terras passíveis para desapropriação na RMC. Graças à concepção do modelo de assentamento denominado Comuna da Terra, esforços em torno da luta pela terra têm início na RMC, mobilizando particularmente trabalhadores urbanos, em grande medida tratando-se de migrantes expulsos do campo (GOLDFARB, 2006).

A proposta da Comuna da Terra é concebida como uma resposta à crescente urbanização do país com vistas a oferecer uma alternativa de trabalho àqueles que desejem voltar ao campo com uma perspectiva de produção agroecológica (MATHEUS, 2003). Nesta ótica, a instalação das famílias sem terra deve ocorrer em locais próximos ao mercado consumidor e aos grandes eixos de circulação, mesmo que as unidades produtivas familiares possam ser menores do que um projeto convencional de implantação de assentamento. A proximidade do mercado favoreceria circuitos curtos de comercialização, além do desenvolvimento da pluriatividade.

A proposta de Comuna da Terra do MST, no âmbito da delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), regional de São Paulo (SR-08), foi associada à modalidade de assentamento Projeto Desenvolvimento Sustentável (ALY, 2011). Inicialmente concebida para a Amazônia, tal modalidade procura responder às crescentes preocupações ambientais em termos de sustentabilidade. Em princípio, a seleção dos beneficiários leva em conta seu comprometimento em desenvolver atividades produtivas com técnicas fundadas na agroecologia (KAWAKAMI, 2010). A gestão comunitária do assentamento é priorizada, com fomento ao uso condominial ou coletivo das terras (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2000).

No início dos anos 2000, uma primeira tentativa de implantação de uma experiência de Comuna da Terra ocorreu nas terras onde mais tarde será implantado o assentamento Milton Santos. Tratou-se do acampamento Terra Sem Males que visava notadamente denunciar a ocupação irregular de terras exploradas pela Usina Ester. Esta experiência não teve o sucesso esperado, as famílias foram despejadas pela Polícia Militar.

De toda forma, os esforços visando a obtenção de terras susceptíveis de serem destinadas à reforma agrária continuaram com a mobilização de famílias nas periferias das cidades de Limeira, Campinas, Cosmópolis e Paulínia. Além do MST, outras organizações aliadas contribuíram no processo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira, membros de alguns partidos políticos, em especial ligados à secretaria agrária do Partido dos Trabalhadores (PT) e à Igreja católica, via Comissão Pastoral da Terra (CPT).

As famílias em questão viviam em situação precária na cidade, enfrentando problemas de desemprego, falta de moradia e insegurança alimentar. Apesar de origem urbana, muitos implicados tiveram vivência na infância no campo e experiência como trabalhadores rurais, sobretudo em lavouras de laranja e cana-de-açúcar.

Este grupo ocupou, em 2005, a falida Granja Malavassi, de 230 ha, em Limeira. Devido à proximidade da cidade, cerca de dez dias depois, por volta de 400 famílias já tinham aderido ao grupo, o que correspondeu à estratégia do MST de massificar a pressão social pela reforma agrária graças a esta ação. Desalojadas destas terras, as famílias ocuparam em seguida a fazenda Santa Júlia, com 90 ha. Novamente, as famílias foram obrigadas a desocupar tal imóvel, mas nesta ocasião o INCRA intervém, propondo outra área para a implantação do assentamento (SALIM, 2007).

Em novembro de 2005, na Semana da Consciência Negra, ocorre a formação do acampamento Milton Santos, o que explica a homenagem ao reconhecido geógrafo. Em 23 de dezembro, o INCRA desloca finalmente as famílias para a área onde o assentamento foi estabelecido, que estava ocupada de forma irregular pela Usina Ester. Neste momento, este grupo

de sem-terra era formado por 140 famílias procedentes dos municípios de Americana, Campinas, Cosmópolis, Hortolândia, Limeira e Sumaré.

A proposta inicial do INCRA previa de três a cinco hectares por família com investimento em infraestrutura. A proximidade com a cidade deveria facilitar o escoamento de produtos. No entanto, estas perspectivas iniciais foram logo frustradas.

Agora, convém brevemente tratar do histórico destas terras. De fato, a área em questão pertenceu à família Muller até a década de 1940. Em razão da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, o governo Getúlio Vargas a confiscou. Em seguida, é a família Abdalla quem se apossa das terras em nome da Fábrica de Tecidos Carioba. No entanto, o decreto n.º 77.666, de 24 de maio de 1976, transfere parte desta área para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) devido às dívidas da empresa com a União (SALIM, 2007). Tal decreto de desapropriação do governo militar se refere a quatro estabelecimentos: Sítio Boa Vista (72 ha); Arranchamento do Zezé (29 ha); Fazenda Saltinho (125 ha); e Sítio Jacutinga (36 ha). Para a criação do assentamento, não foram incorporadas pelo INCRA todas as áreas desapropriadas, mas somente 103,45 ha, o que tornou os lotes familiares muito reduzidos. Deste total, cada família finalmente assentada (68) dispõe de cerca de um hectare. O restante do assentamento é ocupado por reserva legal (20,88 ha) e área de preservação permanente (10,88 ha).

A perspectiva de obter o conjunto das terras para a reforma agrária motivou o movimento social a realizar ocupações de áreas vizinhas como forma de pressão, visando a instalação de mais famílias sem terra nas redondezas. Convém insistir aqui que é a Usina Ester que explora de maneira indevida estas terras. No entanto, contra toda expectativa, é, em 2013, a Usina Ester quem obtém na justiça uma sentença favorável para retomar as terras do assentamento Milton Santos, o que levará a um acirrado conflito, que será abordado abaixo.

Torna-se útil agora apresentar o quadro das atividades produtivas no assentamento. Desde praticamente sua implantação, a produção do assentamento foi destinada sobretudo a famílias em estado de insegurança alimentar da região graças ao Programa de Aquisição de Alimentos, em sua modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (DS-PAA).<sup>5</sup> Assim, a produção agrícola era, em 2012, a principal fonte de renda para 51% das famílias e a segunda para 45%. Em razão da proximidade com bairros urbanos, as atividades agrícolas capazes de oferecer alto valor agregado, como a horticultura, destacam-se no assentamento, o que permite melhor aproveitar a pouca área dos lotes. Estas atividades agrícolas são desenvolvidas por membros

---

<sup>5</sup> Os assentados foram representados para tal pela ACOTERRA (Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi-Morim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista) para fins de comercialização, via PAA.

da família, principalmente mulheres (52%), com idade acima de 45 anos e baixo grau de escolaridade. As famílias são jovens, dispendo de significativa força de trabalho, com importante presença de homens com grande vigor físico, mas pouca qualificação em termos de escolaridade. No entanto, estes últimos são geralmente os membros pluriativos da família. O rendimento obtido com a atividade agrícola compõe a maior parte da renda familiar dos assentados. As remunerações obtidas em razão das atividades não-agrícolas somadas àquelas das atividades agrícolas chegam a aproximadamente um salário mínimo (GASPARI, 2016).

Retornando ao conflito mencionado acima, muitas organizações apoiaram a causa dos assentados, em particular aquelas que atuam no assentamento com projetos de matiz agroecológica. O Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP e uma equipe da Embrapa Meio Ambiente estão entre os principais apoios ao assentamento. Durante este conflito, tais equipes defenderam o assentamento em razão do desenvolvimento de práticas agrícolas de base ecológica e da destinação dos produtos alimentares a famílias em situação de vulnerabilidade social.

A propósito, os assentados julgam que suas práticas são muito menos agressivas ao meio ambiente em comparação com a monocultura de cana dos arredores, pois o uso em larga escala de insumos agrícolas químicos provoca a contaminação do solo e das fontes de água,<sup>6</sup> além de causar perda de biodiversidade. É certo que parte dessa visão se constrói com a estreita relação das famílias assentadas com estudantes e pesquisadores. Por exemplo, as oficinas oferecidas pelo Núcleo de Agroecologia são apontadas pelos assentados entrevistados como as principais e mais confiáveis fontes de informação sobre a questão ambiental e sobre práticas agrícolas sustentáveis.

Com efeito, ideias em favor de produção ecológica ou do meio ambiente são frequentemente mobilizadas na defesa pública do assentamento. Como exemplo, é bem representativa a carta de apoio elaborada por pesquisadores da Embrapa nos momentos de grande tensão em 2012-2013.

A equipe de Agroecologia da Embrapa Meio Ambiente vem expressar a sua solidariedade à causa dos agricultores familiares do Assentamento Rural Milton Santos, situado no município de Americana/SP, especialmente nesse momento dramático, em que há uma ordem de despejo a ser cumprida judicialmente no curto prazo, a afetar diretamente o destino de

---

<sup>6</sup> O assentamento se situa na área de recarga aquífera da represa Salto Grande. Apesar de ser uma das mais poluídas da bacia hidrográfica Piracicaba, Capivari e Jundiá, as águas dessa represa abastecem as cidades de Americana e Sumaré. Portanto, é inegável o interesse por um maior proteção ecológica desta região.

dezenas de famílias dessa localidade. Realizamos projeto institucional com agricultores deste assentamento, em parceria com outras instituições governamentais de desenvolvimento rural, tendo por enfoque a agroecologia. Os agricultores familiares do Assentamento Milton Santos demonstram vocação e iniciativas para estilos de agriculturas sustentáveis, exemplares para outros agricultores da região.

Os alunos do Instituto de Arte da Universidade de Campinas e o grupo de comercialização solidária Trocas Verdes estão também entre os principais apoiadores destas famílias assentadas. Junto com outros ativistas, divulgaram em rádios, jornais, redes sociais e vídeos na internet mensagens em favor do assentamento fundadas em propósitos socioambientais. Ademais, ocorreram diversas manifestações em espaços públicos para evitar o despejo, e aquela com mais visibilidade foi a ocupação do Instituto Lula em janeiro de 2013.

A sentença do TRF-3 de reintegração de posse do Sítio Boa Vista em favor da Usina Ester foi possível em razão do Grupo Abdalla, em 1981, ter impetrado uma ação de prestação de contas na Justiça Federal contra a União. A empresa, que hoje deixou de existir, reclamava uma compensação por ter seu terreno desapropriado. A ação solicitava indenização com valores corrigidos. Em 1995, o julgamento, pela 21.<sup>a</sup> Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, foi favorável ao Grupo Abdalla.<sup>7</sup> Assim, o sítio Bom Vista deveria ser devolvido ao referido grupo, que, todavia, nunca o registrou oficialmente em cartório como de sua propriedade.

O imbróglío teve fim graças à medida cautelar em favor do INCRA e do assentamento estabelecida pelo desembargador federal André Nekastschalow que considerou como grave a omissão do Grupo Abdalla ao não registrar a propriedade do Sítio Boa Vista. Este desembargador considerou também os importantes investimentos do governo federal que, até então, somavam R\$1.369.200,00 para promulgar sua decisão.<sup>8</sup> Desta forma, as famílias assentadas no PDS Milton Santos obtiveram ganho de causa nesta disputa jurídica.

### **Construção de provas de veracidade**

A partir deste ponto, nosso olhar se dirige à construção de provas de que tal discurso em favor do assentamento fundado em perspectiva agroecológica representa um efetivo engajamento na ação prática dos assentados. Convém explicar neste ponto que, no âmbito da teoria das

---

<sup>7</sup> Ver detalhes deste processo em <http://www.conjur.com.br/2013-fev-02/falta-citacao-posterga-40-anos-acao-envolvendo-assentamento>.

<sup>8</sup> Ação cautelar inominada n.º 0001751-46.2013.4.03.0000/SP2013.03.00.001751-0/SP.

justificações (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991), estas provas se referem a atitudes desejáveis, sujeitas à verificação, fundadas em valores admitidos como justos, susceptíveis, porém, de contestação.

Tratando do caso da agricultura moderna, sua prova de realidade se associa à sua eficácia, produtividade e rentabilidade, considerando aqui a primazia atribuída às provas de grandezas industriais e mercantis. Nossa hipótese admite o crescimento da contestação, com legitimidade crescente, da validade dos princípios de justiça que arbitram a prova de realidade na qual a agricultura produtivista apresenta respostas muito vigorosas. São, portanto, as provas fundadas em grandezas mercantis e industriais que estão em causa, implicando reivindicações por outra hierarquização que ofereça uma escala de valores diferente para um mundo agroalimentar justo.

Nesta ótica, princípios de justiça de outra natureza (especialmente doméstica, cívica ou ecológica) devem também ser considerados na construção de provas de efetividade com vistas a um mundo melhor e mais justo. No caso do assentamento Milton Santos, a constituição de Organizações de Controle Social (OCSs) representa a iniciativa com maior visibilidade para demonstrar o engajamento efetivo das famílias assentadas *vis-à-vis* das justificações ecológicas em favor da causa do assentamento.

Nesta parte do texto, nossa intenção consiste, portanto, em analisar o processo de concretização desta OCS, considerando as motivações dos assentados. Antes de tudo, convém explicar que OCS é uma modalidade de reconhecimento de qualidade orgânica para os casos em que o agricultor vende diretamente ao consumidor seus produtos ou os destina a mercados institucionais (neste caso, é possível obter uma majoração de 30% no preço dos produtos fornecidos). Desta forma, é possível diferenciar tais produtos em relação àqueles convencionais, agregando valor. Existe um compromisso mútuo dos agricultores engajados na OCS em manter a qualidade exigida para a produção orgânica. Esse tipo de reconhecimento de qualidade orgânica é muito interessante por representar custo reduzido ao agricultor e por favorecer a aproximação deste último ao consumidor.<sup>9</sup>

No assentamento Milton Santos, a primeira OCS foi instituída em 2015, contando com o apoio do Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP. Esta OCS é constituída por quatro famílias agricultoras vizinhas, demonstrando grande afinidade mútua (inclusive já contando com uma experiência anterior de organização para compra de insumos, como mudas e sementes). Para efeito de garantia de qualidade orgânica, o

---

<sup>9</sup> O reconhecimento orgânico obtido via OCS é estabelecido pela a alínea VIII do Art. 2.º do Decreto n.º 6.323/07, que contém todas as normas reguladoras da agricultura orgânica (BRASIL, 2007).

grupo mensalmente organiza reuniões (que estreitam seus laços solidários), cujas discussões são registradas em Livro Ata. Nesses encontros, são tratados temas de relevância para o grupo, tais como compra de insumos, venda de produtos, experiências em práticas agrícolas e condução dos sistemas produtivos. Ademais, o grupo desenvolve um plano de manejo para cada estabelecimento, fundado em práticas em conformidade com a legislação de produtos orgânicos.

Este plano de manejo é acompanhado de caderno de campo, outra ferramenta prevista neste dispositivo. Cada família deve anotar todas as práticas, insumos utilizados em suas áreas de produção, bem como discriminar suas receitas e despesas. Desta forma, este instrumento tende a atenuar a grande dificuldade dos agricultores assentados em termos de capacidade de planejamento produtivo e financeiro, além de auxiliá-los na tomada de decisões estratégicas. Por outro lado, o processo de implantação da OCS reforça dinâmicas coletivas em grupos menores, mais próximos, permitindo a construção de diversas iniciativas conjuntas, o que ocorre, por exemplo, em termos de oficinas de agricultores para agricultores.

O êxito em termos de reconhecimento da OCS junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do primeiro grupo, inscrito no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos com o nome de Recanto Produtos Orgânicos, estimulou a implantação de outros dois coletivos desta natureza: Horta Coletiva Produtos Orgânicos,<sup>10</sup> com 11 famílias cadastradas, e Terra Viva, contando com oito famílias.

Aqui, focalizaremos este último caso, o que permite ressaltar as características de organizações susceptíveis de emergência graças a estes processos. Trata-se de um grupo constituído majoritariamente por mulheres.

O planejamento produtivo, a sistematização de experiências agroecológicas e a autonomia política e econômica das mulheres constituem temas de grande interesse para este grupo. Suas atividades coletivas ocorrem, por exemplo, na forma de mutirões para plantio e manejo nos lotes individuais das famílias que constituem o grupo, na resolução de problemas de comercialização e na procura de técnicas mais sustentáveis de produção.

---

<sup>10</sup> Este nome se refere à horta coletiva que se situa no início do acesso principal ao assentamento, sendo considerada seu “cartão postal”. É cultivada por famílias que não possuem sistema de irrigação em seus lotes. O trabalho cotidiano na área promoveu o estreitamento de relações solidárias, o que foi propício à criação de uma OCS com apoio da extensão universitária. Além da realização de reuniões quinzenais, da elaboração do plano de manejo e do preenchimento do caderno de campo, estes agricultores também estipularam uma contribuição mensal para despesas coletivas e organizaram brigadas para a resolução de problemas comuns.

Efetivamente, há um interesse importante das mulheres por práticas agroecológicas que garantam uma produção mais respeitosa ao meio ambiente, possibilitando ampliar as alternativas de escoamento dos produtos e maior independência financeira em relação a seus parceiros ou maridos. Tal interesse se explica, em grande medida, por suas trajetórias de vida, sobre as quais relatam histórias de opressão e desigualdade, sofridas tanto na esfera familiar quanto na vida profissional. O desejo de independência financeira também é acompanhado daquele de divisão mais igualitária das tarefas no âmbito doméstico, pois a maioria se encontra sobrecarregada com os cuidados da casa, dos filhos e da horta em sua rotina diária, dificultando o acesso às técnicas diversas de produção e a busca por canais de comercialização de seus produtos.

O grupo se reúne semanalmente para realizar em mutirões tarefas que representam uma forma de responder às dificuldades de cada família. Tal iniciativa atrai outras mulheres que não estão inscritas nesta OCS, mas participam informalmente do grupo. Após sua formalização, o grupo encabeça uma experiência alternativa de comercialização a entrega semanal de cestas de produtos alimentares para coletivos de consumo responsável da região, o que será explicado abaixo.

Desta forma, o grupo constitui um espaço de formação e, também, de tomada de consciência. Estas mulheres consideram a implantação da OCS uma alternativa que permitiria, além da melhoria das condições de vida, uma mudança do seu papel no processo de tomada de decisão familiar e comunitária. Neste âmbito, é nítida a perspectiva de maior valorização do trabalho feminino no assentamento.

Portanto, este dispositivo que permite a comercialização com reconhecimento orgânico constitui uma alavanca para a organização coletiva, como no caso do grupo em questão. Há assim uma revitalização da ação coletiva no assentamento,<sup>11</sup> com um amplo horizonte de perspectivas.

Com efeito, uma inovação das mais significativas estimulada pela formação de OCS é a constituição de uma cooperativa, batizada de Cooperflora e composta por 12 famílias, visando favorecer a comercialização de produtos, particularmente orgânicos, de seus membros. Desta forma, foi possível organizar o fornecimento direto de cestas de alimentos para grupos de consumo solidário dos arredores. Tais cestas são fornecidas semanalmente, compostas por dois tipos de folhosas, dois tipos de legumes, uma fruta e um item especial, que pode ser pão caseiro, mel, arroz orgânico ou pimenta. Os produtos são escolhidos em função da sazonalidade agrícola, a cesta apresentando

---

<sup>11</sup> Em trabalho anterior, são detalhados os problemas em termos da pouca participação das famílias em ações coletivas no assentamento (MORUZZI MARQUES, LUCAS e GASPARI, 2014).

assim importante diversidade de alimentos. No final do primeiro semestre de 2017, a cooperativa fornecia aproximadamente 50 cestas por semana para dois grupos distintos de consumidores da cidade de Americana e Paulínia.

Efetivamente, as entrevistas com membros das OCSs permitem constatar que sua importância para os assentados extrapola a dimensão econômica. Para uma de nossas interlocutoras, graças a este dispositivo as ajudas mútuas se multiplicaram, com mais interação entre as famílias. Este reforço da ação coletiva injetou novo ânimo nos assentados, com a renovação de perspectivas favoráveis de futuro.

Neste sentido, a OCS é vista igualmente como meio para favorecer uma maior divulgação do assentamento. As visitas de pessoas interessadas em conhecê-lo aumentam, particularmente aquelas organizadas por escolas. Desta maneira, nossos entrevistados consideram que a OCS contribui com a melhora da imagem do assentamento. Além dos cuidados das famílias engajadas nesta organização em termos de cumprir as normas da agricultura orgânica, “respeitando o meio ambiente e oferecendo alimentos saudáveis”, estes interlocutores, em particular aqueles pertencentes à OCS Terra Viva, mencionam também uma maior preocupação com a aparência dos produtos, pois as cestas de alimentos destinadas às famílias vulneráveis beneficiadas pelo PAA ou aos grupos de consumo solidário são “o cartão de visita do assentamento”.

Enfim, convém insistir que a formalização destas OCSs representa um meio para confirmar os discursos ecológicos em favor do assentamento. Trata-se de permitir que os esforços para a implantação de uma agricultura respeitosa do meio ambiente e para a oferta de alimentos saudáveis sejam efetivamente reconhecidos.

## **Considerações finais**

Este trabalho focaliza em primeiro lugar os princípios de justiça mobilizados na formulação de argumentos em favor da implantação do assentamento Milton Santos. Trata-se de um estudo fundado na sociologia das justificações cujo emprego na análise dos conflitos em torno de problemas agroalimentares nos parece muito fecundo. Nossa interpretação realça notadamente a importância de referências de um mundo justo com contornos ecológicos para a construção de justificativas em defesa das famílias assentadas.

O estudo da constituição de Organizações de Controle Social (OCSs) no assentamento permite discutir ações a partir das quais toma concretude os discursos fundados em referências a uma justiça ecológica. Estas OCSs são constituídas como forma de reconhecimento de qualidade orgânica dos produtos do assentamento para o caso de venda direta e de compras públicas, especialmente daquelas realizadas no âmbito do Programa de

Aquisição de Alimentos, por longo tempo o principal canal de escoamento dos produtos alimentares dos agricultores assentados.

Efetivamente, os esforços visando a implantação de OCSs, que se multiplicam no assentamento, renovam as energias das famílias assentadas com vistas à superação dos inúmeros obstáculos (desde as restrições para a produção até os entraves na comercialização), permitindo ao mesmo tempo fornecer um meio consistente de comprovar que os compromissos dos assentados em favor de uma agricultura saudável e sustentável são efetivos.

### Referências bibliográficas

- AGRIANUAL. *Anuário da Agricultura Brasileira*. Agrianual 2013. São Paulo: FNP, 2013, 470 p.
- ALY JR. Oswaldo. Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e os desafios na construção de novas políticas de assentamento. *Retratos de Assentamento*, v. 14, n. 2, 2011, pp. 283-303.
- BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris: Gallimard, 1990.
- \_\_\_\_\_. & THÉVENOT, Laurent. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.
- BRAGA, R. Dinâmica Econômica e Demográfica: uma avaliação da região metropolitana de Campinas. *Revista Geográfica da América Central*, vol. 2, n. 47E, 2011.
- BRASIL. Decreto n.º 6.323 de 27, de dezembro de 2007. Regulamenta a lei n.º 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm)>. Acesso: 18 jan. de 2014.
- GASPARI, Luciane Cristina de. *Pluriatividade em assentamentos próximos a grandes centros urbanos: o lugar da agricultura nas estratégias familiares*. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada), Piracicaba: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-05012017-150126/>>. Acesso: 18 set. de 2017.
- GOLDFARB, Y. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto Comunas da Terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. *Revista Agrária* n.º 5, São Paulo: FFLCH, 2006, p. 109-13.
- IBGE. *Sistema IBGE de recuperação automática*. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso: 16 nov. de 2013.
- INCRA. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*. Brasília: Instituto de Colonização e Reforma Agrária. 2014. Disponível

- em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programasdo-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-deprojetos-de-reforma-agraria>>. Acesso: 22 dez. de 2014.
- FERREIRA, Brancolina et al.. *Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo: Fatores de Sucesso e Insucesso. Relatório de Pesquisa*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013, 121 p.
- KAWAKAMI, Alex Yoshinori et al. (2010). *Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS e novas formas de assentamentos*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93888/286048.pdf?sequence=1>>. Acesso: 30 mar. de 2015.
- MATHEUS, D. *Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: a Comunidade da Terra*. Trabalho de Conclusão do Curso, Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora: UFJF, 2003.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (2000), *Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)*, Brasília: MDA, 50 p.
- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. *Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo*, Tese de Livre Docência, Piracicaba: ESALQ/USP, 2014.
- \_\_\_\_\_.; LUCAS, Ademir de; GASPARI, Luciane Cristina. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. *Retratos de Assentamentos*, v. 17, n. 1, 2014, p. 161-178.
- \_\_\_\_\_.; MOAL, Marcos Le; ANDRADE, Ana Gianfrancesco Freire. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. *Ruris (Campinas)*, v. 8, nº 1, 2014, p. 63-89.
- \_\_\_\_\_.; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; GASPARI, Luciane Cristina; RETIERE, Morgane. Justificações em torno de assentamento periurbano da modalidade PDS no estado de São Paulo: uma justiça ecológica em questão. *Retratos de Assentamentos*, v. 19, n. 1, 2016, p. 21-40.
- OLIVETTE, M. P. A., CAMARGO, F. P. Concentração fundiária no Estado de São Paulo: 1996–2008. *Informações Econômicas*, São Paulo, vol. 39, n. 6, 2009, p. 39-65
- SALIM, L. *Pré-assentamento Comunidade da Terra Milton Santos: História de vida, história de luta*. TCC da Faculdade de Geografia, Campinas: PUC, 2007. 87 p.

VAN DAM, Denise e NIZET, Jean. Les agriculteurs bio deviennent-ils moins bio?. In: VAN DAM, Denise; STASSART, Pierre; NIZET, Jean e STREITH Michel. *Agroécologie: entre pratiques et sciences sociales*. Dijon: Educagri, 2012.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi, Luciane de Gaspari e Bruna Almeida. Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 545-560, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** (*Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo*). Este artigo focaliza a implantação de Organizações de Controle Social (OCS) no assentamento Milton Santos, situado entre Americana e Cosmópolis no estado de São Paulo. O dispositivo de OCS permite, segundo as normas do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o reconhecimento da qualidade orgânica de produtos comercializados em venda direta do produtor ao consumidor ou adquiridos via compra pública. A análise se funda na teoria das justificações, considerando em particular a emergência de princípios ecológicos de justiça e o conceito de prova de realidade. Nesta ótica, as OCSs podem ser interpretadas como um meio de comprovar o discurso ecológico em favor do assentamento a partir de uma maior visibilidade do engajamento em práticas de uma agricultura sustentável. Assim, as famílias assentadas concebem tais OCSs para além de seu papel econômico.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais, Organizações de Controle Social, agricultura orgânica, reforma agrária.

**Abstract:** (*Social control organizations (SCO) and agro ecological engagement of the families of Milton Santos settlement – Sao Paulo State*). This paper focuses on the implementation of Social Control Organizations (SCO) at Milton Santos Settlement in the State of Sao Paulo, between the cities of Americana and Cosmopolis. According to the norms of the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply of the Brazilian Government, an SCO allows for the recognition of the organic quality of the products traded by means of direct sales from the farmer to the consumer, or bought by

means of public procurement. The analysis is based on the justifications theory, considering the emergence of ecological principles of justice, as well as the proof of reality principle. According to this perspective, the SCO can be interpreted as a means to assess the ecological discourse in favor of the settlement, exposing the engagement of the population with sustainable agriculture practices. In this sense, the families of this settlement perceive the SCO beyond its economical role.

**Keywords:** rural settlements, Theory of justification, Social Control Organizations, organic agriculture, agrarian reform.

Recebido em setembro de 2017.

Aceito em setembro de 2017.

Eliane Siqueira Câmara<sup>1</sup>  
Carmen Andriolli<sup>2</sup>  
Letícia Vieira<sup>3</sup>

## *Vozes do campo e áreas protegidas: a percepção ambiental de pequenos proprietários rurais sobre os recursos naturais*

### **Introdução**

A Floresta Nacional (FLONA) de Ritópolis é uma unidade de conservação (UC) de uso sustentável localizada no interior do estado de Minas Gerais. A sede desta UC é localmente conhecida por “Fazenda do Pombal”, local onde nasceu Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, importante personagem da história da Inconfidência do estado de Minas Gerais. A história da Fazenda do Pombal inicia-se a partir do século XVII, na época em que a economia de Minas Gerais se baseava principalmente na pecuária e agricultura de subsistência (MATOS, 1981), além da extração do ouro. Porém com o declínio da mineração, o local tornou-se o principal núcleo de abastecimento de bens de consumo das Minas Gerais (GUIMARÃES *et al.*, 2008).

Neste período, várias fazendas da região prosperaram economicamente, inclusive a própria Fazenda do Pombal, que produzia açúcar a partir do plantio da cana-de-açúcar. Neste contexto, a Fazenda do Pombal possui uma importância histórica significativa para os moradores do entorno, pois além de ser local de nascimento de um inconfidente, foi este local também que foi designado a ser sede das atividades de beneficiamento das produções agrícolas das

---

<sup>1</sup> Bióloga. Atua nas áreas: Biologia da Conservação, Gestão de Unidades de Conservação, Conservação dos Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Populações do Entorno, Gestão Ambiental. E-mail: elianecamara@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora adjunta do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: carmenandriolli@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora adjunta do Departamento de Ciências Naturais e vinculada ao quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: leticia@ufsj.edu.br.

populações circunvizinhas. No século XX, especificamente no ano de 1948, a Fazenda do Pombal foi adquirida pelo governo e, em 1971, foi tombada como patrimônio histórico (BRASIL, 2005). A última transição ocorreu em 1999, quando a Fazenda foi incluída na lista das UCs Federais e, desde então, ela é gerenciada pelo Instituto Chico Mendes para conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esta UC tem cumprido com seu papel de zelar pelas ruínas da casa onde Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes e, o inconfidente, nasceu. Além de produzir mudas de espécies florestais e ornamentais, que estão de acordo com parte das exigências atribuídas a uma unidade de conservação desta classe. Nesta conjuntura, é notável a importância que essa unidade detém para a conservação dos recursos naturais e patrimônio histórico, além de promover a sensibilização quanto às questões ambientais (BRASIL, 2005).

A percepção ambiental se caracteriza por ser um termo interdisciplinar que objetiva compreender os fatores, mecanismos e processos que induzem as populações humanas a possuir percepções e comportamentos distintos em relação ao meio ambiente (FERREIRA, 2004). Já a gestão ambiental de uma unidade de conservação (UC) possui uma dependência intrínseca da compreensão que as pessoas do entorno têm do ambiente. Desta maneira, a percepção ambiental pode auxiliar os gestores a averiguarem as concepções da população do entorno de áreas protegidas sobre o ambiente, seus problemas e possíveis soluções (IBASA, 2006), podendo, a partir destas informações, elaborar mecanismos de ação para promover uma gestão ambiental mais participativa e adequada à realidade local.

A percepção ambiental como instrumento de análise aliada à metodologia da História Oral possibilita obter uma perspectiva diferenciada da relação homem-ambiente e permite que o objeto de estudo se torne sujeito (THOMPSON, 1992), dando voz a esses agentes, valorizando suas percepções sobre o espaço onde vivem. Com auxílio do contexto histórico local e da memória do indivíduo é possível resgatar a memória coletiva, pois a memória individual não é formada apenas do passado individual. Mesmo que seja lembrada por esse indivíduo, ela exibe uma coletividade baseada nas interações sociais ocorridas no passado e no presente deste indivíduo, de forma que a memória individual coexista com a memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Por este motivo, através deste método é possível fazer um resgate histórico de como essas populações ocuparam esses espaços, como interagem atualmente com o meio ambiente através das suas relações de uso dos recursos naturais.

O objetivo principal deste trabalho foi entender as percepções ambientais que os moradores do entorno da Floresta Nacional

(FLONA) de Ritópolis, Minas Gerais, Brasil, têm sobre esta UC bem como da utilização dos recursos naturais por essas comunidades, e o impacto gerado pela implantação da UC na vida dessas pessoas. Desde a formulação do plano de manejo desta unidade de conservação nenhum outro estudo socioambiental foi realizado na região, de modo que a obtenção destes relatos orais traz uma perspectiva mais recente sobre a situação socioambiental do entorno desta unidade de conservação que poderão contribuir para uma gestão de UC mais condizente com a realidade da população do entorno.

Essa percepção ambiental foi obtida através da investigação e análise de dados coletados a partir da História Oral de quatro moradores, sendo dois pertencentes ao Povoado de Prainha e dois pertencentes ao Povoado Colônia José Teodoro, no que se refere à relação deles com os recursos naturais da região e os impactos da implantação da unidade de conservação nessa relação. E, de forma mais específica, visou-se compreender a percepção dos moradores: a) quanto ao perfil e as relações de uso dos recursos naturais pelos sujeitos entrevistados; b) sobre os recursos naturais antes e depois da implantação da UC; c) sobre a UC e, por fim; d) como os resultados obtidos na pesquisa se inserem na perspectiva da ecologia política de territórios.

## **Metodologia**

Esta pesquisa foi realizada na Zona de Amortecimento da Floresta Nacional de Ritópolis (21°03'30"S; 44°16'25"O), localizada no município de Ritópolis, na região do Campos das Vertentes, microrregião de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, Brasil. Esta unidade de conservação possui área que abrange 89,50 ha de extensão entre as coordenadas, em área de Mata Atlântica, denominada como Floresta Seca Estacional Semidecídua pelo sistema fitogeográfico estabelecido pelo IBGE(1992).

Dentre os povoados situados na zona de amortecimento da FLONA de Ritópolis, destacam-se dois povoados pertencentes ao município de Ritópolis: Colônia José Teodoro e Prainha. Foram selecionados quatro moradores, dois pertencentes ao povoado Colônia José Teodoro e dois pertencentes ao povoado de Prainha por possuírem maior conhecimento da região e por serem os representantes mais idosos dos povoados.

Optou-se por realizar a História Oral do tipo temática, ou seja, aquela que se faz um recorte específico de uma determinada época ou lugar (ALBERTI, 2005). A coleta foi conduzida de maneira que o entrevistado ficasse livre para dizer o que achasse necessário, porém, neste caso, foi estabelecido um parâmetro de condução da entrevista a

partir de alguns questionamentos pontuais e básicos presentes ao longo dos quatro relatos conforme apareciam na entrevista:

- Como era a região quando você era criança? (como eram os rios, os bichos, a vegetação)
- Como é a região para você atualmente? (como eram os rios, os bichos, a vegetação)
- Plantava? Caçava? Pescava? Se sim, o quê?
- Como era na época do Ministério da Agricultura?

Após as entrevistas foi realizada a transcrição literal do diagnóstico socioambiental através do *Windows Media Classic*, e para transcrição literal da história oral foi utilizado o programa *Express Scribe Transcription Software*, que diminui a velocidade do relato do entrevistado para facilitar o entendimento das falas pelo entrevistador.

Para análise dos relatos obtidos do diagnóstico socioambiental e dos relatos da história oral foi utilizado o contexto histórico da região para descrever a conjuntura dos moradores no local onde vivem com o objetivo de comparar a história local com os relatos obtidos. Para complementar a análise da história oral utilizou-se o conceito de memória coletiva proposto por Halbwachs (1990), e, para tanto, realizou-se a comparação dos relatos dos quatro moradores a fim de encontrar pontos em comum ou divergentes sobre as questões pontuais descritas anteriormente.

## Resultados e Discussão

### a) Perfis dos sujeitos entrevistados e o modo como utilizavam os recursos naturais

Através da análise do diagnóstico socioambiental semiestruturado de perguntas, foram coletados dados e, posteriormente, elaborada uma síntese de informações (Tabela 1), referentes à identificação dos entrevistados, como naturalidade, estado civil, profissão e local da residência atual. Concomitantemente, recolheram-se dados relacionados à categoria de unidade territorial e relativo ao tempo de ocupação da área. Foram quatro moradores entrevistados, no qual dois são homens e duas são mulheres. As mulheres (entrevistados 1 e 2) são moradoras do povoado Colônia José Teodoro, localizado muito próximo à UC, e os homens (entrevistados 3 e 4) moradores do povoado Prainha localizado mais distante da UC, mas ainda pertencente à zona de amortecimento da UC em questão. Todos os moradores são nativos da região, possuem idade superior a 75 anos, residem em suas propriedades há no mínimo 50 anos e afirmam possuir propriedade privada com documentação comprobatória. Afirmam também que a propriedade foi adquirida por herança dos pais ou outros familiares. O entrevistado 4 reside no povoado da

Prainha há 68 anos, porém pela profissão que exerceu durante maior parte de sua vida (garimpeiro), morou em outros estados, retornando sempre ao povoado devido à esposa que residia no local. Em relação ao tamanho das propriedades, três moradores possuem terras até 1,5 ha e um único morador possui propriedade com tamanho de 9,68 ha, ou seja, são propriedades familiares. Três dos entrevistados nunca moraram em outros locais, apenas um morou em muitos locais devido à oferta de trabalho em outras cidades. Em relação à profissão exercida, todos os entrevistados em algum momento de suas vidas foram lavradores; destes, dois homens exerceram a profissão de garimpeiro, enquanto uma mulher exerceu a profissão de cozinheira e a outra se tornou dona de casa. Atualmente todos são aposentados.

Em princípio, a análise da história oral possibilitou a formulação de um quadro comparativo referente à interação dos moradores com os recursos naturais no passado (Tabela 2) Foram estabelecidas subcategorias referentes a cada recurso: uso da terra; uso dos rios; uso dos animais; uso de ervas medicinais e uso do minério. Em relação ao uso da terra, todos os entrevistados produziam arroz, feijão, milho e alguns tipos de leguminosas. Além de todos os sujeitos plantarem em seu próprio terreno, em algum momento foram meeiros ou seus familiares o foram, ou seja, trabalhavam em terras de outras pessoas e a colheita era dividida entre as partes. Quanto ao uso dos rios, todos os entrevistados eram pescadores ou possuíam familiares que eram. Pescavam para subsistência e o excedente eles vendiam ou trocavam por mantimentos.

**Tabela 1** – Perfis dos sujeitos entrevistados

Entrevistados	Sexo	Nascimento	Profissões	Estado Civil	Residência atual	Propriedade privada	Primeiro ocupante da área	Início da Ocupação atual
1	Mulher	Colônia José Teodoro	Lavradora/cozinheira	Solteira	Colônia José Teodoro	Sim	Não (herança)	1931
2	Mulher	Colônia José Teodoro	Lavradora/dona de casa	Casada	Colônia José Teodoro	Sim	Não (herança)	1958
3	Homem	Prainha	Lavrador/garimpeiro	Casado	Prainha	Sim	Não (herança)	1952
4	Homem	Prainha	Lavrador/Garimpeiro	Viúvo	Prainha	Sim	Sim (herança)	1948

Em relação à posse de animais domésticos, três dos entrevistados afirmaram possuir gado, dois possuíam galinhas, um possuía porcos e um afirmava possuir apenas um cavalo para transporte. Quanto aos animais silvestres (“da mata”), metade dos entrevistados afirmaram que eles próprios ou seus familiares caçavam, geralmente para consumo próprio. Dois entrevistados (entrevistados 1 e 2) afirmaram que não caçavam animais do mato, porém, o sujeito entrevistado 1 disse não haver a necessidade de caçar, pois os bichos apareciam.

Metade dos entrevistados admitiram ter feito e ainda fazerem uso de ervas medicinais. Com relação ao uso/extração do minério, dois (50%) dos entrevistados (entrevistados 3 e 4) extraíam minério de forma autônoma e posteriormente trabalharam em empresas mineradoras da região.

Os núcleos de povoamento na região do Rio das Mortes se formaram a partir das atividades de extração de ouro e produções agrícolas (GUIMARÃES, 1988). Além da influência por parte do Estado ao fomento da agricultura na região, com a escassez da atividade aurífera, a extração do minério manganês tomou impulso na região, favorecido pela antiga Ferrovia Oeste de Minas responsável pelo transporte destas produções locais (CAMPOS, 2005; GUIMARÃES, 2008). Desta maneira, parte das populações dos povoados da região se dedicaram à extração deste minério, o que pode ter favorecido a visão utilitarista dos recursos naturais pelos sujeitos entrevistados.

#### **b) Como eram os recursos naturais na região antes e depois da implantação da UC**

Para a categoria de como eram os recursos naturais na região, foram estabelecidos subgrupos denominados: mata, rios e bichos (Tabela 3). Para o subgrupo mata foram observados que os quatro sujeitos entrevistados afirmaram que a região tinha uma quantidade significativa de mata; destes, um entrevistado menciona que a composição da vegetação eram ramos finos, com pequenas árvores, e outro como mato de árvore.

A partir do subgrupo rios, obteve-se a síntese de percepções sobre o rio propriamente dito, e os peixes presentes neste rio. Através dos relatos obtidos, pode-se perceber que, em relação ao rio, um entrevistado não menciona como era o rio, dois entrevistados afirmam que o volume do rio era maior, um entrevistado comenta que não houve modificação.

**Tabela 2 – Uso dos recursos naturais pelos sujeitos entrevistados**

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
<b>Uso da terra</b>	Pais agricultores. Meeiros. Produção de arroz, feijão, milho, inhame. Venda de capim jaraguai e gordura.	Pais agricultores. Meeiros. Produção de arroz, feijão, frutas.	Era meeiro, enquanto esposa e filhos cuidavam da lavoura em casa. Vendia fumo. Parou de plantar recentemente.	Trabalhava como meeiro na juventude.
<b>Uso dos rios</b>	Pai pescava para consumo e troca por mantimentos.	Pais pescava para consumo e vendia.	Era pescador e rodou a região pescando no Rio das Mortes para consumo próprio.	Era pescador, mas apenas para consumo próprio.
<b>Uso dos animais</b>	Animais domésticos: só tinha cavalo para transporte. Animais da mata: o pai não precisava caçar, eles apareciam, como o tatu.	Animais domésticos: tinha pouca quantidade de galinhas, cabritos e gado. Animais da mata: o pai não caçava, pois não tinha vocação.	Animais domésticos: tinha vaca de leite. Animais da mata: caçava toda a noite para alimentar os filhos, pois não tinha condições de comprar carne.	Animais domésticos: tinha vacas, galinhas e porcos. Animais da mata: não gostava de caçar, mas afirma que a maioria das pessoas caçava para consumo próprio.
<b>Uso de ervas medicinais</b>	Congonha do mato, erva-de-são joão.	Alfavaca cheiroso, carqueja, congonha-bate caixa, congonha-pubris, congonha-do-campo, assapeixe.		
<b>Uso do minério</b>			Trabalhou na mineração da região e foi garimpeiro autônomo no seu terreno.	Trabalhou na mineração da região e foi garimpeiro autônomo. Trabalhou em vários lugares do país.

Sobre os bichos que havia no local, todos os entrevistados mencionaram a espécie tatu, dois entrevistados mencionaram a espécie jacu, dois entrevistados relataram a presença de lagartos, dois entrevistados mencionaram capivara. As demais espécies: siriema, cascavel, jaracuçu, urutu, ouriço-caixeiro, gambá, mico, paca, veado, gralha, pomba-trocal e pernilongo foram mencionadas apenas uma única vez. Do total de animais mencionados, 44,4% são mamíferos, 27,7% são aves, 22,2% são répteis e 5,5% são insetos.

As percepções ambientais a respeito de como era a área da atual FLONA de Ritópolis foram estabelecidas a partir dos próprios relatos dos entrevistados, e obteve-se dois subgrupos, no qual o fator determinante era a instalação de um posto de beneficiamento agrícola do Ministério da Agricultura. Portanto, foi estabelecido o subgrupo como era o local antes de ser instalado o Ministério da Agricultura e outro subgrupo após a instalação deste. Nesta fase, apenas dois entrevistados mencionaram como era o local no passado. Apesar de haver questionamentos pontuais a respeito de alguns aspectos, este método prioriza o discurso dos depoentes tendo em vista que eles mesmos direcionam suas próprias falas e, portanto, estabelecem um critério particular de importância para o que deve ser falado. Destes entrevistados que mencionaram como a FLONA de Ritópolis era antigamente antes da instalação do posto de beneficiamento agrícola pode-se perceber que o local era caracterizado por possuir as ruínas da

casa em que Tiradentes nasceu e era cercado por vegetação. De um lado, temos o entrevistado que achava bela esta paisagem; por outro, temos aquele entrevistado que achava o lugar descuidado.

Os resultados obtidos sobre como era o local da UC quando se instalou o posto de beneficiamento agrícola, demonstram a importância que este local teve na vida dos entrevistados. O local, além de fornecer emprego para os entrevistados e seus familiares, doava parte de sua produção para os moradores vizinhos ao estabelecimento, além da população vizinha poder levar suas produções agrícolas para beneficiamento no local. Mencionam que era uma época de muita fartura na região.

**Tabela 3** – Como eram os recursos naturais na região e o local da FLONA antes de sua implantação

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
Como era a região	<b>Mata:</b> não tinha, casa em frente à linha do trem. Tinha mata em outro local.	<b>Mata:</b> mato de árvore.	<b>Mata:</b> muito mato.	<b>Mata:</b> ramos finos, árvores pequenas, vegetação rasteira, capim.
	<b>Rios:</b> o rio era mais cheio, muitos dourados e mandis e piracanjubas.	<b>Rios:</b> não vê diferença, e tinha muitos dourados.	<b>Rios:</b> curimba, jaú, dourado e piáu.	<b>Rios:</b> tinha muita água, mandi, dourado e jaú.
	<b>Bichos:</b> tatu, paca, veado, capivara.	<b>Bichos:</b> tatu, cascavel, jaracuçu, urutu, ouriço caixeiro, pombal trocal, jacu, capivara, gralha, tucano.	<b>Bichos:</b> jacu, sirriema, tatu, mico, lagarto, gambá, cachorro do mato e pernilongos.	<b>Bichos:</b> tatu, lagarto.
Como era a FLONA antes de ser UC	<b>Antes do ministério:</b> muito mato e a casa de Tiradentes desleixada.	<b>Antes do ministério:</b> estátua e muro da casa de Tiradentes cercados por mato baixo. Achava muito bonito.	<b>Antes do ministério:</b> não tinha nada, só mato por todos os cantos; muita capoeira.	<b>Antes do ministério:</b> não mencionou.
	<b>Época do ministério:</b> plantações de abacaxi, tomate, azeitona, pera e uva. Frutos eram doados para a vizinhança, e venda de sementes para a pecuária. Era útil porque dava serviço. Os irmãos trabalharam no local.	<b>Época do ministério:</b> moinho, máquina de arroz, 2 a 4 bois para transporte. Plantações de manga, laranja, abacaxi, arroz, feijão. Fartura na região. Ela e os irmãos trabalharam no local.	<b>Época do ministério:</b> não mencionou.	<b>Época do ministério:</b> não mencionou.

Os relatos orais relativos às percepções que os sujeitos entrevistados possuem da região atualmente foram condensados em um quadro comparativo (Tabela 4), e levou-se em consideração as seguintes subcategorias: mata, bichos, rio e região. A partir da subcategoria mata, pode-se observar que as percepções ambientais a respeito da vegetação estão muito atreladas às plantações, cultivo de culturas, sendo descrito pelos entrevistados a partir desta perspectiva. O entrevistado 1 pode ter sido influenciado pela proximidade da residência com a UC, relatando um aumento da vegetação devido à proibição do corte. O entrevistado 2, que também mora próximo à UC, remete suas falas no sentido da escassez

de lavouras na região e do excesso de burocracia para conseguir plantar atualmente devido às proibições. Sugere-se que esta percepção está relacionada à rigidez das leis ambientais nas localidades que fazem fronteira com a UC, impossibilitando as populações locais de plantar como antes. O entrevistado 3 revela que, em sua opinião, a vegetação acabou na região, o que pode ser um reflexo de que atualmente não existem mais plantações em sua região. O entrevistado 4 não cita algo relativo à vegetação atual em suas falas, o que pode ser reflexo da distância de sua residência da UC, ou de que para este entrevistado naquele momento durante o recolhimento dos dados não foi relevante abordar essa questão, o que não deixa de ser um resultado.

As percepções ambientais relativas aos bichos são divergentes entre as falas dos sujeitos entrevistados no sentido de que, para alguns, a quantidade de bichos em geral aumentou e, para outros, apenas algumas espécies aumentaram em quantidade na região. O entrevistado 1 relata que os únicos animais que aumentaram na região são as pacas e capivaras. Esta percepção pode ter sido ocasionada pela localização de sua propriedade, que é à beira do Rio das Mortes, sendo que estes animais estão mais presentes neste tipo de local. Os entrevistados 2 e 3 tiveram suas percepções similares em relação ao aumento das aves na região, porém suas justificativas do aumento são díspares, e o entrevistado 2 demonstra certa preocupação com as aves, pois acredita que não há disponibilidade de alimento para estes animais e; o entrevistado 3 relata que o aumento das aves se deve à proibição da caça. Já o entrevistado 4 não menciona sua percepção em relação a esta subcategoria.

Em relação à subcategoria rios, quando se parte para a análise comparativa das falas, foi observado a partir dos relatos dos sujeitos entrevistados que estes possuem percepção ambiental semelhante para este quesito. Todos mencionam que o volume de água do Rio das Mortes diminuiu atualmente e a quantidade de peixes é menor, apesar de haver reposição de alevinos em algumas épocas no rio. Para o entrevistado 1, a quantidade de peixes está sendo reduzida devido ao fato das pessoas não esperarem o tempo correto de pescar o peixe, pescando-os muito jovens. Para o entrevistado 2, ainda existem peixes, porém não em muita quantidade, e que há reposição dos mesmos no rio. Os entrevistados 3 e 4 não mencionam opinião acerca da quantidade de peixes presente nos rios atualmente. Estas percepções sobre o rio podem ser justificadas pela localidade das residências. Os entrevistados 1 e 2 moram muito próximos ao rio, o que os fazem perceber as alterações e intervenções humanas no rio com mais facilidade que os entrevistados 3 e 4, que moram mais distantes do rio e atualmente não pescam.

Sobre as percepções ambientais referentes à visão geral de como a região está atualmente, a partir das comparações entre os relatos orais dos sujeitos entrevistados, três alegam que a região acabou, pois não há mais atividade agrícola na região. Essas visões sugerem que essas pessoas possuem um apreço muito significativo no que se refere ao manejo das terras e seu cultivo, e, ao cessar essas atividades, a sensação sentida por eles pode ser entendida como esgotamento do que se tinha no local, morte do lugar, muitas pessoas deixaram o local, devido ao cerceamento de suas atividades costumeiras. O entrevistado 2 apresenta uma peculiaridade no que tange à percepção sobre a região: ao mesmo tempo que comenta como a região acabou e como ela e o cônjuge estão sozinhos, ela agradece a Deus por estarem assim. Já o entrevistado 4 argumenta que ninguém mais planta na região, pois comprar é muito mais fácil. O entrevistado 1 obteve uma percepção ambiental diferenciada sobre a visão da região. Este afirmou que atualmente muitas pessoas moram próximas à sua residência; inicialmente teve um posicionamento positivo sobre essas moradias e, logo depois, comenta que é por isso que a tranquilidade e o sossego de outrora não são mais possíveis. Essa percepção pode ser advinda das recentes ocupações por sítiantes de veraneio de outras cidades que começaram a ocupar terrenos próximos a sua residência.

Ao correlacionar os dados referentes às Tabelas 3 e 4 sobre o antes e o depois da instalação da unidade de conservação na região, *a priori* tem-se uma realidade distinta das demais unidades de conservação, pois a área destinada à preservação é um local de importância histórica, por se tratar do local de nascimento de Tiradentes (BRASIL, 2005), e além dessa questão, houve duas intervenções do estado neste mesmo local. A primeira intervenção do estado surge com a inauguração e implementação de um posto de beneficiamento agrícola a partir de 1948 (BRASIL, 2005), que foi um marco na vida dos moradores do entorno desta sede, pois aumentou a oferta de empregos na região e com isso incentivou a já existente produção agrícola local; possuía maquinário de beneficiamento de produtos agrícolas e permitia que as pessoas da região usufruíssem dessas máquinas, e com isso incentivava a produção agrícola de subsistência dessas populações; e por último, priorizava a produção de sementes com o objetivo de distribuição para as pecuárias da região, e por isso, parte da produção de frutos era doada às populações vizinhas. A partir destas premissas é inegável o valor que este local adquiriu para esta população. A segunda intervenção do estado foi o fechamento deste posto de beneficiamento e o tombamento da área a partir de um decreto-lei em 1971 instaurando uma área protegida e, em 1999, passou a ser categorizada como Floresta Nacional sob administração do IBAMA (BRASIL, 2005).

As duas situações vivenciadas neste mesmo local são díspares sobre o uso dos recursos naturais locais, o que pode ter ocasionado uma certa influência nas percepções dos sujeitos entrevistados, que estavam inseridos no local antes mesmo da instalação do posto de beneficiamento, acompanhando todas as mudanças socioambientais que ocorreram na região. Ao longo dessa trajetória, a paisagem regional se modificou, como pode-se observar através dos relatos orais dos moradores, além da própria relação de trabalho local e maneira como estavam habituados a lidar com os recursos naturais da região. Outrora o estado incentivou a intervenção direta dos produtores no que concerne o uso dos recursos naturais, agora o estado reprime ou controla este tipo de uso através da instalação de uma unidade de conservação. Situação semelhante ocorreu na Estação Ecológica Jatohy, que anteriormente à implantação da unidade de conservação, era sede de uma fazenda produtora de café (ANDRIOLLI e SILVA, 2008). As percepções dos indivíduos destas duas realidades se assemelham no sentido de que para ambas as populações, a intervenção do estado sobre uma área que antes era produtiva e fornecia trabalho, agora não é mais, o que gera uma não identificação com o local destinado à preservação, pois a realidade e o contexto histórico no qual estão inseridos não compactua com os princípios conservacionistas da política ambiental brasileira baseada no conceito de “natureza intocável” como menciona Diegues (2000), no qual se prioriza a preservação da biodiversidade em detrimento da população local e suas relações de trabalho baseado na utilização dos recursos naturais.

**Tabela 4** – Como é a região depois da implantação da UC FLONA de Ritópolis

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
	<b>Mata:</b> as árvores grandes ficam porque não pode cortar mais. Não tem ervas para fazer chá.	<b>Mata:</b> não menciona.	<b>Mata:</b> a mata está acabando.	<b>Mata:</b> não menciona.
	<b>Bichos:</b> Não tem nada de bichos, a não ser paca e capivara.	<b>Bichos:</b> aumentou tudo quanto é bicho que pode ver, muitos passarinhos.	<b>Bichos:</b> tem muito siriema, jacu e passarinhos.	<b>Bichos:</b> não menciona
<b>Como é a região após UC</b>	<b>Rio:</b> a quantidade de peixe diminuiu.	<b>Rio:</b> tem peixe, mas não é muito, “eles” soltam curimbinha para produzir mais.	<b>Rio:</b> o rio está acabando, secando.	<b>Rio:</b> o rio está raso.
	Mudou muito, porque agora tem muitos vizinhos.	A região acabou, poucos vizinhos e o IBAMA.	Ninguém mais planta lavoura na região	Ninguém mais planta na região porque fica mais barato comprar.

**Tabela 5** – Percepções sobre a UC FLONA de Ritápolis

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
<b>Nomeações para a FLONA de Ritápolis</b>	Pombal, Ministério (Agricultura) e antiga sede da Ferrovia do Aço.	Pombal, km 110, IBAMA, Ministério (Agricultura).	Km 110.	Pombal.
	Indiferença quanto à existência da UC.	A UC não tem utilidade.	Não menciona durante a coleta do relato.	Não menciona durante a coleta do relato.
<b>Percepções sobre a UC</b>	Possui conhecimento sobre: fiscalização, multas e preservação da fauna.	Possui conhecimento sobre: a produção de mudas que ocorre na UC.		
	Visita a UC quando tem missa (Dia da Árvore).	Não visitou a UC desde sua implantação no local.		
	Menciona o nome do antigo gestor da UC.	Menciona o nome do antigo gestor da UC e afirma que não sabe quem é o atual gestor.		

### c) Percepções sobre a UC FLONA de Ritápolis

Os relatos orais sobre a unidade de conservação foram sintetizados em um quadro comparativo para melhor interpretação dos dados (Tabela 5). Esta tabela está caracterizada por duas subcategorias distintas: nomeações para a FLONA de Ritápolis e percepções gerais sobre a FLONA (utilidade, visitação, atividades realizadas na UC). Em relação à primeira subcategoria, os sujeitos entrevistados durante a coleta dos depoimentos orais não mencionam em nenhum momento o atual nome da unidade de conservação: FLONA de Ritápolis. Essa questão pode sugerir que os sujeitos entrevistados não possuem conhecimento acerca da unidade de conservação, além de não saberem sobre sua categoria de área protegida de uso sustentável. Durante a coleta dos relatos orais, dois entrevistados (50%) (entrevistados 3 e 4) não direcionaram suas falas para o local atual (UC) remetendo-se sempre ao que o local foi ou uma característica de localização simplesmente sem correlacionar o local à área protegida. Isto pode sugerir que há um desconhecimento sobre o que o local se tornou, portanto, não se torna prioritário relatar em um depoimento oral, ou pode ser a não proximidade de suas residências da sede da UC. Dois entrevistados (50%) (entrevistado 1 e 2) durante a coleta dos relatos orais, mencionaram várias vezes alguns termos como: ministério (remetendo ao posto de beneficiamento agrícola), Pombal (referindo-se à fazenda no qual Tiradentes nasceu); km 110 (referem-se ao ponto que a antiga ferrovia parava o trem para passageiros, é próximo da UC); polícia florestal (como referência a algo relativo a proibição ou algum tipo de burocracia) ou

IBAMA (nomeação que “eles” deram ao local) e “eles” ou governo (utilizado quando não sabem ao certo a proveniência das promulgações ambientais que os afetam). A proximidade da residência dos entrevistados 1 e 2 do local da UC pode ser um indício de que eles o reconhecem como um órgão ambiental.

Os relatos orais a respeito do que os entrevistados acham atualmente da unidade de conservação demonstram que os mesmos não possuem conhecimento sobre o que é uma unidade de conservação, sendo indiferentes à existência da mesma no local.

Embora os sujeitos entrevistados aleguem indiferença à presença da UC no local, ambos mencionaram algumas das atribuições exercidas pela unidade, o que denota que possuem um certo conhecimento a respeito de parte dos encargos de uma área protegida.

Em relação à visitação pelos sujeitos entrevistados à UC atualmente, estes relatam que não têm mais o hábito de frequentar o local. O entrevistado 1 relata que vai à sede da unidade de conservação quando há missa, e o entrevistado 2 relata que desde que a UC foi instalada, não foi mais ao local. Apesar da proximidade das residências destes entrevistados da sede da UC em questão, estes não frequentam o local. Sugere-se através dos relatos que as visitas não ocorram por não se identificarem com a sede, desconhecerem o que é e qual sua utilidade.

O quadro comparativo sobre como os entrevistados percebem a UC, demonstra que estas pessoas não possuem contato com a unidade de conservação nem com a gestão da mesma. Essa análise se deve inicialmente ao desconhecimento do nome atual da UC e, em um segundo momento, ao desconhecimento sobre o que é uma UC e quais são suas responsabilidades como órgão ambiental. Os relatos dos entrevistados sobre parte das atribuições desta UC no local se referem ao papel fiscalizador e punitivo desta unidade e sobre a produção de mudas do viveiro da UC. Em relação às nomeações dadas à unidade de conservação: IBAMA, governo, polícia florestal, “eles”, são termos designados a uma mesma entidade, a FLONA de Ritópolis. Deste contexto, podemos inferir que todos os termos estão relacionados a uma imagem de autoridade, poder, um órgão público que cria leis que não os deixa realizar suas atividades cotidianas. Esse cenário se repete com populações do entorno de outras áreas protegidas, como é o caso das áreas protegidas da APA Serra da Mantiqueira e do Parque Estadual Serra do Papagaio, localizados no município de Aiuruoca, em Minas Gerais (ANNUNCIATO, 2009). Parte da população do entorno dessas unidades presenciaram e foram punidos devido a uma fiscalização e aplicação de multa por construções irregulares no entorno das áreas protegidas. Esse fato isolado foi responsável por criar no imaginário da população local um certo preconceito a respeito dos órgãos reguladores ambientais da região, o que

gerou um estereótipo a respeito das unidades de conservação para aquela população, (ANNUNCIATO, 2009), apesar de não ter ocorrido nenhum fato mais significativo para a população do entorno da FLONA de Ritápolis criar essa imagem da mesma. A conotação negativa dada ao órgão ambiental é proveniente de experiências de outras pessoas da comunidade que foram punidas ou da legislação que proíbe ou burocratiza maneiras habituais de uso dos recursos naturais pelos moradores, impedindo-os de realizar suas práticas cotidianas. Para Annunziato (2009), a situação das comunidades do entorno da APA Serra Mantiqueira e Parque Nacional Serra do Papagaio sugere que por mais que as populações tenham uma experiência pessoal com o órgão ambiental, muito da impressão dos moradores provém dos estereótipos criados, o que pode se adequar também ao caso das populações do entorno da FLONA de Ritápolis. Porém, não é intuito do presente trabalho culpabilizar as populações do entorno das áreas protegidas e, sim, gerar uma reflexão a respeito do posicionamento da população sobre a UC e como a gestão da UC se posiciona perante a população. Este panorama, portanto, demonstra o não envolvimento da gestão da UC com a população, o que faz com que esta se fixe a preconceitos sobre a FLONA de Ritápolis.

A partir dos relatos orais sobre o que os sujeitos entrevistados acham sobre a UC e sua utilidade, pode-se sugerir que desconhecem o que é uma área protegida e suas funções. Apesar de mencionarem algumas atribuições que são responsabilidade da FLONA de Ritápolis, não souberam dizer o que achavam a respeito do local, sendo indiferentes à presença da UC na região. Esse desconhecimento sobre o que é uma área protegida pode ser fruto da própria política ambiental vigente que prioriza seus esforços num sentido único: a fiscalização dessas áreas (PADUA *et al.*, 1997). Ao se comparar a situação com outras realidades de populações do entorno de UCs, encontra-se caso semelhante em Montes Claros, no qual a população do entorno das Áreas de Proteção Ambiental Pandeiros e do Refúgio de Vida Silvestre Pandeiros desconhecem o que são e qual é a utilidade destas categorias de áreas protegidas (FIGUEIREDO, 2011). Esta realidade ainda se repete em relação ao desconhecimento das competências da gestão de uma UC, na Reserva Biológica Tinguá, no Rio de Janeiro, no qual a população do entorno não possui conhecimento sobre qual é a função de uma área protegida (VARELA *et al.*, 2013).

Por fim, ao serem questionados sobre a visitação à unidade de conservação, os sujeitos entrevistados demonstram que visitam pouco o local e/ou pararam de frequentar após a instalação da UC. O entrevistado que mencionou visitar o local por causa da missa do Dia da Árvore, inclusive, menciona que “eles” (FLONA de Ritápolis) estão arredios, não

voltando mais ao local no ano vigente. O que permite concluir que participam pouco, ou não participam, de ações ou eventos da UC, e desconhecem a gestão da mesma. Caso semelhante ocorre na APA e RVS Pandeiros no norte de Minas Gerais, no qual 92% dos moradores entrevistados do entorno alegam nunca ter participado de nenhuma ação a respeito da gestão destas áreas protegidas (FIGUEIREDO, 2011).

#### **d) A FLONA de Ritópolis sob a perspectiva da Ecologia Política de Territórios**

Com base nos resultados obtidos a partir da coleta dos relatos orais dos sujeitos entrevistados, percebe-se que a instalação da unidade de conservação no local gerou grandes alterações no modo de vida destas populações, influenciando nas relações de trabalho e de uso dos recursos naturais. Percebe-se, porém, que muito mais que apenas uma visão utilitarista dos recursos naturais da região, há, por parte dos moradores, uma relação de pertencimento e identidade com o local, pois naquele lugar eles nasceram, viveram durante toda sua vida e criaram seus filhos. Foi desta mesma terra que tiraram o seu próprio sustento e de seus familiares por gerações, estabelecendo um modo de vida próprio, fortemente conectado à terra e aos recursos naturais presentes naquela região. Como enfatizado por Tuan (1980, p. 131), “o apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela”. Neste sentido, estas percepções podem ser consideradas como uma percepção de território usado, que está vinculada a uma construção social e histórica, o que gera pertencimento e identidade com o local (SANTOS E BECKER, 2007).

O local atualmente chamado como FLONA de Ritópolis, a partir do que foi levantado pela análise histórica regional, possui dois momentos distintos: de propriedade particular e propriedade do Estado. Como consequência desta área se tornar propriedade do Estado, a partir de 1948 (BRASIL, 2005) este local ficou à mercê das demandas do mesmo, o que originou duas configurações territoriais distintas para o mesmo espaço ao longo dos anos: inicialmente território de uso (do estado e populações vizinhas) com a criação do posto de beneficiamento agrícola e, a partir de 1971 (BRASIL, 2005), configurado como território de conservação (GUERRA E COELHO, 2009) estabelecendo-se, assim, como uma área protegida.

Diante deste cenário, no qual a implantação de uma área protegida interfere diretamente na região que foi instalada e nas populações que já se encontravam no local, implica-se que a delimitação deste território de conservação por um grupo distinto específico (Estado) gerou uma situação conflituosa ao se defrontar com a realidade territorial já existente na região (moradores locais). Essa situação é semelhante a que é

encontrada na comunidade do Mogol localizada no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca em Minas Gerais. (SANTOS *et al.*, 2012)

Desta maneira, a problemática se configura, por um lado, a partir da imposição do estado, na forma de normas e restrições específicas para utilização dos recursos naturais no entorno de unidades de conservação (BRASIL, 2000). Por outro lado, a perspectiva das populações, que têm a posse de suas terras e lidam com os recursos naturais há gerações e agem sobre o meio ambiente de acordo com suas necessidades e anseios. Ou seja, há uma sobreposição de territórios, no qual o território de conservação imposto pelo estado se sobrepõe ao território de uso construído por essas populações ao longo dos anos. A sobreposição de territórios implica diferentes territorialidades construídas por grupos sociais distintos sobre o mesmo local (GUERRA E COELHO, 2009). Portanto, ao se fazer a análise da história oral destes moradores, foi possível observar que a maneira com que eles percebem e utilizam os recursos naturais, percepção esta influenciada pelo incentivo do Estado no passado (posto de beneficiamento agrícola), entra em contradição com a nova concepção do Estado sobre o mesmo local (FLONA de Ritópolis). Sugere-se, portanto, que o Estado e a gestão da UC ao desconsiderar as percepções das populações locais sobre a nova territorialidade imposta e o não envolvimento da gestão da UC com a população sejam fatores que tenham influenciado fortemente as percepções ambientais destes moradores a respeito da área protegida.

Enfim, desta conjuntura, podemos afirmar que as táticas de proteção ambiental do Estado entram em conflito com os modos de vida das populações presentes no entorno e/ou dentro de áreas protegidas, gerando modificações nas maneiras de uso dos recursos naturais. Isto vai ao encontro do que Zhouri & Laschefski (2010, p. 23) denominaram de conflito territorial, no qual “existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial”.

## Conclusões

*“Muita gente pequena, em pequenos lugares, fazendo coisas pequenas podem transformar o mundo.” Eduardo Galeano*

Com o desenvolvimento desta pesquisa através do recolhimento da história oral de moradores do entorno de uma unidade de conservação, é possível confirmar que o tempo de vivência dessas comunidades no entorno da FLONA de Ritópolis é um fator importante a ser considerado pela gestão da UC, pois é ouvindo quem conhece a região e participou de suas principais modificações socioambientais, que será possível uma

maior efetividade da gestão dessa unidade. Ao se conhecer o histórico local, percebemos que a visão utilitarista dos recursos naturais pelas populações do entorno, que foram em sua maioria lavradores voltados à agricultura de subsistência, incentivados inclusive pelo próprio estado, gerou modificações na paisagem local, o que culmina numa modificação socioambiental da região que influencia até os dias atuais na política ambiental de preservação da biodiversidade desta UC.

Foi possível perceber também, que a implantação de uma área protegida num local gera um divisor de águas na região. Saber como os moradores percebem os recursos naturais antes e depois da implantação da mesma, tem uma relevância significativa, pois a partir desta análise foi possível constatar que o estado interviniu de maneiras distintas no local da UC. Essas intervenções para os moradores da região foram impactantes, pois são contraditórias em si mesmas. Incentiva o uso de recursos naturais com fomento da agricultura e geração de emprego, e *a posteriori*, reprime estas atividades com a instalação de uma área protegida. Essa mudança repentina e brusca acerca do que fazer com os recursos naturais existentes no local gerou uma não identificação da população com a nova intervenção, já que durante toda a sua vida sempre tiveram autonomia para lidar com suas terras da maneira que lhes eram convenientes. Essa situação ocorre ao desconsiderar o contexto histórico local, que é um dos fatores determinantes para argumentação contra a política preservacionista clássica que impera atualmente nas unidades de conservação, inclusive nas de uso sustentável.

Todas essas premissas sugerem, então, que não houve nenhum contato da atual gestão da FLONA de Ritópolis com a população local, o que gerou nessas populações um preconceito do que realmente uma unidade de conservação é e qual sua utilidade para estas populações. A não interação da gestão da UC com a população é fruto de uma política ambiental preservacionista que prioriza apenas a fiscalização dessas áreas, o que influencia diretamente no modo de atuação da gestão desta área protegida para com os moradores de seu entorno.

A intenção de se analisar a conjuntura socioecológica da implantação desta unidade de conservação sob a ótica da ecologia política de territórios foi a de trazer uma justificativa mais interdisciplinar sobre como as configurações territoriais interferem na realidade das unidades de conservação em geral. Ao se sobrepor territórios e territorialidades a um mesmo local, foi possível perceber que muito mais do que uma delimitação geográfica da área, essa situação gera um conflito territorial, que provavelmente influencia nas percepções dos indivíduos que estão inseridos nesta lógica. Também infere em como o estado em suas próprias contradições interfere de maneira a não valorizar as populações menos favorecidas no contexto socioambiental e políticoeconômico atual. Essa

reflexão, que deixamos em aberto para futuras pesquisas sobre o local, geraram perguntas que poderão ser respondidas em estudos posteriores, como: O que motivou o estado a modificar tão bruscamente o modo de utilização dos recursos naturais naquela região? Foi a pressão mundial preservacionista para criação de áreas protegidas? Ou uma intervenção arbitrária sem considerar o contexto socioecológico local?

Almeja-se com este trabalho que esta análise possa ser muito mais do que uma crítica à política ambiental vigente e a gestão de uma UC, mas que ele possa de fato colaborar para que essas situações conflituosas com os moradores do entorno sejam minimizadas e quiçá eliminadas no futuro. Para isto ocorrer de uma maneira efetiva, de forma a sair da teoria e ser colocada em prática, são necessárias atitudes e técnicas que possibilitem a aproximação da gestão da UC com a população do entorno. Inicialmente, a proposta consistiria em conhecer os habitantes do entorno, e a partir de suas próprias demandas e com participação efetiva da população em todas as fases, construir projetos e programas voltados ao desenvolvimento local, como o incentivo à agricultura sustentável, turismo rural de base comunitária, e fomento ao artesanato local. Sugestões estas que não estão desligadas da necessidade de desenvolver um projeto de Educação Ambiental que realmente alcance o público atingido. Sabe-se que a produção de cartilhas ambientais pouco geram efeitos nas práticas ambientais (ANNUNCIATO, 2009), pois a leitura é algo que ainda é privilégio de poucos na realidade rural, além de produzir mais resíduos danosos ao meio ambiente; portanto, sugere-se o desenvolvimento de uma radionovela que priorize práticas sustentáveis dos usos dos recursos naturais e que permita aos moradores conhecerem a legislação ambiental brasileira, seus direitos e deveres.

Conclui-se este trabalho com uma perspectiva otimista em relação à promoção do desenvolvimento sustentável de populações rurais no entorno de unidades de conservação, pois acredita-se que, desta forma, ao valorizar as populações menos favorecidas no contexto político socioecológico, possa de fato colaborar para a inserção dessas populações na sociedade, enfatizando suas necessidades e anseios e quebrar a conjuntura política hegemônica do capital sobre as minorias, prática esta, constatada falha, a princípio, para a efetividade da gestão de áreas protegidas no Brasil, e, por consequência, alcançar a tão sonhada preservação da biodiversidade.

## **Referências bibliográficas**

- ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Relume-Dumará, 2004.
- ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. 3.<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.18
- ANDRIOLI, C. S.; SILVA, M. A. M. De fazenda de café a área de preservação. A dissolução do colonato na fazenda Jatahy (SP). In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. Editora UNESP, v. 1, 2008, p. 185-204.
- ANUNCIATTO, A. *Experiência e Resistência – Alternativas em educação ambiental de adultos moradores de zonas rurais por meio da história oral*. Dissertação (mestrado) Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BECKER, B. K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M. et al.. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3.<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 409p.
- BOUSQUET, B. Elements de base pour une politique de conservation des espaces naturels dans le cadre des projets de développement. In: MALDAGUE, M.; MATUKA, K & ROLAND, A (Eds.), *Environnement et gestion des ressources naturelles dans la zone africaine de l’océan Indien: Comores, Madagascar, Maurice, Réunion (France), Seychelles*. Séminaire International Sur la Gestion de L’environnement Tomasina, Madagascar 25 set. – 02 out., Paris, Unesco, 1989, p. 305-328.
- BRASIL. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. MMA – Ministério do Meio Ambiente/IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis. Brasília, DF, 2000.
- BRASIL. *Plano de Manejo da FLONA de Ritópolis*. MMA – Ministério do Meio Ambiente/IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Brasília, DF, 2005. 226p.
- BRASIL. Lei n.º 11.284. Dispõe sobre a gestão de Florestas Públicas para produção sustentável. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 2006.
- CAMPOS, B. N. *Marcas de um Ferrovias: a Estrada de Ferro Oeste de Minas em São João del-Rei (1877-1915)*. São João del-Rei: Universidade Federal, 2005.
- CASSAB, L. & RUCHEINSKY, A. *Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral*. Revista Biblos. Rio Grande, v. 16, 2004. 12p.
- COSTA, R. G. S., COLESANTI, M. M. *A contribuição da percepção ambiental nos estudos de áreas verdes*. RA'E GA 22, 2011, p. 238-251.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2000. 162p.

- FAVARO, C. E. *História oral/histórias de vida: das dificuldades de uma pesquisadora na coleta de depoimentos de mulheres velhas*. Estudos Leopoldinenses, v. 32, n. 146, 1996. p. 101-108.
- FERREIRA, C. P. *Gestão e Percepção Ambiental na Estação Ecológica Juréia-Itatins, São Paulo, Brasil*. In: *Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities*, the Tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property, Oaxaca, Mexico, 2004. 30p.
- FIGUEIREDO, L. V. R. *Percepção Ambiental em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral*. 2011. 177f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS - Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Montes Claros, 2011.
- GANEM, R. S. *Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Edições Câmara, Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. 437p.
- GODELIER, M. *L'idéal et le matériel*. Paris: Fayard. 1984.
- GÓMEZ-POMPA, A & KAUS, A. *Domesticando o mito da natureza selvagem*. (Título original: Taming the wilderness myth). Bioscience, n. 42, v. 4, 1992.
- GUIMARÃES, B. M. M; FILHO, J. A. C.; LEAL, M. C. *Paisagem das Vertentes: Caderno 1*. São João del-Rei: UFSJ, 2008.100p.
- GUIMARÃES, G. A. *Bacia do Rio das Mortes*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. São João del-Rei, v. 6, 1988. 127p.
- GUERRA, A. J. T. & COELHO, M. C. N. *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, 296p.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- IBASA. *Educação ambiental em unidades de conservação*. Instituto Brasileiro de Análises. Rio de Janeiro, 2006. 30p. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso: 27 ago. de 2015.
- IBGE. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF, 1992. 91p.
- \_\_\_\_\_. *Dados Censitários*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 20 ago. de 2015.
- IGLESIAS, E. *Reflexões sobre o que fazer da história oral no mundo rural*. Dados, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1. 1984, p. 58-70.
- MAROTI, P. S. & SANTOS, J. D. *Narrativas orais como subsídio para um programa de educação ambiental direcionado a uma unidade de conservação*. A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora. São Carlos: RIMA, 2001, p. 197-224.

- \_\_\_\_\_. *Educação e interpretação ambiental junto à comunidade do entorno de uma unidade de conservação*. Tese (doutorado) Ecologia e Conservação de Recursos Naturais, UFSCAR, São Carlos, 2002.
- MASSOLO, A. *Por amor y coraje en movimientos urbanos de la ciudad de Mexico*. El Colégio de Mexico, Programa Interdisciplinario de Estu. E. la M. Mexico, 1992.
- MATOS, R. J. C. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. São Paulo: Itatiaia, v. 1, 1981. 403p.
- PEREIRA, R., C. *et al.. Monitoramento in situ da biodiversidade: Proposta para um Sistema Brasileiro de Monitoramento da Biodiversidade*. Brasília: ICMBio, 2013, 61p. Relatório do MMA/ICMBIO para Planejamento de conservação da biodiversidade in situ.
- PRIMACK, R. B. & RODRIGUES, R. *Biologia da Conservação*. Londrina: Midiograf, 2001. 327p.
- PADUA, J. A. A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais. *In: por M. MILANO, L. TAKAHASHI e M. NUNES. Unidade de conservação: Atualidades e Tendências*. Fundação O Boticário, Curitiba, 2004.
- PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F.. *Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: Ipê, 1997.
- PIRATELLI, A. J. & FRANCISCO, M. R. *Conservação da Biodiversidade: dos conceitos às ações*. Technical Books Editora, 2001. 239p.
- RAMOS, A. As unidades de conservação no contexto das políticas públicas. *In: CASES, M.O. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação*. WWF- Brasil/IPÊ-Institutos de Pesquisas Ecológicas, Brasília, 2012. 396p.
- SANTOS, A. S. P.; ALMEIDA, F. A. B.; COELHO, E. A.; PIRES, M. F. A. *Conhecimentos e saberes no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, MG: a realidade da comunidade do Mogol e os desafios para uma nova política de gestão territorial*. Geografias-Artigos Científicos, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, 2012, p. 42-59.
- THOMPSON, Paulo (1935-). *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 388p.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980. 131p.
- VARELA, S. M.; LOPES, A.; FERREIRA, M. C.; RICHTER, M. *A reserva biológica de Tinguá (RJ) e a comunidade do entorno: uma análise da relação a partir do conceito de percepção ambiental*. Anais - Uso Público em Unidades de Conservação, n. 1, v. 1, 2013.

ZHOURI, A & LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 23p.

WHYTE, A V.T. *La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain..* Unesco, Paris (Notes techniques du MAB5), 1977. 134p.

CÂMARA, Eliane Siqueira, Carmen Andriolli e Letícia Vieira. Vozes do campo e áreas protegidas: a percepção ambiental de pequenos proprietários rurais sobre os recursos naturais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 561-590, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** (*Vozes do campo e áreas protegidas: a percepção ambiental de pequenos proprietários rurais sobre os recursos naturais*). A percepção ambiental sob a ótica da História Oral possibilitou conhecer o contexto histórico e socioecológico sobre a utilização dos recursos naturais dos moradores do entorno de uma Unidade de Conservação (UC), Floresta Nacional de Ritópolis, Minas Gerais, Brasil. O não envolvimento dos moradores do entorno na gestão da UC reflete uma política ambiental baseada em práticas conservacionistas clássicas e ocasiona uma não identificação destes com a área protegida, produzindo preconceitos sobre o papel da UC e sua gestão. Essa situação culmina em um conflito territorial, com a sobreposição de territórios e distintas territorialidades sobre um mesmo local.

**Palavras-chave:** gestão ambiental, história oral, população do entorno.

**Abstract:** (*Rural voices and protected areas: the environmental perception of small rural owners about the natural resources*). Perceptions on the environment provided by the Oral History approach enabled an understanding of the historical and social-ecological context regarding natural resources on the part of residents neighboring on a Conservation Unit (CU), in the National Forest of Ritópolis, Minas Gerais State, Brazil. The resident's lack of engagement with the management of the CU is a reflexion of an environmental policy based on traditional conservationist practices which leads to a non-identification of the residents with the protected area, resulting in negative perceptions about

the role of CU and its administration. This situation culminates in a conflict based on different concepts of territoriality

**Keywords:** environmental management, oral history, surrounding residents.

Recebido em agosto de 2017.

Aceito em setembro de 2017.

*Participação social e políticas  
públicas de desenvolvimento rural:  
uma análise da percepção  
dos conselheiros do CONDRAF*

## **Introdução**

As políticas de desenvolvimento rural no Brasil ocorrem sob um contexto particular, delineado fundamentalmente pelo histórico de desigualdades e disputas pelo acesso à terra, que torna bastante complexa a ação estatal. Enquanto por um lado o país possui um dos maiores índices de concentração de terras no mundo, por outro, muitos povos tradicionais ainda ressentem de direitos de propriedade sobre o território que ocupam, como no caso de quilombolas, indígenas, ribeirinhos, trabalhadores acampados, entre outros. Como resultado, há um amplo e heterogêneo tecido social que se articula sob a bandeira de diversos movimentos sociais e sindicais em ação, pelo direito à cidadania sem abrir mão de sua identidade camponesa.

A ação coletiva das organizações coletivas de trabalhadores rurais tem permitido algumas conquistas em termos de inserção de demandas na agenda pública, traduzidas pelo surgimento de programas governamentais em diferentes estruturas governamentais. A partir dos anos 1990 houve uma retomada, ainda que tímida, das ações de reforma agrária, e o conceito de agricultura familiar ganhou maior densidade política, sobretudo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.

Paralelamente a essas conquistas, houve também uma mobilização para o estabelecimento de canais de diálogo mais perenes com o aparato estatal. Atualmente, o principal organismo institucional de participação social nas políticas de desenvolvimento rural é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Ele surgiu no contexto de proliferação da figura dos conselhos gestores de política pública pós-

---

<sup>1</sup> Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e doutorando em Políticas Públicas e Estratégia de Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: sandroecbr@yahoo.com.br.

Constituição de 1988, enquanto instrumentos inovadores para a promoção da democracia participativa na estrutura de poder decisório da administração pública brasileira.

O CONDRAF possui a incumbência de promover a articulação entre os diferentes níveis de governo e também com as organizações da sociedade civil para o planejamento e a operacionalização de ações governamentais no meio rural, envolvendo as temáticas da agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Ademais, dada sua função de promover um debate mais aberto para apontar deliberações coletivas no plano das políticas de desenvolvimento rural, espaços dessa natureza podem ser caracterizados como “instituições de deliberação participativa” (IDP) (SILVA, 2017). Além dos conselhos gestores, outras instituições ligadas às mais diferentes áreas de atuação governamental também são caracterizadas sob essa mesma categoria, tais como as conferências nacionais, o orçamento participativo, os planos diretores, entre outros fóruns formalizados de participação, cada vez mais presentes nas etapas de concepção, execução e controle de políticas públicas nos últimos anos (DAGNINO, 2002; PIRES *et al.*, 2012).

Dada essa centralidade que o CONDRAF possui, ao menos no plano normativo, em um campo bastante delicado de atuação e regulação estatal, ele passa, então, a figurar-se como um objeto interessante de análise empírica sobre diferentes dimensões da participação social e sua conexão com a estrutura de poder decisório nacional.

É justamente nessa perspectiva que se enquadra este trabalho. Seu objetivo foi avaliar as diferentes dimensões da participação e representação, estrutura de funcionamento, conexão com outras esferas sociais e de poder, e efetividade (interna e externa) diretamente associados ao CONDRAF. O elemento escolhido para desenvolver essa avaliação foi a percepção do conjunto de atores que lhe dão materialidade, isto é, seu quadro de conselheiros, escolhidos pelas entidades da sociedade civil e pelos órgãos governamentais envolvidos diretamente na temática. O interesse na percepção dos conselheiros se justifica por serem eles os protagonistas principais do processo participativo proporcionado por essas IDPs, de modo que uma investigação mais apurada sobre sua compreensão acerca desse espaço, as formas como definem suas estratégias de atuação e sua avaliação quanto ao funcionamento, resultados e relações que são travadas nesses internamente nesse conselho específico despontam como elementos privilegiados de análise.

Para tanto, além de uma revisão bibliográfica sobre os principais aspectos envolvidos no processo de desenvolvimento rural e quais são seus atores fundamentais, utilizaram-se as informações do banco de dados coletados na pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) junto a conselheiros de 21 Conselhos Nacionais diferentes, entre eles o

CONDRAF (IPEA, 2012). Foram consultadas também, para fins complementares, as atas de reuniões e resoluções aprovadas pelo CONDRAF. Com base nos dados coletados, buscou-se traçar um perfil geral dos conselheiros, bem como entender sua percepção sobre a funcionalidade e a influência do conselho, tanto na formulação de políticas públicas quanto nas ações da sociedade civil. Por fim, são tecidas algumas considerações conclusivas.

## Aspectos relevantes para o desenvolvimento rural

Malgrado todos os significativos avanços sociais no país nos últimos anos, medidos em termos de evolução do índice de desenvolvimento humano (IDH), a combinação de pobreza e desigualdade social permanece como um dos desafios a serem enfrentados. No meio rural essa realidade de desigualdades se expressa de maneira bastante significativa, com um percentual de pobreza bem superior àquele encontrado em áreas urbanas. Wanderley (1999, p. 22), ao descrever as múltiplas dimensões do rural brasileiro, nomeou uma delas como “lugar da precariedade”, onde os “benefícios da civilização custam a chegar e que concentra parcela significativa da pobreza do país”.

Um dado histórico diretamente relacionado à pobreza rural no Brasil refere-se ao alto grau de concentração de terras. Wilkinson (2008, p. 72) foi enfático ao afirmar que “os males da sociedade brasileira (péssima distribuição de renda e falta de densidade endógena dos mercados) são reinseridos na herança perversa da estrutura fundiária”, o que faz da reforma agrária uma pauta governamental ainda a ser resolvida no cenário político brasileiro. Para se ter uma ideia, o Brasil possui uma das estruturas agrárias mais desiguais do mundo, e o Censo Agropecuário de 2006 mostrou que esse grau de concentração permanece praticamente inalterado desde 1985, em torno de 0,854, o que lhe confere uma das principais posições mundiais em termos de concentração fundiária (SILVA, 2015a).

Essa realidade de pobreza e desigualdades sociais no meio rural fomentou vários debates acadêmicos e políticos no Brasil, com diferentes abordagens e propostas de reversão do quadro. Basso *et al.* (2003) afirmaram que a constituição de um esquema analítico que tenha como objetivo fundamental a avaliação da capacidade de reprodução das famílias rurais, na perspectiva da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais, deve contemplar pelo menos três elementos centrais: *i*) os diversos ativos que as famílias rurais utilizam para garantir sua sobrevivência; *ii*) as formas e os meios pelos quais os grupos familiares são capazes de acessar, defender e manter esses ativos; e *iii*) a capacidade dos grupos familiares para transformar tais ativos em renda, dignidade, poder e sustentabilidade. Além desses, a questão da organização social e as dinâmicas de sociabilidade e ação coletiva em seus diferentes territórios de

identidade também são apontadas como elementos fundamentais na análise do desenvolvimento rural (SILVA, 2014; 2015b; SILVA; DIAS; SILVA, 2014).

Um ponto importante a se destacar é que o território rural historicamente é tratado pelas autoridades governamentais como um espaço de produção agrícola, sem se levar em conta as demandas e as especificidades das comunidades locais residentes. Muitos autores ressaltaram esse viés eminentemente urbano dos planejadores do desenvolvimento brasileiro, que tratam o meio rural como um vazio social, de modo que a ideia de desenvolvimento era assumida praticamente como sinônimo de urbanização, e políticas agrícolas sempre foram associadas à maior produção de alimentos e matérias-primas agropecuárias, desconsiderando toda uma densa rede de atividades econômicas que se desenvolvem em regiões rurais ou de urbanização mais incipiente (VEIGA, 2001; WANDERLEY, 2003; RAMOS, 2007; FAVARETO, 2010; SILVA, 2013b).

No entanto, as fortes e rápidas alterações ocorridas a partir dos anos 1980 em termos de governança global lançaram novas luzes a essas considerações sobre a temática agrícola. Nesse novo contexto, a agricultura passou a ser encarada não apenas por seu potencial econômico, mas também a partir de sua relação com outras dimensões que lhes são diretamente interligadas, sobretudo quando se considera o elemento territorial que caracteriza suas práticas. Entre as principais dimensões ou funções abordadas a partir dessa concepção, destacam-se: *i*) reprodução socioeconômica das famílias; *ii*) promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; *iii*) manutenção do tecido social e cultural; e *iv*) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Esse conjunto de funções representa a chamada “multifuncionalidade” da atividade agrícola (CARNEIRO; MALUF, 2003; SILVA, 2015a).

Os anos 1990 também foram marcados por uma crescente abordagem nos meios acadêmico e político sobre a relevância social e econômica da agricultura familiar, época em que seu próprio conceito começou a ser cada vez mais aceito na sociedade em geral. O termo agricultura familiar passou a designar, ao mesmo tempo, um modelo de organização da unidade de produção agrícola e uma identidade social de um amplo segmento social multifacetado e espalhado por todo o território nacional, contemplando uma grande diversidade cultural e econômica. Entre seus aspectos mais característicos estão a independência relativa de insumos externos à propriedade e o fato da produção agrícola estar condicionada às necessidades do grupo familiar (ABRAMOVAY, 2001; SCHNEIDER, 2003; FAVARETO, 2010; SOUZA; SILVA; SILVA, 2012).

Fato é que a categoria social da agricultura familiar assume proporções nada desprezíveis para a formulação de um projeto de desenvolvimento no país, já que grande parte de seus 5.807 municípios têm na atividade agrícola

a base de sua economia e, malgrado o tratamento desigual sofrido em termos de favorecimentos políticos, a agricultura familiar responde por mais de 80% dos estabelecimentos rurais, empregando cerca de 75% da população economicamente ativa na agricultura, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (SILVA, 2015a).

Em 1996, com o surgimento do PRONAF, os produtores familiares rurais puderam dispor de um programa voltado para lhes favorecer de fato, com critérios, fontes orçamentárias e estratégias operacionais bem definidas. O PRONAF implicou uma intervenção estatal com vistas à distribuição de recursos a produtores agrícolas com maior dificuldade de acesso às fontes convencionais de crédito para a produção familiar no Brasil (SILVA, 2011). A partir do PRONAF, surgiram outras ações governamentais importantes para esse setor, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), ambas em 2003.

Tais políticas surgiram sob um novo paradigma da ação pública, passando a incorporar em sua estrutura normativa diferentes espaços de participação social para possibilitar maior envolvimento do público para o qual elas estão voltadas. Esse tipo de estrutura de participação é denominada neste trabalho por “instituições de deliberação participativa” (SILVA, 2017) e são abordadas na seção seguinte.

### **A participação social no contexto das políticas públicas**

A temática da participação social no Brasil vem ganhando densidade acadêmica nos últimos com a expansão dos espaços institucionalizados de participação nos últimos anos, sobretudo no período pós-Constituição Federal de 1988. Ela passou a ser considerada um dos elementos fundamentais do projeto de ressignificação do conceito de *público* na organização política do país, definidos a partir dos novos parâmetros institucionais trazidos pela Constituição (IPEA, 2010). Desde então, políticas estruturais e decisões conjunturais têm sido submetidas ao debate e à análise da sociedade civil, por meio de canais de interlocução com o Estado, processo esse que tem sido fundamental para a consolidação da democracia e na expansão da cidadania no país (BRASIL, 2011).

Além do controle do poder, talvez o objetivo mais essencial da participação seja a própria consolidação de uma cultura democrática de fato no país. No entanto, é importante ressaltar que o direito à participação é uma conquista advinda de uma mobilização social bastante ativa mesmo nos anos de autoritarismo e centralização do poder político no país. Sob esse entendimento, Demo (1996) afirmou que a participação não pode ser entendida como dádiva, como concessão, ou muito menos como algo preexistente.

Neste período de restituição democrática, algumas inovações foram concebidas no âmbito da relação entre aparato estatal e sociedade civil organizada para o levantamento e problematização de demandas em geral em disputa por espaço na agenda de governo. Entre os principais instrumentos de participação social que surgiram nesse contexto e foram incorporados na dinâmica decisória da administração pública brasileira estão: conselhos gestores, conferências nacionais, audiências públicas e orçamento participativo, entre outros, compondo uma verdadeira “ecologia” das relações Estado-sociedade em curso no Brasil (PIRES; VAZ, 2014). Enquanto instrumentos clássicos das democracias modernas, esses espaços definem formas variadas de incorporação de cidadãos na deliberação de políticas públicas, principalmente por meio de suas organizações representativas (AVRITZER, 2010).

Wampler (2012: p. 44) enfatizou que a parcela não governamental que compõe esses espaços de participação política exerce pelo menos duas funções bem características. Uma delas é a função *fiscalizadora*, onde os seus membros acompanham se recursos e tempo de trabalho dos funcionários públicos e políticos eleitos estão sendo utilizados “efetivamente no desenho de políticas e de normativas para a área”. Lembrou o autor também que o exercício dessa função pode levar a conflitos entre sociedade civil e órgãos de governo, podendo inclusive influenciar na inclusão ou exclusão de determinados itens na pauta de discussão. A segunda função exercida pelos membros não governamentais é a *propositiva*, que “permite aos cidadãos e às lideranças comunitárias identificar os tipos de programas que acreditam ser mais benéficos para as suas respectivas comunidades”. Tal função, para que se efetive de fato, exige maior colaboração entre os representantes das organizações da sociedade interessadas na temática e representantes dos órgãos de governo responsáveis para a condução da política pública em questão.

Outro ponto que suscita muita discussão entre os estudiosos do tema refere-se à representatividade, melhor dizendo, da legitimidade da representação. O meio pelo qual são definidos esses representantes influencia diretamente no seu grau de representatividade para com sua base social, de modo que, quanto mais transparente e democrática forem esses processos de escolha, maior a legitimidade da representação. Além disso, o interesse de uma organização pela participação é determinado por diversos objetivos distintos, que, por sua vez, influenciam na estratégia de atuação desses atores no processo deliberativo (AVRITZER, 2010). Esses interesses são determinados tanto pela temática política a ser abordada quanto do desenho institucional dos canais participativos em questão, ambos elementos importantes para compreender as formas de abertura à participação estabelecidas, bem como seus limites (IPEA, 2010; PIRES *et al.*, 2012).

Atualmente, um dos mecanismos mais comuns são os conselhos de políticas públicas, que são espaços públicos institucionalizados vinculados a órgãos do Poder Executivo, envolvendo diversas áreas de atuação governamental. Os conselhos, compostos por representantes do poder público e de organizações da sociedade civil, podem ser caracterizados de diversas formas, de acordo com seu aspecto que se quer ressaltar: alcance institucional, composição, natureza da representação, competência decisória, entre outras (TATAGIBA, 2002; TEIXEIRA; SOUZA; LIMA, 2012; BUVINICH, 2013).

Para Behring e Boschetti (2011), em que pese toda a diversidade que os caracteriza, a experiência dos conselhos reforçaram os espaços de controle democrático ao se espalhar territorial e politicamente no país. Com isso, pode-se dizer que o resultado esperado é duplo: aproximar a população e suas organizações locais da implementação efetiva de políticas públicas; e propiciar um maior equilíbrio de poder entre os atores públicos e privados envolvidos nas ações governamentais, enfraquecendo apropriações indevidas. Por outro lado, a efetividade dos conselhos irá variar significativamente de acordo com uma série de fatores, tais como as temáticas de políticas públicas e o grau de centralidade que elas expressam nas agendas de governo das distintas unidades federativas do país.

No tocante específico à temática do desenvolvimento rural, essas fragilidades estão presentes, uma vez que se trata de uma área relativamente recente na estrutura de governo, e, ainda assim, convivem com constantes instabilidades quanto à continuidade de suas ações e políticas à medida que novos governos são empossados. Embora haja outros conselhos que também tangenciam essa temática, o principal órgão de participação em nível nacional é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), debatido de modo mais pormenorizado a seguir.

## **O CONDRAF no contexto da participação social**

A participação no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento rural do país tem origem com a criação do PRONAF em 1996. Para receber os recursos do programa, sobretudo na linha do PRONAF Infraestrutura, os municípios precisariam elaborar planos de desenvolvimento rural, que, por sua vez, deveriam ser aprovados por Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). A gestão do programa exigia a constituição de novas estruturas: conselhos de âmbito local, estadual e regional. Como consequência, municípios criaram seus conselhos com o intuito de participar do programa, fato que também foi observado nos estados, com a criação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (ABRAMOVAY, 2001; SILVA, 2013a).

No entanto, apesar dos CMDRS representarem inegável avanço no estabelecimento do equilíbrio entre os diferentes grupos de interesse no processo de gestão compartilhada, como ressaltou Abramovay (2001), eles foram pouco efetivos em termos de inserir novas dinâmicas de desenvolvimento em pequenos municípios e regiões rurais do país, ficando restritos à visão tradicional da promoção do desenvolvimento (DUARTE; SAYAGO, 2006).

Para exercer uma coordenação nacional do sistema de participação das políticas de agricultura familiar e desenvolvimento rural, foi criado, em 1999, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), que passou a integrar o gabinete do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), também criado nesse mesmo ano. O CNDRS era formado por 12 membros do poder público e sete da sociedade civil, ou seja, ainda não era constituído de forma paritária. Sua função primordial era deliberar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR), que, por seu turno, era constituído pelas diretrizes e pelos objetivos do Programa Nacional de Reforma Agrária e do PRONAF (BRASIL, 1999).

Em 2001 o CNDRS passou pela primeira modificação, aumentando o número total de conselheiros e diminuindo a disparidade entre governo e sociedade civil: dos 29 conselheiros, 16 pertenciam ao setor público e 13 constituíam a sociedade civil. Foi ampliada também a finalidade do conselho, que, além de elaborar o PNDR, deveria, entre outras funções, acompanhar o desempenho de seus programas e estimular e orientar a criação de conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável (MATTEI, 2010).

Em 2003, primeiro ano do governo do presidente Lula, ocorreu a principal mudança institucional na linha de infraestrutura e serviços municipais do PRONAF. Com a reestruturação do MDA e a conseqüente criação de sua Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), o PRONAF Infraestrutura deixou de estar diretamente ligada à estratégia municipal para ser um dos principais instrumentos institucionais para a estratégia de desenvolvimento territorial de regiões rurais no Brasil, sendo instituído o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), de acordo com a Resolução nº 33/2003 do CNDRS. Como o foco do PRONAF Infraestrutura deixou de ser o município e passou a ser o território formado por um grupo de municípios relativamente homogêneos, a instância de definição dos projetos deixou de ser os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e passou a ser o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Territorial (CODETER), uma nova instituição participativa organizada sob uma nova escala federativa e constituída por membros da sociedade civil, em especial ligadas às atividades de

desenvolvimento rural, e do poder público dos municípios integrantes de cada território (SILVA, 2013a).

Também em 2003, os conselheiros decidiram pela mudança da abreviatura do nome do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que passou a ser CONDRAF, por meio do Decreto n.º 4.854/2003, englobando os três pilares que devem pautar os trabalhos do conselho: desenvolvimento rural, reforma agrária, e agricultura familiar.<sup>2</sup> Além de propor diretrizes para a implantação e formulação de políticas públicas em seus três eixos básicos, foi atribuída ainda ao CONDRAF a competência de propor estratégias de acompanhamento e avaliação das políticas públicas nessas áreas, como uma forma de expandir a participação e o controle social nos processos decisórios.

A nova composição passou a ser paritária, com 38 conselheiros com direito a voz e voto, aumentando também a diversidade de setores representados no conselho. Além disso, há os convidados permanentes, que não possuem direito a voto, mas podem manifestar-se verbalmente – são os titulares das secretarias do MDA e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).<sup>3</sup>

A estrutura organizacional administrativa do CONDRAF é composta por: plenário, secretaria executiva, comitês e grupos temáticos. O plenário delibera as propostas encaminhadas à secretaria executiva pelos conselheiros ou pelos comitês e grupos temáticos. Reúne-se quatro vezes por ano e suas deliberações são tomadas por maioria simples dos presentes, sendo que o presidente do conselho – o ministro do Desenvolvimento Agrário – tem o voto de qualidade. Os comitês e grupos temáticos são instituídos pelo CONDRAF com a definição prévia de seus objetivos específicos, composição e prazo para conclusão do trabalho.<sup>4</sup> Eles destinam-se a estudar temas específicos e elaborar propostas para submeter ao plenário, podendo ter caráter permanente ou temporário (BRASIL, 2010).

Outro fato relevante no âmbito da expansão de canais institucionalizados de participação social foi a realização da 1.ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRSS), em junho de 2008, com o objetivo de debater novas proposições e diretrizes para a elaboração de uma política nacional de desenvolvimento rural sustentável. A CNDRSS foi

---

<sup>2</sup> Ao conceito de agricultura familiar já se encontravam incorporados os vários públicos que o compõem, tais como as comunidades quilombolas, indígenas e pescadores artesanais como membros participantes.

<sup>3</sup> Para uma verificação dos órgãos de governo e entidades da sociedade civil com representação garantida no CONDRAF, ver: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/condraf/conselheiros>.

<sup>4</sup> Os comitês referem-se às seguintes áreas temáticas: agroecologia; assistência técnica e extensão rural; assuntos internacionais; desenvolvimento territorial; povos e comunidades tradicionais; fundo de terras e reordenamento agrário; juventude rural; e mulheres rurais. Já os grupos de trabalho são referentes à institucionalidade e gestão social, à juventude rural e à educação no campo (IPEA, 2012).

promovida pelo CONDRAF e pelo MDA, e contou com 1.556 participantes (BRASIL, 2010). A agenda total da CNDRSS envolveu 230 conferências preparatórias (municipais, territoriais e estaduais). Em meio às atividades da CNDRSS, foi criada a Rede Nacional dos Colegiados Territoriais, composto por representantes dos colegiados escolhidos por região, com o intuito de aumentar a capacidade de articulação, cooperação e atuação coletiva dos colegiados em nível nacional, mantendo um fluxo mais eficiente de troca de informações. Já em outubro de 2013, foi realizada a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em Brasília, dando continuidade a essa expansão do processo participativo na definição de diretrizes para a política de desenvolvimento rural no Brasil.

Dada essa apresentação geral, a próxima seção aborda as dinâmicas de representação e funcionamento do CONDRAF, tendo por base as percepções e entendimentos de seus conselheiros relativos a algumas dimensões que compõem sua natureza política e organizacional definidas para fins desta pesquisa.

### **Análise do perfil e da percepção dos conselheiros**

Passa-se agora a uma análise do perfil e da percepção dos conselheiros com base no banco de dados do IPEA construída através de questionários aplicados aos representantes dos conselhos nacionais de política pública no Brasil, entre eles o CONDRAF. Ou seja, nada melhor para entender a dinâmica, a estrutura e os processos no interior de uma instituição dessa natureza do que buscar as percepções dos próprios conselheiros, escolhidos pelos coletivos que representam e que dão corpo e vida ao conselho.

Para uma melhor organização dos resultados, as análises estão divididas em quatro blocos, que trazem dados referentes a: 1) perfil socioeconômico e participativo dos conselheiros; 2) percepção sobre a representação; 3) avaliação da efetividade e as principais dificuldades; e 4) pontos fortes e sugestões de melhoria para os trabalhos do CONDRAF.<sup>5</sup>

#### ***Perfil socioeconômico e participativo dos conselheiros***

Conforme dito anteriormente, o CONDRAF é formado por 36 representantes, cujas vagas são divididas de forma paritária entre representantes do poder público e organizações da sociedade civil (OSC) envolvidas de alguma forma com a temática do desenvolvimento rural. O banco de dados utilizado para esta pesquisa conta com respostas de 28 conselheiros, ou seja, algo em torno de 75% do total. Portanto, as informações analisadas adiante se referem a esse universo.

---

<sup>5</sup> Para um maior detalhamento acerca dos procedimentos metodológicos desenvolvidos para o levantamento das informações, ver IPEA (2012).

Os representantes do governo que responderam ao questionário são minoria (36%) em relação aos conselheiros da sociedade civil (64%). Verificou-se também uma predominância masculina entre os conselheiros que participaram da pesquisa, com 70% de homens contra 30% de mulheres. Já em termos de cor/raça, a maioria se declarou de cor branca (46%), enquanto pretos e pardos somaram 43%, e 7% se declararam indígenas.

Os conselheiros entrevistados possuem uma escolaridade média bastante alta para os padrões nacionais. Cerca de 70% do total já possuem curso superior completo, sendo que mais de 40% já completaram também alguma pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado). Em termos da faixa de renda média mensal, a maior fatia, 43%, afirmou receber entre R\$4.001 e R\$8.000. Todos os representantes do poder público declararam receber acima de R\$4.001, enquanto 2/3 dos representantes da sociedade civil afirmaram receber rendimentos abaixo desse valor.

Por fim, sobre a participação em outros conselhos, 89% responderam já haver participado antes, o que já confere uma experiência prévia em boa parte deles. Apenas 11% não possuíam nenhuma experiência em participação em outro conselho. Quanto ao tempo de participação no CONDRAF, 43% estão há menos de um ano, enquanto outros 43% estão entre um e três anos, e 14% são conselheiros há quatro ou mais anos.

Portanto, em que pese o fato da pesquisa ter assumido um caráter amostral e não probabilístico, o que se observa é que o conjunto de conselheiros não se enquadra como uma representação muito fidedigna da composição da sociedade brasileira. Ainda que tomados todos os cuidados metodológicos que a situação exige, os dados apontam ao menos para uma possibilidade bem forte de que o CONDRAF reproduza em sua dinâmica interna de funcionamento lógicas similares de exclusão social de públicos específicos e com poucos recursos para fazerem valer sua representação. A alta incidência de conselheiros masculinos, de cor branca, com alta escolaridade/renda expressa certa elitização desse espaço de representação, e essa caracterização não advém somente da representação do setor público, ainda que as organizações que compõem o conselho possuam a autonomia para indicar seus titulares e suplentes. Nesse caso, uma possibilidade é que as organizações tendem a encaminhar para esses espaços seus quadros mais preparados e de melhor formação intelectual, dadas as exigências que à prática deliberativa conferem: leitura de leis, interpretação de planilhas, conhecimento das normativas internas referentes à área de atuação, expressão pela fala junto a um colegiado com autoridades etc., o que, em conjunto, pode explicar o resultado discrepante conforme identificado nesta pesquisa. Tais resultados podem indicar também a existência de uma exclusão simbólica que afasta determinados públicos de participação em certos espaços, como o dos conselhos gestores, o que pode não ocorrer da mesma forma em outros formatos de IDP, como no caso das conferências e

dos processos de orçamento participativo por serem fóruns de maior densidade participativa.

### *Percepção sobre a representação dos conselheiros*

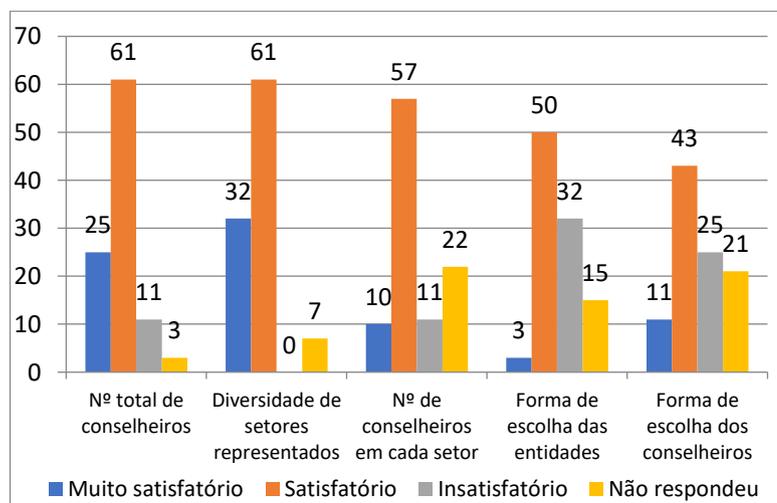
Este tópico discute a percepção dos conselheiros quanto à representação no CONDRAF. Para compor essa percepção, foram considerados dados relativos à composição do conselho, articulação entre setores e forma de comunicação com a base de apoio.

A maioria dos conselheiros considera-se satisfeito ou muito satisfeito com o número total de conselheiros no conselho (86%), contra 11% que se declararam insatisfeitos. Resultado parecido foi observado no tocante à diversidade de setores na composição, onde 93% apresentaram satisfação com esse aspecto no CONDRAF, e ninguém declarou insatisfação.

A respeito do número de representantes em cada setor, que segundo sua normativa deve manter uma paridade entre setor público e sociedade civil, parte considerável dos conselheiros (67%) considera o número relativo de representantes satisfatório, enquanto o nível de insatisfação foi de 11%. Quanto à avaliação da forma de escolha das entidades com assento no CONDRAF, o percentual de satisfação foi menor que os anteriores, 53%. Por outro lado, o nível de insatisfação foi maior, 32%.

Já com relação à forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades, o grau de satisfação foi de 54%, contra 25% de insatisfação, e outros 21% dos que não responderam. A Figura 1 a seguir sintetiza essas informações em cada uma das questões elaboradas.

**Figura 1** – Satisfação quanto à composição do CONDRAF (%)



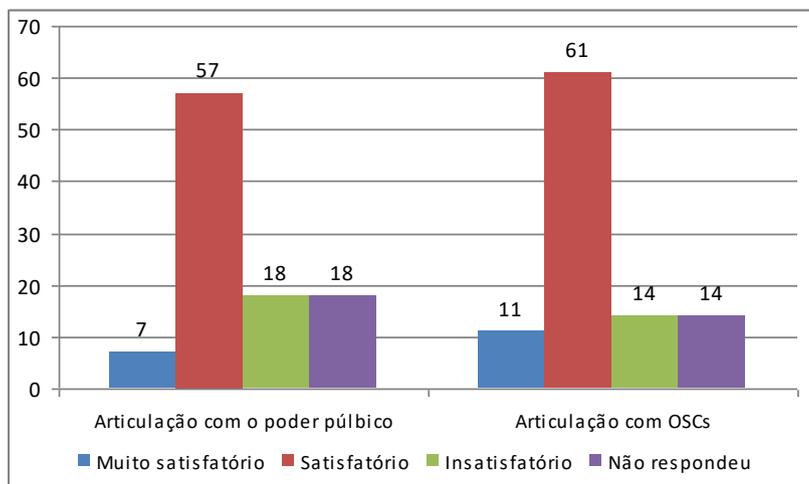
Fonte: Organizado a partir de IPEA (2012).

Foi verificada também a percepção dos conselheiros quanto ao grau de articulação com os segmentos que compõem o CONDRAF. Os conselheiros que se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos com a articulação do conselho com o poder público somam 64% dos respondentes, 18% se declararam insatisfeitos e 18% não responderam a essa questão.

Em termos de articulação do CONDRAF com as OSCs, 71% do total se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos. O nível de insatisfação, nesse caso, foi de 14%, mesmo percentual para os que não responderam.

A Figura 2 apresenta uma síntese desses dados. Por ela, verifica-se que o nível de satisfação dos conselheiros quanto ao grau de articulação do CONDRAF com os segmentos da sociedade civil foi ligeiramente superior ao nível de satisfação quanto à articulação com o poder público.

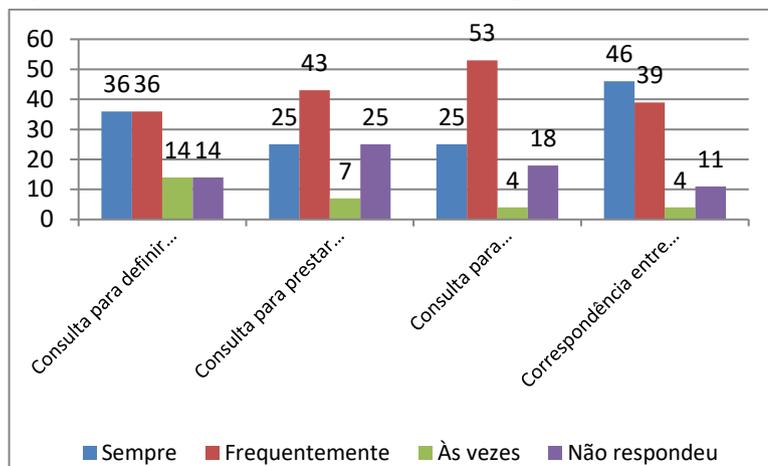
**Figura 2** – Satisfação quanto ao grau de articulação (%)



Fonte: Organizado a partir de IPEA (2012).

Outro ponto verificado refere-se às formas de relação dos conselheiros com as suas respectivas bases de apoio para diferentes finalidades, como: definir seus posicionamentos frente a assuntos previamente escolhidos para serem debatidos nas reuniões, prestar contas sobre sua atuação, construir ou fortalecer articulações políticas e verificar a correspondência entre a atuação do conselheiro e os interesses do setor. Verificou-se uma parcela elevada daqueles que responderam reportar-se a suas bases sempre e/ou frequentemente: um percentual em torno de no mínimo 70% em todas, sendo que a última (correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses do setor) apresentou o valor maior, 85%. A Figura 3 apresenta uma síntese dos resultados sobre a frequência da relação dos conselheiros com suas bases:

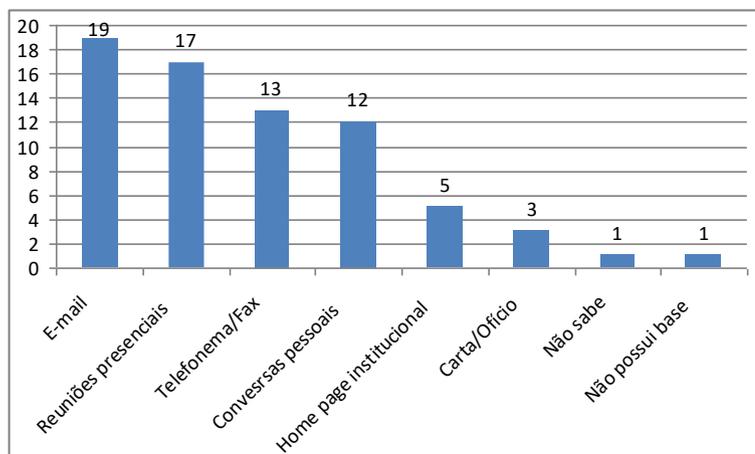
Figura 3 – Formas de relação com a base de apoio (%)



Fonte: Organizado a partir de IPEA (2012).

Levantou-se também as principais formas de contato utilizadas pelos conselheiros para comunicar assuntos referentes ao CONDRAF. Percebe-se pela Figura 4 que as formas de contato mais frequentes são: listas e trocas de *e-mail* (19); reuniões presenciais (17), telefonemas/fax (13) e conversas pessoais (12). A página institucional do conselho na internet é apontada por cinco conselheiros como forma de contato com as bases, enquanto cartas e ofícios são citados por apenas três conselheiros.

Figura 4 – Principais formas de contato com a base de apoio (em n.º)



Fonte: Organizado a partir de IPEA (2012).

Os resultados desse tópico complementam em parte aqueles problematizados no tópico anterior. Como se viu, há um alto percentual de satisfação dos conselheiros no que se refere ao número de representantes e dos quesitos de paridade para a composição do conselho. No tocante à forma de escolha tanto das entidades quanto dos seus representantes, essa diferença já não foi tão alta, expressando um grau considerável de insatisfação. As questões conforme colocadas nos questionários não permitem uma averiguação mais aprofundada do motivo que leva a uma insatisfação de parte dos conselheiros. Ainda assim, esses números são indicativos da diversidade de pensamentos expressa no interior desses espaços participativos, que se manifesta não apenas em relação a sua dinâmica de funcionamento, mas também quanto a sua própria sistemática de composição e representação. Quanto à articulação, o alto percentual de satisfação indica que os representantes veem o CONDRAF como um instrumento importante na construção coletiva de diretrizes políticas para o setor. Os dados mostraram ainda a existência de um repertório bastante variado tanto no tocante aos mecanismos de escolha dos representantes quanto nas formas de comunicação interna entre as entidades representativas.

### *Avaliação da efetividade de impacto e efetividade interna do CONDRAF*

Buscou-se neste tópico avaliar a percepção dos conselheiros quanto à influência do CONDRAF em diferentes ambientes políticos e sociais. As repostas são muito importantes para o objetivo deste trabalho, pois a influência das discussões e deliberações de um conselho (ou outra IDP) em espaços estratégicos tanto de decisão política (Congresso Nacional, Ministério no qual está diretamente relacionado, outros ministérios) quanto de formação de opinião e pressão política (organizações da sociedade civil e opinião pública) é encarada como um indicador fundamental para entender sua efetividade externa ou de impacto das atividades do conselho. Em seguida, analisou-se a percepção quanto à estrutura e funcionamento do conselho, entendida aqui como indicativo da efetividade interna.

Primeiramente, os conselheiros foram questionados sobre suas percepções quanto à influência do CONDRAF na agenda do Congresso Nacional. Os resultados mostram que, segundo a visão dos próprios conselheiros, o CONDRAF ainda não exerce influência nas decisões do Congresso, uma vez que 50% deles consideram essa influência pouco significativa ou sem influência, e 14% dos conselheiros não responderam ou não souberam avaliar esse aspecto. Apenas 36% acreditam que existe uma influência significativa do conselho nesse aspecto.

No tocante à influência sobre as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão ao qual o CONDRAF é vinculado, nota-se uma percepção maior quanto à sua significância: 85% dos conselheiros acreditam que esta é significativa ou muito significativa. Os que disseram que a influência seria pouco significativa totalizam 11%.

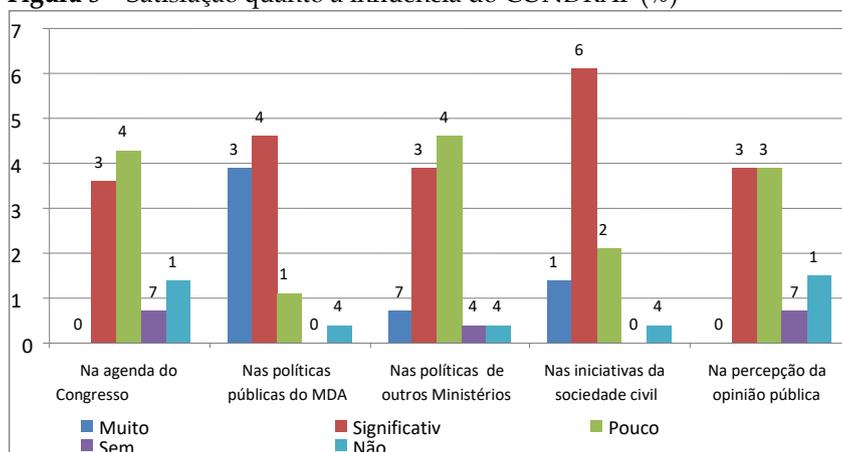
Já quanto à percepção da influência do CONDRAF sobre as políticas de outros Ministérios, há um equilíbrio nas respostas: 46% dos conselheiros acreditam haver uma influência significativa ou muito significativa sobre essas políticas, enquanto outros 46% consideram que o impacto é pouco significativo, e 4% acham que não há influência alguma. Esse ponto mostra uma situação delicada, pois o fato de mais da metade dos conselheiros considerarem baixa ou nula a capacidade de influência do CONDRAF nas decisões de outros Ministérios impede a construção de ações intersetoriais e integradas de intervenção nos territórios de incidências dessas políticas (SILVA, 2011; 2014), o que pode mantê-las em uma situação de “isolacionismo setorial” (HENRIQUES, 2011).

Quanto à influência do CONDRAF sobre as ações da sociedade civil, a avaliação dos conselheiros revela uma percepção de maior impacto em comparação às instâncias governamentais. Do total de respondentes, 75% acreditam que a influência é significativa ou muito significativa junto à sociedade civil. Já para 21% dos conselheiros há pouca influência, e 4% não responderam ou não souberam avaliar.

Por último, questionou-se sobre a influência do CONDRAF na opinião pública. A maior parte dos conselheiros considera que ainda há pouca ou nenhuma influência, totalizando 46%. Dos demais, 39% consideram haver uma influência significativa, e 4% não responderam ou não souberam avaliar.

Como se pode notar pelos dados apresentados neste tópico e sintetizados na Figura 5 a seguir, a percepção dos conselheiros quanto à influência do CONDRAF nas instâncias de decisão política ainda carece de ser fortalecida, o que indica uma baixa efetividade do conselho no tocante a suas principais competências previstas no decreto que o constituiu.

**Figura 5 - Satisfação quanto à influência do CONDRAF (%)**



Fonte: Organizado a partir de IPEA (2012).

Já a avaliação da efetividade interna foi feita a partir da percepção dos conselheiros sobre a estrutura do conselho. De maneira geral, os resultados apontaram para uma avaliação positiva em todos os quesitos questionados.

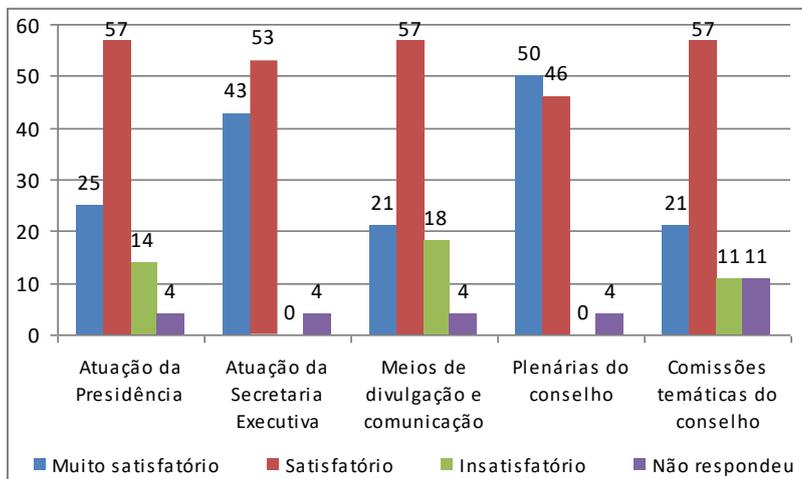
A princípio, foi perguntado aos conselheiros sobre sua avaliação quanto à atuação das estruturas de comando do CONDRAF. Sobre a presidência do conselho, 82% avaliaram como satisfatória ou muito satisfatória, 14% se disseram insatisfeitos e 4% não opinaram. Já no tocante à secretaria executiva, 96% do total responderam como satisfatória ou muito satisfatória, com nenhum conselheiro declarando insatisfação, e 4% não responderam ou não souberam avaliar.

Outro item avaliado foi o sistema de comunicação e divulgação das atividades do CONDRAF (informes, *website* e publicações). Nesse ponto, 78% entenderam como uma atuação satisfatória ou muito satisfatória. O nível de insatisfação foi de 18%, e 4% não responderam.

Sobre o andamento das plenárias do CONDRAF, a avaliação também foi altamente positiva, com 96% dos conselheiros afirmando que elas são satisfatórias ou muito satisfatórias, nenhuma declaração de insatisfação e outros 4% que não responderam essa questão.

Por fim, coube avaliar a atuação das comissões temáticas do conselho. Nesse quesito, a atuação satisfatória ou muito satisfatória foi de 78%, contra 11% de insatisfação e outros 11% que não responderam. Os resultados dessas avaliações podem ser visualizados na Figura 6, a seguir.

**Figura 6** – Satisfação quanto à estrutura do CONDRAF (%)



Fonte: Organizado a partir de IPEA (2012).

O conjunto dos resultados desse tópico, portanto, apontam que o CONDRAF, enquanto conselho setorial, possui bastante dificuldade em incidir sobre a agenda de outros órgãos de políticas públicas, o que compromete seu papel de fortalecer a intersetorialidade das políticas de desenvolvimento rural no aparato de Estado, seja em outros Ministérios e secretarias, seja no funcionamento do Legislativo. Ou seja, o fato do CONDRAF influenciar, de acordo com a percepção de seus conselheiros, somente as políticas internas do MDA e a agenda de mobilização das organizações ligadas a sua temática, apontam para uma atuação deveras “caseira” dessa IDP, o que pode ser um indicativo de isolamento da pasta na estrutura de governo, que, por sua vez, enfraquece a expansão de sua centralidade na agenda pública. Essa percepção é ainda mais reforçada na medida em que todos os elementos de estrutura interna do conselho foram bem avaliados pelos conselheiros, mas que, contrastando com os resultados anteriores, não foi suficiente para potencializar a temática tanto junto a outras estruturas de governo quanto à opinião pública em geral.

### ***Principais dificuldades, pontos fortes e sugestões de melhoria***

Para averiguar a percepção dos conselheiros a respeito das dificuldades e obstáculos enfrentados pelo CONDRAF, foi solicitado que eles que identificassem, entre uma lista de categorias previamente organizada, as três dificuldades principais no que se refere ao processo decisório do CONDRAF. O Quadro 1 mostra a frequência de respostas (em números absolutos) para cada categoria. É possível perceber que as duas dificuldades mais salientadas pelos conselheiros são: pouco tempo de discussão nas reuniões (19) e reuniões muito esparsas (9). Indiretamente, esse resultado supõe uma valorização dos conselheiros ao processo interno de debate, já que entendem que um tempo maior de discussão poderia levar a melhores resultados na ação do conselho.

**Quadro 1** - Percepção quanto às principais dificuldades

<b>Dificuldades enfrentadas</b>	<b>Nº de respostas</b>
Pouco tempo para discussão nas reuniões	19
Reuniões muito esparsas	9
Carência de estrutura	5
Limitações de passagens e diárias	4
Pauta e subsídios disponibilizados	4
Questões políticas alheias à agenda	3
Excesso de burocratização	2
Divergência nas opiniões dos conselheiros	1
Outras	6

Fonte: Organizado a partir de IPEA (2012).

Por fim, foi questionado aos conselheiros sobre o que eles percebem como pontos fortes e pontos fracos a serem melhorados referente à atuação do CONDRAF. Nessa parte as respostas foram abertas, de livre resposta. De maneira a melhor organizar as respostas, foram elaboradas categorias que representam o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. É importante ter em mente que os conselheiros poderiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

O aspecto mais mencionado como ponto forte do CONDRAF foi o *“Protagonismo nas questões de política rural/priorização do fortalecimento da política rural e agricultura familiar”*, apontado 12 vezes. Elogia-se, nesse caso, a possibilidade de expor e discutir demandas para o avanço das políticas de fortalecimento da agricultura familiar e a construção de referenciais para o desenvolvimento rural no Brasil. O segundo aspecto mais citado, com nove menções, diz respeito à *“Representatividade e diversidade/pluralidade”* na composição do conselho, por meio de sua valorização enquanto espaço democrático de debate e a possibilidade de monitorar e acompanhar as políticas ligadas ao tema. Na mesma linha, a questão referente à *“Participação, controle social e fortalecimento da democracia”* também foi apontada como aspecto forte do conselho, com sete menções, sendo considerado um espaço fundamental de representação da sociedade civil e do governo. As respostas e suas frequências podem ser conferidas no Quadro 2.

**Quadro 2** – Percepção quanto aos pontos fortes do CONDRAF

Sugestões de melhorias	Nº de respostas
Protagonismo nas questões de política rural/priorização do fortalecimento da política rural e agricultura familiar	12
Representatividade e diversidade/pluralidade	8
Participação, controle social e fortalecimento da democracia	7
Debates produtivos e de alto nível	7
Presença de entidades fortes e representantes comprometidos	3
Articulação com outros conselhos nacionais	1
Diálogo com gestão	1
Secretaria Executiva, comitês e comissões atuantes nas políticas públicas	1

Fonte: Organizado a partir de IPEA (2012).

Entre as respostas dos conselheiros sobre pontos fracos/a melhorar, destaca-se a necessidade de *“Maior integração com conselhos estaduais e*

*municipais de desenvolvimento rural sustentável e conselhos nacionais com temas afins*” no CONDRAF, com sete menções. Os conselheiros se queixaram também da “*Necessidade de formação/ capacitação/mobilização contínua dos conselheiros*” para garantir uma atuação cada vez mais qualificada do conselho, citada seis vezes. As demais respostas podem ser conferidas no Quadro 3, a seguir.

**Quadro 3 – Sugestões de melhorias na atuação do CONDRAF**

<b>Sugestões de melhorias</b>	<b>Nº de respostas</b>
Maior integração com conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável e conselhos nacionais com temas afins	7
Necessidade de formação/capacitação/mobilização contínua dos conselheiros	6
Aumento do tempo para discussão e frequência das reuniões	3
Fortalecimento de práticas democráticas no interior do conselho	3
Aperfeiçoamento da gestão do conselho, dos comitês e das comissões	2
Presença dos representantes governamentais em todas as reuniões	2
Monitoramento da execução das ações propostas pelo conselho	2
Aprofundamento do debate sobre agricultura familiar e sustentabilidade ambiental para o desenvolvimento do país	2

**Fonte:** Organizado a partir de IPEA (2012).

Portanto, as questões debatidas neste tópico mostram que há uma diversidade de posicionamentos que envolve a operacionalidade do CONDRAF. A pulverização nas respostas, ao mesmo tempo em que permite uma visão panorâmica sobre os vários pontos que envolvem tanto a dinâmica de funcionamento quanto a estrutura necessária para a prática deliberativa, impede algumas afirmações mais contundentes sobre o posicionamento do coletivo. Ainda assim, de modo geral, é possível perceber que o espaço de debate e a possibilidade de representação que o conselho proporciona tem sido elementos bastante valorizados entre os conselheiros, dada a ênfase em maior tempo a ser dedicado para as reuniões e no reconhecimento do conselho enquanto espaço de protagonismo, participação e controle social, como observado nas suas respostas.

### **Considerações finais**

Com base nas reflexões e nos dados debatidos neste trabalho, foi possível verificar as percepções dos conselheiros acerca da forma de atuação, avaliação do trabalho do CONDRAF e sua influência nas políticas públicas. Os resultados apresentados apontaram para uma relativa satisfação dos conselheiros quanto à composição e às formas de escolha dos representantes. Também foi avaliada positivamente a articulação existente entre os segmentos que o compõem. Em termos de influência do conselho na estrutura de decisões políticas do país, foi ressaltado que as decisões exercem influência positiva na agenda do MDA e também nas ações das OSCs. No entanto, foi apontada uma baixa influência tanto nas decisões do Congresso Nacional, que é um elemento fundamental para a institucionalização das políticas públicas, como também nas agendas de outros Ministérios, o que pode significar uma dificuldade do CONDRAF em extrapolar sua pauta para além das estruturas que tratam diretamente da temática do desenvolvimento rural, como no caso do próprio MDA.

Destaca-se ainda que houve descontentamento de boa parte dos conselheiros, sobretudo entre aqueles representantes da sociedade civil, do tempo dedicado às reuniões do conselho, bem como do grande espaçamento entre as reuniões. Nesse sentido, seria interessante que a direção do CONDRAF organizasse novas formas de manter algum canal permanente de contato e comunicação entre os conselheiros (e suas respectivas organizações), para que os pontos discutidos não se limitem apenas ao período de reuniões do plenário. Os comitês e grupos temáticos também são instrumentos importantes que podem dar maior dinamicidade aos temas de interesse do conselho.

Esses resultados permitem inferir que a sociedade valoriza e se empenha na consolidação de mecanismos de democracia direta, como no caso dos conselhos de políticas públicas. Todavia, a falta de instrumentos normativos que garantam um maior poder de influência nos processos decisórios são obstáculos reais que fragilizam o potencial de proposição e construção de projetos inovadores em cada área na qual estão vinculados. Some-se a isso o fato de ser evidente a baixa capacidade de integração entre diferentes instâncias dentro de uma mesma estrutura governamental ou outras estruturas de Estado (como o Legislativo), o que compromete o fortalecimento das políticas, pois fragmenta recursos, estratégias e ações, e tende a setorializar cada vez mais as discussões em torno do tema. Com isso, os conselhos (e os conselheiros) correm um risco de falar para eles mesmos, sem uma capacidade real de incidir nem sobre outras instâncias de poder de Estado e tampouco sobre a própria opinião pública, que tende a ficar alheia aos resultados de suas atividades.

## **Referências bibliográficas**

- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, 2001.
- AVRITZER, Leonardo. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- BASSO, David *et. al.* O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. *Revista Desenvolvimento em Questão*, n. 1, jan./jun. Editora Unijuí, 2003.
- BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. *Democracia participativa: nova relação do Estado com a sociedade*. Brasília: Presidência da República, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: balanço de gestão 2003 - 2010*. Brasília: MDA, 2010.
- BUVINICH, Danitza P. R. O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 1, 2014.
- CARNEIRO, Maria J.; MALUF, Renato. *Para além da produção*. Rio de Janeiro: NEAD/UFRJ, 2003.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Editora Cortez, 1996.
- DUARTE, Laura M. G.; SAYAGO, Doris. Dinâmicas Associativas da Agricultura Familiar e Funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: CEAM/UnB. *Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural*. Brasília: UnB, 2006.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou “inovação por adição”?. *Revista de Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, 2010.
- HENRIQUES, Ricardo. Do olho do furacão. *Revista Democracia Viva*, n. 46, 2011.
- IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável na visão de seus conselheiros. *Relatório de Pesquisa*. Brasília: IPEA, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Estado, instituições e democracia* (v. 2). Brasília: IPEA, 2010.
- MATTEI, Lauro. *Institucionalidade e protagonismo político: os dez anos do CONDRAF*. Brasília: MDA/CONDRAF, 2010.

- PIRES, Roberto R. C.; VAZ, Alexander C. N.; ALMEIDA, Acir; SILVA, Fabio S.; LOPEZ, Felix G.; ALENCAR, Joana L. O. Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas. In: IPEA. *Efetividade das instituições participativas no Brasil*. Brasília: IPEA, 2012.
- RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: *Dimensões do agronegócio brasileiro*. Brasília: NEAD, 2007.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SILVA, Márcio G.; DIAS, Marcelo M.; SILVA, Sandro P. Relações e estratégias de (des)envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 2, 2014.
- \_\_\_\_\_. SILVA, Sandro P. Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: uma análise acerca da experiência brasileira. *Texto para Discussão*, no prelo, Brasília: Ipea, 2017.
- \_\_\_\_\_. A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território. *Texto para Discussão*. Brasília: IPEA, 2015a.
- \_\_\_\_\_. A dinâmica das políticas públicas de desenvolvimento rural e sua incidência territorial: uma análise do PRONAF no Território Vale do Mucuri/MG. *Revista de Extensão Rural*, v. 22, n. 2, 2015b.
- \_\_\_\_\_. Mediação social e incidência territorial de políticas públicas de desenvolvimento rural no Médio Jequitinhonha/MG. *Revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. FGV: São Paulo, 2014.
- \_\_\_\_\_. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. *Texto para Discussão*, n. 1.898. Brasília: IPEA, 2013a.
- \_\_\_\_\_. Trabalho associativo, identidades territoriais e desenvolvimento sustentável: o caso da associação de apicultores da região do Alto Turi Maranhense. *Texto para Discussão*, n. 1.945. Brasília: IPEA, 2013b.
- \_\_\_\_\_. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil. *Revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 17, n. 60, 2011.
- SOUZA, Emanuel F. M.; SILVA, Marcio G.; SILVA, Sandro Pereira. A cadeia produtiva da mandiocultura no Vale do Jequitinhonha (MG): aspectos sócio-produtivos e geração de renda para a agricultura familiar. *Revista Isegoria*, n. 02, 2012.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Ana C. T.; SOUZA, Clóvis H. L.; LIMA, Paula P. F. Arquitetura da participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais. *Texto para Discussão*, n. 1.735. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

VEIGA, José E. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Texto para Discussão*, n. 1. Brasília: NEAD, 2001.

VERA, Ernesto I.; LAVALLE, Adrian G. Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 92, 2012.

WANDERLEY, Maria N. B. Prefácio. In: BRANDERBURG, Alfio. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 21, 2003.

WAMPLER, Brian. Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas? In: IPEA. *Efetividade das instituições participativas no Brasil*. Brasília: IPEA, 2012.

WILKINSON, John. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

SILVA, Sandro Pereira. Participação social e políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise da percepção dos conselheiros do CONDRAF. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 591-615, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** (*Participação social e políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise da percepção dos conselheiros do CONDRAF*). Os Conselhos Nacionais são instrumentos de democracia participativa cada vez mais comum nas estruturas de políticas governamentais no Brasil, que emergem com maior destaque após a garantia expressa da participação

popular na Constituição Federal de 1988. No caso das políticas de desenvolvimento rural, o principal espaço de interface socioestatal é o CONDRAF. O principal objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção dos conselheiros do CONDRAF, escolhidos pelas entidades da sociedade civil e pelos órgãos governamentais no tocante a sua composição, dinâmica, estrutura e efetividade (interna e externa). Os resultados apresentados demonstram que há uma valorização do conselho por parte dos representantes. Entretanto, a falta de instrumentos normativos que garantam maior poder de influência nos processos decisórios seguem como obstáculos reais que fragilizam o seu potencial de deliberação.

**Palavras chave:** participação social, conselhos gestores, políticas públicas, desenvolvimento rural, democracia.

**Abstract:** (*Social participation and public policy for rural development: an analysis of the perception of councillors of CONDRAF*). The National Councils are instruments of participative democracy which became increasingly common in the Brazilian government policy framework, emerging with greater emphasis after the explicit guarantees of popular participation in the Federal Constitution of 1988. For rural development policy, the main State-civil society interface is the CONDRAF. The aim of this paper is to evaluate the perceptions of CONDRAF councillors, chosen by civil society and by government agencies, with respect to its composition, dynamics, structure and effectiveness (internal and external). The results show that there is a broad appreciation by the representatives. However, the lack of legal instruments to ensure a greater influence in decision-making processes continues to be a real obstacle undermining its potential for deliberation.

**Keywords:** social participation, management councils, public policy, rural development, democracy.

Recebido em junho de 2017.

Aceito em agosto de 2017.

Elisângela da Silva Santos<sup>1</sup>  
Gustavo Louis Henrique Pinto<sup>2</sup>

## *O café nas interpretações de Monteiro Lobato e Celso Furtado*

### **Introdução**

A investigação sobre o café possui um lugar fundamental na história brasileira e no pensamento político e social brasileiro, formando, assim, parte dos grandes temas históricos da nação, e que estão também presentes no imaginário social e cultural dessa sociedade. Do mesmo modo que o complexo socioeconômico canavieiro do Nordeste, desde o século 16, e a economia mineira no Centro-Sul, nos séculos 17 e 18, são grandes complexos (ou ciclos) da colonização brasileira, a economia do café, e todas as relações sociais e culturais implicadas neste sistema econômico, seguem marcha no processo histórico desde o século 19 brasileiro.

A tematização em torno do café está presente nos intelectuais, literatos, jornalistas, homens públicos, entre o fim do século 19 e as três primeiras décadas do século 20; foi assunto também em parte da produção dos “intérpretes do Brasil”, na posição de A. Candido (2007), bem como foi um tema interessante que acompanhou o processo de institucionalização das ciências sociais, da economia e da história, entre as décadas de 1930 e 1950, principalmente na produção intelectual de São Paulo e Rio de Janeiro.

Entre o final do século 19 até a década de 1930, ressaltamos expressões literárias sobre o café em vários autores, como os paulistas Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Paulo Prado, dentre outros. Pós-década de 1930 temos muitos trabalhos dedicados ao café. Apontamos os “intérpretes do Brasil”, como Caio Prado Junior, Roberto

---

<sup>1</sup> Mestre e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), professora adjunta II de Sociologia e Fundamentos na Universidade Federal de Goiás (UFG/Jataí). E-mail: licass20@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Uruaçu). E-mail: gulhpinto@gmail.com.

Simonsen e Sérgio Buarque de Holanda. Identificamos também alguns grupos na Universidade de São Paulo ligados ao tema *do café*, como os trabalhos de história econômica de Alice Canabrava, Antônio Delfim Netto e Paul Singer; as pesquisas coordenadas por Florestan Fernandes e os trabalhos de José de Souza Martins, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Paula Beiguelman, Fernando Henrique Cardoso e Emília Viotti da Costa. A “Escola de Campinas”, ligada ao Instituto de Economia da UNICAMP, desde a década de 1970 representa uma dedicação ao tema, através dos trabalhos de Wilson Cano, Sérgio Silva, João Manuel Cardoso de Mello, Maria da Conceição Tavares e Wilson Suzigan. Brazilianistas se dedicaram também ao tema, como Werner Baer, Warren Dean, Joseph Love.

O café constitui uma problematização matizada em vasta produção do pensamento brasileiro, que em diversas áreas do conhecimento formou campos de investigação significativos em torno desta cultura agrícola. Tal amplitude de temas voltados a este sistema econômico permite constatar a presença de dada multidimensionalidade na observação deste processo histórico, o que possibilita identificar traços no pensamento brasileiro quanto ao seu modo de produção e reprodução da vida social de forma que ultrapassa a análise somente da sua eficácia econômica. Interessante também pensar no que efetivamente constituiu o complexo do café, ou seja, perceber como na totalidade de relações sociais, culturais, econômicas e de poder político, estão enfeixadas de diferentes formas tais relações na cultura do café. A compreensão estrutural das várias dimensões do café permite conectar diferentes vertentes e áreas do conhecimento, a respeito do café, e é tributário desta ideia de multidimensionalidade na observação deste fenômeno social.

Dentre a extensa historiografia a respeito do café, ressaltamos algumas características que foram fundamentais ao pensamento brasileiro, que foram aqui selecionadas: o papel das elites cafeicultoras oligárquicas sobre as forças do Estado nacional em formação; as transformações nas relações de trabalho, e as relações entre sitiantes, parceiros e homens livres com os latifundiários cafeicultores; o modo de produção itinerante, extensivo e “predatório”; por fim, toda a organização sociocultural, a sociabilidade e as relações de poder local em torno do sistema cafeeiro.

Nesse sentido, discutiremos o café a partir das obras de Monteiro Lobato (1882-1948) e de Celso Furtado (1920-2004). Propomos, desde o início, que rediscutir esses dois autores, comparativamente, possibilita a compreensão da dimensão histórica deste processo em dois termos distintos, que aqui estão posicionados de forma complementar. Primeiro, se trata de intelectuais separados pela distância temporal, entre a passagem do século 19 ao 20, de Monteiro Lobato, e as décadas de 1950 e 1960, de Celso Furtado, o que possibilita uma análise sobre o auge e

declínio do sistema cafeeiro ao longo do período republicano brasileiro, entre os séculos 19 e 20, ou seja, a o percurso histórico delimitado abrange uma análise de longa duração desta etapa socioeconômica. Segundo, se trata da força efetiva que o tema do café representou nas trajetórias intelectuais de Lobato e Furtado, pois, argumentamos, que poucos autores assim como estes dois constituíram em suas análises construções tão fundamentais a respeito do café. Estas interpretações significam profundo impacto sobre a própria trajetória destes autores, já que foi tema central em suas produções e tiveram alta recepção e circulação acadêmica e intelectual, que persistiram no imaginário e nas representações sociais sobre o tema.

Monteiro Lobato nasceu na região do Vale do Paraíba, São Paulo, em 1882; na adolescência iniciou sua carreira como escritor, cronista e contista. É um autor muito reconhecido no Brasil, principalmente pela criação da personagem Jeca Tatu em 1914, e pela saga infantil do Sítio do Picapau Amarelo. Desenvolveu diversos projetos sociais, como por exemplo, as campanhas pela democratização da leitura no país; processo de editoração e produção de livros de escritores brasileiros; trabalhou em campanhas sanitaristas que viam a necessidade do reestabelecimento da saúde do trabalhador brasileiro residente no campo; apregou a necessidade da exploração dos recursos naturais da nação, como o ferro e o petróleo, e durante o período de 1927 a 1931 foi Adido Comercial do Brasil nos Estados Unidos.

A produção lobatiana, localizada na Primeira República (1889-1930) procurou formular um modelo de Estado e de sociedade, pautado em elementos vistos como imprescindíveis para a modernização; sua crítica partiu do pressuposto de que os verdadeiros “donos do poder” no Brasil era justamente o grande proprietário rural, devido a sua grande influência e manutenção da estrutura agrária, derivada de produtos agroexportadores, particularmente o café. O tema do café na obra de Lobato aparece desde os seus primeiros textos de juventude. Apesar de ressaltar que o café também repete o “movimento do bandeirante”, em alusão ao fato da planta ser itinerante (ser “transferida” da região do Vale do Paraíba para o Centro Oeste Paulista), em muitos textos, viria apontar que o resultado do café como produto condutor da economia brasileira seria prejudicial para o desenvolvimento político, econômico e social da Nação, daí a necessidade de superar seu cultivo e o investimento em outras áreas econômicas.

Celso Furtado, nascido em Pombal, no sertão paraibano, em 1920, é um dos mais destacados economistas brasileiros, foi reconhecido por suas contribuições à análise da situação de subdesenvolvimento, por interpretações ligadas à história econômica brasileira e latino-americana, e por sua ação política e defesa de um projeto nacional-desenvolvimentista.

Autor ligado à “escola” estruturalista do desenvolvimento na década de 1950, através de sua vinculação à CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, teve sua ação política marcada fundamentalmente na formulação e implementação da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (1958-1962), e na elaboração do Plano Trienal (1963) ligado às “reformas de base” do governo João Goulart (1961-1964).

*Formação econômica do Brasil* (2009 [1959]), principal obra e de maior circulação do autor, traz como inovação teórica sua interpretação sobre a economia do café. A análise de Furtado a respeito da transição do sistema cafeeiro para a industrialização, e os vínculos entre a política e a economia cafeeira, são construções conceituais de envergadura, formulando uma interpretação que persistiu no debate ao longo da segunda metade do século 20.

As principais novidades para a literatura econômica e histórica que *Formação econômica do Brasil* traz sobre o café estão voltadas para as políticas econômicas de “defesa do café”, praticadas no decorrer da Primeira República e no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Argumentos como o “deslocamento do centro dinâmico”, a “socialização das perdas” com a coletividade e a “internalização do centro de decisões” foram consequências destas políticas do café. As obras históricas de Furtado do seu período de exílio (pós-1964) também deram sequência ao tema do café.

## **Cruzamentos para uma síntese**

Na comparação entre as diferentes interpretações sobre o café nas obras desses autores, percebemos que ambos encararam o tema da transição da sociedade brasileira agrária para o processo de modernização/industrialização, porém em diferentes contextos e posições. No caso lobatiano, observamos uma crítica realizada desde o começo do século 20 a partir de suas experiências como fazendeiro do Vale do Paraíba e como grande crítico dos cafeicultores, que segundo ele, mantinham o controle da estrutura econômica e política. Suas análises foram realizadas a partir do registro literário, jornalístico e da crítica social. No caso furtadiano, as políticas econômicas de “defesa do café” e o poder dos cafeicultores sobre a economia nacional foram elementos fundamentais na compreensão do como chegamos a ser o que somos, na passagem entre o sistema primário exportador e o processo de substituição de importações. Dentre as teses da modernização da década de 1950, a de Furtado se ancora na transição entre o café e a industrialização. Ressaltamos, inicialmente, a força que as argumentações de Lobato e Furtado, cada qual a seu modo, deram para a compreensão da natureza das relações entre o Estado e a economia cafeeira. Ambos os autores, quando posicionados em paralelo, apontam

interpretações a respeito do processo de modernização conservadora brasileira, formando certa unidade. Mesmo distantes, quando tomados a longo prazo, podem representar tendências que se aglomeram com persistência no imaginário social e cultural do pensamento brasileiro e da história nacional, o que possibilita sempre estabelecer uma síntese do processo social, dos modos de reprodução da vida social e dos diversos lugares do poder político em torno do café.

Monteiro Lobato realizou sua análise vivenciando todo o processo de dissolução da economia cafeeira compreendido como destino nacional da vocação agrária, sendo um “crítico interno” deste processo, e isso está ligado a uma geração de autores que refletiram a construção nacional na Primeira República, utilizando a forma ensaística e a crítica social. Os autores brasileiros ensaístas do começo do século 20 se preocuparam em estabelecer relações entre a Sociedade e o Estado, e, para tanto, buscaram aprofundar as bases do debate sobre a questão social. Conforme Bastos e Ianni (1985), buscavam respostas para a definição de que país era o Brasil. Este seria um momento de grande importância, pois o país passava por diversas transformações: novas formas de trabalho, o engenho perde lugar para a usina, a imigração, o avanço da urbanização e das indústrias, a instituição da República, a Primeira Guerra Mundial, a ascensão dos movimentos sociais, sindicatos, partidos, o tenentismo e a crise no poder agrário etc. A produção lobatiana se localiza nesse contexto. Em sua obra podem ser encontradas preocupações que buscavam uma justificativa e resposta para o abandono do atraso e a entrada ao progresso. Esta faceta progressista aparece em sua obra, conforme Crespo (2004), quando o autor inicia em seu percurso intelectual o processo de pesquisa “científica” sobre o país, ou seja, uma característica importante do pensamento de Lobato era justamente seu apontamento de problemas cruciais que marcavam nosso país, ele assume a face atrasada da nação ao dizer que o mal não estava em sermos “carros de bois”, sim em disfarçar e escamotear esta condição, o que, segundo ele, retardava ainda mais a tomada de decisões que pudessem modificá-la.

Em contrapartida, Celso Furtado realizou uma interpretação posterior (*ad hoc*) à realização das políticas de “defesa do café”, praticadas desde o final do século 19. Como resultado da década de 1950, sua produção está em continuidade ao processo de institucionalização da universidade brasileira, o que alimentava sua sistematização teórica sobre o assunto, a ponto de constituir uma tese sobre a nossa formação econômica a partir da argumentação a respeito da substituição de importações. Segundo afirma Alencastro (2009, p. 23), “[...] nos anos 1930, a sociedade rural que conformava o país havia séculos ruína definitivamente”, cenário que aponta distinção significativa de Furtado em relação à Lobato. A produção furtadiana na década de 1950 reflete sobre um Brasil que

constituía outro cenário segundo Alencastro (*Ibid.*, p. 24), cujas questões nacionais que marcariam essa década, até 1964, foram as desigualdades regionais e sociais, a industrialização, o papel do Estado na economia, a atuação dos sindicatos e o avanço da hegemonia estadunidense na América Latina. Lembra Alencastro (*Ibid.*, p. 25) a afirmação de Furtado (1997) em sua autobiografia, a respeito do ano de 1958, como de “extraordinária efervescência”, mesmo ano que Furtado retorna para o Brasil para realizar atividades políticas em torno da SUDENE, pós-participação na CEPAL, e prepara a edição de *Formação econômica do Brasil*, resultado de sua estada em Cambridge, e publicada em 1959.

Alencastro (*Op. cit.*, p. 26) confirma uma diferença em relação aos outros grandes textos de interpretação do Brasil, pois “*Formação econômica* é um livro que a reflexão prepara a intervenção nos centros decisórios do Estado”. Reflexão de natureza histórica e econômica, a obra de Furtado (2009), entre outros avanços, dedica-se profundamente, segundo Oliveira (2009) e Bielschowsky (2004), na compreensão do “Complexo Econômico Nordeste” e na tese sobre o auge e crise da economia cafeeira. A partir dos críticos apresentados, entendemos que Furtado olhou para as bases da economia cafeeira a partir das indagações sobre “a intervenção nos centros decisórios”, o que empreendeu análise das mediações entre Estado e economia, elites e instituições políticas, principalmente no período da Primeira República (1889-1930).

Deste modo, temos duas interpretações pertencentes a duas gerações ligadas concomitantemente aos temas da Nação, e o café é presença fundamental. Ao compará-los, autores em momentos históricos distintos, percebemos complementariedades na argumentação sobre a *transição* em direção à “nossa modernidade”, ao que se entende enquanto percepções da modernização ocidental, do acesso ao Brasil Moderno como cenário aberto no começo do século 20.

O caso brasileiro nos permite realizar um *outro debate* sobre o *nosso processo* de modernização, uma vez que não pode ser compreendido como um processo unívoco e unilinear; muitos pensadores sociais brasileiros se dedicaram sobre o nosso passado colonial e pós-independência, procurando identificar elementos que auxiliariam na constituição da nossa modernidade. Conforme Domingues (2002), uma das teorias melhor formulada na tentativa de analisar as chamadas transições para a modernidade, seja nos países centrais ou periféricos, foi elaborada por Barrington Moore Junior (1975), no clássico livro *Origens da ditadura e da democracia*. Em sua abordagem, as vias socialista, democrática e autoritária foram identificadas como três possibilidades de acesso à modernidade. A última via foi caracterizada por alguns autores brasileiros, como Reis (1982) e Vianna (1976), como “modernização conservadora”, um termo considerado como um bom definidor do caso

nacional, a nossa forma de “revolução passiva” à maneira exposta por Vianna (2004).

Ainda de acordo Domingues (*Op.cit.*), pode-se compreender o conceito de “modernização conservadora” a partir do seguinte modo: a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários manteriam também o controle sobre a força do trabalhador rural, que seria incapaz de se livrar das relações de subordinação pessoal e da extração do excedente econômico por meios mais diretos. Na modernização conservadora, as elites tradicionais agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização realizava-se sob a condução e estrito dos interesses dos proprietários rurais, “conformando-se uma ‘subjetividade coletiva’ centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias”. (*Op.cit.*, p. 460)

Na análise lobatiana, os “donos do poder”, representados pela classe oligárquica, não haviam se voltado para o futuro e continuavam presos ao tradicionalismo rural, compondo um quadro social “mediocre” e entrópico. O que deveria haver era uma mudança desta estrutura rígida e cômoda em que a Nação se assentara, e, como resultado disso, continuaríamos vivendo no “mundo da lua”, pois víamos errado à nós e as coisas e, apesar de inúmeras decepções, continuamos a nos ver às avessas, numa “pátria rural que morre à mingua” (LOBATO, 2008).

E é partindo desta premissa que Lobato deslocou o projeto de país do espaço geográfico do “campo indolente” para a “cidade industriosa”, lugar este onde a estrutura social e estatal deveria se reorganizar em seu projeto. A chamada “ralé”, o povo, não possuía formação moral por ser muito “misturada” e sem cultura, restando, portanto, a tarefa de construir um país com bases econômicas sólidas à “elite verdadeira”, que aguardava sua convocação. Neste sentido, talvez Lobato estivesse reclamando a emergência de uma burguesia nacional atrelada à indústria e que visasse a modernidade do país, pois lemos em seus textos o ensejo por um processo de formação do Estado de direito e de fortalecimento da sociedade civil como base para a efetivação da democracia.

Furtado elaborou uma tese sobre a formação econômica brasileira em que a economia cafeeira da região Centro-Sul, desde o século 19, esteve imbricada ao processo de industrialização via substituição de importações, processo das três primeiras décadas do século 20, debate amplamente discutido na crítica referente a este autor (cf. BIELSCHOWSKY, 2004; MANTEGA, 1989; VIEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2003). Em *Formação econômica do Brasil* (2009, p. 278), a argumentação sobre a “economia de transição para um sistema industrial”, na quinta parte da obra (*Ibid.*, p. 257-335), consiste fundamental inovação interpretativa de Furtado sobre a industrialização brasileira, em que a substituição de

importações e o fortalecimento do mercado nacional se deram em resultado vinculado e explícito às políticas de “defesa do café”. O “deslocamento do centro dinâmico” (*Ibid.*, p. 278), uma das principais contribuições de Furtado ao debate (OLIVEIRA, 2009), estabelece que a economia nacional e a formação de um mercado interno resultam das políticas de “defesa do café”, pois o financiamento do café e inclusive a sua “queima” a partir das políticas de 1906, tiveram o efeito de manutenção da renda e do emprego, agindo com um efeito multiplicador sobre a economia nacional.

Entre as críticas de Lobato à cultura do café, apontamos que aspectos como a persistência na monocultura, a dureza das relações entre o cafeicultor e o poder político local, a dependência dos cafeicultores do Governo nacional e as relações entre os agregados e as fazendas de café são narrativas que constituem o mesmo cenário da interpretação de Furtado e, por tal, constitui temas similares entre estes intelectuais, porém tomados em perspectiva distinta por Furtado, a econômica, e realizada na década de 1950, o que apresenta outra tônica a essas relações entre cafeicultores e o poder político tão bem expostas por Lobato.

As elites cafeicultoras paulistas, entre o último quartel do século 19 e a Primeira República, constituíram “o controle hegemônico do poder nacional”, segundo Furtado em *A economia latino-americana* (1978 [1975], p. 44). Argumento que já estava presente em *Formação econômica do Brasil* (*Op.cit.*) e na obra que antecede e compõe parte desta última, *A economia brasileira* (1954). O protagonismo das elites latifundiárias paulistas na economia cafeeira frente ao controle do Estado nacional, através principalmente da política de financiamento do café, garantiu coordenação de interesses econômicos sobre a política nacional, na tese furtadiana. A “socialização das perdas” com o conjunto da “coletividade” e a espécie de “prêmio” financeiro para os cafeicultores com a política ensejada, em detrimento do consumo de massa e da compressão da renda e do salário dos trabalhadores, foram ideias desenvolvidas na década de 1950 por Furtado (*Id.*, 1954; 2009).

O cenário de crítica de Lobato à expansão desenfreada do café, em uma codependência entre cafeicultores e Governo nacional, também está aí presente em Furtado (2008, p. 151). Ambos os autores acenam para a perda da capacidade de diversificação econômica em prol do exclusivismo do café, fator que para Furtado limitava a ação em outros campos, e emperrava a modernização e industrialização do país. A ação política das elites cafeicultoras frente ao controle do Estado nacional, como se defende até aqui, é o primeiro comparativo que foi estabelecido sobre os autores; as formas da vocação agrária e o domínio político da elite cafeicultora estão nas duas interpretações. O segundo elemento comparativo é a forma como Lobato e Furtado abordaram as relações

entre agregados, parceiros, a representação do Jeca Tatu de Lobato tal qual a “economia de subsistência” do dualismo furtadiano, demonstrando a maneira pela qual acenam para as formas de dominação e mediação que o café estabeleceu entre a pequena e a grande propriedade, entre o minifúndio e o latifúndio, entre a economia de subsistência e a economia de exportação.

Estes autores, de diferentes tradições do pensamento brasileiro, pertencentes a períodos históricos distintos, podem ter, em alguma medida, suas interpretações aproximadas nas teses a respeito da *modernização conservadora*. Com percepções distintas do modo de modernização, das relações de sociabilidade e do sistema econômico, ambos sobrevivem nas representações sociais ligadas ao mundo do café presentes na literatura crítica sobre o assunto e podem ser utilizados para argumentar sobre a modernização conservadora.

Conforme Octávio Ianni (2004), ao analisar as tendências do pensamento brasileiro, o autor afirma que o país se pensa contínua e periodicamente, e todas as interpretações setoriais e abrangentes colocam e recolocam problemas que merecem reflexão. De forma complementar, para Werneck Vianna (2001), a dimensão do pensar não está posta em antinomia ao agir, de modo que os pensadores brasileiros na República só pensam o Brasil na medida em que se está “andando”, ou seja, vivenciando o processo de construção nacional. Lobato voltava suas análises para forjar a transformação da Nação, e Furtado se dedicou ao planejamento para a superação do subdesenvolvimento, mas ao que nos interessa, é o modo como cada um pensou a formação brasileira sempre em conexão com seus respectivos contextos de transição e de mudanças político-sociais.

### **A vocação agrária e o protagonismo do café**

Para Lobato, o café pode ser encarado como um dos principais elementos da consolidação da sociedade brasileira, tanto no sentido modernizador, quanto no sentido da manutenção das formas arcaicas. O imaginário difundido no período pelos cafeicultores era que tinham conseguido heroicamente povoar o interior do país, e assim conduzindo à conquista de territórios como fizeram os bandeirantes. Paulo Prado pontuou a “missão” que o produto cumpriu na expansão territorial e econômica: “Como índio, a prata, o ouro, as pedras preciosas, o gado – o café atraiu como ímã, os primeiros para o interior profundo do território”. (PRADO, 1998, p. 133). Prado pondera ainda que o café foi um “bandeirante” “heroico” que “penetrou e desbravou” as matas, além de povoar as imensas regiões do “sertão brabo”.

O tema do café na obra lobatiana aparece desde os seus primeiros textos de juventude. Apesar de ressaltar que o café também repete o

“movimento do bandeirante”, em alusão ao fato da planta ser itinerante, avançando do Vale do Paraíba para o Centro Oeste Paulista, em outros textos Monteiro Lobato viria apontar que o resultado do café como espécie de produto condutor da economia brasileira seria prejudicial para o desenvolvimento político, econômico e social da Nação, daí a necessidade de superar seu cultivo e o investimento em outras áreas econômicas.

O conto “Café! Café!” escrito em 1900, e enfeitado no livro *Cidades Mortas* (1978 [1919]), narra a mentalidade arcaica do fazendeiro Major Mimbuaia, que mesmo encontrando condições adversas para continuar a produção da planta, insistia nela:

Ficou naquilo o major Mimbuaia, uma pedra, um verdadeiro monólito que só cuidava de colher café, de secar café, de beber café, de adorar café. Se algum atrevido ousava insinuar-lhe a necessidadezinha de plantar outras coisinhas, um mantimentozinho humilde que fosse, Mimbuaia fulminava-o com apostrofes. [...] - Não! Só café! Só café! Só café! Há de subir, há de subir muito. Sempre foi assim. Só café. Só café. E ninguém o tirava dali. A fazenda era uma desolação, a penúria extrema; os agregados andavam esfomeados, as roupas em trapos, imundos, mas a trabalhar ainda, a limpar café, a colher café, a socar café. Os salários caídos no mínimo, uma ninharia, o quanto bastasse pra matar a fome. O velho roía as unhas rancorosamente, vomitando injúrias contra os tempos modernos, contra a estrangeirada, o governo, os comissários, numa cólera perene, e trabalhava no eito com os camaradas limpar café, a colher café. (*Ibid.*, p. 106-108)

Lobato no início do século 20 criticava o “atraso” econômico brasileiro, que, segundo ele, estava calcado nas sucessivas crises pelas quais o café passava e por uma ausência de dinamização da economia; além de críticas frequentes à mentalidade “petrificada” do fazendeiro, que, segundo ele, era um dos grandes culpados dos entraves rumo ao desenvolvimento nacional.

Este aspecto está muito presente nos contos das obras *Urupês* (1994 [1918]) e *Cidades Mortas* (1978), onde Lobato apontou, segundo Miriam Ellis (1977), o panorama da região do Vale do Paraíba depois da avassaladora passagem do café perante a prática econômica “predatória” entre o final do século 19 e início do século 20. Já que a planta, acompanhava a fertilidade da terra, e o fazendeiro, por estar acostumado com a estrutura do latifúndio, não possuía a preocupação com o esgotamento do solo, devido às queimadas frequentes. O café, portanto, se caracterizava como uma plantação itinerante.

O livro *Cidades Mortas* foi escrito como resultado do período em que viveu na cidade de Areias (1907-1911). Nos contos que compõe a obra foi retratada a decadência das cidades da região do Vale do Paraíba, que, a partir da década de 1830, se caracterizou como a região que produzia a maior quantidade de café, e também como zona de pioneirismo em relação ao produto. Na primeira edição do livro, Lobato (1978, p. 1) apontou: “Entra neste livro um punhado de coisas antigas, impressões duma mocidade que vegetou no ambiente marástico das cidades mortas. Oblivion, Itaoca... Quantas saudades!...”. De acordo com André Vieira de Campos (1986, p. 11), nos textos de *Cidades Mortas*, Lobato descreveu os sintomas de atraso desta região e, embora seja uma produção considerada regionalista, os temas traduziam uma preocupação com o país como um todo.

Monteiro Lobato ironiza ao dizer que nessas regiões “devastadas” pela passagem predatória do café os únicos “perturbadores do silêncio” são o “raspar das enxadas”, os “sons coloniais” como os sinos das igrejas, as andorinhas e os carros de boi; o marasmo é descrito pelo autor como consequência de uma economia falida e sem futuro, que não consegue alcançar a marcha do progresso (LOBATO, 1978).

Lobato foi um crítico ferrenho em relação à “essência agrícola” nacional. Segundo ele, desta estrutura agrária emergia uma sociedade que nutria “parasitas sociais”. Na posição de grande responsável estava o governo brasileiro, que mantinha a produção cafeeira e “institucionalizava” o café como principal produto de exportação. O resultado disso era a consagração do “egoísmo oligárquico”, que concentrava em suas mãos o dinheiro do investimento público, a ignorância produtiva – no que concerne às formas do cultivo do produto – e, além disso, uma sociedade pautada na lógica do favor.

Em seu texto intitulado “A geada”, de 1918, afirmou:

Outro fazendeiro torrado pela geada dizia: “Eu tenho um sócio fidalgo que mora na capital. Sempre viveu à custa do meu trabalho. Come-me todos os anos uma boa parte dos lucros, e em troca me dá, principalmente, a honra de ser meu sócio. É poderoso, influente, acatado, e vive com estadão num palácio. Se paro de trabalhar e produzir, quero ver como ele se aguenta! Fio-me nisso. Todos andam inquietos; eu, não. O meu sócio desta vez há de pular, há de fazer das tripas coração, inventar, falsificar dinheiro se preciso for, para me socorrer nesta apertura. E vai fazê-lo, fingindo que o faz pelos meus belos olhos, porém na realidade movido pelo interesse próprio pelo instinto de conservação”. – Quem é esse sócio? – O Governo. É isso

mesmo. Lavoura de café e governo são entidades xifópagas, interdependentes, sociais. (*Id.*, 1951, p. 295)

Segundo Emília Viotti da Costa (2007, p. 268), no Brasil não se reproduziu o antagonismo registrado em outras áreas entre burguesia empresarial e a aristocracia agrária. A inserção do Brasil dentro de um esquema de divisão internacional do trabalho conferiu ao país um caráter essencialmente agrário, estimulando o desenvolvimento do latifúndio e do trabalho escravo ou semis-servil, acabando por inibir a divisão interna do trabalho e a formação do mercado interno. Como consequência, as principais funções urbanas tenderam a se concentrar nos principais centros exportadores, que se *modernizaram* e se *uropeizaram*, enquanto os núcleos urbanos das zonas interioranas vegetavam na órbita da grande propriedade, mantendo as tradições.

Joseph Love (1975) aposta que em 1907, metade da produção mundial era subsidiada pelo Estado, e, por isso, durante a Primeira República, São Paulo possuía o posto de “comando” da economia nacional. A elite paulista se orgulhava da marca do bandeirismo, que remetia à busca de oportunidades, ao espírito aventureiro e ao desbravamento do sertão. Assim, o café se constituiu como a “verdadeira epopeia civilizacional”, que capacitava seus plantadores como os construtores da estirpe tradicional do proprietário de terras bem-sucedido.

A crítica de Lobato em relação à Nação brasileira voltou-se para uma análise dos “homens da pátria”, que concentravam os poderes econômicos e políticos e, por isso, deveriam ser os principais agentes de formação nacional. Entretanto, segundo sua opinião, o interesse dos grandes proprietários não estendia aos limites de suas fazendas e aos lucros que poderiam extrair da relação de interdependência que possuíam com o Estado. Lobato apontava a ausência de dinamismo produtivo no país, o que também ocasionava, segundo ele, uma “atrofia” no pensamento dos grandes dirigentes econômicos. Esta sociedade “letárgica” e “entrvada” deveria se opor à cidade industrial, sinônimo de dinamismo social e econômico necessários para a Nação que adentrava ao século 20:

É nesse momento que se registra na consciência intelectual a ideia do desmembramento da comunidade brasileira em duas sociedades antagônicas e dessintonizadas, devendo uma inevitavelmente prevalecer sobre a outra, ou encontrarem um ponto de ajustamento. (SEVCENKO, 1995, p. 32)

O “timbre” dos novos tempos exigia, portanto, uma alocação do Brasil num projeto de sociedade que fosse amplo, desenvolvido industrialmente e livre do poder local e da herança social que isso acarretava.

Lobato (1948, p. 32), em carta ao seu amigo Godofredo Rangel (1884-1951), datada de 1915, afirmou que o Brasil ainda era uma horta. Em Lobato, vemos que além desse “entrave” econômico causado pela ausência de dinamização da indústria, os grandes fazendeiros tinham também como função social o incentivo às práticas da política de compadrio. Em diversos textos deriva a constante reclamação que versa sobre o fato do país formar apenas bacharéis, filhos de fazendeiros, que iriam tomar posses em cargos públicos por meio da política do empreguismo. Isso, no seu entendimento, significava uma “corda peiadora” para o progresso e o desenvolvimento científico da Nação.

O bacharel, portanto, herdeiro direto da elite coronelista, produzia mais males ao país do que bens, pois formava um “estado mental” arcaico e paralisado, uma vez que o objetivo maior era a busca por um emprego público que lhe oferecesse estabilidade. A nossa realidade, essencialmente agrícola, era então dominada econômica, cultural e politicamente pelos coronéis e pelos grandes senhores de terra, cuja mentalidade “arcaica” e “petrificada” não permitia uma mudança estrutural, o que desembocou em uma “Nação Adormecida”. A camada de jovens descendente direta deste agrarismo, segundo Lobato, formava a “pátria do bacharelismo”.

Lobato classifica esta situação de “superabundância de diplomados” como a “chaga dourada da nossa vida social”. Conforme Fernandes (2006), o pensamento racional era associado à camada senhorial e obedecia a seus interesses; o bacharel, portanto, era um prolongamento do senhor rural no mundo urbano.

Anos depois, esta análise de Lobato sobre a questão do “parasitismo social da lógica do favor” viria a ser uma constatação da Sociologia Rural acadêmica. Fernandes afirma a respeito da força da sociedade cafeeira, que era “fonte de toda e qualquer classificação social naquela sociedade” (FERNANDES, 1979, p. 261). Em outra perspectiva, a figura do coronel na sociedade brasileira, como pontuou Maria Isaura Pereira de Queiróz (1975), seria uma espécie de elemento socioeconômico polarizador, que servia como ponto de referência para a distribuição dos indivíduos no espaço social, enquanto “elemento-chave” para definir as linhas políticas e as divisões entre os grupos e os subgrupos da estrutura brasileira. Portanto, seria o responsável por incentivar práticas mandonistas locais, como por exemplo, o voto de cabresto e a inserção de seus filhos na carreira de Direito, a profissão “universal brasileira” daqueles que frequentavam a Universidade.

Furtado estabelece como fundamental a presença das elites latifundiárias paulistas do café no controle do Estado em formação. A

liderança política dos grupos latifundiários sobre o Estado foi, para Furtado, um processo que, ao longo do século 19, consolidou os interesses dos cafeicultores enquanto “classe dirigente”. A Primeira República foi a expressão do Governo como instrumento de ação econômica voltada para os cafeicultores, resultado do fortalecimento econômico da empresa cafeeira no último quarto do século 19. A burguesia cafeeira foi marcada por Furtado como o grupo protagonista do Estado republicano brasileiro, classe dirigente que significou (até as três primeiras décadas do século 20) um elemento vinculado ao processo de industrialização. O poder sobre a política econômica dos cafeicultores foi em decorrência, segundo o economista, da consciência clara que este grupo teve dos seus interesses, com novas formas de ação política.

O posicionamento de Furtado sobre as elites cafeeiras paulista realizado em *Formação econômica do Brasil* (2009), se deu por contraste às elites nordestinas, característica profunda de um texto de 1959, cujo embate do pensador com as elites latifundiárias nordestinas era ponto-chave nas tensões em torno da construção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), processo que Furtado esteve à frente. Vejamos como ele observou esta distinção entre elites cafeeiras paulistas e canavieiras nordestinas.

Os cafeicultores representaram uma dupla mudança em relação às elites canavieiras (VIEIRA, 2007). Primeiro, a convergência entre a produção e o comércio, com a hipótese de que os cafeicultores detinham o controle sobre as principais etapas deste sistema econômico, diferentemente da produção do açúcar. Desta forma, afirma em *Formação econômica do Brasil*:

Assim isolados, “os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses”. [...] Compreende-se, portanto, que os antigos empresários hajam involuído numa classe de rentistas ociosos, fechados num pequeno ambiente rural, cuja expressão final será o patriarca bonachão que tanto espaço ocupa nos ensaios dos sociólogos nordestinos do século XX. A separação de Portugal não trouxe modificações fundamentais, permanecendo a etapa produtiva isolada e dirigida por homens de espírito puramente ruralista. (FURTADO, 2009, p. 182-183)

A relação expressa por Furtado entre a falta de “consciência clara” sobre os “interesses” da classe dirigente açucareira acabavam por demonstrar um espírito “ruralista” deste grupo, identificando-os, assim, com a manutenção dos vínculos econômicos coloniais. No isolamento destes latifundiários ligados à economia da cana-de-açúcar, Furtado apontou a

descentralização política como uma característica das elites canavieiras, cujos interesses destes dirigentes não estavam combinados, ou seja, não agiam de forma coordenada e conjunta. A representação do cafeicultor como o patriarca “bonachão” que Lobato observou no Vale do Paraíba, de uma elite de baixa racionalidade do trabalho e da produção, distante do progresso e da ação do empresariado moderno, são características que Furtado apontou, mas em relação às elites canavieiras nordestinas.

Os grupos dirigentes cafeicultores representaram, em contrapartida, a autonomia regional e os interesses coadunados – entre os membros do grupo e, principalmente, frente ao Estado. Furtado segue na comparação entre as duas classes dirigentes:

Mas não é o fato de terem controlado o governo o que singulariza os homens do café. E sim que tenham utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos. (*Ibid.*, p. 183)

O grupo cafeicultor estabelece um poder de hegemonia sobre o Estado, por ter objetivos claros e a definição de uma política, sendo esta a segunda mudança dos cafeicultores em relação ao grupo canavieiro. A caracterização da ação política dos cafeicultores pode ser analisada nas transformações históricas do trabalho e na política econômica do café (a “valorização do café”). As mudanças nas formas do trabalho, com o trabalho livre, as novas formas de assalariamento e a imigração europeia foram expostas, de certa forma, como parte dos interesses deste grupo dirigente e das *racionalidades* operantes nesses agentes. A criação de políticas para o café, a capacidade de decisão e as responsabilidades destes empresários deram substância, para Furtado, à “lógica da política” seguida pelos cafeicultores.

O argumento de Furtado, de origem estruturalista cepalina (BIELSCHOWSKY, 2004), a grosso modo, aponta que as economias primário-exportadoras, como a brasileira, dependem da demanda internacional para a comercialização do seu excedente, então em momentos de crise internacional, a economia brasileira sofre com a estagnação da venda do seu produto no mercado exterior. A diferença do sistema cafeeiro em relação às outras economias primário-exportadores da experiência brasileira foi: no momento de crise, os cafeicultores deram uma resposta ao fenômeno de estagnação da demanda internacional pelo café.

Na comparação entre as elites paulistas e nordestinas ressaltamos, primeiro, que o “deslocamento do centro dinâmico” fruto do processo de industrialização, a partir da interpretação de Oliveira (2009, p. 46), é a

mudança geográfica do centro do sistema econômico do Nordeste para o Centro-Sul, o que faz Furtado perceber as desigualdades regionais, marca da produção deste autor entre 1958 e 1964. A segunda ressalva é como a luta pelo desenvolvimento e por políticas de planejamento regional, reunidas na SUDENE, construíram as bases do enfrentamento político às elites latifundiárias nordestinas. Lima (2009, p. 264) analisa o como “interesses de classe e frações de classe que se chocavam no interior da sociedade regional” aglutinavam forças políticas em contraposição às políticas da SUDENE empenhadas por Furtado; Vieira (2004, p. 65) acena para a ideia presente no início dos anos de 1960, a respeito da impossibilidade de as elites tradicionais resolverem os conflitos sociais no Nordeste. O dualismo estrutural entre o agrário e o industrial, o Centro-sul e o Nordeste são oposições que tangenciam a interpretação da posição das elites cafeicultoras de protagonismo frente às elites canavieiras nordestinas, uma questão central da década de 1950.

Na Parte Cinco de *Formação econômica do Brasil* (2009, p. 242), a política econômica dos cafeicultores foi apresentada a partir de um duplo movimento: o Estado financiou estoques do café não absorvidos pelo mercado internacional e, ao mesmo tempo, depreciou o preço da moeda nacional, já que os cafeicultores recebiam pagamentos pela venda do café em moeda estrangeira. Com isso, no momento de converter o montante arrecadado com a venda do café no estrangeiro para a moeda nacional, que estava depreciada, conseguiam uma espécie de “prêmio”.

A desvalorização (cambial) da moeda nacional era uma política econômica, para Furtado (*Ibid.*, p. 243), dos cafeicultores, e o tal “prêmio” foi acompanhado da intranquilidade social e política diante das recorrentes crises inflacionárias, fator que prejudicava grande parte da população que dependia de produtos básicos importados, e viam perder o poder de compra dos seus salários diante da inflação. Assim as elites “socializavam as perdas”<sup>3</sup> com a coletividade, compensando a crise internacional com o mecanismo cambial de desvalorização da moeda, o que na prática somente prejudicava o conjunto da população que sentia a perda do poder de compra da moeda. Segundo Vieira (2007, p. 95), com a ideia de socialização das perdas, “Celso Furtado pretendia chamar a atenção para o acirramento de uma tendência característica da economia brasileira: a concentração de renda”, posicionando a leitura crítica do economista em relação à ação política sobre o café.

Ao analisar os efeitos que estas políticas do café tiveram na formação do Estado nacional, Furtado (*Op.cit.*, p. 245) aponta que há nestas políticas um efeito não intencional do governo, pois acabou por incentivar a produção do café, quando na verdade esta produção deveria ser

---

<sup>3</sup> A “socialização das perdas” foi apresentada por Furtado já em *A economia brasileira* (1954, p. 101).

desestimulada diante do momento de crise. Neste efeito não intencional, de estímulo da produção em momento de crise, observamos na crítica de Lobato a aliança entre os cafeicultores e o Governo, como algo que impede a racionalidade econômica do poder político, que acaba estimulando a permanência de uma estrutura anacrônica, que planta somente café.

Visto que Furtado analisa o processo de transição da *vocação agrária* do café para o processo de desenvolvimento urbanoindustrial, aquilo que era uma relação danosa para Lobato entre cafeicultores e Governo, significou para Furtado parte das vicissitudes da política econômica cafeeira. A “socialização das perdas” com a coletividade expressa a incongruência, para Furtado, frente às políticas que determinam diretamente sobre a distribuição das rendas e do capital com o conjunto da sociedade, e por isso foi tratado como um “prêmio”, que impacta negativamente sobre os salários e o consumo da classe trabalhadora.

A “valorização do café”, através do financiamento de estoques do produto, representam na interpretação de Furtado um incentivo, também não intencional da política do café, à manutenção dos salários dos trabalhadores e das rendas dos empresários nos momentos de crise. Com isso, a política econômica do café “defendeu” a economia no momento da crise deflagrada em 1929, e a defesa dos salários e dos lucros gerou, na década de 1930, uma situação favorável de manutenção da demanda interna, processo formador da tese da industrialização ligada à via da *substituição de importações*, análise tão cara ao pensamento de Furtado e ao estruturalismo latino-americano

A “defesa” significou a proteção de interesses econômicos como uma “extensão” da hegemonia dos cafeicultores, por isso essas elites consolidaram seu poder sobre o Estado. A queima do café, praticado pelo Estado a partir de 1906, que foi valorizado pelo financiamento estatal, também foi vista em termos dos interesses econômicos. “A destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender” (*Ibid.*, p. 271). Apesar de parecer absurda tal política, o autor afirma que são comuns estes fatores nas economias de mercado. Para Furtado (*Ibid.*, p. 276), a queima do café somada à valorização do produto significou uma política anticíclica de grande magnitude que foi seguida “inconscientemente” pelos cafeicultores, de maior amplitude que aquelas realizadas pelos países industrializados.

A argumentação de Furtado a este respeito foi de tal circulação no pensamento brasileiro, que o próprio autor esclarece a dimensão deste impacto. Em intervenção de Furtado (1983, p. 717) no Seminário Internacional “A Revolução de 30” (CPDOC/FGV), este autor afirma a respeito:

Ninguém queimou café por masoquismo e sim para reduzir os imensos gastos de armazenagem e a pressão dos estoques sobre o mercado internacional. Ninguém dirá que José Maria Whitaker, o ministro da Fazenda da época, tinha ideias econômicas diferentes das de Murtinho, como não demonstrara tê-las Getúlio Vargas quando ocupara a pasta da Fazenda no governo Washington Luís. Evidentemente, as mentes menos dogmáticas, menos formadas ou deformadas pelas ideias ortodoxas sobre equilíbrio orçamentário, inflação etc., tenderam a prevalecer. Anos depois tive com Osvaldo Aranha uma conversa sobre esses acontecimentos e ele me observou: “Celso, você me explicou o sentido do que fizemos nessa época, então eu não sabia de nada”. (*Ibid.*, p. 716-717)

Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda (1931-1934) do primeiro governo do presidente Vargas (1930-1945), afirma que a “queima de café” enquanto uma política de Estado ganhou escopo interpretativo com Furtado, o que reforça desde o início a percepção de que Furtado, assim como Lobato, perduram no imaginário político e social brasileiro. Cepêda (2010) assinala que há também um outro efeito que as políticas de defesa do café realizaram, pois além das consequências econômicas diretas, há uma interdependência entre a economia e a política com um alcance nacional.

Há uma crítica de Oliveira (2009) a uma possível idealização da ação dos cafeicultores por parte de Furtado, questionando seu aspecto inconsciente e garantidor de uma política anticíclica, conforme Furtado idealizou. O problema econômico é transformado em questão nacional principalmente a partir das políticas voltadas para o café, o que fortalece as medidas tomadas, como a “queima do café”, o que, segundo Oliveira, não possuem simples consequências do sistema econômico, mas têm profunda vinculação “política”, “como uma prática não externa à economia” (2009, p. 40), ou seja, a ação dos cafeicultores tem profunda vinculação com o domínio político dos cafeicultores sobre o Estado nacional.

### **O Jeca Tatu e a economia de subsistência**

O temor que Lobato tinha das oligarquias cafeicultoras do Vale do Paraíba, em que a produção “itinerante” deixou marcas profundas de destruição, não representa uma simples oposição ao que Furtado identificou como “progressista” na burguesia cafeicultora. O sentimento de “angústia” de Lobato diante das áreas de subsistência em contraste às plantações de café do Vale do Paraíba está muito próximo das impressões

essencialmente negativas de Furtado sobre a relação entre as áreas de subsistência e os latifúndios. O mecanismo de explicação de Furtado, de uma economia dual estruturalista, que converge na relação entre a economia agrícola de exportação e a economia de subsistência foi central na interpretação deste autor. A relação entre o latifúndio exportador e a pequena propriedade, bem como o trabalho nas áreas de subsistência, a partir de relações entre parceiros, agregados ou rendeiros da terra, são fatores presentes na ótica de Furtado e também estavam na reflexão lobatiana sobre o Jeca Tatu.

A análise da estrutura agrária e seus males para o futuro nacional se completa na obra lobatiana com a figura do Jeca Tatu. Esta personagem – abundantemente estudada pela fortuna crítica – foi criada em 1914, momento em que Lobato assumiu como herança a fazenda Buquira, deixada pelo seu avô, Visconde de Tremembé. Indignado com os incêndios provocados pelos caboclos nas matas de sua propriedade, escreveu o artigo “Velha Praga”, publicado na “Seção de Queixas e Reclamações” do jornal *O Estado de São Paulo*.

De acordo com seu pensamento, a construção da personagem Jeca Tatu significava também uma forma de olhar para o interior do país, num momento de nacionalismo mais inflamado, motivado pela Primeira Guerra Mundial, período em que os discursos eram extremamente idealizadores. Novamente em carta a Rangel, em 1916, após receber diversas críticas sobre sua visão funesta em relação ao caboclo, diz:

Já compreendi o nosso público. Para interessá-lo, é preciso vir com bombas na mão e explodi-las nas ventas de alguém, ou meter a riso qualquer coisa, farpear um grande paredro da política (o meu alvo predileto é o Fre Val, o morubixaba da estética oficial) – ou então falar do caboclo. Em havendo caboclo em cena, o público lambe-se todo. *O caboclo é um Menino Jesus étnico que todos acham engraçadíssimo, mas ninguém estuda como realidade.* O caipira estilizado das palhaçadas teatrais fez que o Brasil nunca pusesse tento nos milhões de pobres criaturas humanas residuais e sub-raciais que abarrotam o Interior. Todos as têm como enfeites da paisagem – como os anões de barro de certos jardins da Pauliceia. (LOBATO, 1948, p. 68, grifos nossos)

Ironicamente, Lobato aponta para a questão do falso nacionalismo e para a falsa valorização do caipira, por isso diz que o Jeca era “bonito no romance e feio na realidade”, era o “menino Jesus étnico”, dentre outros adjetivos. Porém, realiza sua denúncia sem uma reflexão mais detida sobre as causas e motivações profundas desta situação, o que fará posteriormente em outros textos. Na fase de criação, a projeção caricatural

do Jeca Tatu demonstra que ele é um “bicho selvagem”, e não está escondido sob a “pele romântica”.

Uma das questões de fundo que estava em voga no momento de criação da personagem Jeca Tatu era o apontamento sobre a necessidade de atualização das formas do trabalho livre, que fossem condizentes com a formação de um Brasil capitalista, moderno e racional. Além disso, estava em voga o debate do “papel” das “raças” formadoras da nacionalidade.

O tema da imigração apareceu na obra de Lobato sob a perspectiva da melhoria da qualidade da mão de obra nacional. Segundo ele, o país possuía uma população fraca, devido a sua origem étnica mestiça – o português, o negro e o indígena – o que explicaria nossa fraqueza como país que, apesar de imenso, não produzia e por isso não enriquecia. Em 1919, confirmaria a opinião dos intelectuais e da elite que viam a imigração como fornecedora de uma dinâmica maior à Nação, bem como do possível desenvolvimento de uma sociedade pautada pelos ensinamentos do trabalho racional trazido pelos europeus: “Descontada as áreas felizes do Sul, onde um conjunto de circunstâncias favoráveis atraiu a imigração estrangeira e criou um relativo progresso, o resto do Brasil é pura calamidade” (LOBATO, 2009, p. 192).

A imigração europeia também foi apresentada por Furtado como a “solução migratória”, um “conjunto de medidas” do Estado e dos cafeicultores que a “promoveu”. A imigração foi a saída possível frente à população dispersa nas áreas de subsistência, esta foi a posição apresentada por Furtado. A análise foi a seguinte (FURTADO, 2009, p. 196-198): as dificuldades em cobrir os gastos de viagem dos imigrantes foram superadas pelo Estado Imperial, que arcou com estes custos; já os cafeicultores arcavam com a instalação, e organizavam formas combinadas de salários – pagos em dinheiro – e disponibilidade de terras para os imigrantes. As possibilidades de intensificar a imigração europeia foram ancoradas, na leitura de Furtado, pelo conjunto de medidas do Estado, ou seja, significou uma política para os cafeicultores.

O empresário cafeicultor, para Furtado, desejava gastar a menor quantia possível (e rentável) de capital por unidade de mão de obra, ou seja, não tinha nenhum interesse em aumentar a produtividade física da mão de obra e da terra (*Ibid.*, p. 239-240). O que desmotivava o produtor em realizar inversões em técnicas modernas de produção? Para Furtado, tratava-se da falta de incentivos (público-privados) à melhoria dos métodos do cultivo, o que significa uma crítica política a falta de oportunidades criadas pelo Governo, já que Furtado se afastava de qualquer explicação liberal, e não poderia conceber que o próprio sistema econômico (mercado) criaria incentivos por si só. O interesse do empresário era em aplicar capital na expansão das plantações, vide a abundância de terras.

Em uma economia primário-exportadora, para Furtado, as inversões realizadas pelos cafeicultores são de primeira ordem para a constituição das relações (sociais e políticas) em torno do sistema econômico. A exploração da terra que estes empresários realizavam, de baixa técnica produtiva, extensiva e “predatória” (ambientalmente), foi apontado por Furtado como elementos das *racionalidades* operantes nestes agentes. O autor afirma sobre o uso da terra pelo café:

Ora, a terra, mais ainda do que a mão de obra, existia em abundância, desocupada ou subocupada na economia de subsistência. (...) Sempre que essa terra dava sinais de esgotamento, se justificava, do ponto de vista do empresário, abandoná-la, transferindo o capital para solos novos de mais elevado rendimento. A destruição dos solos que, do ponto de vista social, pode parecer inescusável, do ponto de vista de um empresário privado, cuja meta é obter o máximo de lucro de seu capital, é perfeitamente concebível. A preservação do solo só preocupa o empresário quando tem um fundamento econômico. Ora, os incentivos econômicos o induziam a estender suas plantações, a aumentar a quantidade de terra e de mão de obra por unidade de capital. (*Ibid.*, p. 239-240)

Há uma primeira justificativa para o uso da terra: a sua abundância. O capital ao ser aplicado detinha incentivos econômicos que o “induziam” a estender suas plantações, aumentando a quantidade de terra e gerando uma produção territorialmente itinerante, que destrói e avança para novas áreas. Para Furtado, os estímulos econômicos dados a estes empresários – a abundância de terra e mão de obra –, são elementos exógenos às plantações de café, estímulos do próprio sistema econômico e da ação estatal deliberada.

A *racionalidade* da ação dos cafeicultores aparece, em Furtado (*Ibid.*, p. 240), a partir de expressões como a “justificativa” para tal ação, os “interesses”, a “forma racional de crescimento da economia”. Estes adjetivos utilizados no texto devem ser tomados por sua construção textual-argumentativa. A destruição dos solos através da produção extensiva, quando se há terra e mão de obra “desocupadas”, resultam na falta de condições econômicas dadas aos empresários cafeicultores. O aproveitamento do solo (e o seu esgotamento) está inserido no processo de desenvolvimento econômico, em que as gerações futuras serão beneficiadas pelo processo desencadeado por este sistema econômico, ou seja, a industrialização.

A perspectiva crítica de Furtado à tomada do Estado por estes cafeicultores paulistas foi se aprofundando no período posterior ao seu exílio (pós-1964), quando no curso ministrado na PUC/SP, em *Economia do desenvolvimento* (Id., 2008, p. 151), o autor aponta duas consequências negativas da política de “defesa do café”: a expansão do café não cessa com a demanda internacional estável, o que estimula a produção no Brasil e mesmo fora; a segunda consequência é que “contribuiria para agravar a subordinação das atividades do governo federal aos interesses dos grupos cafeeiros”, fato que acaba por limitar a ação do governo federal em áreas distintas da economia cafeeira.

Daí o café como presença marcante em suas obras, sempre atrelado, em cada período, aos objetivos da formação do Estado, ao papel das elites, as formas de trabalho e de sociabilidade, enfim, os dois autores assim posicionados, apresentam complementariedades importantes que somente a análise conjunta nos permitiria compreender elementos de dois momentos vivenciados de um mesmo processo da experiência brasileira.

### **A civilização do café: uma síntese de interpretação**

Compreendemos que retomar os dilemas em comum presentes nestes autores tem como foco analítico uma melhor definição dos momentos de mudanças sociais, políticas e econômicas daquilo que se compreende como a modernização nacional, presentes nas leituras sobre a transição do sistema cafeeiro, sobre a questão da vocação agrária no Brasil pós-1930 e as transformações urbanoindustriais. Isto posto, a hipótese que quisemos levar a cabo é a de que justamente as observações sobre o café, quando colocadas em diálogo, podem auxiliar-nos na compreensão de teses clássicas aparentemente distantes e polarizadas, mas que conflitam e confluem de forma persistente imaginário político e social sobre o café.

O que quisemos ressaltar foi a multidimensionalidade que o tema do café oferece, e, como dissemos, recebeu inúmeras interpretações de diversas áreas do conhecimento. Nesse caso, o café foi analisado por Monteiro Lobato a partir de sua literatura de denúncia da situação de “atraso” que o país enfrentava, debitada por ele à sua estrutura agrária, criando uma *interdependência* entre o café e o Estado. Celso Furtado, por sua vez, analisou a estrutura social brasileira surgida a partir da produção cafeeira, e ao contrário de Lobato, viu na civilização do café uma “etapa necessária”, a *diferenciação estrutural* que deságua na moderna sociedade industrial.

Furtado realizou uma análise de longa duração (*la longue durée*), de certo modo, o que podemos dizer que preserva uma determinada vantagem em relação a Lobato, pois analisa tal sistema *a posteriori*, e, além disso, produz num momento em que as Ciências Sociais no Brasil encontrava-se em processo de institucionalização. Também estava em conexão com o

mundo acadêmico internacional e possuía formação na área da história econômica; em contrapartida a vantagem de Lobato é: sua biografia está diretamente conectada à sociedade do café, assistiu a sua importância, percebendo sua força e conexão com o processo de urbanização, produziu suas obras a partir de impressões atentas, seja como promotor na cidade de Areias ou como fazendeiro, porém sem o mesmo distanciamento histórico do economista, necessário para constituir uma análise de longa duração.

Não quisemos pôr a cabo as teses destes autores frente à historiografia produzida em relação ao café. A intenção foi confrontar diferentes perspectivas sobre o café em relação aos temas da área do pensamento social e político brasileiro. Então, retomamos as relações com os diferentes projetos nacionais, papel das classes sociais na relação entre elites, classe trabalhadora e Estado, bem como as vinculações com a organização social e cultural deste sistema. No entanto, a especificidade dos pensamentos de Lobato e Furtado, ao analisar essa *transição*, posiciona um Lobato que não enxerga o café como elemento modernizador, sim como um empecilho para a modernização e diversificação rumo à sociedade industrial. Estamos certos de que as interpretações de Monteiro Lobato e de Celso Furtado, dentre outras, representam singulares contribuições para o pensamento social e político brasileiro. Suas posições possibilitam um mosaico de interpretações dos *enredos nacionais* sobre a modernização da sociedade brasileira.

## **Referências bibliográficas**

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Introdução. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil. Edição comemorativa: 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 23-40.
- BASTOS, Elide Rugai; IANNI, Octávio. *A questão nacional*. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1985.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A república do picapau amarelo. Uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

- CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9-21.
- CEPÊDA, Vera Alves. A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. *Desigualdade & Diversidade*, v. 7, 2010, p. 115-136.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. Momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2007.
- CRESPO, Regina. *Itinerarios Intelectuales: Vasconcelos, Lobato y sus proyectos para la nación*. México: Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos, 2004.
- DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 3, 2002, p. 459-482.
- ELLIS, Miriam. *O café. Literatura e história*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- FERNANDES, Florestan. À sombra da Idade de Ouro. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979, p. 258-274.
- \_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- \_\_\_\_\_. *A economia latino-americana. Formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- \_\_\_\_\_. Celso Furtado. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, *A revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 712-717.
- \_\_\_\_\_. *Economia do desenvolvimento*. Curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil. Edição comemorativa: 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- IANNI, Octávio. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: Edusc; Anpocs, 2004.
- LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1948, tomo II.
- \_\_\_\_\_. *Mundo da Lua e Miscelânea*. São Paulo: Brasiliense, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Cidades mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

- \_\_\_\_\_. *Críticas e outras notas*. São Paulo: Globo, 2009.
- LOVE, Joseph. Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira: 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 1. São Paulo: Difel, 1975, p. 53-76.
- MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 4, 1989, p. 29-37.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições Cosmos; Santos: Livraria Martins Fontes, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco. A navegação venturosa. In: \_\_\_\_\_. *A navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 11-38.
- \_\_\_\_\_. Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado. In: ARAÚJO, T. P., MACAMBIRA, J.: VIANNA, S. T. W. (Orgs.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil. Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 39-48.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- QUEIRÓZ, Maria Isaura P. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 1. São Paulo, Difel, 1975, p. 155-190.
- REIS, Elisa P. Elites Agrárias, State-Building e Autoritarismo. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 3, 1982, p. 331-348.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. O pensar e o agir. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, n. 54, 2001, p. 35-42.
- \_\_\_\_\_. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: \_\_\_\_\_. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 43-58.
- VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado e o Nordeste no pré-64: reforma e ideologia. *Projeto História*, n. 29, tomo I, dez., 2004, p. 53-86.
- \_\_\_\_\_. *Celso Furtado. Reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: EDUC, 2007.

SANTOS, Elisângela da Silva e Gustavo Louis Henrique Pinto. O café nas interpretações de Monteiro Lobato e Celso Furtado. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 616-641, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** (*O café nas interpretações de Monteiro Lobato e Celso Furtado*). O café foi um sistema de produção e organização sociopolítica e cultural fundamental na história e na trajetória do pensamento político e social brasileiro. Este artigo analisa de forma comparada as concepções de Monteiro Lobato e Celso Furtado sobre a economia cafeeira e suas implicações para a sociedade brasileira. Ambos os autores perceberam no café as bases da vocação agrária e de transição para a modernização. Analisar comparativamente as percepções literárias de Monteiro Lobato e as interpretações econômicas de Furtado é significativo para identificar nas diferentes perspectivas destes intelectuais a construção de um mosaico de interpretações sobre o café.

**Palavras-chave:** café, Monteiro Lobato, Celso Furtado, pensamento social, vocação agrária, modernização.

**Abstract:** (*Coffe in the interpretations of Monteiro Lobato and Celso Furtado*). Coffee represented a fundamental system of production and socio-political-cultural organization in the history and trajectory of Brazilian political and social thought. This article analyses in a comparative way the opinions of Monteiro Lobato and Celso Furtado on the coffee economy and its implications for Brazilian society. Both authors understood coffee to be the basis of the agrarian vocation and the transition to modernization. Analyzing comparatively the literary perceptions of Monteiro Lobato and the economic interpretations of Furtado allows us to identify their different perspectives in building a mosaic of interpretations on the place of coffee in Brazilian history.

**Keywords:** coffee, Monteiro Lobato, Celso Furtado, social thought, agrarian vocation, modernization.

Recebido em julho de 2017.

Aceito em agosto de 2017.

*Você Sabia?*

O lúdico como ferramenta organizativa  
no periódico *Terra Livre* (1954-64)

### **Teorias pecebistas e articulação dos trabalhadores rurais**

Em 25 de março de 1922, na região de Niterói, dissidentes do movimento anarquista dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, mobilizados pelo sucesso da revolução bolchevique e inspirados pelas diretrizes da Internacional Comunista (IC), fundaram o PCB. Em seus anos iniciais, os pecebistas defendiam que o socialismo sucederia o capitalismo, após este sofrer progressivas crises estruturais geradas por suas próprias contradições; ou seja, o socialismo só poderia ser instaurado em países com um capitalismo “desenvolvido”. Uma vez que o Brasil era interpretado como uma sociedade “semifeudal”, seria necessário abrir caminho para o desenvolvimento do capitalismo, por meio da revolução democrático-burguesa, para assim construir as condições necessárias à constituição da classe operária, responsável por guiar o país em direção ao socialismo. Nesse momento, os trabalhadores rurais eram considerados “pré-políticos” – ligados aos traços feudais de exploração e submetidos aos abusos dos latifundiários – e, por isso, excluídos das estratégias pecebistas (SOARES, 2011).

Em 1925, no II congresso do PCB, constatou-se a necessidade de aproximação dos trabalhadores rurais. Essa constatação ancora-se nas ideias defendidas por Octávio Brandão no seu livro *Agrarismo e industrialismo*, em que delegou aos trabalhadores rurais e urbanos a função de superar o feudalismo e o capitalismo, ao criarem e, posteriormente, superarem a classe média (WELCH, 2010; SOARES, 2010). Em fins de 1927, após ter sido colocado na ilegalidade, o PCB resolveu renomear o Bloco Operário como Bloco Operário-Camponês (BOC) (DEL ROIO, 2007). Esse “novo” bloco foi criado com o objetivo de ser uma frente eleitoral legal, que pretendia utilizar o apoio dos trabalhadores urbanos e rurais para angariar alianças com outros partidos e aproximar-

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: max\_fcp@hotmail.com.

se da pequena burguesia. Para conquistar o apoio da população rural, o BOC tinha como agenda a luta contra a ausência de incentivo à formação de cooperativas rurais e as insalubres condições de moradia e trabalho da população rural (WELCH, 2010). Por essa razão, autores como Silva (1993) e Medeiros (1995), destacaram que, nesse momento, o PCB se aproximou do trabalhador rural somente com interesse eleitoral, sem oferecer um programa sólido para a resolução dos seus principais problemas, resultado do desconhecimento das nuances e da heterogeneidade do campo brasileiro.

Foi durante a realização do seu terceiro congresso (1928) que o termo “camponês” deixou de ser utilizado para ilustrar uma pretensa aliança para assumir caráter político e sociológico (DEL ROIO, 2007). Nesse congresso, o PCB reconheceu sua ignorância e estipulou a criação de uma comissão para análise dos problemas agrários brasileiros. Além disso, propôs a luta por salários equivalentes ao custo de vida, saneamento básico, acesso à educação, direito à associação, formação de cooperativas e melhores condições de produção (WELCH, 2010; SANTOS, 2005). O trabalhador rural passou a ser caracterizado como classe revolucionária e fundamental aliada dos proletários na implantação da revolução. Essa nova forma de interpretar o papel do trabalhador rural resultou da reorientação teórica do partido, que elevou o imperialismo à categoria de principal inimigo e passou a considerar o fato da burguesia “haver capitulado diante desse inimigo” (DEL ROIO, 2007, p.81). Entretanto, os pecebistas acreditavam que a melhora da condição de vida da população rural só seria alcançada por meio de um governo proletário-camponês, capaz de retomar, sem indenização, as terras das mãos do Estado, dos imperialistas e dos latifundiários (SILVA, O., 1993). A redistribuição de terras e a melhora da condição socioeconômica do trabalhador rural eram interpretadas como estímulos à formação de um mercado interno, que aceleraria o desenvolvimento nacional, libertando o país do jugo do capital estrangeiro, e diminuiria as migrações, atenuando assim as pressões sobre os salários urbanos e possibilitando maior capacidade organizativa dos operários, caracterizados como dirigentes da revolução (MEDEIROS, 1995).

Somente após a sua terceira conferência nacional (1946), quando a ampliação das organizações camponesas foi definida como uma das diretrizes do partido e o latifúndio considerado um mal a ser combatido, o PCB atuou de forma sistemática no campo. É lugar comum na historiografia apontar que após 1946 o PCB teve relevante atuação na tradução para o mundo rural dos direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos e na articulação de demandas anteriormente esparsas. Exemplo dessas atuações no campo foram as Ligas Camponesas Comunistas e as irmandades. As irmandades tiveram atuação efêmera e

concentrada em Goiás, ao contrário das Ligas Camponesas Comunistas, que, criadas em 1945 para organizar as categorias rurais não assalariadas e assalariadas, atuaram em Pernambuco, Guanabara, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná e Minas Gerais, lutando por meio da assessoria jurídica e do envio de memoriais aos poderes públicos (SANTOS, 2005). Em abril de 1947, o PCB teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (SILVA, O., 1993); em consequência, a atuação das Ligas foi interrompida. Alguns núcleos tentaram continuar agindo, mas foram repetidamente reprimidos.

Apesar da intensa repressão, o PCB continuou a propor teses para o campo brasileiro. Em 1950, o partido lançou o “Manifesto de Agosto” que, apesar de manter a tese da revolução etapista, refutava a aliança com a burguesia nacional – apresentando como aliados dos proletários urbanos, os trabalhadores rurais e setores das classes médias urbanas – e criticava o caminho institucional para a realização de mudanças (BADARÓ, 2012; SALES, 2005). Essas transformações teóricas refletiram nas proposições do partido para o campo brasileiro, que, na primeira metade dos anos cinquenta, propôs: a ampliação das organizações camponesas; a resistência armada do camponês; a desapropriação de terras para reforma agrária sem indenização ao proprietário; a extinção da meação, do foro, da terça, do vale-barracão e de todas as demais formas de prestação de serviços gratuitos; o fim do pagamento *in natura* (com participação no produto e/ou o direito de utilizar as terras do proprietário); a anulação de todas as dívidas dos camponeses; e a garantia à produção (MEDEIROS, 1983).

Em 1952, o PCB passou a se preocupar com a sindicalização dos trabalhadores rurais, tendo como referencial a ideia de que somente os assalariados agrícolas deveriam se filiar ao sindicato, pois enxergava no mesmo uma única função: alcançar melhores condições de trabalho e salários (MEDEIROS, 1995; DEZEMONE e GRYSZPAN, 2007). A luta por meio dos sindicatos era difícil, haja vista a necessidade de reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho, que raramente concedia. Outros fatores também contribuía para o baixo número de sindicatos rurais. O próprio PCB afirmava ser difícil organizar esses trabalhadores em razão da dispersão, da negação de direitos, da intensa repressão, das migrações e da falta de tradição organizativa. Ademais, em concordância com a radicalidade presente nas teorias do partido e preocupados em instaurar o mais rápido possível a revolução, os pecebistas ao articularem um sindicato, sequer preocupavam-se em obter seu registro, prontamente queriam utilizá-los para lograr lutas armadas (MEDEIROS, 1995).

O referido apoio à resistência armada ganhou contornos mais claros durante a formação da República Socialista de Trombas e Formoso, a guerrilha de Porecatu e a Revolta Camponesa de 1957. O projeto de

ampliação das organizações camponesas, por sua vez, materializou-se durante a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (1954), quando, influenciados pelas ideias discutidas na I Conferência Internacional da União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (Viena, 1953),<sup>2</sup> membros do PCB decidiram pela criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (COSTA, 1990). A ULTAB foi criada para coordenar as associações de trabalhadores rurais já existentes, tanto as de assalariados agrícolas como as de camponeses, em torno de campanhas pela reforma agrária, pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo e pelo congelamento de preços (MEDEIROS, 1983).

O caráter sectário e radical das propostas do PCB durou pouco. Após a denúncia no XX congresso do PCUS (1956) dos crimes praticados por Stálin, o PCB reconsiderou a relação hierarquizada que tinha com o mesmo, vislumbrando a necessidade de traçar uma estratégia mais adequada às necessidades autóctones (SILVA, O., 1993; SOARES, 2011; BADARÓ, 2012; SALES, 2005). As proposições que surgiram dessa reavaliação pouco se aproximavam das ideias que vimos até o momento. O PCB, por meio da “Declaração de Março” (1958), renunciou o caráter insurrecional da revolução em nome da luta democrática pelas vias institucionais. Essa mudança baseava-se na observação do crescimento do número de parlamentares dedicados à promoção de projetos nacionalistas e democráticos, o que, na opinião do partido, possibilitaria a superação pacífica da dominação imperialista norte-americana (DEZEMONE e GRYSZPAN, 2007; MEDEIROS, 1995). Tendo como base essa interpretação, o PCB reorientou suas propostas para o campo brasileiro. O programa agrário radical baseado na reforma agrária com redistribuição de terras foi substituído por lutas parciais contra a grilagem, o despejo, as altas taxas de arrendamento e a ausência de uma legislação trabalhista rural. Os pecebistas acreditavam que um projeto mais moderado seria capaz de articular uma frente única nacionalista composta por proletariados, camponeses, burguesia e latifundiários contrários ao imperialismo (DEZEMONE e GRYSZPAN, 2007; SALES, 2005; MEDEIROS, 1983 e 1995; SILVA, O., 1993; SOARES, 2011).

Em meio a esse processo de reorganização teórica, o papel do sindicato também sofreu alteração. O sindicato deixou de ser interpretado como espaço único e exclusivo de resolução das questões trabalhistas dos assalariados agrícolas. O PCB passou a privilegiar a ação política dos sindicatos, que assumiram posição estratégica na luta nacionalista contra o latifúndio e o imperialismo norte-americano. Nesse processo, a bandeira da reforma agrária assumiu a função de agitação e aglutinação dos

---

<sup>2</sup> Oito membros foram enviados pelo PCB a essa conferência - fazia parte desta comitiva Heros Trench, editor do *Terra Liore* (COSTA, 1990).

diferentes setores dos trabalhadores rurais. Tendo como referência essa nova forma de pensar o sindicato, o PCB investiu em processos de sindicalização da população rural no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, regiões caracterizadas por intensos conflitos pelo acesso à terra, e de forma mais pontual em Minas Gerais, Espírito Santo e Maranhão. Essas ações resultaram na formação de quase cinquenta sindicatos, porém, nenhum reconhecido pelo Ministério do Trabalho (COSTA, 1990). Em 1963, essa situação mudou, o número de sindicatos reconhecidos aumentou significativamente, resultado da nomeação de Almino Afonso, aliado do PCB, para o cargo de ministro do Trabalho. Como Ricci (1999) destacou, na própria Comissão Nacional de Sindicalização, criada pelo governo federal em 1963, o PCB teve influência.

### **O Terra Livre**

A imprensa comunista brasileira surgiu em 1.º de maio de 1925, com o periódico *Classe Operária*, que “penetrou no meio das massas, desde Manaus e Belém até Boavista do Exim, no Rio Grande do Sul” (BRANDÃO, 1977, p.47). Tendo como referência as ações do PCUS, o PCB considerava os periódicos uma importante forma de atuar na constituição dos modos de vida, das perspectivas, da consciência histórica e da organização coletiva da sociedade, ao articular, divulgar e disseminar projetos, ideias e valores (BADARÓ, 2012). Em 1946, a fim de alcançar esses objetivos, foi lançada a campanha “Imprensa Popular”. Essa campanha – baseada na homônima lançada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e adotada como diretriz pelos partidos comunistas após a III Internacional – foi desenvolvida em torno de três eixos: educar, esclarecer e organizar. Para tanto, preocupavam-se em utilizar: a) linguagem acessível; b) recursos iconográficos; c) repórteres locais, que transmitiriam a “verdade” ao ouvir os envolvidos, escolher os documentos, nomear e datar os acontecimentos, organizar fichários e fazer estatísticas (SOARES, 2011). Nesse processo de reconhecimento da imprensa como importante forma de propagação das ideias do partido, alguns periódicos foram lançados: *Imprensa Popular* (1948-58), *Tribuna Popular* (1948-58), *Novos Rumos* (1959-64), *Voz Operária* (1949-59) e *Notícias de Hoje* (1949). Esses jornais tinham como características: a irregularidade, resultado da intensa perseguição ao PCB; a publicação de diretrizes do partido; a análise do comunismo no mundo; a divulgação das lutas operárias; e, em razão da apologia à aliança operário-camponesa, a publicação de notícias sobre o campo brasileiro (MEDEIROS, 1995; SOARES, 2011; SOUZA, 2005; BARBOSA, 2014).

No mesmo ano em que iniciou a atuação sistemática no campo brasileiro, o PCB elaborou um periódico específico para os trabalhadores

rurais do estado de São Paulo: *O Guatambú* [1946], que “fazia referência direta a uma árvore cuja madeira era utilizada para se fazer o cabo da enxada (...) e buscava construir uma identidade comum entre os trabalhadores rurais” (BARBOSA, 2014; p. 14). Em 1949, o PCB iniciou a produção do periódico paulista *Nossa Terra*, que em 1954 passou a ser chamado de *Terra Livre*: a terra para os que nela trabalham. Publicado quinzenalmente até o ano de 1956 e mensalmente a partir de 1957, o *Terra Livre* foi acometido por sucessivos problemas de circulação devido à falta de recursos – o periódico tinha forte dependência do setor financeiro do PCB –, à clandestinidade e às reformulações internas do partido, como a que ocorreu após o XX Congresso do Partido PCUS. Apesar desses empecilhos, o periódico possuía tiragem de 30.000 exemplares e inserção em diferentes regiões do Brasil, com sucursais em Pernambuco (1954), Ceará (1955) e Paraná (1955), corretores de assinaturas em Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Paraná, São Paulo, Amazonas, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasília, e correspondentes nos já citados, além de Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe.

O *Terra Livre* era o principal instrumento de veiculação das ideias do PCB no campo brasileiro e, por isso, era organizado para ser bem-aceito entre os trabalhadores rurais. Para atingir esses objetivos, o jornal noticiava a situação do campo brasileiro, em especial as lutas pela posse da terra e por melhores condições de trabalho; expunha as lutas dos trabalhadores rurais que buscavam a direção do jornal para denunciar as suas condições de vida; anunciava as Assembleias Gerais da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB); discutia as ações e os projetos do governo para o campo brasileiro; publicava orientações sobre técnicas agropecuárias e orientava os trabalhadores rurais sobre seus direitos. De nada adiantaria essa organização se os trabalhadores rurais não tivessem acesso a essas informações. Por isso, o periódico orientava aqueles que eram alfabetizados a se reunirem com os demais lavradores, que em sua maioria eram analfabetos, para a leitura coletiva do jornal. Além dessa estratégia de leitura, o periódico lançava mão de linguagem simples, de imagens e do lúdico.

O imagético e o lúdico eram recorrentemente utilizados no espaço “Almanaque”, também intitulado “Pequeno Almanaque de Terra Livre”. Este era destinado à publicação de orientações agropecuárias, piadas, indicações bibliográficas, fábulas, conselhos caseiros, charges, tirinhas, horóscopo e cuidados médicos. Nas primeiras edições, o “Almanaque” tinha como espaço a parte inferior das páginas pares, aos poucos foi ocupando toda a área das páginas com numeração ímpar – espaço que atrai mais a atenção visual do leitor, por isso, os conteúdos mais importantes são colocados nessas páginas – até que, nas edições do ano de

1960, foi alocado nas páginas duplas centrais. Essas mudanças ilustram a importância do “Almanaque” na transmissão das diretrizes pecebistas.

### **Você Sabia?**

O “Almanaque” foi publicado em 80% dos números do *Terra Livre*. Esse espaço continha a coluna fixa “Você Sabia?”, dedicada à apresentação das características do corpo humano, do planeta Terra e de diferentes grupos sociais. Implementando uma estratégia pitoresca, o periódico alternava aspectos demasiadamente detalhistas e comuns a qualquer programa de perguntas e respostas – versando sobre a quantidade de água no corpo humano, dias que marcam o início e o final das estações do ano, horários dos eclipses, descobertas de Copérnico, hábitos dos esquimós, inovações da medicina e origem dos nomes – com apologia às ações da URSS e da China, críticas às ações dos latifundiários e do imperialismo norte-americano e apresentação da desigualdade socioeconômica no Brasil.

A partir de 1930 os jornais comunistas brasileiros apresentaram a URSS ao público leitor, representando-a como terra de fartura, alegria e plenitude, onde as terras eram coletivas e a agricultura mecanizada, o que aumentava a produtividade e diminuía o esforço do camponês (SOARES, 2011). O espaço “Você Sabia?” reproduzia essa caracterização da URSS, apresentando a soberania tecnológica e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e urbanos do país: “você sabia que a mais luxuosa estrada de ferro subterrânea que existe no mundo é o Metropolitano de Moscou, na URSS?” (TERRA LIVRE, edição 045, p. 2); “você sabia que a Universidade de Moscou tem 50 mil lâmpadas elétricas” (TERRA LIVRE, edição 046, p. 5); “você sabia que existem, na União Soviética, 35 mil cinemas rurais” (*Idem*); “você sabia que na União Soviética, onde as fábricas e a terra estão nas mãos dos operários e dos lavradores, todas as casas no campo são servidas de energia elétrica?” (TERRA LIVRE, edição 053, p. 2); “você sabia que se diz alô no telefone porque foi um húngaro, chamado Tivadar Puskas, quem lançou o primeiro chamado telefônico?” (TERRA LIVRE, edição 046, p. 5); “você sabia que a agricultura da União Soviética está tão avançada que já se conseguiu nesse país produzir algodão de diversas cores e cultivar verduras, como tomate em poucos dias?” (TERRA LIVRE, edição 054, p. 3). Enfatizar os avanços soviéticos na “corrida espacial” e na “corrida armamentista” (classificando suas ações como defensivas) também fazia parte da estratégia argumentativa do periódico. Por vezes, durante as orientações agropecuárias, o “Almanaque” publicava fotos das cadelas do programa espacial soviético, Laika, Strelka e Belka, e as utilizava como chamariz à exposição das benesses da energia nuclear a “serviço da paz” (TERRA LIVRE, edição 096, p. 6). Em contraposição, imputava aos norte-americanos a responsabilidade pela transformação dessa fonte de energia em arma: “Você sabia que as cinzas de uma bomba

atômica experimentada pelos norte-americanos em Bikini, no Oceano Pacífico, levaram à morte vários pescadores (...)” (TERRA LIVRE, edição 092, p. 4); “Você sabia que a bomba atômica lançada sobre a cidade de Hiroshima, no Japão, ao fim da Segunda Guerra Mundial, matou 80.000 pessoas e feriu outras 40.000?” (*Idem*).

Mesmo dedicando grande parte do conteúdo à URSS, essa coluna continha pontuais elogios à capacidade organizativa dos trabalhadores rurais chineses, por exemplo: “você sabia que na China comunista existem 84 jornais camponeses para os lavradores?” (TERRA LIVRE, edição 053, p. 2). O pequeno destaque concedido nesse espaço não representa o protagonismo da China nas abordagens do periódico. Entre 1955 e 1956, uma série de artigos sobre a Reforma Agrária Chinesa foi publicada. Assinados por um chinês e por uma enviada especial (fazendo uso do argumento de autoridade para legitimar as informações veiculadas), esses artigos enfatizavam o papel da aliança operário-camponesa, o estímulo à educação dos camponeses – em razão do índice de analfabetismo entre os trabalhadores rurais, o acesso à educação foi recorrentemente utilizado para legitimar a experiência socialista em outros países –, a intensa produção das cooperativas de trabalhadores rurais, a proclamação da igualdade da mulher, a superação das características feudais e a distribuição da terra para quem nela trabalha, igualando latifundiários e trabalhadores rurais, como ilustrado abaixo.

**Figura 1** – Reforma agrária chinesa e a transformação do latifundiário em camponês



Fonte: TERRA LIVRE, edição 062, p. 1.

Na tentativa de trazer o camponês para mais perto do seu ideal revolucionário, o jornal enfatizava que os latifundiários não eram os únicos responsáveis pelos problemas que os camponeses enfrentavam. Se o camponês quisesse superar a exploração, seria necessário entender que a luta de verdade acontecia na esfera política (SOUZA, 2005). Para tanto, o jornal adotou três pontos como linha argumentativa: I) apresentar esquemas de grilagem comandados por políticos - quando não eram apresentados como grileiros, alguns políticos eram expostos como protetores dos grileiros; II) associar a carestia e a fome à negligência dos governantes brasileiros, que realizavam investimentos desnecessários, instituíam cobrança demasiada de impostos sobre a produção do trabalhador rural, não regulavam os contratos de arrendamento e estavam subordinados aos interesses imperialistas; III) apresentar as instituições que aparelhavam as ações dos grileiros: a justiça, a polícia e o exército. A figura do juiz de direito, ou “jagunço de gravata” (TERRA LIVRE, edição 107, p. 3), omissor e conivente as ações dos grileiros era recorrente. A polícia e o Exército, por sua vez, eram caracterizados como braço armado a serviço dos grileiros, como é possível observar na Figura 2, que retrata os policiais como funcionários da fazenda, retirando o seu pagamento tal qual o assalariado rural comumente fazia.

**Figura 2** - Polícia paga para oprimir e escravizar os trabalhadores



Fonte: TERRA LIVRE, edição 054, p. 5.

Em concordância com essa estratégia argumentativa, o periódico utilizava a coluna “Você Sabia?” para apresentar os governantes como partes responsáveis pela exploração do trabalhador rural, desigualdade socioeconômica e inexistência de um controle sobre a remessa de lucros por parte das empresas norte-americanas: “você sabia que o Brasil é um dos países mais ricos do mundo e, no entanto, seu povo é um dos mais pobres do mundo?” (TERRA LIVRE, edição 044, p. 2); “você sabia que o charuto fumado pelo presidente Getúlio Vargas custa 60 cruzeiros e que

ele fuma 10 charutos por dia, segundo informações publicadas pelo jornal 'Última Hora'?" (TERRA LIVRE, edição 045, p. 2); "você sabia que o Sr. Lucas Garcez, ex-governador de São Paulo, deixou uma dívida de mais de 500 contos só de convites para banquetes? (TERRA LIVRE, edição 054, p. 3)"; "você sabia que o aluguel do avião da 'Panair' que levou o Sr. Café Filho a Portugal custou um milhão de cruzeiros?" (TERRA LIVRE, edição 056, p. 3); "você sabia que 400 companhias norte-americanas arrancaram do Brasil, no ano atrasado, 4,7 bilhões de Cruzeiro em Lucro?" (TERRA LIVRE, edição 055, p. 3); "você sabia que a companhia americana Standard Brands of Brazil obteve, em 1953, lucros de 216,4% sobre o capital?" (Idem)

**Vamos rir?**

O Tatuirão e ditinho

O Tatuirão parou o carro de luxo e tirando o charuto de 80,00 da boca esbravejou:

- Ditinho, abra aquela porteira!

- Não abro nada...

- Você não sabe que quem manda aqui sou eu?

- Então mande a porteira abrir-se sozinha...

(TERRA LIVRE, edição de 044, p. 2)

As piadas eram instrumentos fundamentais na circunscrição dos adversários. Duas malogradas tentativas de criação de colunas voltadas a este gênero textual foram realizadas: "Vamos Rir?" (edições de 1955 e 1960) e "Conhece Esta?" (edições de 1956). Ainda que sem coluna fixa, as piadas tinham espaço cativo no "Almanaque". Grande parte das piadas era destinada à caracterização dos latifundiários como gordos, cansados e ineficientes - assim como os latifúndios que lhe pertenciam -, preocupados em adquirir objetos que serviriam somente para a reafirmação do seu pretensão poder, como charutos e carros de luxo. Esta estratégia argumentativa ancorava-se na oposição de hábitos e necessidades, conferindo ao charuto a simbologia da ostentação e do autoritarismo em oposição à simplicidade genuína do cigarro de palha, comumente utilizado pelos trabalhadores rurais.

Outros adversários eram objetos de depreciação. O fiscal, ou administrador da fazenda, era apresentado como aquele interessado em lesar o trabalhador rural (TERRA LIVRE, edição 047, p. 7).

O imperialista norte-americano tinha o seu espaço:

Um americano desses que andam pelo mundo a explorar e a roubar o povo, ficou perdido nos grandes matos da África. Depois de muito andar encontrou um índio antropófago (que come gente) que bateu palmas e correu para abraçá-lo.

- Ué, você sabe quem sou? – perguntou o americano.
  - Se sei. Você é o meu almoço de hoje, respondeu o índio.
- (TERRA LIVRE, edição 069, p. 3)

Os vendedores e os intermediários também eram personagens das piadas:

#### Custo de Vida



O Vendedor – Em comparação com a semana que vem, os preços esta semana até que estão muito baixos!

A Freguesa – Toda semana o senhor me diz isso... e não sei onde vamos parar...

O Vendedor – Do jeito que as coisas vão a senhora nunca me pega na mentira. O mentiroso fica sendo só o governo, que promete toda hora baixar o custo de vida e nunca cumpre a palavra.

(TERRA LIVRE, edição 051, p. 4)

É possível perceber a caracterização do vendedor como “mentiroso” e “aproveitador”, feliz com a obrigatoriedade da mulher em pagar o preço estipulado à revelia. Durante os seus dez anos de circulação, diferentes conteúdos classificavam os vendedores e os intermediários como aproveitadores da carestia causada pela ação governamental. Segundo o *Terra Livre*, ao instituir cobrança demasiada de impostos sobre a produção do trabalhador rural, isentar os “maquinistas” e não regular os contratos de arrendamento e parceria, o governo federal possibilitava que os intermediários e os vendedores se apoderassem “do suor dos camponeses, a preço de ocasião, para vender ao consumidor da cidade a preços elevadíssimos” (TERRA LIVRE, edição 103, p. 1). Sabendo que os intermediários eram figuras malquistas no meio rural, o periódico os utilizava como eixo das críticas à atuação imperialista norte-americana. A tirinha “Vantagens do Comércio com a Rússia e a China” (TERRA LIVRE, edição 061, p. 3) representa bem essa tentativa de personificar a exploração imperialista a partir de práticas cotidianas. Ao criticar a relação comercial bilateral e desigual estabelecida entre o Brasil e os Estados Unidos, no que se refere à comercialização do café, o texto delegava aos norte-americanos a posição de intermediários, uma vez que

ditavam os preços para o nosso café, comprando barato e vendendo caro a outros países.

Antes de continuarmos analisando as formulações das piadas, cabe aqui destacar outra construção crítica à exploração imperialista, a partir de aspectos cotidianos. Entre janeiro e fevereiro de 1962, o periódico publicou a série “Um dia na vida do Brasilino”. Brasilino era “um bom burguês” que morava “em um apartamento qualquer, numa cidade qualquer” (TERRA LIVRE, edição 107, p. 4). O objetivo do jornal com essa série era “ver na vida de Brasilino, como todos os brasileiros pagam lucros ao imperialismo, que entra no Brasil em forma de CAPITAL ESTRANGEIRO” (*Idem*), apresentando hábitos cotidianos como: acordar e tomar seu café da manhã com leite que “vem de uma vaca alimentada com farelo REFINAZIL, da ‘Refinações de Milho do Brasil’ (Brasil Z), que é americana”; escovar os dentes com a escova “TEK, da Johnson e Johnson do Brasil (que é americana)”; fazer a barba com o seu aparelho “Gillete”; enxugar-se com a toalha felpuda da “Fiação da Lapa”, “que também não é da Lapa porque é Suíça”; usar o seu automóvel “Volkswagen”, “fabricado pela ‘Volkswagen Brasil’, que é Alemã” (TERRA LIVRE, edição 108, p. 4).

Voltemos às piadas:

#### Quem tem olho aberto não é roubado

Um latifundiário despediu o colono. E estava fazendo a conta do pagamento. Ia somando, diminuindo e dividindo os números para confundir o colono.

- 500 somando com tanto, diminuindo tanto e dividindo por tanto, dá tanto – ia dizendo o latifundiário. No fim disse: “você tem para receber 200 cruzeiros”.

O Colono que era analfabeto, condição esta que estava sendo aproveitada pelo latifundiário para fazer as tramoias, passou a mão numa varinha e começou a fazer uns rabiscos no chão.

O latifundiário, arregalando os olhos, disse: “O que é isso, Chico?”

- Tô fazendo as contas para vê quanto to seno robado.

Diante disso o latifundiário, assustado disse:

- Não estou roubando não. Houve um “engano” aqui nas minhas contas. Você tem para receber 2000 cruzeiros e não duzentos. Eu me enganei num zero...

(TERRA LIVRE, edição 074, p. 3)

Esse também era o momento de estimular o enfrentamento e depreciar os opressores ante a espartezza do trabalhador rural. Ao construir a imagem do trabalhador como sujeito que, apesar da ausência de educação formal, era dotado de destacável inteligência, o periódico

conquistava sua empatia e contribuía para a construção de um reforço positivo<sup>3</sup>. Os discursos produzidos por diferentes setores da sociedade brasileira costumavam classificar a população rural como *rustícola* – categorização que transmitia a ideia de incapacidade técnica, ingenuidade e inferioridade política. O patronato rural, interessado em combater a sindicalização classista e deslegitimar qualquer organização política dos trabalhadores rurais, associava *rustícola* a ingênuo, sinalizando que estes seriam facilmente coagidos por forças interessadas em reproduzir conflitos de classe exclusivos à cidade e, por conseguinte, acabar com a “harmonia” entre empregados e empregadores no campo (MEDEIROS, 2010). Ademais, utilizavam o termo para adjetivar a incapacidade técnica dos trabalhadores rurais e deslegitimar qualquer proposta de interpretação dos problemas do campo a partir da concentração fundiária, pois defendiam que a improdutividade rural estava relacionada, única e exclusivamente, a essa incapacidade (MENDONÇA, 2010). Setores urbanos também compartilhavam dessa interpretação, haja vista o sucesso da obra *Urupês* (1918), onde Monteiro Lobato, por meio do personagem “Jeca Tatu”, caracterizava o trabalhador rural como ignorante e preguiçoso. Ao se aproximar do PCB, a forma como o autor pensou o homem do campo sofreu pequenas alterações. Em 1947, Lobato publicou o folheto “Zé Brasil”, que funcionou como uma revisitação à Jeca Tatu. O trabalhador rural não era mais representado como preguiçoso, pelo contrário, explicou sua miséria a partir da concentração fundiária, dificuldade de aquisição de insumos artificiais, ausência de assistência médica e exploração patronal. Apesar dessa mudança, o escritor continuou caracterizando o trabalhador rural como inferior, nesse caso, sem capacidade técnica e consciência política, que só reconheceu as possibilidades de luta e o tamanho da sua força após contato com o “cavaleiro da esperança”, Luiz Carlos Prestes.

O folheto “Zé Brasil” teve reconhecida circulação no meio rural (MORAIS, 1969) e a caracterização visual do latifundiário nas páginas do *Terra Livre* tinha como referência a imagem construída na edição desenhada por Percy Deanne<sup>4</sup> – ver Figuras 3 e 4. Essa não foi a única utilização que o *Terra Livre* fez do folheto. Na edição de dezembro de

---

<sup>3</sup> A informação publicada na primeira quinzena de dezembro de 1956 legitima essa intenção: “Billy Wardale, um cidadão inglês que não sabia ler e escrever (era analfabeto), foi eleito quatro vezes seguidas para prefeito do município de Grimsby, na Inglaterra. A maioria dos seus eleitores era também analfabeta. Isso não quer dizer que é tolice saber e ser instruído, mas prova que, mesmo analfabeta, uma pessoa pode votar e ser votada e ser também um bom governo” (TERRA LIVRE, edição 075, p. 3).

<sup>4</sup> Em 1948, o folheto foi publicado pela editora Calvino Filho, tendo como responsável pela arte o pintor Cândido Portinari. Para análise densa sobre os componentes visuais dessa edição, cf. SOARES, 2010

1962, o jornal republicou, no “Pequeno Almanaque de Terra Livre”, a história. Na estreia dessa série, o jornal apresentava como objetivo analisar as mudanças na qualidade de vida do camponês, enfatizando a sua deterioração. Porém, na publicação das terceira e quarta partes, observamos que o objetivo não era apenas esse. Em uma clara adaptação da história original, o periódico utilizou o espaço para apresentar as funções e objetivos do sindicato rural, que, segundo o jornal, era “uma organização onde os trabalhadores se associam para discutir seus problemas e reclamar do governo aquilo que estão precisando”, capaz de conseguir “que todos os que trabalham na terra sejam donos de um sítio de bom tamanho” (TERRA LIVRE, edição 119, p. 4). Cabe destacar que esse último trecho demonstra a mudança de perspectiva da função do sindicato, que, a partir da década de 1960, foi organizado a partir da ação política, utilizando a bandeira da reforma agrária para aglutinar os diferentes setores dos trabalhadores rurais (COSTA, 1990).

**Figura 3** – Latifundiário no *Zé Brasil*    **Figura 4** – Latifundiário no *Terra Livre*



Fonte: LOBATO, 1947, p. 24.



Fonte: TERRA LIVRE, edição 069, p. 2.

Além da história de “Zé Brasil”, a arte gráfica também foi utilizada como importante ferramenta para demonstrar a importância da sindicalização. O jornal publicou história em quadrinhos e caracterizou o trabalhador rural como aquele que luta com a carta de sindicalização em suas mãos, arrastando multidões (Figuras 5 e 6). Apesar da caracterização positiva dos trabalhadores rurais, em alguns momentos, o periódico publicava conteúdos que reforçavam a posição dos trabalhadores urbanos como orientadores e despertadores da consciência de classe entre os assalariados rurais. Por exemplo, a tirinha publicada na primeira quinzena de novembro de 1955 apresentava a trajetória do trabalhador rural “João Carreiro”, que somente despertou para as possibilidades de luta e resistência ao escutar e conversar com um farmacêutico, um alfaiate e um carpinteiro (TERRA LIVRE, edição 059, p.3).

Figura 5 – História em quadrinhos



Fonte: TERRA LIVRE, edição 130, p. 4.

Figura 6 – O trabalhador rural e a carta de sindicalização



Fonte: TERRA LIVRE, edição 119, p. 7.

### “Livros para você”

Em diferentes edições, o periódico oferecia indicações bibliográficas, ora estimulando a aquisição de livros por meio de reembolso postal – títulos sobre a União Soviética, a China e o campo brasileiro – ora publicando trechos de obras no “Almanaque”. Nas primeiras edições de 1954, o periódico publicou fragmentos do livro *Preto no Branco*, que versava sobre as técnicas de comunicação e linguagem praticadas no decorrer da história. Na edição da segunda quinzena de agosto de

1954, o periódico selecionou trechos que explicavam a metodologia da escrita pictográfica – prática que utilizava desenhos figurativos para caracterizar o objeto representado. Ao lado desses trechos, concluindo uma complexa estratégia argumentativa, publicou-se o seguinte enigma:

Figura 7 – Carta Enigmática



Fonte: TERRA LIVRE, edição 047, p. 7.

A resposta dessa carta enigmática nunca foi divulgada. Após análise, chegamos à seguinte resposta: “Caro compadre Zé Machado, por estas mal riscadas linhas desejo te falar a respeito das eleições. Como não sou Tatuíra votarei nos candidatos da [panela] que são os únicos descentes e capazes. Faça o mesmo, compadre. Um abraço, do Serapião”. Infelizmente, não usufruímos do prêmio oferecido pelo jornal àqueles que enviaram a resposta à redação do periódico: um folheto da nova lei do salário mínimo de 1954. Em concordância com as diretrizes do IV Congresso do PCB, o conteúdo do *Terra Livre*, nas edições de 1954, tinha como eixo organizador a defesa do pagamento do salário mínimo a todos os trabalhadores rurais. No “Almanaque”, por exemplo, eram publicados os dias em que deveria ser exercido o descanso semanal remunerado, alertando, inclusive, que “se por algum motivo trabalharem num destes dias, devem receber o dobro” (TERRA LIVRE, edição 064, p. 3).

Com exceção de momentos pontuais – como a defesa da reforma agrária radical e da resistência armada, após o partido definir, na “Declaração de Março”, um projeto mais moderado para o campo – a confluência entre as proposições do comitê central e o conteúdo do periódico era constante. A chamada veiculada na primeira quinzena de junho de 1955 exemplifica essa concordância. No artigo “Os lavradores e as eleições de outubro”, o periódico destacou a capacidade organizativa dos lavradores em eleger, na capital de São Paulo, “candidatos que se comprometeram a lutar por um programa popular” (TERRA LIVRE, edição 057, p. 1) e solicitava que os trabalhadores rurais continuassem estimulando “em cada lugar a união entre os comunistas, os trabalhistas, os pessedistas e outros que desejam garantir a eleição de um Presidente da República patriota e defensor dos interesses do povo” (Idem). Esse presidente era Juscelino Kubitschek. A candidatura de JK tinha como sustentação política a aliança PTB/PSD. Esses partidos tinham concepções e propostas distintas para o campo brasileiro. Enquanto o PTB apoiava a realização de uma reforma agrária, chegando a incluí-la como segundo item de um programa de sete pontos,<sup>5</sup> o PSD, partido constituído essencialmente por ruralistas, era contrário a qualquer mudança na estrutura agrária (LOSADA, 2003). Apesar de naquele momento o PTB estar em franco crescimento, os partidos associados aos ruralistas – PSD e UDN – detinham maioria no congresso e era a economia agroexportadora que trazia divisas para o país (LOSADA, 2003). JK sabia que não poderia ir contra os interesses ruralistas se quisesse a implantação de suas propostas. Por isso, durante o seu governo, optou por manter uma política próxima aos interesses da maioria parlamentar, ou seja, não propôs nenhuma mudança na estrutura agrária (MEDEIROS, 1983). Por que o periódico consideraria o voto como estratégia de atuação no momento em que o comitê central defendia a luta radical e insurrecional? Por que estimularia os trabalhadores rurais a angariar votos para o partido representante dos latifundiários? Essa mobilização paradoxal tem sua resposta no clima golpista instaurado durante os governos de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos (COSTA, 1990). A interpretação pecebista dessa conjuntura consistia na ideia de que a liberdade democrática e a constitucionalidade eram fundamentais para a plenitude das ações do partido e das organizações dos trabalhadores. Dessa forma, o PCB orientou suas forças ao apoio de candidatos democráticos que, uma vez no poder, permitiriam a volta do partido à legalidade formal ou

---

<sup>5</sup> A reforma agrária proposta pelo PTB previa a extinção do latifúndio improdutivo, a concessão de créditos aos pequenos proprietários e a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural (MEDEIROS, 1983).

prática. Ademais, a estratégia pecebista previa que, uma vez eleito, o partido iria mobilizar forças progressistas para a transformação desse governo.

Nas eleições de 1961, os trabalhadores rurais conseguiram eleger diversos representantes, como o “vereador camponês” Afrânio Serapião de Albuquerque (TERRA LIVRE, edição 106, p. 7), possível remetente da carta enigmática. Com relação ao destinatário da carta podemos lançar duas indagações: seria “Zé Machado”, José Machado Borges, presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Barretos e personagem de destaque nas páginas do periódico? Utilizar a alcunha “Zé” seria uma forma de facilitar a interlocução ao criar um pretenso sentimento de familiaridade? Com relação à segunda indagação, podemos reconhecer que esta era uma forma recorrente de caracterizar os homens do campo e o próprio periódico criou personagens com o nome “Zé”, como o personagem “Zé Meeiro” (TERRA LIVRE, edição 052, p. 2) e “Zé João” (TERRA LIVRE, edição 087, p. 11). Apesar de não encontrarmos em outras edições a utilização do termo “Zé Machado” para classificar os trabalhadores rurais, fica aqui esta hipótese.

O trabalhador rural José Machado era negro. Mobilizados pelas questões propostas por Álvaro Nascimento (2016), empreendemos a tentativa de apresentar a questão identitária negra na estrutura argumentativa do periódico. Dois dos três presidentes da ULTAB eram negros: Geraldo Tiburcio e Lyndolpho Silva. Esse dado não poderia ser diferente, pois estamos falando de uma categoria social que, apesar de comumente tratada sob a insígnia geral e uniforme de “trabalhadores rurais”, era composta, majoritariamente, por negros e mestiços. Essa composição influenciou parte dos argumentos e das caracterizações desenvolvidas pelo periódico. O primeiro ponto de destaque é a preocupação do periódico em ir pela contramão da caracterização homogeneizadora dos trabalhadores rurais. Apesar de tentar criar uma linguagem de classe ao inserir os trabalhadores em uma “rede mais ampla, que mostrava situações semelhantes à sua e, através desse espelhamento, indicava sua crueza, generalidade e possibilidades de alteração” (MEDEIROS, 1995, p. 77), o *Terra Livre* atentava para a identidade étnica dos trabalhadores rurais, como é possível perceber nas Figuras 8 e 9.

**Figura 8** – Característica étnica



Fonte: TERRA LIVRE, edição 101, p. 4.

**Figura 9** – Característica étnica



Fonte: TERRA LIVRE, edição 049, p. 3.

A identidade étnica também permeava a parte textual do periódico. A piada publicada na edição de março de 1960 caracterizava o latifundiário como “branco rosado” e o camponês como “nêgo velho”:

Não havia pergunta maliciosa ou dito visando ofender Julião, que não encontrasse do velho camponês uma pronta resposta. Um dia percorrendo janela por janela do trem de passageiros, para oferecer seu milho cozido, deparou com um branco rosado

e de barriga grande, viajante de 1ª classe, decerto um latifundiário.

- Ô moço, olha o milinho cozido. Dois cruzeiros a espiga. Vai uma?...

- Sai daí nêgo velho. Quem come o milho é cavalo - respondeu o viajante. Bem não come...?

- UAI! E burro também come?...

(TERRA LIVRE, edição 089, p. 5)

O passado recente da escravidão vigorou nas estruturas argumentativas do periódico. Tal sistematização era voltada tanto à opinião pública como aos próprios trabalhadores. Remeter a um período trágico para os ancestrais dessas pessoas foi uma importante estratégia de mobilização. Para tanto, classificavam o trabalhador rural como escravo do latifúndio e do imperialismo norte-americano; caracterizavam a opressão patronal a partir de práticas do regime escravocrata, enfatizando, simbolicamente, o uso do chicote - por exemplo, "ficando o trabalhador que se rebelar, sujeito a castigo de 30 a 100 chicotadas" (TERRA LIVRE, edição 121, p. 4) e "submetidos a um regime escravo de chicote" (TERRA LIVRE, edição 101, p. 1) -; publicavam charges que retratavam o trabalhador rural acorrentado ao tronco, sendo açoitado pelos latifundiários.

Figura 10 - Escravização do trabalhador rural



Fonte: TERRA LIVRE, edição 118, p. 2.

Tirinhas também eram publicadas com o intuito de reforçar a ideia de continuidade do regime escravocrata. Na primeira quinzena de junho de 1955, o jornal publicou a história de Castro Alves, optando por apresentar o papel dos escravizados na promulgação da abolição e atentar para a linhagem da classe dominante brasileira, ao defender que os Tatufras

eram “filhos e netos dos senhores de escravos” (TERRA LIVRE, edição 057, p. 3). Na primeira quinzena de julho de 1954, o periódico publicou uma adaptação do romance “Cabana do Pai Tomás”. A forma como a adaptação foi concluída ressalta a ideia de continuidade das práticas escravocratas:

Georges mandou cavar uma sepultura, à sombra de uma árvore, e ali enterrou Pai Tomás. Porém, nas outras plantações, os negros, cansados de ser explorados, torturados e separados de sua família, têm ainda que travar uma longa luta para serem reconhecidos como homens livres. **E, hoje, sua luta continua.**  
(TERRA LIVRE, edição 044, p.1, grifo meu)

Na tentativa de demonstrar a sistematização da opressão e da violência no campo como continuação de um passado escravocrata não superado, o periódico publicava cartas e depoimentos que denunciavam o trabalho escravo no campo brasileiro.<sup>6</sup> Na segunda quinzena de abril de 1955, o periódico publicou a denúncia “Vendido como Escravo”, onde o trabalhador rural Pedro Rafael de Lima, natural do Rio Grande do Norte, narra o seu processo de escravização. Os trechos dessa denúncia necessitam ser destacados, haja vista a proximidade com práticas ainda comuns na sociedade brasileira, como a ação dos agenciadores, a venda de pessoas e a restrição da sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador:

Saí do Rio Grande do Norte em outubro de 1953, em cima de um pau de arara. O proprietário do caminhão, que me trouxe, se chama Chico Binho, morador em São Vicente (...) não paguei nada pela viagem. O dono do caminhão já tem contrato como os fazendeiros do Sul para não cobrar nada, a fim de que o pessoal fique escravizado (...) fui vendido por 850 cruzeiros.  
(TERRA LIVRE, edição 055, p. 4)

Por fim, destacamos a importância do combate ao racismo na legitimação e crítica de sistemas políticos. Dentro de um jornal voltado à questão agrária, era possível encontrar notícias sobre as manifestações pelos direitos civis e a violência contra negros nos Estados Unidos. O “Almanaque” tinha função nessa estratégia argumentativa, o espaço “Você Sabia?” era utilizado como recurso: “você sabia que nos Estados

---

<sup>6</sup> Essas notícias foram publicadas em um contexto internacional de combate às permanências da escravidão. Em 7 de dezembro de 1953, o Protocolo aberto à assinatura na sede das Nações Unidas, em Nova York, foi adicionado à Convenção Sobre a Escravatura, assinada em Genebra (1926). Em 7 de setembro de 1956, a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura foi adotada em Genebra.

Unidos, apesar de ter sido abolida há dezenas de anos a escravidão, os negros continuam sendo perseguidos e em muitos Estados não podem frequentar as mesmas escolas dos brancos, os mesmos cinemas, hotéis e etc.?" (TERRA LIVRE, edição 051, p. 2); "você sabia que os negros nos Estados Unidos até na Igreja são obrigados a sentarem-se atrás e bem separados dos brancos?" (TERRA LIVRE, edição 124, p. 4). A apresentação das perseguições que os negros norte-americanos sofriam era a principal estratégia empregada pelo periódico para deslegitimar o "american way of life". Ao mesmo tempo, uma das formas de legitimar as mudanças empreendidas durante a revolução cubana consistia em atentar para o reconhecimento dos direitos dos negros à igualdade civil, social e política (TERRA LIVRE, edição 095, p. 1).<sup>7</sup>

### Formigas, lobos e ovelhas

Fábulas foram publicadas com o objetivo de circunscrever as formas de atuação dos "inimigos".<sup>8</sup> Na página três da primeira quinzena de novembro de 1955, encontramos a fábula "Antes tarde do que nunca", composta por quatro personagens: a formiga valente (trabalhadores rurais), a formiga mágica (setores da Igreja católica), a rainha (governantes) e as formigas protegidas pela rainha (latifundiários). Com uma linguagem simples, o texto narra o problema enfrentado pelas formigas "trabalhadoras" que "não recebiam a alimentação em conformidade com o trabalho [executado]" - ou seja, não ganhavam o salário mínimo, reivindicação que organizava o periódico nos anos de 1950 -, em contraposição às formigas protegidas "que já há alguns anos nada faziam além de ficar todo o tempo descansando". Inconformadas com a situação, as formigas deflagraram uma greve, que as desgastou e, assim, favoreceu a atuação da "formiga mágica". O discurso de conformidade propagado por esta formiga foi combatido graças à formiga valente, responsável por instigar a continuidade da luta e, por isso, conseguir "mantimentos, alegria e amizade".

Novamente, é possível perceber o destaque à relação entre latifundiários e setores governantes, porém, um adversário novo foi introduzido no arcabouço explicativo da exploração do trabalhador rural: a Igreja. A crítica à Igreja ganhou contornos mais claros a partir de 1961, quando a

---

<sup>7</sup> Cabe aqui destacar que a retomada do passado escravocrata e a apresentação da luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis como forma de crítica ao "modo de vida americano" também foram estratégias argumentativas implementadas pelo periódico *A Liga* (dirigido pelas Ligas Camponesas e voltado à população rural). Essa constatação reafirma a importância da identidade negra na construção argumentativa dos movimentos que atuavam na organização política da população rural.

<sup>8</sup> A utilização da palavra "inimigo" era recorrente. A utilização dessa palavra no lugar de "adversário", evidencia a tentativa de trazer afetividade à luta, demonstrar empatia e interiorizar práticas.

instituição despontou como importante adversária nas disputas pela organização dos trabalhadores rurais em torno de sindicatos. O *Terra Livre* utilizava falácias baseadas no argumento contra a pessoa para deslegitimar a atuação da Igreja, apresentando desvios de comportamento de padres e bispos (TERRA LIVRE, edição 098, p. 7). Outra estratégia para deslegitimar a atuação da Igreja católica era indicar a ligação entre latifundiários e seus membros (TERRA LIVRE, edição 102, p. 2). Concomitantemente a essa ligação, o jornal atentava para a atuação dos membros da igreja – padres e bispos – como estimuladores da violência contra a população rural, ao se articularem com os jagunços. Sabendo da religiosidade dos trabalhadores rurais, os editores procuravam relativizar suas críticas à Igreja, demonstrando não estar contra a instituição, mas contra os “falsos representantes de Cristo” (TERRA LIVRE, edição 114, p. 2) que fazem uso do “bom nome da Igreja católica” para continuar estimulando a exploração do camponês.

Na edição de julho de 1961, publicou-se a fábula “A Lei dos lobos e o direito das ovelhas”, utilizada para questionar o papel da justiça e atentar para o direito da resistência armada. A narrativa retratou os conflitos entre lobos (latifundiários) e ovelhas (trabalhadores rurais) reunidas em “Associações e Ligas de animais”<sup>9</sup>. Mesmo lutando para que diferentes setores da sociedade brasileira, ou melhor, “animais que não são ovelhas” não mais acreditassem na existência de “Lobos ‘bonzinhos’”, as leis criadas pelos “animais grandes”, leia-se governantes, concordavam “que era preciso defender as ovelhas, mas era preciso também não perseguir os pobres lobos”. Apesar de considerar a justiça instrumento de ação dos latifundiários, o *Terra Livre* incentivava a sua utilização como meio de assegurar e conquistar direitos:

quando um lobo ficar insolente perto do rebanho, e mostrar-se desejoso de devorar uma ovelha, as outras têm o direito de agarrá-lo pela gola e levá-lo à presença do Conselho de Animais. A lei foi aprovada, mas, até hoje, sejam as ovelhas acusadas ou acusadoras, só temos visto lobos carregar ovelhas para o mato e devorá-las. (TERRA LIVRE, edição 101, p. 4)

A forma encontrada pelas ovelhas para superar esse controle da justiça foi, a exemplo dos “posseiros do sudoeste do Paraná (...), varrer a bala os jagunços fardados a serviço dos grandes proprietários de terra” (TERRA

---

<sup>9</sup> Retomando as discussões realizadas no tópico “Vamos rir?”, cabe destacar a escolha da “ovelha” para representar os trabalhadores rurais. Em uma fábula, cada animal simboliza aspectos e qualidades dos humanos a serem representados. A ovelha representa inocência e fragilidade.

LIVRE, edição 101, p. 4).<sup>10</sup> A luta armada era apresentada como resistência de última necessidade aos ataques dos jagunços, que “provocam os tiroteios e dizem que são atacados pelos camponeses” (TERRA LIVRE, edição 101, p. 8), e aos abusos dos próprios latifundiários. Além de justificar a utilização da luta armada, o *Terra Livre* procurava fazer apologia da mesma. Para tanto, classificava os camponeses envolvidos em movimentos de resistência armada como “bravos” e “homens de verdade”, os entrevistava, expunha as suas conquistas e apresentava o caráter legal da resistência armada.

## Luta de Classes

Qualquer espaço era utilizado para mobilizar os trabalhadores rurais à luta. Em fevereiro de 1960, o “Pequeno Almanaque” passou a contar com a coluna “Pensamentos Célebres”, utilizada para inculcar frases acerca da luta de classes e do caráter nobre da pobreza: “Somente vive quem luta” (TERRA LIVRE, edição 098, p. 4); “Viver não é meramente respirar, é agir” (*Idem*); “É melhor morrer de pé do que viver de joelhos” (TERRA LIVRE, edição 097, p. 4); “Não é pobre aquele que tem pouco, mas sim aquele que deseja muito para dominar outros” (*Idem*); “Prefere ser pobre por ter sido justo, a ser rico por meio da injustiça” (TERRA LIVRE, edição 099, p. 5).

Outra iniciativa voltada ao estímulo da luta foi a publicação do espaço “Conselhos Caseiros”, cujo objetivo era apresentar as melhores formas de educar as crianças, alimentar os recém-nascidos e cuidar das enfermidades infantojuvenis. Esse espaço era utilizado para identificar os responsáveis pelas dificuldades cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores rurais. Ao criticar a prática de uma educação infantil atemorizadora, alertava para a formação de adultos “medrosos e sem coragem para enfrentar as lutas da vida” (TERRA LIVRE, edição 069, p. 3). Ao orientar as “mães trabalhadoras” sobre a aquisição dos presentes natalinos, propunha a luta pelo pagamento do abono de natal – exigência comum entre os operários urbanos – como a melhor estratégia: “Os patrões, que ganham tanto dinheiro, podem pagar um Abono de Natal que, nas mãos das mães, é transformado em alegria para os filhos” (TERRA LIVRE, edição 070, p. 3). Ao narrar sobre a importância da alimentação do recém-nascido, ressaltava a necessidade de exigir “que o patrão e o governo lhe deem meios de alimentar seu filhinho” (TERRA LIVRE, edição 071, p. 3). Ao falar sobre os casos de desidratação que atingiam as crianças durante o verão, enfatizava: “Nas fazendas e usinas, as famílias que têm crianças pequenas devem exigir que os patrões deem médicos para atender todos os casos (...)” (*Idem*). Ao combater os castigos

---

<sup>10</sup> Nas edições de 1961, os conflitos pela posse da terra nessa região foram utilizados para demonstrar a efetividade da resistência armada e a utilização do braço armado policial pelo latifúndio.

físicos infantis, destacava que elas não entendiam das “dificuldades e nenhuma culpa tem de tudo de ruim que acontece. A culpa da miséria e da abertura da vida é dos exploradores” (TERRA LIVRE, edição 075, p. 3).

Em junho de 1961, o diretor executivo Joaquim Alves Pereira foi substituído por H. Sosthenes Jambo. Essa alteração no expediente do periódico tem reflexos na composição do espaço “Pequeno Almanaque de Terra Livre”. As edições de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1961 foram veiculadas sem o espaço. O “Pequeno Almanaque” só voltou a ser publicado na edição de janeiro de 1962, porém, com uma estrutura diferente, sem as piadas, os conselhos domésticos, as orientações agropecuárias, as curiosidades, os calendários etc. Esse espaço passou a ser utilizado para publicação de séries, que abordavam de forma mais direta a política nacional e internacional: “Um dia na vida de Brasilino”; “Zé Brasil”; “O Caminho da Humanidade”, que apresentava as principais teses de “Carlos Marx” e “Frederico Engels” (TERRA LIVRE, edição 113, p. 4); e “Horóscopo da política e dos políticos”, voltada à caracterização cômica dos políticos brasileiros em atuação. Os nascidos entre 19 de fevereiro e 21 de março, pertencentes ao signo de Peixes, foram os primeiros analisados. Preocupado em não perder traços necessários à estratégia argumentativa, o periódico selecionou dois políticos brasileiros que nasceram nesse período, Carvalho Pinto (15 de março de 1910) e João Goulart (1º de março de 1918) – figuras criticadas em diferentes edições. Em abril de 1963 foi publicado o segundo número da série, apesar de ter como tema o signo de Áries, criticou Carlos Lacerda (30 de abril de 1914), Adhemar de Barros (22 de abril de 1901) e Ranieri Mazzili (27 de abril de 1910), políticos pertencentes ao signo de Touro (21 de abril a 20 de maio). A argumentação dessa série utilizava Estados Unidos e Cuba como referências. O jornal apresentou como símbolo do signo de Peixes, um tubarão (EUA) derrotado por uma sardinha armada (Cuba). O símbolo do signo de Áries, por sua vez, é representado por um carneiro que vestia um “gorro pintado, parecido com aqueles camuflados do uniforme americano dos fracassados assaltantes de Cuba” (TERRA LIVRE, edição 121, p. 5) e oferecia uma caixinha de “chiclets” – simbolizando a presença do capital imperialista no cotidiano nacional. Outro elemento presente nessa série é a crítica à Igreja católica. Ao discorrer sobre o signo de Áries, o periódico enfatizou que, apesar de temer “as grandes figuras humanas que se apresentam barbudas”, os arianos “só não temem a Jesus Cristo porque D. Helder Câmara assegurou que Cristo não voltará mais a chicotear os mercadores de seu templo” (TERRA LIVRE, edição 121, p. 5). Em outro momento, o periódico ironizou a preocupação católica com a “contaminação” comunista, destacando o ocorrido com o papa João XXIII, “recentemente recrutado pelo jornalista soviético Alexei Adjubei” (*Idem*). O caráter

objetivo do espaço se perde, o que era para ser uma análise rápida e leve transforma-se em uma construção densa, cansativa e errônea. Talvez o erro, ao confundir o período correspondente ao signo de Áries, tenha ferido a legitimidade discursiva do “Pequeno Almanaque”, que não voltou a ser publicado até o encerramento das atividades do periódico em abril de 1964.

### **Principais pontos a serem retidos**

Pelo fato do público-alvo do periódico ser, em grande parte, analfabeto, os editores recorrentemente utilizavam desenhos, charges e tirinhas como recursos fundamentais no reforço das teses apresentadas. Também ligado ao aspecto do analfabetismo, é necessário destacar a utilização da esperteza do trabalhador rural como instrumento de aproximação para com o trabalhador rural e construção de um reforço positivo.

Devemos destacar a estratégia do PCB de delegar a cada setor do “Pequeno Almanaque” uma função específica na transmissão das diretrizes pecebistas. As piadas e as fábulas tinham como função a construção de uma linguagem de classe a partir da caracterização do adversário. O espaço “Você sabia?” era utilizado principalmente para apologia das ações soviéticas e denúncia da desigualdade nacional. As séries, por sua vez, concentravam suas críticas aos aspectos da política institucional (sindicatos e partidos políticos) e às características do imperialismo norte-americano.

O protagonismo dos trabalhadores negros na construção do periódico, que estabelecia estratégia argumentativa exclusiva a esse grupo, publicando desenhos que reconheciam a identidade negra dos trabalhadores rurais, utilizando o passado escravocrata como instrumento de mobilização dos trabalhadores rurais e atacando o “american way of life” a partir das perseguições raciais sofridas pela população negra nos Estados Unidos.

Por fim, destacamos que não somente é importante o avanço de pesquisas sobre os diferentes universos dos trabalhadores rurais, como também pesquisar sobre diferentes estratégias empreendidas por movimentos que pretendiam organizar politicamente os trabalhadores rurais por meio da educação, seja ela formal ou informal.

### **Referências bibliográficas**

BADARÓ, Marcelo M. Imprensa Comunista e formação de quadros no período 1954-64. *In*: ROXO, Marco e SACRAMENTO, Igor (Orgs.).

- Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil.* Rio de Janeiro: E-papers, 2012, p. 123-143.
- BARBOSA, Vera. *Canto de liberdade: poesia e política. O PCB na organização do campesinato (1954-64).* Monografia. UNIFESP. Guarulhos, 2014. 101p.
- BRANDÃO, Otávio. *Otávio Brandão* (depoimento, 1977). Rio de Janeiro. CPDOC, 1993.
- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *O PCB e a questão do sindicalismo rural, 1954-64.* Tese (doutorado). USP. São Paulo, 1990. 244p.
- DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma Revolução Burguesa em Processo. In: \_\_\_\_\_ e MORAES, João Q. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil*, v. 4. Campinas: Unicamp, 2014, p. 73-134
- DEZEMONE, Marcus e GRYNSZPAN, Mário. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 209-236.
- LOBATO, Monteiro. *Zé Brasil.* Editora Vitória: Rio de Janeiro, 1947.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo.* Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A questão da reforma agrária no Brasil.* Dissertação (Mestrado). USP. São Paulo, 1983. 150p.
- \_\_\_\_\_. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: Os comunistas e a constituição de classes no campo.* Tese (Doutorado). Unicamp. Campinas, 1995. 294p.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX.* In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil.* Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 113-136.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana: 1930-1961.* Niterói: Editora da UFF, 2010.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas Camponesas do Brasil.* 1969. Disponível em: <[http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese\\_cmorais.htm](http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm)>. Acesso: 18 mar. de 2013.
- MOREIRA, Vânia Losada. Os anos JK: a industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo de experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 155-194.

- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, 2016 v. 29, n. 59, p. 607-626.
- RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 2005. 262p.
- SANTOS, Leonardo Soares. As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). *Troçadero*, 2005, n. 17, p.77-98.
- SILVA, Osvaldo Heller. *A Foice e a Cruz – comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.
- SOARES, Paula Elise. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. Dissertação (Mestrado). UFMG. Belo Horizonte, 2011. 258p.
- SOUZA, Enilce Lima Cavalcante. *Campo e palavras: dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-64*. 2005. Dissertação (Mestrado). UFC. Fortaleza, 2005. 258p.
- TAPIA, Jorge. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a Reforma Agrária no Brasil (1946-64)*. Tese (Mestrado). Unicamp. Campinas, 1986. 612p.
- WELCH, Clifford Andrew. *A Semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-64*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

### **Fonte**

TERRA LIVRE. Edições de julho de 1954 a janeiro de 1964.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. Você Sabia? O lúdico como ferramenta organizativa no periódico Terra Livre (1954-64). *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 642-670, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** (*Você Sabia?* O lúdico como ferramenta organizativa no periódico *Terra Livre* (1954-64)). Movidos pelo desejo de ampliar as análises sobre a atuação dos trabalhadores rurais no Brasil pré-64, elaboramos o presente artigo, cujo objetivo é identificar a função do

espaço “Almanaque de Terra Livre” na transmissão das diretrizes e interpretações pecebistas. Para tanto, dividimos o texto em cinco partes: elaboramos um breve histórico sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo, abordando suas estratégias de luta; apresentamos as principais características do *Terra Livre* e a função política da imprensa pecebista; expomos o papel das piadas na circunscrição dos adversários; analisamos a questão étnica na construção argumentativa do periódico; identificamos as estratégias utilizadas para inculcar preceitos da luta de classes. Adotando como referências teórico-metodológicas as ideias desenvolvidas por Jean-Noël Jeanneney, Norman Fairclough, Regina de Luca, Cruz e Peixoto, procuramos fazer uma análise bidimensional do discurso desse periódico, discutindo tanto sua estrutura textual – vocabulário, coesão e estratégia textual – como a conjuntura político-econômica na qual se inseria.

**Palavras-chave:** Partido Comunista Brasileiro, questão agrária, imprensa.

**Abstract:** (*Did you know?* Playfulness as an organizational tool in the periodical *Terra Livre* (1954-64)). Moved by the desire to broaden the analysis of the situation of rural workers in pre-64 Brazil, we have elaborated the present article, whose objective is to identify the function of the "Almanaque de Terra Livre" space in the transmission of pecebiist guidelines and interpretations. To do so, we divided the text into five parts: we elaborated a brief history of the Brazilian Communist Party (PCB) on rural issues, addressing its strategies of struggle; we present the main characteristics of the *Terra Livre* and the political function of the pecebiist press; we expose the role of jokes in the circumscription of adversaries; we analyze the ethnic issue in the argumentative construction of the periodical; and we identify the strategies used to inculcate precepts of the class struggle. As a theoretical-methodological reference, we draw on the ideas developed by Jean-Noël Jeanneney, Norman Fairclough, Regina de Luca, Cruz and Peixoto, and carry out a two-dimensional analysis of this journal's discourse, discussing both its textual structure – vocabulary, cohesion and textual strategy – and the political-economic conjuncture in which it was inserted.

**Keywords:** Brazilian Communist Party, agrarian question, press.

Recebido em setembro de 2017.

Aceito em setembro de 2017.

Mariele Boscardin<sup>1</sup>  
Marcelo Antonio Conterato<sup>2</sup>

## *As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul*

### **Introdução**

Tradicionalmente, a reprodução social da agricultura familiar está largamente assentada na permanência de, pelo menos, um dos filhos na condução das propriedades familiares, num processo denominado de sucessão. Uma das características principais deste processo é o filho sucessor receber a propriedade dos pais, ou pelo menos parte desta, como herança, produzir nela e assumir a responsabilidade de amparar os pais na velhice.

Diante disso, no passado, praticamente a sucessão familiar não enfrentava problemas referentes à instalação de novas gerações de agricultores nas propriedades. Ou seja, não havia apenas o interesse dos pais em instalar o filho como agricultor, mas também dos filhos em se tornarem agricultores. Deste modo, o processo sucessório centrava-se na estratégia de transferir a propriedade para os filhos, sobretudo os filhos do sexo masculino e o mais novo, e viabilizar a instalação dos demais filhos como agricultores em outras propriedades.

Atualmente, e por razões distintas, dentre as quais se destaca o distanciamento dos jovens rurais das atividades agrícolas e a busca por outras estratégias laborais, além é claro de mais instrução formal, as famílias estão tendo dificuldades para concretizar a sucessão das propriedades, uma vez que os filhos adotam a migração enquanto estratégia de inserção no meio urbano. Com isso, o modelo sucessório, padrão e uniforme, estabelecido na agricultura familiar e amplamente estudado e difundido pela literatura especializada parece não mais

---

<sup>1</sup> Zootecnista e mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marieleboscardin@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor associado I do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. E-mail: marcelo.conterato@ufrgs.br.

prevalecer, sinalizando-se assim uma espécie de novo padrão sucessório, embora com contornos ainda não muito claros.

Já preocupada com a realidade sucessória nas explorações agrícolas familiares do Rio Grande do Sul, Schneider (1994) é taxativa ao afirmar que a partir dos anos 60 para o século XX a continuidade dos filhos na profissão paterna nem de longe tem a mesma magnitude e vigor em relação ao que se observava até então, já tentando estabelecer uma distinção entre herança e sucessão entre os atualmente denominados agricultores familiares. Apropriadamente, a autora cita o célebre trabalho de Abramovay (1992) em relação aos padrões sucessórios investigados em parte da realidade europeia e Roche (1969) em relação aos colonos alemães no Rio Grande do Sul como situações empíricas que sofreram metamorfoses ao longo do tempo, respeitando as particularidades de cada uma delas. Nestes termos, a hereditariedade profissional está estreitamente relacionada à própria reprodução da agricultura familiar enquanto uma categoria social amplamente disseminada na Europa e no Brasil. Atualmente os filhos de agricultores não serão, necessariamente, agricultores herdando a profissão paterna.

Mudanças nos padrões de herança também foram observadas por Carneiro (2001) entre agricultores familiares no município de Nova Pádua, estado do Rio Grande do Sul, e no município de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro. Ainda que a autora tenha identificado que o sistema de herança sofre modificações ao longo do tempo, destaca que entre os agricultores familiares gaúchos estas mudanças não fogem aos padrões tradicionalmente conduzidos pelos antepassados. Ressalta, entre outras questões, que, embora a herança seja baseada na noção de consanguinidade, as regras costumeiras não reconhecem os mesmos direitos para todos os filhos, especialmente em função das diferenças de gênero. Carneiro (2001) afirma que mesmo sendo modificada ainda é tida como a principal legitimadora das práticas de transmissão da herança e de escolha do sucessor entre os agricultores descendentes de imigrantes italianos. E completa afirmando que estes padrões tradicionais estão sendo colocados em cheque pelas gerações mais jovens, principalmente pelas mulheres. No caso específico deste estudo, em local e tempo distintos, os padrões tradicionais de transmissão de herança parecem estar ainda mais alterados e desgastados, questões estas aprofundadas conceitual e empiricamente ao longo do texto.

Simultaneamente às mudanças nos padrões de herança e sucessão observados, pelo menos nos moldes que historicamente as famílias conduziam, revelam-se desafios entre os agricultores familiares, os quais têm afetado os métodos usualmente adotados pelas famílias para conceber seus projetos futuros sob o ponto de vista sucessório, impondo,

desta maneira, dificuldades quanto à manutenção e reprodução da agricultura e das propriedades ao longo do tempo.

Este artigo tem como objetivo principal identificar e analisar os “arranjos” e estratégias sociais, econômicas e reprodutivas que os agricultores familiares elaboram e adotam frente aos contextos de ausência de sucessão, especialmente em relação ao destino das propriedades. De forma conceitual, Spanevello (2008) denomina agricultores familiares sem sucessores aqueles que, por distintas razões não apresentam filhos ou filhas residindo na propriedade familiar, os quais já estão encaminhados profissionalmente fora da atividade agrícola ou da propriedade familiar.

Além da presente introdução e das considerações finais, este artigo está estruturado em outras quatro seções. A primeira seção consiste em abordar os principais estudos realizados como forma de reprodução social da agricultura familiar, bem como algumas delimitações teóricas e conceituais. Na segunda seção, apresentam-se as mudanças pelas quais têm passado os processos sucessórios tradicionais. Na terceira seção, de caráter mais empírico, apresenta questões relativas à saída dos filhos do meio rural e o sentimento dos agricultores diante da ausência de sucessão. O destino das propriedades e os projetos futuros dos pais diante da não sucessão são apresentados na quarta seção. Por último, para fechamento do trabalho são apresentadas as considerações finais.

### **Fatores condicionantes da sucessão na agricultura familiar**

A preocupação em torno da sucessão e, como resultado, com o futuro da agricultura familiar, tem sido constante nos países capitalistas há muitas décadas, chegando ao Brasil posteriormente, apenas no final dos anos de 1980. Conforme ressalta Brumer (2014), a preocupação com o tema decorre especialmente devido à ampliação proporcional da migração jovem e principalmente do sexo feminino, provocando tanto a diminuição da população rural face à população urbana como um maior índice de masculinização e de envelhecimento no meio rural. Além destes fenômenos, tem se observado a redução no número de filhos entre as famílias e as escolhas profissionais dos jovens, muitas vezes desvinculadas das atividades agrícolas.

A questão da masculinização e do envelhecimento da população rural no Rio Grande do Sul e na região sul do Brasil consideradas como grandes transformações incidentes no meio rural e seus impactos já foram alvo de discussões e debates por autores como Anjos *et al.*, (2014), Froehlich *et al.*, (2011), Anjos e Caldas (2005); Camarano e Abramovay (1999).

No que diz respeito à masculinização e ao envelhecimento do meio rural, os referidos autores argumentam que estes processos, decorrem do

êxodo rural seletivo operado, sobretudo, nas últimas décadas. Ou seja, até aproximadamente a década de 1980 o êxodo rural apresentava-se de forma bastante intensa, porém uniforme, quanto ao sexo e idade. Deste modo, toda a família deixava o meio rural rumo aos centros urbanos, motivada principalmente pelas condições adversas ocasionadas pela modernização conservadora da agricultura, combinada com o acelerado processo de industrialização do país e a demanda por mão de obra barata no meio urbano.

Após esse período, a migração remete às cidades a população mais jovem, em idade ativa e altamente produtiva, deixando para trás uma população envelhecida, e, em alguns casos ainda, com predominância feminina, acelerando o fenômeno de envelhecimento e cristalizando a masculinização da população rural, comprometendo deste modo, no longo prazo a renovação da força de trabalho no meio rural. Como resultado dessa migração, muitas propriedades agrícolas familiares apresentam perspectivas de não permanecer na mesma família após a aposentadoria ou o falecimento dos atuais proprietários.

No conjunto e de modo geral, os estudos<sup>3</sup> realizados no âmbito nacional a respeito da sucessão familiar analisam as perspectivas sucessórias, ou seja, o desejo dos filhos em permanecer ou não no meio rural e nas propriedades dos pais. Além disso, essas pesquisas procuram evidenciar as causas do crescente desinteresse dos jovens em permanecer na atividade agrícola na condição de sucessores. No entanto, estes trabalhos pouco refletem sobre os efeitos da não sucessão no médio ou longo prazo, ou seja, sobre o encaminhamento das propriedades e as estratégias montadas pelos pais por ocasião da velhice.

Cabe destacar que os encaminhamentos sucessórios tornam-se fundamentais para a continuidade das propriedades familiares ao longo do tempo. A esse respeito, Silvestro *et al.*, (2001) corrobora afirmando que as relações de parentesco são muito importantes, tendo em vista que a grande maioria dos agricultores contemporâneos deu continuidade à atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra ocupação ou atividade econômica. Na percepção do autor isso acontece porque os jovens, filhos de agricultores, são dotados de um saber e aprendizagem próprio do meio rural, os quais vão adquirindo ao longo da vida, pois se integram aos processos de trabalho, auxiliando os pais nas tarefas desde muito cedo, sendo que vão, aos poucos, assumindo atribuições de maior importância com o passar do tempo, o que faz deles profissionais altamente qualificados para a agricultura familiar.

Entretanto, Carneiro (2001) destaca que este conhecimento adquirido não significa necessariamente que estes jovens planejem seu futuro com

---

<sup>3</sup>Abramovay *et al.* (1998); Silvestro *et al.* (2001); Carneiro (2001); Weisheimer (2004), Castro (2005); Brumer e Spanevello (2008), Spanevello (2008), entre outros.

olhos voltados à propriedade dos pais, haja vista que atualmente as estratégias de sucessão distinguem-se do modelo sucessório tradicional. Sendo assim, as práticas sucessórias não dependem exclusivamente da vontade dos envolvidos (pais e filhos) no processo de transmissão da propriedade familiar, mas depende igualmente do meio, que envolve o contexto histórico, social, econômico, geográfico, entre outros.

Neste sentido, Brumer e Spanevello (2008) destacam que as razões as quais têm levado os filhos a não permanecer no meio rural e na agricultura dependem fundamentalmente das condições econômicas e produtivas das propriedades, das relações familiares, do acesso ao lazer e educação, entre outros. Ademais, destacam-se as condições de trabalho, geralmente muito “duras” e a baixa remuneração quando a atividade agrícola é comparada com outras atividades.

Por outro lado, com relação às perspectivas de permanência dos filhos, os trabalhos de Brumer e Spanevello (2008), Weisheimer (2009), Coradini (2011) e Carneiro e Castro (2007), mostram que as demandas dos jovens para permanecer no campo são diversas, passando pelas questões econômicas das propriedades, grau de tecnificação e possibilidade de geração de renda agrícola e não agrícolas do relacionamento e da autonomia estabelecida entre pais e filhos até as demandas por novas formas de lazer, empregos, auxílio de políticas públicas e de instituições de extensão e desenvolvimento voltadas ao público rural. Champagne (1986) acrescenta ainda que a migração dos jovens é explicada pela rejeição à atividade agrícola, onde reside a recusa dos filhos em dar continuidade à atividade profissional dos pais.

Conceitualmente, o termo sucessão familiar refere-se a uma noção inserida nos processos de reprodução social da agricultura familiar, sendo este de longo prazo. De acordo com Almeida (1986), a reprodução de ciclo longo compreende a questão geracional, ou seja, a perspectiva de continuidade dos meios de produção para a nova geração, através de processos como sucessão, herança, entre outros.

No geral, autores<sup>4</sup> que se dedicaram ao estudo da reprodução social da agricultura familiar argumentam que os agricultores familiares têm como meta tanto a reprodução de si mesmos e de seus familiares, no curto prazo (obtenção de meios de manutenção da vida, tais como alimentação, habitação, cuidados com a saúde entre outros), como a continuidade da unidade de produção familiar através da permanência de pelo menos um de seus filhos, no longo prazo.

Diante disso, a crise na reprodução social da agricultura familiar no longo prazo inicia a partir do momento em que os filhos se recusam a continuar herdando a terra e produzindo nela. Neste contexto, a migração

---

<sup>4</sup> Almeida (1986); Abramovay, (1998); Carneiro, (1998); Champagne, (1986); Tedesco, (1999); Woortman, (1995); Lamarche, (1993).

dos jovens tem acentuado a condição de muitas propriedades familiares não contarem com os filhos para a sucessão.

Mendonça *et al.* (2013) compreende a sucessão familiar como a ascensão de uma nova geração de agricultores ao comando de uma unidade produtiva, a qual é concluída com a transferência do patrimônio, a saída da geração anterior da gestão da propriedade e a continuidade da família e da atividade na propriedade. Para Lobley (2010), a sucessão refere-se muito mais do que apenas a transferência da propriedade e do controle gerencial da mesma, tendo em vista que o sucessor se beneficia de um conjunto de conhecimentos detalhados sobre a exploração agrícola, sendo estes considerados intangíveis.

Tradicionalmente, cabia à figura paterna o poder e autoridade para determinar qual filho seria o sucessor e o que lhe caberia como herança. A respeito disso, Seyferty (1985) destaca que, acerca do sistema de herança e organização da família, havia um costume ou uma tradição que devia ser seguida preferencialmente, a qual visava o minorato (filho mais novo) e um herdeiro do sexo masculino. Entretanto, acima de tudo prevalecia a decisão do pai (chefe da família) que detinha a palavra final sobre a transmissão do patrimônio. Além disso, os pais também determinavam o momento em que a transferência da propriedade ocorreria. Conforme ressalta Spanevello (2008), a transferência tende a se concretizar antes da morte do pai, mas cabe a ele o momento de decidir.

Formas de transmissão de patrimônio ou destino das propriedades familiares já foram alvo de discussões realizadas por Seyferty (1985). Para a autora, as práticas de herança entre agricultores familiares visavam, sobretudo, evitar a excessiva fragmentação das pequenas propriedades, assim, tinha-se como tradição excluir da herança da terra um ou mais membros. O fato é que no passado a busca de terras para os filhos era o principal objetivo dos agricultores, tendo em vista que a tradição recomendava que cada filho casado se estabelecesse em uma área de terra própria, garantindo a subsistência de sua futura família, com exceção do herdeiro da propriedade dos pais. Em suma, no entendimento de Seyferth (1985) independente das formas legais de transmissão do patrimônio prevalecia, os arranjos costumeiros.

Entretanto, no contexto atual, o cenário é outro. Sendo assim, é pertinente destacar que a questão sucessória da agricultura familiar vem assumindo novas nuances, se antes a preocupação dos agricultores era com a escolha do sucessor dentre muitos herdeiros, atualmente as famílias tentam garantir que haja pelo menos um dos filhos dispostos a dar continuidade à propriedade familiar.

Com isso, Spanevello *et al.* (2014b) retratam que os filhos, mesmo sendo os únicos candidatos à sucessão, podem se recusar a ficar no meio rural, pelo fato de que desenvolvem a disposição para outras ocupações, já que,

atualmente, as alternativas são maiores comparativamente àquelas oferecidas às gerações passadas, especialmente no que tange às escolhas profissionais. Além do mais, as novas gerações estão cada vez mais inseridas num campo mais amplo de relações sociais e culturais as quais lhes possibilitam repensar sobre suas identidades e suas realizações pessoais.

De acordo com Abramovay *et al.* (1998), até aproximadamente a década de 1960 a agricultura familiar produzia uma nova geração de agricultores com base no critério de que filho de agricultor também seria agricultor. Deste modo, o processo sucessório centrava-se na estratégia de transferir a propriedade para o filho, geralmente o mais novo (minorato) e viabilizar a instalação dos demais filhos como agricultores.

Para os filhos, a continuidade da profissão de agricultor era visualizada como uma obrigação moral, ou seja, a sucessão era muito mais do que herdar a terra, pois fazia parte de um compromisso dos filhos em cuidar dos pais na velhice. Neste sentido, para Abramovay *et al.* (1998), a sucessão não pode ser confundida com herança ou divisão patrimonial, pois a mesma envolve uma preparação para a gestão produtiva do estabelecimento. Atualmente, Costa *et al.* (2013) acrescentam que exercer a profissão de agricultor é apenas mais uma das oportunidades de escolha para os jovens, o que acaba ocasionando mudanças nos padrões sucessórios da agricultura familiar.

Mello (2006) ressalta que a crise no padrão sucessório reside, em parte, no fechamento da fronteira agrícola e o relativo encarecimento das terras, que impossibilitava a aquisição de outras áreas de terra para instalação dos filhos mais velhos. Por outro lado, estes filhos, que foram socializados para serem agricultores, estudaram apenas as séries iniciais, o que não permitia vislumbrar um futuro promissor fora da agricultura. Enquanto isso, nas gerações atuais, os filhos estão estudando mais, visualizando outras oportunidades fora do meio rural. Conforme destacam Anjos e Caldas (2009), o exercício da pluriatividade, além de representar um incremento no nível de ingresso econômico familiar e de diversificação das fontes de renda, possibilita expandir o universo das relações sociais as quais estão submetidos os agricultores e seus familiares.

Carneiro (1998) acrescenta a política de modernização da agricultura, a ampliação do ensino obrigatório e a concorrência com o mercado de trabalho industrial como alguns dos fatores que acabaram por fragilizar o controle da família sobre o destino dos seus filhos, fazendo com que houvesse mudanças nos padrões sucessórios tradicionais.

O estudo de Costa (2008) revelou que as práticas sucessórias contemporâneas são diferenciadas do modelo tradicional devido aos novos comportamentos e estratégias familiares. Deste modo, o que prevalece na tomada de decisão é a falta de atração no meio rural pelos

jovens, contribuindo para que os mesmos abandonem a propriedade familiar.

Às mudanças nos padrões sucessórios acrescenta-se ainda o direito legal dos pais à aposentadoria rural. No passado, como já destacado, o filho que permanecia na propriedade familiar encarregava-se de cuidar dos pais na velhice. Atualmente, o Estado, com base na Previdência Social, assume parte das responsabilidades que antes cabiam aos filhos, o que possibilita uma “desvinculação” entre a sucessão e o sustento dos pais (BRUMER, 2014).

As mudanças na previdência social rural aconteceram a partir de 1992, quando as normas inscritas na Constituição Federal de 1988 entraram efetivamente em vigor. Desde então, houve uma ampliação na cobertura do sistema de previdência social no meio rural, contemplando, pela primeira vez as mulheres ao completarem 55 anos e, aos homens 60 anos de idade. Estas mudanças ocasionaram um acréscimo no número de beneficiários, repercutindo diretamente na estrutura social dos municípios brasileiros, especialmente naqueles de pequeno porte que apresentam pouco dinamismo produtivo e uma economia dependente de transferências governamentais. A respeito deste tema merecem registro os estudos realizados por Delgado e Cardoso (2000), Biolchi (2000) e Caldas (2010), os quais analisam os efeitos das rendas previdenciárias para as famílias rurais.

Para Delgado e Cardoso Jr. (1999) as rendas provenientes da aposentadoria rural possibilitam às famílias formar um excedente monetário e reinvestir na atividade produtiva, pois representam uma forma de seguro agrícola ou mesmo um capital de giro nas propriedades familiares, oferecendo aos aposentados maior segurança social e tornando-os menos dependentes dos ciclos agrícolas e da renda dos filhos. Corroborando com estas constatações, no estudo de Caldas (2010) constata-se que o recebimento deste benefício não interrompe a atividade na agricultura familiar, já que muitos produtores passam a contar com essa fonte regular para, inclusive, financiar as atividades agropecuárias.

Registra-se também, o estudo de Biolchi (2002) que indica, ainda, que a aposentadoria rural adquire importância na medida em que este recurso contribui para diminuir a carência de grande parte das famílias que residem no meio rural, especialmente nos municípios em que a agricultura familiar é a base social e econômica.

Assim, se no passado a sucessão se referia a um compromisso moral dos filhos em cuidar dos pais, recebendo a propriedade de herança como forma de recompensa, pelo tempo e recurso financeiro gasto, a aposentadoria possibilita que os pais permaneçam residindo no meio rural, mesmo que sozinhos, sem depender financeiramente dos filhos, devido ao recebimento deste benefício. Acredita-se então que a instituição

da aposentaria rural, que permitiu aos agricultores a obtenção de uma renda mensal, de certa forma, contribuiu para diminuir certa pressão que fazia com que pelo menos um filho permanecesse na propriedade com os pais.

Essa ruptura no padrão sucessório acontece e nenhum outro padrão emerge ocupando seu lugar, implicando nos problemas sucessórios atuais dos agricultores familiares, que dizem respeito à presença de um número significativo de propriedades sem sucessores e, como consequência disso reflete no esvaziamento das regiões rurais, além do expressivo declínio da população jovem. Desta forma, a reprodução social da agricultura familiar fica comprometida ou sujeita à elaboração de novas estratégias.

### **Mudanças nos padrões sucessórios e a emergência de novas estratégias diante da não sucessão**

As mudanças nos padrões sucessórios, ocasionadas, sobretudo, pela não sucessão, observada na sociedade em períodos mais recentes impõem aos pais traçar outras estratégias, especialmente no que tange ao destino das propriedades familiares. Nos casos em que não ocorre a sucessão, conforme retratam estudos realizados por Spanevello (2008) e Spanevello *et al.* (2010), a herança, configurada através da propriedade, acaba se tornando um dilema para os pais.

A respeito disso, Spanevello (2008), ao analisar a situação de agricultores sem sucessores constatou que um dos principais encaminhamentos é a venda, sendo esta apoiada pelos próprios filhos. Já outra parte dos agricultores não pretende vender, mas deixar para os descendentes, embora saibam que estes não retornarão à propriedade para produzir, tendendo a se tornarem sítios de lazer ou serem arrendadas por terceiros.

Nos casos de venda da propriedade, a venda não é uma decisão simples e fácil de ser realizada pelos agricultores, conforme destacado em estudo realizado por Carneiro (1998), principalmente entre os agricultores mais idosos, os quais ainda demonstram sentimento de apego e pertencimento à propriedade e à vida construída no meio rural. Entretanto, mesmo não sendo o desejado, acaba se tornando a solução encontrada pelos agricultores. O fato é que os agricultores têm clareza de que mesmo se deixassem a propriedade para os filhos, a venda seria efetivada por eles.

Tratando-se da possibilidade de venda da propriedade pelos agricultores, Spanevello *et al.* (2014) ressaltam que a mesma é dada em razão de fatores como: a) idade avançada dos pais, que reduz a força física na execução dos trabalhos agrícolas; b) desestímulo a novos investimentos na infraestrutura da propriedade, tendo em vista a não existência dos sucessores para usufruir das melhorias; c) preocupação com a solidão e o isolamento, tendo em vista que muitos vizinhos e

amigos também estão efetuando a venda e; d) motivação dos próprios filhos para a venda, propondo que os pais passem a residir junto aos mesmos na cidade e ficar mais perto de recursos, especialmente no atendimento a saúde. Contudo, a venda da propriedade é uma questão que remete a um conjunto de causas muito amplo, que leva em conta até mesmo fatores alheios à família.

Já em relação à segunda estratégia, deixar a propriedade familiar para os filhos, a mesma ocorre porque os agricultores demonstram certa resistência em se desfazer da propriedade, buscando, assim, alternativas para tentar resolver o impasse sobre o destino do mesmo. Nestes casos, conforme retratam Spanevello *et al.* (2014a), embora a terra seja um bem tratado sob a ótica do valor monetário, valores fundados na identidade e apego à terra, tentam, de alguma forma, persistir. Assim, a tentativa de deixar para os filhos visa preservar de alguma forma a continuidade da propriedade familiar, buscando manter o valor moral e econômico da terra.

Contudo, as autoras ressaltam que, apesar dos agricultores passarem para os filhos a responsabilidade sobre o futuro da propriedade familiar, o destino a ser dado já é sabido por parte dos mesmos. Ou seja, os agricultores têm clareza de que os filhos, ao herdarem as propriedades, possivelmente irão vendê-las ou transformá-las em um sítio de lazer ou de final de semana; ou, ainda, irão arrendá-la para os vizinhos ou interessados na produção agrícola ou outra finalidade. Nestes casos, a dinâmica das propriedades rurais, enquanto atividade agrícola, acaba sendo alterada (SPANEVERELLO *et al.*, 2014a).

Anjos e Caldas (2009), ao analisar a maior ou menor incidência da pluriatividade e suas influências sobre os mecanismos usuais de transmissão do patrimônio fundiário na agricultura familiar, constataram que, a presença de sucessores está mais indefinida ainda em propriedades exclusivamente agrícolas do que entre as pluriativas. Os autores acreditam que o maior número de residentes nos domicílios pluriativos é a principal razão para as maiores chances de haver sucessores nestas propriedades. Entretanto, de modo geral, os autores argumentam que o processo sucessório na agricultura familiar é afetado em maior proporção pelo grau de dinamismo das atividades econômicas na região em que se encontra inserida e pelo tamanho do negócio familiar do que em virtude da maior ou menor incidência da pluriatividade propriamente dita.

Tratando-se das alterações na dinâmica das propriedades familiares, Silvestro *et al.* (2001) destaca que a ausência de sucessão na agricultura familiar acaba ocasionando consequências na dinâmica fundiária, tendo em vista que as propriedades familiares sem sucessores acabam muitas vezes não reentrando no circuito de reprodução desta mesma agricultura, mas sim, sendo incorporados a grandes propriedades, onde

desenvolvem-se atividades de formas mais extensivas, como a criação de gado de corte.

Com isso, as instalações residenciais e produtivas existentes nestas propriedades acabam sendo destruídas, bem como os serviços coletivos, tais como escolas, igrejas, centros comunitários, o que ocasiona descaracterização da paisagem local neste processo (SILVESTRO *et al.*, 2001). Adicionalmente, Brumer (2014) destaca o fechamento de escolas rurais, diminuição de atividades sociais e enfraquecimento dos órgãos representativos dos agricultores familiares.

Neste sentido, Silvestro *et al.* (2001) indicam que o valor do tecido social, bem como as relações existentes no meio rural, se extinguem quando os agricultores familiares que ali residem são substituídos por propriedades pertencentes a proprietários que não residem no local. Evidencia-se, portanto, que a ausência de sucessores não traz implicações apenas para o grupo familiar, mas também para toda a comunidade.

Além do dilema sobre o que fazer com a propriedade diante da ausência de sucessores, os pais apresentam outra preocupação: o amparo na velhice. Nas gerações passadas, os filhos que assumiam a função de sucessores recebiam também a função de cuidar dos pais. Este cuidado inclui o amparo econômico e médico devido ao avanço da idade e da impossibilidade de executar as tarefas produtivas da propriedade. Como recompensa, o sucessor recebia a propriedade como herança pelo dispêndio de tempo e recurso financeiro que teria com os pais ao final de suas vidas.

Em casos de propriedades sem sucessão, os pais precisam pensar como encaminhar a sua velhice, especialmente por quem serão amparados. Neste sentido, inicia-se o processo de repensar o que fazer com a propriedade e aumentam as perspectivas de residir no meio urbano mais próximo dos serviços médicos e dos filhos. Desta forma, muitos acabam, mesmo contra própria vontade, sendo “forçados” a deixar a propriedade rural.

São registradas diversas as possibilidades ou encaminhamentos evidenciados pelos pais no que tange o cuidado na velhice, conforme demonstram Andreatta *et al.* (2014). A primeira possibilidade reside na expectativa dos agricultores de serem amparados pelos filhos e residir na cidade com eles. Considerando esta perspectiva, os pais que apresentam este encaminhamento o fazem mediante a escolha ou opção de ficarem próximos aos filhos, já que os mesmos não pretendem voltar à propriedade. Esta decisão de ficar com os filhos está embasada não apenas na vontade dos pais, mas também dos filhos.

Uma segunda possibilidade, ressaltada por Andreatta *et al.* (2014), é que os agricultores, gostariam de ser amparados pelos filhos, mas acreditam que pagarão para serem cuidados por terceiros ou por alguém de fora da

família. Os pais que apresentam tal perspectiva têm clareza das dificuldades em termos de retorno dos filhos e dos inconvenientes de residir junto deles. Assim, optam por fazer uso dos recursos financeiros acumulados durante a vida (especialmente através da poupança e do uso da aposentadoria rural) para contratar uma pessoa. Finalmente, outra possibilidade evidenciada é que os pais acreditam no retorno dos filhos à propriedade. Nessa perspectiva, os valores morais e econômicos empregados na propriedade são visualizados de forma intensa, já que os agricultores pretendem permanecer na propriedade até o final da vida. Apesar de compreender que os filhos construíram uma vida diferente daquela dos pais, e já terem suas próprias famílias, os agricultores gostariam que os filhos voltassem (ANDREATTA *et al.*, 2014).

Para além das estratégias elaboradas pelos agricultores por ocasião da não sucessão, especialmente no referente ao destino das propriedades e aos cuidados na velhice, tem-se observado a emergência de novos arranjos em relação às atividades produtivas das propriedades familiares sem sucessores, tais como o caso dos filhos que residem no meio urbano e “exploram” economicamente a propriedade dos pais, essencialmente com o plantio de *commodities* e a criação de gado extensiva, sistemas produtivos que não requerem cuidados mais intensos ou diários.

Considerando esse contexto, ao explorar economicamente as propriedades dos pais, não significa que os filhos desejam ficar no meio rural, ou seja, esta ação pode ser visualizada apenas como um ingresso de renda a mais, tendo em vista que os mesmos já possuem rendas de atividades laborais desenvolvidas no meio urbano, não tendo relação direta com a sucessão. Estes aspectos sinalizam e reforçam a ideia de mudanças pela qual vêm passando os processos sucessórios da agricultura familiar.

### **A saída dos filhos do meio rural e das propriedades familiares e o sentimento dos agricultores sem sucessores**

Os dados apresentados neste trabalho deram suporte à dissertação de mestrado defendida em 2017 junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trata-se de estudo de caso realizado no município de Frederico Westphalen, região norte do estado do Rio Grande do Sul, uma das muitas regiões historicamente caracterizadas pela ampla presença de agricultores familiares. Foram entrevistados 23 agricultores familiares sem sucessores no período de janeiro a abril de 2016, com utilização de questionários semiestruturados. Os agricultores foram amostrados intencionalmente, distribuídos entre as diversas áreas agrícolas do município, tratando-se, portanto, de uma amostra não estatística, direcionada aos agricultores familiares sem sucessores. Para a definição

da amostra optou-se pela técnica de Amostragem *Snowball* ou Bola de Neve.

A permanência ou não dos jovens no meio rural e nas propriedades familiares está atrelada a distintos fatores. No presente estudo, dos 58 filhos não sucessores distribuídos entre as 23 famílias analisadas, apenas dez continuaram residindo no meio rural após deixarem as propriedades dos pais. Estes resultados diferem do que acontecia nas gerações passadas, conforme retrata Spanevello (2008). Para a autora, no passado, os filhos que deixavam as propriedades dos pais instalavam-se no meio rural, na própria comunidade, embora em outro estabelecimento, ou em outro município, região ou até mesmo Estado. Nos dias atuais, o deslocamento dos filhos dos agricultores tem sido predominantemente em direção ao meio urbano.

Os filhos que permaneceram residindo no meio rural, porém em outras propriedades e não nas propriedades dos pais, são mulheres. Nestes casos, a saída da propriedade dos pais ocorreu em virtude do casamento com indivíduos residentes no meio rural. Essa constatação é significativa e denota que as mulheres geralmente não herdam a terra dos pais. Os resultados são semelhantes aos já evidenciados em décadas anteriores por Seyferth (1985), evidenciando que essa tendência se mantém pouco alterada através do tempo. Para a referida autora, excluir as mulheres da herança de terra referia-se a uma tradição ou mesmo uma estratégia de reprodução das famílias. Assim, as mulheres tendem a não herdar terras porque a partir do casamento farão parte de outra família, saindo deste modo, do chamado “núcleo familiar”, e, pertencendo a outra família, não teria direito de ficar com uma parte da terra, a qual deveria pertencer a seus irmãos. Sendo assim, uma das regras costumeiras era recompensar as mulheres com o dote (enxoval) na divisão do patrimônio, o qual era composto de roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, máquina de costura e vaca leiteira, ou ainda dinheiro podendo ter mais ou menos itens de acordo com as condições financeiras dos pais.

Entretanto, nestas situações, apesar das filhas continuarem residindo no meio rural, as mesmas ocupam-se em atividades não agrícolas, principalmente relacionadas ao funcionalismo público, tais como professoras. Ou seja, apesar de manterem o meio rural como local de residência, isso não significa que se envolvem com a profissão agropecuária como atividade principal, tão pouco exclusiva.

Além do casamento, que foi uma das razões que fez com que as filhas acima mencionadas deixassem as propriedades dos pais, a maior parte dos filhos migrou para dar continuidade aos estudos ou para trabalhar no meio urbano em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda. A falta de condições materiais das famílias acaba tornando-se um dos

fatores que leva os filhos a buscar trabalho fora do meio rural e da agricultura.

Apesar de não haver sucessão nas propriedades, constatou-se que os filhos mantêm um vínculo bastante estreito com a propriedade. Essa relação é observada nas questões produtivas ligadas à propriedade, nas quais se evidenciou casos em que apesar dos filhos residirem no meio urbano, os mesmos auxiliam os pais no cultivo de grãos (soja e milho). Constatou-se ainda, casos em que os filhos auxiliam os pais com recursos financeiros, custeando reforma nas benfeitorias.

Isso demonstra que, apesar dos filhos migrarem para o meio urbano, seria errôneo afirmar que houve um afastamento total deles das propriedades familiares dos pais e o meio rural. Contudo, as possibilidades de que os mesmos retornem às propriedades para desenvolver a profissão de agricultor são praticamente inexistentes, na visão dos pais. Entre os poucos agricultores que acreditam na possibilidade de retorno de algum dos filhos, os mesmos ressaltam que o meio rural será apenas um local de residência, mas não para exercer a profissão de agricultor. Ainda a respeito da questão de retorno dos filhos, evidenciou-se que, de modo geral, apesar de haver por parte dos pais desejo de que houvesse sucessão, os mesmos, por outro lado, não gostariam que os filhos retornassem às propriedades para exercerem a profissão de agricultor.

De modo geral, os pais gostariam de deixar suas propriedades aos filhos como herança, nos termos restritos da continuidade da posse da terra junto aos familiares, mas não gostariam que os filhos continuassem exercendo atividades agropecuárias. Ou seja, há uma desvinculação clara já, entre os pais, entre sucessão (vinculada à propriedade privada da terra e o direito de explorá-la) e a exploração em si, objetiva e prática de fazer agricultura.

Com isso, os atributos morais referentes à sucessão vão sendo corroídos a partir do momento os pais imprimem um discurso negativo sobre a ocupação de agricultor e a agricultura, não querendo que os filhos sejam agricultores. Porém, não querem vender a propriedade. Sendo assim, é possível afirmar que os pais estão gerando outro modelo de passagem do patrimônio, que inclui ter apenas os herdeiros e não os sucessores.

A esse respeito, Pandolfo (2012) ressalta que isso ocorre, sobretudo, porque os agricultores têm uma visão pessimista da viabilidade econômica das propriedades rurais e se questionam sobre as vantagens de seus filhos permanecerem nesta profissão. Ou seja, os pais demonstram um desejo de continuidade da propriedade por algum dos filhos, justificado pelo apego emocional em relação à propriedade e ao que foi construído pela família. No entanto, o sucesso profissional e financeiro de

seus filhos encontra-se em primeiro plano, mesmo que represente o abandono da atividade agrícola.

Sob essa ótica pessimista há o desejo de que os filhos saiam do meio rural em busca de melhores condições de vida e alternativas e que construam uma trajetória profissional fora da agricultura, o que não quer dizer, necessariamente, fora do meio rural. Sob este ângulo, a educação é vista como um passaporte para uma vida melhor.

Neste sentido, evidencia-se que a saída dos jovens do meio rural causa aos pais um sentimento às vezes ambíguo, já que, se por um lado, gostariam que houvesse sucessão em suas propriedades, por outro lado, os pais demonstram sentimento de felicidade pelo fato dos filhos estarem trabalhando em atividades consideradas menos penosas, com possibilidade de férias, finais de semana, obtendo uma renda fixa mensal e construindo um futuro mais promissor no meio urbano, mesmo que isso signifique não retornar ao meio rural.

Esta percepção reside ainda nas próprias condições das propriedades, tais como área de terra reduzida e de difícil mecanização e falta de maquinários, entre outros fatores relacionados a ele tais como áreas com relevo acentuado e de difícil mecanização, com sistemas produtivos pouco rentáveis, ocasionam menores condições para a sucessão quando comparados com agricultores que possuem áreas de terra mais planas e de fácil mecanização.

Diante disso, cabe dizer que não é apenas o progresso técnico que “desemprega”, conforme informa boa parte da literatura. A falta de tecnologia também é um fator que gera migração. Ou seja, as pessoas também migram, pois observam possibilidades mais promissoras fora da agricultura. Ou dito de outra maneira, não basta apenas que os jovens encontrem, na agricultura, condições melhores. Se as condições fora da agricultura forem superiores, a migração irá persistir. Tal constatação aproxima-se do que indicam Polèse & Shearmur (2006). Para os autores, quando a economia agregada cresce, saem mais pessoas das regiões mais deprimidas porque melhoram as oportunidades econômicas nas regiões mais dinâmicas.

Além destes fatores, os agricultores citam outros fatores apontados como pontos negativos da atividade agropecuária, especialmente porque não há dias “de folga”, como finais de semana e nem possibilidade de férias, especialmente para aqueles agricultores que desenvolvem a atividade leiteira, por exemplo, que requer cuidados diários. Sendo assim, os pais visualizam a atividade agrícola como uma profissão bastante sofrida, não desejando que seus filhos passem pela mesma situação enfrentada por eles. Diante destes fatores, os pais, muitas vezes, acabam incentivando e apoiando os filhos a migrarem para o meio urbano em busca de melhores oportunidades.

Sendo assim, no presente estudo os dados revelaram que os pais não estão mais influenciando e interferindo nas decisões de seus filhos em permanecerem no meio rural e na agricultura, diferentemente do que acontecia nas gerações passadas em que a situação predominante era de estimular os filhos a serem agricultores.

Havia, no passado, antes de tudo, uma imposição moral que vai sendo severamente destituída na medida em que as pessoas (neste caso, os filhos) acessam níveis de escolaridade superiores aos alcançados pelos pais. Com isso, o horizonte se amplia e as pessoas começam a questionar as decisões internas ao funcionamento das unidades produtivas.

Assim sendo, a crise atualmente vivida pela agricultura familiar no que tange à sucessão reflete, muitas vezes, não apenas as aspirações almejadas pelos filhos que têm seu olhar voltado à construção de um futuro no meio urbano, mas também o desejo dos pais. Em suma, as concepções que os pais constroem em torno da ocupação agrícola influenciam diretamente na formação da percepção dos filhos sobre a atividade. Desta forma, se a família tem uma percepção positiva ou negativa provavelmente seus filhos reproduzirão visões semelhantes às de suas famílias.

Esta hipótese é evidenciada por Spanevello (2008) ao estudar a relação da percepção que os pais têm sobre a ocupação agrícola e o estímulo dado aos filhos para seguir nesta atividade. No estudo, a autora constatou que grande parte dos agricultores sem sucessores apresentam uma percepção negativa da ocupação agrícola, portanto não estimularam seus filhos a exercerem a profissão de agricultor. Já nas famílias onde há sucessores a percepção da atividade tende a ser positiva, assim, os pais estimulam seus filhos a permanecer na atividade e na propriedade.

Entretanto, a realidade é que, a saída dos filhos do meio rural, e a ausência de sucessores acaba se tornando motivo de preocupação entre os pais no que se refere aos projetos futuros, especialmente em relação ao destino das propriedades.

### **O destino das propriedades e os projetos dos pais diante da ausência de sucessores**

Diante da ausência de filhos sucessores para deixar as propriedades, a herança da terra acaba tornando-se um dilema para os pais. De acordo com Spanevello (2008) e Spanevello *et al.* (2010), além da venda para outros agricultores e o arrendamento para terceiros, a passagem da propriedade para os filhos, embora saibam que os mesmos não irão retornar para produzir ou viver no meio rural, acaba ocorrendo.

Além dos impasses sobre o que fazer com a propriedade, os pais apresentam outra preocupação: o amparo na velhice. Nas gerações passadas, os filhos que assumiam a função de sucessores recebiam também a função de cuidar dos pais. Diante disso, os agricultores foram

questionados a respeito de suas intenções em deixar a propriedade e passar a residir no meio urbano, mais próximos dos filhos ou de cuidados médicos.

Neste sentido, o estudo apontou que o desejo de permanecer no meio rural “até o fim da vida” é manifestado pela grande maioria dos agricultores. Esse desejo reside especialmente no apego com as propriedades e a vida construída no local. As justificativas referentes à preferência e desejo por continuar residindo neste local referem-se ao fato de que o meio rural é reconhecido e visualizado pelos agricultores como um local tranquilo, com elevada segurança e qualidade de vida, bem como pela possibilidade de produzir alimentos.

Contudo, cabe registrar aqui que embora os dados da pesquisa apontem que no momento não há desejo e intenção por parte dos pais em deixar a propriedade rural, não fica totalmente descartada a hipótese de que por algumas razões alguns destes agricultores futuramente possam migrar. Em síntese, os agricultores têm clareza de que em casos de problemas de saúde ou de falecimento de um dos dois, a única alternativa, mesmo que contra vontade, será deixar o meio rural e suas propriedades para residir próximo ou junto dos filhos, tendo em vista que os mesmos não retornarão. Nas palavras do agricultor: “A gente não quer ir, mas não estamos livres, porque estamos sozinhos aqui, se der problemas de saúde, o dia que nós precisar dos filhos, é mais fácil nós ir pra perto deles do que eles vir pra perto de nós.” (FAMÍLIA 16).

Entretanto, os agricultores pretendem permanecer no meio rural e nas suas propriedades até “o limite de suas forças”, conforme relatam: “Só vamos sair do meio rural quando a gente não puder mais ficar aqui, daí vamos ter que ir perto de uma filha, apenas o tempo que vai dizer não estamos planejando, vai depender da nossa saúde” (FAMÍLIA 5).

Com isso, evidenciou-se neste estudo a existência de basicamente três alternativas possíveis visualizadas pelos pais. A primeira delas, que predomina na maioria dos casos, é que, mesmo que contra a vontade, os agricultores não descartam a possibilidade de ter que se mudar para o meio urbano a partir do momento em que visualizam que, de fato, os filhos não voltam. Para os agricultores, a ida para a cidade representa principalmente o acesso mais facilitado, devido à proximidade geográfica, a recursos médicos e aos filhos.

A segunda alternativa refere-se à possibilidade de que terceiros sejam pagos para cuidar dos pais. Nas palavras do agricultor: “Se eles (os filhos) não querem assumir nós, a gente vende a propriedade e usa esse dinheiro pra pagar um lugar que cuidam de nós, a principio não queremos nos desfazer da propriedade, mas não se sabe” (FAMÍLIA 3).

Nestas duas possibilidades resta claro que os agricultores acabam aceitando sair da propriedade para residir no meio urbano na tentativa de

ficar perto dos filhos, pois os mesmos não retornam à propriedade, ou ainda, procuram contar com a ajuda de terceiros para ampará-los.

No contexto dos padrões sucessórios tradicionais, a herança da terra representava um conjunto de valores simbólicos e não apenas um capital que os filhos recebiam dos pais. Em outras palavras, no passado sempre havia um sucessor, e se cabia a ele a terra como herança, cabia a ele também o cuidado com os pais na velhice. Deste modo, a sucessão era muito mais do que simplesmente herdar a terra, mas sim “fazia parte de um compromisso moral” dos filhos para com os pais. Em períodos mais recentes este valor simbólico tem perdido força.

Já a terceira alternativa reside na esperança dos pais de que um dos filhos irá retornar as propriedades para ampará-los: “Mais tarde uma filha vem aqui morar, quando a gente precisa, os filhos voltam” (FAMÍLIA 11). No entanto, a decisão não depende unicamente dos pais, mas também dos filhos, e embora haja o desejo dos pais, esta situação tem poucas chances de acontecer.

Para além da preocupação com os cuidados por ocasião da velhice, os agricultores precisam repensar o que fazer com a propriedade a partir do momento em que constatam que os filhos não voltarão. Neste intuito, perguntou-se aos agricultores sem sucessores a respeito de seus projetos futuros no que tange ao destino/encaminhamento da propriedade.

Entre os casos analisados, constatou-se haver basicamente duas opções entre os agricultores: 1) deixar a propriedade para os filhos como herança e; 2) vender a propriedade. No primeiro caso, os pais optam por deixar como herança aos filhos, mesmo que estes não pretendem retornar a propriedade como sucessores a fim de exercerem a atividade agrícola. Nota-se então que os pais optam por passar esse dilema de “o que fazer com a propriedade” para os filhos. Nas palavras dos agricultores “eles que irão decidir” confirma-se esta constatação.

Deste modo, constata-se que se os pais não conduzem os acertos a respeito da herança em vida, sobram para os filhos herdeiros as dúvidas em relação ao destino da terra, e principalmente à divisão e os acordos entre todos os irmãos. Sendo assim, evidencia-se que as práticas ou estratégias utilizadas pelos agricultores vêm sofrendo alterações em relação aos aspectos anteriormente utilizados. Deste modo, o falecimento dos pais, em última análise, é que irá determinar o início de um acordo entre os descendentes, “do que fazer com a propriedade”.

Evidencia-se ainda que o valor simbólico da terra, que até então lhe cabia, se perde no momento em que os filhos se recusam a dar continuidade à atividade agrícola ao herdar a propriedade dos pais, passando a ter apenas um valor monetário, tendo em vista que possivelmente ao herdar as terras os filhos irão vendê-las.

O segundo caso é a perspectiva de venda da propriedade, sendo esta opção menos aceita, ou seja, a grande maioria dos agricultores não pretende desfazer-se da propriedade. Observa-se, portanto, que há um sentimento de tristeza por parte dos pais, considerando que os mesmos construíram e prepararam durante décadas suas propriedades, as quais contam hoje com toda uma infraestrutura montada, e que embora os agricultores permaneçam por vários anos na propriedade, em algum momento muitas destas propriedades serão vendidas.

Como se evidencia, a relação entre a propriedade e os agricultores representa muito mais do que apenas um vínculo econômico, mas sim, existem também laços afetivos, culturais e sociais. Contudo, nos casos em que a venda acabará acontecendo, reside a possibilidade das propriedades permanecerem com a produção agrícola em casos de serem compradas por outros agricultores, ou passarem a serem usados apenas como espaço de lazer ou moradia, nos casos de aquisição por compradores oriundos do meio urbano.

Cabe destacar ainda que novos empreendimentos de tipo pluriativo, tais como pesque-pague, turismo rural, agroindústrias, produção ecológica, granjas didáticas, entre outros são recorrentes no país, mostrando uma nova realidade que reveste importância dessas novas vocações, com seus impactos e desdobramentos para o tema da sucessão.

De modo geral, apesar destas possibilidades observadas no estudo, deixar a propriedade para os filhos ou vender a propriedade, constatou-se que os agricultores ainda apresentam dúvidas a respeito do destino das propriedades e que uma série de fatores poderá influenciar nas decisões. Sendo assim, os achados empíricos revelam a ausência de um planejamento entre os agricultores no referente a “quem ficará com a propriedade” diante da ausência de sucessão.

Essa ausência de planejamento e dúvidas a respeito do destino das propriedades também reflete nas mudanças ocorridas em torno da sucessão no presente, as quais quebram a sequência lógica da hereditariedade de que as propriedades permaneceriam com os filhos.

### **Considerações finais**

O presente artigo teve como objetivo identificar e analisar os “arranjos” e estratégias sociais, econômicas e produtivas que os agricultores familiares elaboram e adotam frente aos contextos de ausência de sucessão, especialmente em relação ao destino das propriedades. Os resultados obtidos não apenas confirmam a desestruturação de um padrão sucessório estabelecido na agricultura familiar que prevalecia nas antigas gerações, mas também sinalizam a existência, ainda em construção, de um novo modelo sucessório entre os agricultores

familiares. O fato é que atualmente e por razões variadas, as famílias estão tendo dificuldades para concretizar a sucessão das propriedades.

Neste sentido, observa-se que, apesar de não apresentar contornos ainda muito claros, os pais estão gerando outro modelo de passagem das propriedades, até então praticamente inexistente, agora sustentado na ideia que inclui ter herdeiros, mas não necessariamente sucessores. Esta constatação reside no fato de que os agricultores, em um primeiro momento, imprimem aos filhos um discurso negativo sobre a ocupação agrícola, especialmente devido às atividades agrícolas penosas, impossibilidade de férias e finais de semana, entre outras razões, não querendo que os mesmos sejam agricultores. Desta forma, estimulam os filhos a sair do meio rural em busca de oportunidades mais promissoras no meio urbano.

Posteriormente, num segundo momento, quando questionados em relação ao destino de suas propriedades diante da não sucessão, os agricultores manifestam desejo de não vender a propriedade, mas sim deixar aos filhos como herança. Estas contradições denotam que os pais não desejam que os filhos permaneçam na agricultura, mas sim que recebam sua terra como herança, o que demonstra haver uma desvinculação entre sucessão e exploração agrícola.

Nos casos das propriedades terem herdeiros e não terem sucessores, a possibilidade de venda das propriedades herdadas pelos filhos é evidente, sobretudo nos casos em que os mesmos já traçaram seu futuro com olhos voltados para fora do meio rural e da própria agricultura. Com isso, reside a possibilidade de manutenção da produção agrícola, porém aumentam as chances de incorporação destas propriedades a propriedades de maior porte. Ou ainda, reside a possibilidade destas propriedades passarem a serem usadas em atividades não agrícolas, nos casos de uso para lazer. Nesse exemplo, abre-se espaço para a análise da diversidade atual presente no meio rural e, principalmente na agricultura familiar, sinalizando e confirmando que o meio rural é um local pluriativo e multifuncional.

### **Referências bibliográficas**

- ABRAMOVAY, R. *et al.* *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, jun. 1986, p. 66-83.

- ANDREATTA, T. *et al.*. A problemática do envelhecimento no campo: uma análise entre os agricultores familiares sem sucessores do Rio Grande do Sul. Brasil. In: 2.º Congresso Ciências Sociais Agrárias, Salto – Uruguai. Enfoques y Alternativas para el Desarrollo Rural, 2014.
- BIOLCHI, M. A. *Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais*. Porto Alegre, 2002. 170 p. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS).
- BRUMER, A & SPANEVELLO, R. M. *Jovens agricultores da Região Sul do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. (Relatório de Pesquisa).
- BRUMER, A. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, M. A. DE; STROPASOLAS, V.L.; BARCELLOS, S. B. (Orgs.). *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil*. Coleção Juventude – Série Estudos, n. 1, Brasília, 2014.
- CALDAS, Nádia Velleda; SACCO DOS ANJOS, Flávio; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. *Agricultura familiar e previdência social: implicações de uma política pública no Rio Grande do Sul*. Raízes (UFPB), v. 30, 2010, p. 84-99.
- CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: Texto para Discussão, n. 621, IPEA: Rio de Janeiro, 1999. 23p.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.
- CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 65, nov. 1986, p. 41-64.
- CORADINI, L. *Projetos profissionais juvenis e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- COSTA, C. da., *et al.* Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, jul./dez. 2013, p. 465-483.
- COSTA, M. R.C. *et al.* *O destino das unidades de produção familiares no meio rural: um estudo sobre a juventude no município de Morro Redondo – RS*. *História: Debates e Tendências* – v. 11, n. 1, jan./jun. 2011, p. 140-153.

- COSTA, Maria Regina Caetano. *Agricultura Familiar e Sucessão hereditária: Estudo de caso no município de Morro Redondo, RS*. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Curso de Pós-Graduação Em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas.
- DELGADO, G. C. e CARDOSO JR., J.C. (Orgs.) *Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000. 242p.
- FROEHLICH, José Marcos, RAUBER, Cassiane da Costa; CARPES, Ricardo Howes; TOEBE, Marcos. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 41, n. 9, 2011, p. 1674-1680.
- LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*, vol. I. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LOBLEY, M. Succession in the family farm business. *Journal of Farm Management*, v. 13, n. 12, 2010, p. 839-851.
- MELLO, M. A. Transformações sociais recentes no espaço rural do oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLIV Congresso, *Anais eletrônicos...* Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/1036.pdf>>. Acesso: 29 nov. de 2016.
- PANDOLFO, G. C. *Escola e Família: a socialização dos jovens agricultores familiares*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- POLÈSE, M.; SHEARMUR, R. “Why Some Regions Will Decline: A Canadian Case Study With Thoughts on Local Development Strategies”, *Papers in Regional Science*, 85(1), 2006, p.23-46.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil Rural Meridional. *Extensão Rural (Santa Maria)*, v. 21, 2014, p. 94-116.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. *O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 1, 2005, p. 661-694.
- \_\_\_\_\_. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: Sérgio Schneider. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 1.<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, v. 1, p. 186-212.
- SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. In: Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística – FEE, n. 21, jan. 1994, p. 259-268.

- SEYFERTH, G. (1985). Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*. N. S. Antropologia, (52), p. 1-27.
- SILVESTRO, M. et al.. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.
- SPANNEVELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- \_\_\_\_\_. et al. As perspectivas sucessórias de gestão dos negócios e do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores. *Revista do CCEI, Bagé*, v. 14, p. 54-71, 2010.
- \_\_\_\_\_. et al. Os impasses no destino do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores no Rio Grande do Sul. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2014, Fortaleza. *Anais...* Goiânia: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2014 (a).
- \_\_\_\_\_. et al. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: Arlene Renk; Clovis Dorigon. (Orgs.). *Juventude Rural, cultura e mudança social*. 5.<sup>a</sup> ed. Chapecó: Argos, 2014 (b), p. 163-188.
- TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.
- WEISHEIMER, N. *Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no Bairro de Escadinhas, Feliz, RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2004.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

BOSCARDIN, Mariele e Marcelo Antonio Conterato. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 671-695, ISSN 2526-7752.

**Resumo:** *(As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul).* Tradicionalmente, a reprodução social da agricultura familiar tem estreita relação e dependência na permanência de, pelo menos, um dos filhos no lugar dos pais, materializando assim o processo sucessório. Uma das características principais disso é o filho sucessor receber a terra, ou pelo menos parte desta como herança, produzir nela e assumir a responsabilidade de amparar os pais na velhice. O objetivo deste trabalho é identificar e analisar os “arranjos” e estratégias sociais, econômicas e produtivas que os agricultores familiares elaboram e adotam frente aos contextos de ausência de sucessão, especialmente em relação ao destino das propriedades. Os dados apresentados neste trabalho deram suporte a dissertação de mestrado defendida em 2017 junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trata-se de estudo de caso realizado no município de Frederico Westphalen, região norte do estado do Rio Grande do Sul, uma das muitas regiões historicamente caracterizadas pela ampla presença de agricultores familiares. Foram entrevistados 23 agricultores familiares sem sucessores no período de janeiro a abril de 2016. Atualmente, e por razões variadas, as famílias estão tendo dificuldades para concretizar a sucessão das propriedades. Com isso, o modelo sucessório, padrão e uniforme, estabelecido na agricultura familiar e amplamente estudado e difundido pela literatura especializada parece não mais prevalecer, sinalizando-se assim uma espécie de novo padrão sucessório, embora com contornos ainda não muito claros. Ocorre que a ausência de sucessores faz com que o destino das propriedades se torne um problema social relevante entre os agricultores familiares, causando preocupação entre os pais, mas algo pouco evidente entre os filhos. De modo geral, os resultados demonstram que são distintos os encaminhamentos adotados pelos agricultores no que tange à ausência de sucessores, os quais levam em consideração ficar na propriedade ou passar a residir no meio urbano, estar junto dos filhos no meio urbano e ser cuidado por eles ou aceitar os cuidados de terceiros, o que confirma a desestruturação de um padrão sucessório que prevalecia nas gerações anteriores. O estudo demonstra também a existência, ainda em construção, de novos padrões sucessórios entre os agricultores familiares, agora sustentado na ideia de que haveria herdeiros, mas não necessariamente sucessores.

**Palavras-chave:** jovens, migração, sucessão familiar.

**Abstract:** *(Changes in patterns of land succession and their implications for the destination of properties among family farmers in the north of Rio Grande do Sul).* Traditionally, the social reproduction of family agriculture has a

close relationship and dependence on the permanence of at least one of the children in the place of the parents, thus materializing the succession process. One of the main characteristics is that the successor son receives the land, or at least part of it, as an inheritance, to produce in it and to assume the responsibility of supporting parents in old age. This study identifies and analyzes the social, economic and productive "arrangements" and strategies that family farmers elaborate and adopt in the absence of succession contexts, especially in relation to the destination of the properties. The data presented in this study provided the basis of the master's thesis defended in 2017 in the Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). This is a case study carried out in the municipality of Frederico Westphalen, in the northern region of the state of Rio Grande do Sul, one of the many regions historically characterized by the large presence of family farmers. Twenty-three family farmers without successors were interviewed in the period from January to April 2016. Currently, for various reasons, families are having difficulties to complete the succession of properties. Thus, the standard and uniform succession model, established in family agriculture and widely studied and disseminated in the specialized literature, seems no longer to prevail, signaling a new kind of succession pattern, although with contours which are not yet clear. The absence of successors makes the destiny of the properties a key social problem among familiar farmers, causing concern among the parents, but little evident among the children. In general, the results show that there are different paths adopted by farmers regarding the absence of successors, which take into account staying on the property or moving to urban areas, being with their children in the urban environment and being cared for by them or accepting the care of others, which confirms the de-structuring of a pattern of succession that prevailed in previous generations. The study also shows the existence, still under construction, of a new succession pattern among family farmers, now supported by the idea that there would be heirs, but not necessarily successors.

**Keywords:** young, migration, family succession.

Recebido em agosto de 2017.

Aceito em agosto de 2017.

---

# *Dando nome e classe aos bois: a reversibilidade entre homens e bois na construção de uma elite nacional*

---

Leonardo Vilaça Dupin<sup>1</sup>  
Beatriz Ribeiro Machado<sup>2</sup>

O estudo de animais tem sido uma constante há pelo menos uma década na antropologia nacional. Porém, poucos são os trabalhos que têm conseguido cumprir a proposição de “levá-los a sério”, colocando-os no centro de questões fundamentais do país. O livro *Nomes aos Bois: Zebu e Zebueiros em uma Pecúária de Elite* é um competente trabalho nesse sentido, trazendo contribuições em áreas contemporâneas da disciplina (antropologia da política e da ciência), mas colocando em questão também temas clássicos (sangue, parentesco, rituais e sistemas de trocas). Todos esses aqui impossibilitados de serem tratados separadamente.

Relativizando também dicotomias como rural e urbano, fazendas e indústrias, seu trabalho de campo começa em criatórios na cidade de Uberaba (MG), perpassa centrais de inseminação, associações e clínicas de criadores, seminários e feiras agropecuárias. Enfim, atravessa uma rede de instituições locais que dão suporte a um circuito que movimentava somas vultuosas. Seguindo uma proposição de Evans-Pritchard (2013), que aconselhou no clássico *The Nuer, “cherche la vache”*, Leal (2015) percebeu que precisava entender, tomando as palavras do autor inglês, o “idioma bovino” da região que ao longo do último século reformatou o rebanho bovino nacional. Ela observa então com sagacidade que a insígnia “Zebu” está no nome da rede de supermercados da cidade, como também na principal agência de turismo (“Zebulândia”), na churrascaria mais famosa, entre outros diversos segmentos.

O resultado deste trabalho de imersão, realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP, foi premiado pela ANPOCS como

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: leodupin@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: beatrizribeiro.ufv@gmail.com.

tese-destaque no ano de 2015. Em todo esse circuito, o interesse primordial da autora é em um tipo específico de bovino, aquele que não vai para o abate, em função do seu alto valor como reprodutor. O chamado “gado de elite” não é destinado a abastecer o mercado de carne nacional e internacional, ainda que seus animais sirvam de referência a este. Tais bovinos frequentam pistas de leilões, são criados em baias e vendidos por valores ímpares (bem acima de países com tradição na área de criação como EUA e França).

Os leilões, rituais realizados em suntuosas fazendas, que movimentam cifras milionárias e uma rede de atores humanos e não humanos, são o ponto central do trabalho. “Mais que eventos de compra e venda de bovinos, são pontos de encontro de profissionais do agronegócio”, políticos graúdos, mas também de figuras menos notórias (chamados localmente de “comedores de coxinha”), que precisam lotar tais eventos para conferir prestígio a eles. E é isso que está em jogo nesses rituais promovidos por uma elite: o reconhecimento público, tanto de pessoas como de animais.

Assim, o que de mais valioso o trabalho de Leal (2015) nos traz é demonstrar como, ao longo do último século, criadores de Zebu elitizaram a si mesmos e aos seus animais, transformados de bovinos com “carne dura” a um símbolo da prosperidade nacional, consolidando-se como uma elite bastante influente no país. Nesse trajeto, ela utiliza como referência os trabalhos de antropólogas que se focam em questões como parentesco, tecnologias reprodutivas e relações humano-animais como Bouquet (1993), Strathern (1999) e Cassidy (2009), dentre outros, que, em termos gerais, discutem pureza, hereditariedade e parentesco entre pessoas e animais.

Cassidy (2009), por exemplo, com quem Leal (2015) dialoga de forma bem interessante, aborda a “invenção” de *pedigrees* entre cavalos de corrida puro-sangue na Inglaterra, o chamado “esporte dos reis”. A autora inglesa defende que o mercado desses cavalos tem muito a dizer sobre a aristocracia local, uma vez que o *pedigree* que “carregam”, mais do que um mecanismo capaz de sugerir as qualidades individuais e familiares desses animais, elucida a história da indústria de “estoque de sangue”, que se fundamenta através de critérios patriarcais, hereditários e aristocráticos. Para a autora, não é coincidência que estes cavalos “puro-sangue” sejam de propriedade de famílias com a mesma denominação. Segundo ela, estes animais de elite, com alto valor de mercado, se tornaram verdadeiros repositórios, não só de material genético, como de um ideal racial. Assim, mais do que evidenciar mecanismos de hereditariedade, de pertença ao grupo, uma raça ou família, o *pedigree* produz a distinção de indivíduos, sejam eles homens ou animais, gerando prestígio mútuo.

No Brasil, como demonstra Leal (2015, p. 18), o mercado de gado de elite (de “estoque de sangue”) também se faz através de uma retórica de “elite”, porém com especificidades onde entram elementos da chamada zootecnia trópica, como o “controle do fluxo do sangue dos animais” e da publicação

regular de genealogias. Segundo ela, os criadores brasileiros inventaram uma maneira própria de selecionar e “racear” gado, que envolvem critérios econômicos, mas também estéticos. Assim, se estes animais não são exatamente de propriedade de uma “aristocracia puro-sangue” – já que no Brasil, diferentemente da Inglaterra de Cassidy, não houve exatamente uma – são, indubitavelmente, de propriedade de uma classe abastada, que se fez, e ainda se faz, através de seus bois e de um idioma do parentesco.

Como observa a autora, há algumas gerações no país, famílias de criadores com critérios próprios selecionam e comercializam famílias de bovinos. Estas não só são proprietárias destes espécimes, como de um saber necessário para selecioná-las e comercializá-las, que, por sua vez, é fundamental para a construção de um mercado de gado de elite. As genealogias destas reses são mais que registros de transmissão de substâncias e atributos. Elas são resultado de uma autoria. Ao realizarem a seleção destes espécimes, tentam elaborar acasalamentos ideais. Por conhecerem as qualidades raciais dos ascendentes com maestria e fundamentando-se em ideias de “sangue”, hereditariedade e genética, prospectam gerar progênes superiores e assim fazem espécimes de elite. Portanto, uma genealogia bovina bem-sucedida tanto faz reses quanto criadores de elite (LEAL, 2015 p. 20).

Vale destaque o momento em que a autora faz um levantamento da árvore genealógica dessas famílias de produtores, e também dos seus principais animais reprodutores. Ali, casamentos humanos e bovinos trilham caminhos semelhantes, sendo esses animais (mercadorias) inalienáveis, uma vez que o gado e os criadores são produzidos uns pelos outros em um tipo de troca que remonta aos estudos clássicos da disciplina. Assim, Leal (2015) demonstra que a trajetória de uma vaca nos espetáculos, ou o preço pelo qual é leiloada, nunca é separada da trajetória de seu criador. E mesmo a venda de um animal em um leilão não separa o vínculo entre esses espécimes e seus criadores. Ao contrário, cada nova compra produz novas relações entre o animal, seu criador e seus novos proprietários

Neste sentido, a autora trata da correlação entre homens e bois de elite, cara a um mercado familista como é este ramo da pecuária, onde o idioma do parentesco (seja através do “sangue”, da hereditariedade, da genética, das genealogias, das famílias) importa aos “animais de elite” e também aos criadores, se fazendo presentes na valoração mútua. Nas mãos da elite, esses animais funcionam como objeto de pureza e distinção. Dessa forma, Leal (2015) conclui que a invenção da fórmula brasileira de seleção de animais puro-sangue (ou puros de origem) tem um sentido mais que zootécnico, político. Segundo ela, através do “raceamento” de animais, ocupação de territórios e uso de biotecnologias, a pecuária de elite vincula fazendeiros e Estado a um projeto de família, nação e raça.

Por tudo isso, a pecuária de elite tornou-se o carro-chefe do agronegócio nacional e – se podemos também adentrar nesse “idioma bovino”–,

constituiu-se em uma atividade que ultrapassou as barreiras econômicas. A ela vincula-se, por exemplo, o gênero musical mais tocado no Brasil contemporâneo (sertanejo universitário), sendo também tema de novela, seriado e moda. Deste modo, constitui-se em projeto político hegemônico, com o apoio dos grandes grupos de comunicações (no qual é recorrentemente retratado como um oásis próspero em meio a um país atrasado), e ético, que envolve a mistura entre público e o privado.

Por tudo isso, ousamos dizer que em um mercado onde os preços seguem uma racionalidade particular (de complexa compreensão para *outsiders*), talvez por se preocupar mais com o universo de criadores do que de investidores, algo passou despercebido no trabalho da autora sobre tais leilões. Para além de eventuais semelhanças com mercados de arte e sistemas de troca melanésios – sem querer desmerecer o “olhar” dos criadores, um conhecimento da ordem da percepção que requer experiência e talento, classificado pela autora como uma “ciência do concreto” – num Brasil onde público e privado se confundem, não é de se estranhar que leilões sejam atualmente, para além de rituais de prestígio, um meio muito eficaz para “lavagem de dinheiro” público, onde é fácil forjar grandes ganhos ou simular perdas, como vem mostrando recentes investigações do Ministério Público.

Tais rituais, que ocupam a ordem do sagrado e cujos promotores significativos compõem o Congresso Nacional, são atualmente (ou desde sempre) diletos companheiros da teologia da prosperidade (outro meio eficaz de lavagem de dinheiro e que poderia dar uma boa pesquisa comparativa sobre mecanismos operados pelas elites), na apropriação da máquina pública e na cristalização de um projeto nacional. Enfim, a bancada do boi (assim como a da Bíblia) é uma herança de um processo colonizatório (que também trouxe o gado para o país) em curso.

LEAL, N. S. *Nome aos bois: Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2016.

Recebido em maio de 2017.

Aceito em julho de 2017.